



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E INCONSCIENTE POLÍTICO: HISTÓRIAS DE
MULHERES EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Cândida Beatriz Alves

Brasília, dezembro de 2017



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E INCONSCIENTE POLÍTICO: HISTÓRIAS DE
MULHERES EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Cândida Beatriz Alves

**Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de Brasília como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em Processos de
Desenvolvimento Humano e Saúde.**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. REGINA LÚCIA SUCUPIRA PEDROZA

Brasília, dezembro de 2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AAL474d Alves, Cândida Beatriz
Divisão sexual do trabalho e inconsciente político:
Histórias de mulheres em formação profissional / Cândida
Beatriz Alves; orientador Regina Lúcia Sucupira Pedroza. --
Brasília, 2017.
183 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Processos de
Desenvolvimento Humano e Saúde) -- Universidade de Brasília,
2017.

1. Psicologia do Desenvolvimento. 2. Psicanálise. 3.
Materialismo Histórico-dialético. 4. Divisão Sexual do
Trabalho. 5. Estudos de Gênero. I. Sucupira Pedroza, Regina
Lúcia, orient. II. Título.

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E INCONSCIENTE POLÍTICO: HISTÓRIAS DE
MULHERES EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Tese apresentada à avaliação da Banca Examinadora constituída por:

Prof.^a Dr.^a Regina Lúcia Sucupira Pedroza
Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Pedro Henrique Isaac Silva
Instituto Federal de Brasília

Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino
Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Fátima Lucília Vidal Rodrigues
Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Tatiana Lionço
Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília

Brasília, dezembro de 2017

*Dedico esta tese a todas aquelas que
sentem as dores e as delícias de ser,
dentre tantas outras coisas,
mães.*

Agradecimentos

São muitas as pessoas que eu precisaria agradecer neste espaço, mas ele se mostraria insuficiente. Assim, me restringirei àquelas que estiveram mais intimamente ligadas ao que foi para mim o processo de construção desta tese.

Às minhas amigas que, dentre tantas outras coisas, são mães, agradeço imensamente pelos cafés, pelos parquinhos, pelos piqueniques, pelas tardes recheadas de empatia, desabafos e apoio mútuo enquanto nossas crias brincavam juntas. Sem vocês, a maternidade seria uma experiência solitária.

Às minhas queridas Flora e Dani, amigas incondicionais, por entenderem a minha nova realidade como mãe e mesmo assim continuarem me chamando para o boteco no fim de semana.

Aos queridos amigos Pri e Pedro, agradeço a agradável companhia de sempre, em nossas conversas sempre recheadas de risos e reflexões profundas. Particularmente à Pri, agradeço por estar sempre presente quando eu precisei.

Agradeço ao IFB por ser um espaço tão instigante e ao mesmo tempo tão acolhedor, por me permitir fazer meu trabalho de campo e por me conceder a licença que tornou possível que eu maternasse minha filha e minha tese – oportunidade que muitos veem como privilégio, mas que eu entendo como um direito ao qual mais pessoas deveriam ter acesso.

O IFB também me trouxe amigos queridos que, por sua leveza e comprometimento com a docência, são um dos principais motivos que me fizeram sentir tanta falta do trabalho nesses dois anos de licença.

Às minhas alunas e aos meus alunos do IFB *Campus* São Sebastião, com quem tanto aprendi, agradeço pela confiança depositada e pela oportunidade de convivência: vocês me abriram para um novo mundo, muito mais diverso e humano.

Aos meus pais e meus irmãos, minha eterna gratidão: mesmo longe, vocês estão sempre presentes. A distância apenas apura a doçura dos encontros.

À minha querida orientadora e amiga Regina Pedroza, cuja perspicácia e coerência não canso de admirar, apesar de tantos anos trabalhando juntas, agradeço a parceria e disponibilidade de sempre.

Agradeço às professoras Fátima Vidal, Tatiana Lionço e Lúcia Pulino –especialmente a essa última, pelos anos de delicado convívio – e também ao professor Pedro Isaac por aceitarem fazer parte da minha banca, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições.

Agradeço também a UnB, espaço de acolhimento, onde por anos a fio me formei e me transformei. Espero que o fim do doutorado não rompa esses laços tão importantes.

Agradeço, por fim, aos mais importantes: ao João, por topar encarar ao meu lado, com amor, a aventura que é a vida (e pela inestimável ajuda na reta final da tese); à Helena, por tanta coisa que não sei nem dizer; e ao seu irmão que está chegando, caixinha de surpresa.

*“Há todo um velho mundo ainda por destruir
e todo um novo mundo a construir.
Mas nós conseguiremos, jovens amigos,
não é verdade?”*

Rosa Luxemburgo

RESUMO

Nesta tese, centramo-nos sobre a formação da identidade de gênero e como essa se relaciona com a divisão sexual do trabalho, dando ensejo ao que chamamos de alienação de gênero; nosso foco recai sobre mulheres mães e trabalhadoras que fazem formação técnica. Fundamentamo-nos no materialismo histórico-dialético de Marx e Engels e na psicanálise de Freud e Lacan. Entendemos que os seres humanos se constituem em um processo histórico e social, no qual o trabalho é elemento central, e que atua sobre a formação do inconsciente. É nesse sentido que falamos em inconsciente capitalista. A relação entre gêneros não é ditada por princípios biológicos, mas é antes social e histórica e reflete a estrutura social na qual está inserida, o que envolve as relações de produção e reprodução no sistema capitalista. A mulher é marcada por uma dupla opressão: a opressão do sistema em si e a da divisão sexual do trabalho. A educação profissional assumiu várias formas ao longo da história do Brasil, mas a divisão de classes sociais e de gênero lhe é uma constante. Recentemente, foram feitas reformulações para fomentar uma educação técnica crítica e emancipadora, que ainda precisam ser estudadas. Nosso objetivo nesta pesquisa é compreender como mulheres mães, trabalhadoras e estudantes da educação profissional formam e vivenciam sua identidade de gênero, tendo em vista que essa é influenciada pela divisão sexual do trabalho constituinte de um inconsciente capitalista. Nossa tese é a de que o inconsciente dos sujeitos imersos nesse sistema, assim constituído, fornece conteúdos simbólico-afetivos para a constituição de sua identidade de gênero, formada de maneira binária e rígida com relação ao desempenho do trabalho dito produtivo e reprodutivo, bem como a características de personalidade associadas. Assim, ficam os sujeitos cerceados em seu potencial criativo na constituição de sua identidade de gênero, fenômeno que chamamos de alienação de gênero. Esta pesquisa foi realizada com sete alunas do curso técnico em secretariado do *Campus* São Sebastião do Instituto Federal de Brasília, também mães e trabalhadoras, com exceção de duas. No início da pesquisa, as alunas tinham entre 26 e 65 anos e tinham um ou dois filhos. Utilizamos dois dispositivos para a nossa pesquisa. O primeiro deles foi o método formulado por Michael Balint para a análise das práticas profissionais, que consiste em grupos em que o pesquisador permite a circulação da fala. Realizamos quatro encontros quando as alunas cursavam o primeiro semestre do curso. Após as alunas concluírem o curso, conversamos individualmente com cinco das sete participantes. Realizamos uma análise interpretativa das histórias a partir de uma leitura psicanalítica dos processos de elaboração psíquica, considerando a presença do inconsciente e as cadeias significantes produzidas. Na fala dessas mulheres, fica claro como estão submetidas, desde crianças, à rígida divisão sexual do trabalho constituinte do sistema capitalista. Essa condição aliena-as de um potencial criativo de constituição da própria identidade de gênero. As participantes relataram incertezas e desamparo ao se tornarem mães. Seus sentimentos contraditórios com relação aos filhos atestam o caráter não natural da maternidade. Com relação à formação técnica, observou-se que as motivações para fazer e permanecer no curso foram diversas e complexas. Uma formação que ignore isso é uma formação que se baseia em uma compreensão superficial e dicotômica de ser humano que não se sustenta.

Palavras-chave: Inconsciente capitalista; Gênero; Divisão sexual do trabalho; Maternidade; Educação profissional.

ABSTRACT

In this thesis, we focus on the formation of gender identity and how this relates to a sexual division of labor, giving rise to what we call the alienation of gender; our focus is on women working mothers who do technical training. We are grounded in the historical-dialectical materialism of Marx and Engels and in the psychoanalysis of Freud and Lacan. We understand that human beings constitute themselves in a historical and social process, in which work is a central element, and which acts on the formation of the unconscious. It is in this sense that we speak of a capitalist unconscious. The relationship between genders is not dictated by biological principles, but is rather social and historical and reflects the social structure in which it is inserted, which involves the relations of production and reproduction in the capitalist system. Women are marked by a double oppression: the oppression of the system itself and that of the sexual division of labor. Professional education has taken many forms throughout the history of Brazil, but the division of social classes and gender is a constant. Recently, reformulations have been made to foster a critical and emancipatory technical education. Our objective in this research is to understand how women mothers, workers and students of professional education form and experience their gender identity, considering that this is influenced by the sexual division of labor constituent of a capitalist unconscious. Our thesis is that the unconscious of the subjects immersed in this system, thus constituted, provides symbolic-affective contents for the constitution of its gender identity, formed in a binary and rigid way with respect to the performance of the so-called productive and reproductive work, as well as associated personality traits. Thus, the subjects are restricted in their creative potential in the constitution of their gender identity, a phenomenon we call gender alienation. This research was carried out with seven students of the technical course in secretariat of the São Sebastião Campus of the Federal Institute of Brasilia. At the beginning of the survey, the students were between 26 and 65 years old. We used two devices for our research. The first one was the method formulated by Michael Balint for the analysis of the professional practices, that consists in groups in which the researcher allows the circulation of the speech. We held four meetings when the students attended the first semester of the course. After the students complete the course, we talked to five of the seven participants individually. An interpretative analysis of the stories was made from a psychoanalytic reading of the processes of psychic elaboration, considering the presence of the unconscious and the significant chains produced. In the speech of these women, it is clear how they are subjected to the rigid sexual division of the labor constituent of the capitalist system. This condition alienates them from a creative potential for the constitution of gender identity itself. Participants reported uncertainty and helplessness as they became mothers. Her conflicting feelings about her children attest to the unnatural character of motherhood. Regarding the technical training, it was observed that the motivations to do and to stay in the course were diverse and complex. A formation that ignores this is a formation that is based on a superficial and dichotomous understanding of a human being that does not hold.

Keywords: Capitalist unconscious; Gender; Sexual division of labor; Maternity; Professional education.

Sumário

Agradecimentos	vi
RESUMO.....	viii
ABSTRACT	ix
Lista de Tabelas	xii
APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
CAPÍTULO 1 – O INCONSCIENTE CAPITALISTA.....	7
1.1 Subjetividade e identidade: uma leitura psicanalítica	7
1.2 A identidade entre o psíquico e o social.....	10
1.3 Aproximações entre Materialismo histórico-dialético e Psicanálise: inconsciente capitalista.....	12
1.4 O inconsciente capitalista: implicações para o pensamento sobre gênero	21
1.5 Fantasia ideológica.....	23
CAPÍTULO 2 – GÊNERO E PSICANÁLISE: IMPASSES E POSSIBILIDADES	26
2.1 Ser mulher ao longo da história ocidental: a construção de um gênero	26
2.2 A condição feminina para a psicanálise	31
2.3 Pensamentos críticos sobre gênero a partir da psicanálise	38
CAPÍTULO 3 – GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO REPRODUTIVO.....	47
3.1 Gênero e trabalho a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética.....	47
3.2 Materialismo histórico-dialético e feminismo: abordagens críticas.....	52
3.3 Produção e reprodução social: dimensões inseparáveis e conflituosas	54
3.4 Trabalho reprodutivo: desigualdade e expropriação	57
3.5 Alienação do trabalho, alienação de gênero.....	59
CAPÍTULO 4 – GÊNERO, TRABALHO PRODUTIVO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	67
4.1 Nomenclaturas: educação técnica, tecnológica ou profissional?	67
4.2 A educação profissional de mulheres no Brasil	69
4.3 O secretariado.....	79
4.4 Aproximações entre psicanálise e educação para a superação da alienação	81
DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS	85
CAPÍTULO 5 – MÉTODO	86
5.1 Pressupostos Metodológicos	86
5.2 Contexto e Participantes.....	88
5.3 Dispositivos e procedimentos da pesquisa de campo.....	91
5.4 Procedimentos de análise de resultados	94
CAPÍTULO 6 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	96
6.1 Gabriela	96
6.2 Irene.....	103
6.3 Priscila.....	116
6.4. Roberta	123

6.5 G�ssica	131
6.6 Dona Gracinha	142
6.7 Suzana	149
CONSIDERA�ES FINAIS	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	172

Lista de Tabelas

Tabela 1. Caracterização das participantes da pesquisa.....	135
-------------------------------------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Nesta tese, iremos nos centrar sobre a formação da identidade de gênero e como essa se relaciona com a divisão sexual do trabalho¹; nosso enfoque recairá sobre as mulheres² trabalhadoras³ que fazem uma formação técnica. Diante desse quadro, algumas perguntas emergem: Quais são os significados embutidos no ser mulher? De que modo esses se relacionam com a divisão sexual do trabalho? Qual é a realidade concreta de mulheres trabalhadoras que buscam a educação profissional? Quais são seus desejos e quais dificuldades elas enfrentam?

São com essas e outras perguntas que a presente tese pretende se ocupar, no intuito de entender as questões identitárias com as quais se confrontam mulheres trabalhadoras e estudantes. A fim de explicitar ainda mais a tensão das contradições envolvidas, particularmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, optamos por estudar mulheres que também são mães, ou seja, que vivenciam as demandas vindas da maternidade, do trabalho e dos estudos.

Este trabalho tem como fundamento epistemológico o materialismo histórico-dialético, conforme formulado por Marx e Engels, e a psicanálise conforme (re)formulada por Lacan com base nos pressupostos de Freud. Uma leitura original da relação entre esses aportes teórico-filosóficos é o que sustenta a noção de ser humano que fundamenta esta tese e que apresentaremos a seguir. Essa escolha teórica não pretende vetar o diálogo com outros campos do conhecimento nem com outras leituras possíveis dos objetos em tela nesta tese: gênero, maternidade, identidade, educação e trabalho. Optamos por fazer um uso próprio e original dessas teorias, em que a necessidade de um olhar crítico sobre a realidade concreta se sobrepõe a filiações teóricas surdas ao diálogo epistemológico.

O materialismo histórico-dialético nos interessa aqui na medida em que traz uma compreensão do trabalho enquanto formador da essência humana. O termo essência, frequentemente encontrado na obra marxiana⁴, não deve ser entendido como algo estanque, definindo o ser humano *a priori*, mas antes como uma escolha do autor com base na terminologia da época, da qual ele se

¹ Atualmente, trabalhos na área têm se dividido entre as designações divisão sexual do trabalho e divisão do trabalho por gênero (e variações). Tendo em vista o binarismo implícito nessa forma de divisão e o fato de que ela se ancora em uma suposta diferença biológica natural entre os sexos, iremos preferir, nesta tese, o uso da expressão divisão sexual do trabalho.

² Sempre que usamos os termos homens e mulheres estamos nos referindo a uma categorização social que se baseia em uma suposta diferença biológica natural entre os sexos.

³ A concepção de trabalho que utilizamos nesta tese é ampla e não se restringe ao trabalho remunerado; no entanto, por uma questão de concisão com a qual não estamos totalmente confortáveis, quando nos referirmos a mulheres trabalhadoras, estamos deixando implícito que se trata de mulheres que exercem um trabalho remunerado. Deixaremos para explicitar a que tipo de trabalho nos referimos quando for o caso de um não remunerado.

⁴ O adjetivo “marxiano” será utilizado sempre que nos referirmos especificamente à obra de Karl Marx; quando estivermos tratando de forma indistinta das ideias desse e de seus seguidores, utilizaremos o adjetivo “marxista”.

apropriada para subvertê-la, explicitando que a essência humana é aberta a infinitas possibilidades. Isso só é possível devido à primazia do trabalho, entendido como ação humana que transforma uma realidade em prol de um objetivo e que ao mesmo tempo transforma quem a realiza. Estão explicitadas aí a agência do sujeito e a interação dialética entre sujeito e meio que o circunda. É justamente devido à centralidade do trabalho para a compreensão do humano, de acordo com o materialismo histórico-dialético, que a alienação é uma condição inevitável no sistema capitalista.

Além disso, o arcabouço de ideias trazido pelo materialismo histórico-dialético parece-nos relevante para este estudo ao proporcionar um entendimento da dupla opressão vivida pela mulher na divisão social e sexual do trabalho, características do modo de produção e reprodução capitalista – dimensões indissociáveis, como pretendemos demonstrar. Explorada na sua condição de trabalhadora e na sua condição de mulher, ela se vê envolvida em uma dupla jornada, dividida entre trabalho produtivo e reprodutivo.

Como essas mulheres vivem e constroem seu dia a dia nessas circunstâncias? Que mecanismos sociais e psíquicos estão em ação para que o sujeito, a despeito de seu caráter ativo, se submeta a essas condições de exploração? A fim de nos ajudar a responder a esses questionamentos, recorreremos, por um lado, ao conceito de alienação de Marx – e propomos uma contribuição original com a formulação do conceito de alienação de gênero – e, por outro lado, também à psicanálise e à noção de sujeito descentrado e faltoso trazida por ela. É a presença do inconsciente que desloca o sujeito de um suposto centro racional e pleno.

Não pretendemos nos restringir a uma leitura meramente intrapsíquica da psicanálise, como muitas vezes é o caso. Com base na apropriação que Lacan faz da obra de Marx, sobretudo em seu Seminário XVI, proferido entre 1968 e 1969, defenderemos que o inconsciente é uma instância política e histórica, constituído, portanto, em interação com o contexto no qual se insere o sujeito. É nesse sentido que falaremos, nesta tese, do inconsciente capitalista. E o que impede esse inconsciente de se tornar consciente? Para entender essa questão, nos basearemos no conceito de fantasia trazido por Lacan, que Žižek aproxima da noção de ideologia de Marx ao falar da fantasia ideológica.

A fim de dar conta da complexidade teórica em questão e ao mesmo tempo nos munir de ferramentas conceituais que nos permitam compreender os fenômenos que pretendemos estudar, faremos uso também das noções de subjetividade e, principalmente, de identidade. Com isso, damos sequência a uma construção de pensamento que temos feito desde o mestrado (Alves, 2013). O conceito de identidade trata de uma tentativa do sujeito de tamponar sua falta constitutiva por meio de um posicionamento ativo – porém nem sempre plenamente consciente – diante da realidade social e histórica na qual está inserido.

Assim, constitui-se enquanto nosso objeto de estudo nesta tese a formação da identidade de gênero por mulheres mães, trabalhadoras e estudantes da educação técnica. Como essas mulheres constroem identidades ao longo de suas trajetórias de vida? De que modo essas se relacionam com seu trabalho, com a maternidade e com a formação técnica que escolhem? Quais mecanismos

conscientes e inconscientes estão em ação nesses processos? Especificamente, participarão desta pesquisa alunas do Instituto Federal de Brasília (IFB), do curso técnico em secretariado, ocupação tida como primordialmente feminina.

Nossa tese é a de que a divisão sexual do trabalho, por ser elemento estruturante do sistema capitalista tal como esse hoje se apresenta, constitui o inconsciente dos sujeitos imersos nesse sistema, fornecendo conteúdos simbólico-afetivos para a constituição de sua identidade de gênero. Isso leva a que essas sejam formadas de maneira binária e rígida com relação ao desempenho do trabalho dito produtivo e reprodutivo, bem como no que se refere a características de personalidade associadas. Dessa forma, ficam os sujeitos cerceados em seu potencial criativo na constituição de sua identidade de gênero, fenômeno que estamos chamando de alienação de gênero.

Nesse contexto, a formação técnica dessas mulheres envolve aspectos identitários profundos, para além de um mero profissionalismo, em que estão em ação dimensões subjetivas e inconscientes, constituídas em um contexto de divisão social e sexual do trabalho. Por isso, esses fatores devem ser levados em consideração e visibilizados para uma educação técnica emancipadora.

A recente formulação de políticas públicas que impulsionam a educação profissional no Brasil – personificada pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – carece ainda de estudos que investiguem os impactos e consequências dessa implantação. Além disso, observa-se que as pesquisas acadêmicas que tratam de trabalho e educação no Brasil frequentemente prescindem de uma discussão de gênero, tratando trabalhadores como se pertencessem a um gênero único que, sabemos, é o masculino. Nesse sentido, a educação de trabalhadoras é um tema que ainda necessita de estudos específicos, sobretudo dentro de uma perspectiva materialista histórico-dialética. Afinal, de que modo a educação profissional de mulheres se relaciona com a divisão sexual do trabalho em nossa sociedade?

Entendemos que esta pesquisa tem o potencial de lançar luz sobre a maneira como mulheres que são mães, trabalhadoras e estudantes da educação profissional vivem subjetivamente as contradições que elas mesmas personificam e de que modo tais contradições estão relacionadas com o modo de produção e reprodução da sociedade na qual estão inseridas. Nesse sentido, nosso objetivo nesta tese é compreender como essas mulheres formam e vivenciam suas identidades de gênero, tendo em vista que essa é influenciada pela divisão sexual do trabalho constituinte de um inconsciente capitalista.

Intencionamos construir uma leitura original sobre identidade, gênero⁵, trabalho e educação, tendo como pressupostos epistemológicos o materialismo histórico-dialético e a psicanálise lacaniana. Ainda que a proposta que formulamos possa envolver por vezes uma crítica e até mesmo

⁵ Apesar de inúmeras críticas dirigidas a trabalhos que se dizem da área de gênero, mas na verdade estão tratando de mulheres, como se ambos os termos fossem sinônimos, gostaríamos de destacar que tal crítica não se aplica ao presente trabalho, uma vez que nosso objetivo é justamente problematizar o termo mulher e a ideia de uma identidade feminina enquanto dada, extrapolando essa realidade para pensar o gênero enquanto noção relacional e não binária.

oposição a alguns aspectos expressos pelos autores dessas teorias, ou ainda envolver a formulação de conceitos não tratados por eles, entendemos que é possível a construção de uma tese que seja coerente com os princípios teórico-epistemológicos estabelecidos por esses pensadores.

As nossas escolhas acadêmicas vêm do mundo, das condições concretas da realidade na qual estamos inseridos e, a partir daí, formam a nossa consciência. De maneira dialética, somos por elas transformados e colocamos seus produtos novamente no mundo, buscando modificar essa realidade, ainda que em uma dimensão modesta. Para a realização de um trabalho acadêmico é, portanto, necessário, entender as condições concretas daquela que o escreve, a fim de contextualizá-lo e de vislumbrar qual realidade busca-se compreender e transformar.

No caso desta tese, o que me instigou foi o meu exercício profissional no IFB, instituição existente desde 2008, mas que se insere em uma longa trajetória de ensino técnico, antecedido pelos CEFET's e outros. Desde 2012, sou docente de Psicologia de um *Campus* localizado em uma Região Administrativa do Distrito Federal, onde ministro disciplinas nas mais diversas áreas da Psicologia, em cursos de formação inicial, técnicos e licenciaturas.

Desde o início, chamou-me a atenção o número de mulheres estudantes – muito mais que a metade do número total de alunos –, talvez em razão dos cursos oferecidos pelo *Campus* onde atuo, cursos esses histórica e culturalmente associados a um público feminino, como é o caso do secretariado. Conviver com essas mulheres, em sua maioria negras e moradoras da periferia, desejosas de transformar suas vidas, foi e tem sido uma fonte constante de aprendizagem.

De que maneiras essas mulheres buscam uma transformação? Em quais âmbitos? No âmbito da formação profissional, está supostamente claro, uma vez que se trata de uma instituição de ensino técnico. Entretanto, convivendo com essas mulheres, pude observar que essa transformação, conscientemente ou não, não ocorre apenas na esfera da formação profissional, mas também, e de maneira dialética, no âmbito subjetivo, em processos identitários. Assim surgiu aos poucos o desejo de trazer para a academia essa problemática, a fim de entender, à luz de um arcabouço teórico, as transformações identitárias e subjetivas pelas quais passam essas mulheres durante seu processo de formação profissional.

Não posso deixar de mencionar também outra motivação, íntima, que alimenta o desejo por esta pesquisa. Ao longo da primeira metade do doutorado, trabalhei e estudei simultaneamente, e senti na pele algumas das dificuldades vivenciadas por parte da população trabalhadora que busca investir em sua formação, ainda que seja inegável existirem aí diferenças em termos de privilégios sociais. Nesse período, tomei também a decisão de engravidar, sem saber se conseguiria ou não uma licença para o doutorado. Grávida, trabalhando e estudando, pensava: estou prestes a me assemelhar

a minhas sujeitas⁶ de pesquisa, sem deixar de suspirar profundamente diante das dificuldades que se avizinhavam.

Quase no final da gravidez, surgiu a possibilidade de uma licença para a realização do doutorado e, não sem um considerável esforço burocrático, finalmente consegui o afastamento. Suspirei aliviada. Hoje, tenho dúvidas sobre se conseguiria realizar as três coisas simultaneamente: ser mãe, trabalhar e estudar. Algo ficaria de fora, ou um tanto de cada coisa. A que custo psíquico e social, penso a cada linha que escrevo, essas mulheres dão conta das demandas advindas da família, dos estudos e do trabalho? Responder a esse questionamento e, ao mesmo tempo, construir com essas mulheres um espaço de escuta, são as motivações desta pesquisa.

As perguntas formuladas nesta apresentação não são de fácil resposta e o desafio de construir esta tese assim se impôs. Paradoxos em interação, opostos que se imiscuem e formam uma novidade, que já não se encaixa nas categorias previamente pensadas. Foi nos entremeios contraditórios dessa dança dialética que buscamos então construir algo novo, que retomasse teorias de homens do passado, marcados por seu tempo, convidando-os a dialogar com o presente vivenciado por mulheres em formação profissional na periferia do Distrito Federal.

Para dar conta dessa empreitada, construímos uma fundamentação teórica disposta em quatro capítulos, todos eles interligados, porém cada um com foco em uma temática específica. No primeiro capítulo, intitulado *O inconsciente capitalista*, apresentamos uma leitura psicanalítica das noções de subjetividade e identidade, enfatizando seu caráter simultaneamente psíquico e social. Em seguida, tratamos das aproximações entre o materialismo histórico-dialético e a psicanálise, particularmente no que diz respeito ao inconsciente capitalista. Como contribuição original, discutimos as implicações da noção de inconsciente capitalista para o pensamento sobre gênero. Por fim, analisamos o conceito de Žižek de fantasia ideológica, a fim de entendermos o que impede conteúdos inconscientes de se tornarem conscientes.

O segundo capítulo denomina-se *Gênero e psicanálise: impasses e possibilidades* e nele discorreremos, inicialmente, sobre o ser mulher ao longo da história ocidental, dando ênfase a como esse lugar vai sendo deslocado no decorrer do tempo, porém permanecendo em posição inferior e subordinada ao homem. Em seguida, abordamos a condição feminina para a psicanálise em uma perspectiva crítica, com foco na necessidade de historicizarmos esse campo do conhecimento, que muitas vezes se pretendeu universal. Concluímos esse capítulo apresentando algumas possibilidades críticas de diálogo entre psicanálise e gênero.

No terceiro capítulo, *Gênero, família e trabalho reprodutivo*, nossa atenção recai, a princípio, na relação entre gênero e trabalho a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética, tanto em termos de autores clássicos quanto de autoras que apresentam uma leitura crítica dessa relação.

⁶ Por limitações da língua portuguesa, utilizaremos a palavra “sujeito” no masculino sempre que ela estiver sendo utilizada no sentido do ser humano. Quando estivermos nos referindo às participantes da pesquisa, utilizaremos “sujeitas”.

Na sequência, analisamos a produção e a reprodução social como dimensões inseparáveis, porém conflituosas. A seguir, enfocamos o trabalho reprodutivo, quando tratamos da desigualdade na divisão sexual do trabalho e da expropriação indireta de mais-valia à qual essa forma de trabalho está sujeita. Finalizamos com nossa proposta do conceito de alienação de gênero, que se apresenta como mais uma dimensão da alienação do trabalho proposta por Marx.

Ao quarto capítulo demos o título *Gênero, trabalho produtivo e educação profissional*. Ele se inicia com o tema das nomenclaturas – educação técnica, tecnológica ou profissional? – e, em seguida, traça um histórico da educação profissional no Brasil, com foco na distinção de classes sociais e também de gênero que a caracteriza. Discorremos rapidamente sobre a profissão de secretariado, buscando chamar a atenção para como essa também se encontra marcada pela divisão sexual do trabalho. Ao final desse capítulo, defendemos uma aproximação entre psicanálise e educação para a superação da alienação.

Na sequência, apresentamos nossos objetivos e o percurso metodológico que intencionamos fazer para alcançá-los, baseando-nos em pressupostos teórico-metodológicos advindos tanto do materialismo histórico-dialético quanto da psicanálise. Apresentamos a cidade de São Sebastião, o *Campus* do Instituto Federal de Brasília (IFB) onde foi realizado o estudo e as sete mulheres participantes. Em seguida, discorremos sobre o dispositivo grupo Balint, que utilizamos para realizar a nossa pesquisa de campo, e os procedimentos para análise de nossos resultados.

Em nosso sexto capítulo, narramos as trajetórias de vida dessas mulheres, enfocando questões relativas à divisão sexual do trabalho e à constituição de sua identidade de gênero. Após cada história, fazemos uma análise interpretativa dessa com foco nas cadeias significantes construídas pela participante que denotam uma dinâmica inconsciente relacionada a questões de gênero. Buscamos também mostrar transversalidades entre os relatos.

Por fim, em nossas considerações finais, nos debruçamos sobre a tentativa de dar sentido ao conjunto do trabalho, em um esforço de alinhar tudo o que lemos, vivemos e ouvimos ao longo desses quatro anos de doutorado. Buscamos responder em que medida a nossa tese se sustenta diante daquilo que a pesquisa de campo nos apresentou.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1 – O INCONSCIENTE CAPITALISTA

Psíquico e social, essas duas dimensões – e as possíveis interligações entre ambas – têm intrigado estudiosos desde pelo menos a Era Moderna. A Psicologia se ocupa dessa ligação de diferentes formas, a partir de abordagens as mais distintas. Buscaremos estabelecer, neste capítulo, os fundamentos teóricos que subsidiarão esta tese e que tratam, de uma forma específica, sobre a relação entre psíquico e social. No nosso caso, particularmente sobre o inconsciente e o sistema capitalista. O primeiro, tido com frequência como exclusivamente intrapsíquico; o segundo, como eminentemente social, econômico. Existe alguma relação possível entre ambos?

Este capítulo gira em torno dessa questão e, buscando respondê-la, nos propusemos um determinado percurso. Iremos inicialmente apresentar uma leitura psicanalítica sobre as noções de subjetividade e identidade, conceitos caros a essa tese. A seguir, aprofundaremos a noção de identidade a partir da articulação entre psíquico e social. Na sequência, abordaremos possíveis encontros entre materialismo histórico-dialético e psicanálise, mais especificamente entre as obras de Marx e Lacan, articulação que irá fundamentar todo o nosso trabalho. Trataremos do inconsciente como uma instância política e, particularmente, do inconsciente capitalista, no qual – defendemos – está contida uma determinada divisão sexual do trabalho, da qual decorrem identidades de gênero relativamente fixas e carregadas de binarismo.

1.1 Subjetividade e identidade: uma leitura psicanalítica

A grande contribuição de Freud ao pensamento ocidental foi a noção introduzida pela Psicanálise de um sujeito descentrado, cindido. A presença velada do inconsciente como a imensa base de um *iceberg* cuja ponta mal e mal se mantém na superfície levou a uma compreensão radicalmente nova da subjetividade humana. Lacan, querendo se contrapor a leituras duvidosas da psicanálise que defendiam um reforço do ego para fazer frente às demandas do inconsciente, propõe seu famoso retorno a Freud, que implicou também um retorno à primazia do sujeito do inconsciente. A noção freudiana de cisão forma a concepção de sujeito de Lacan (1966/1998), para quem essa cisão aparece como uma condição ontológica da subjetividade. O sujeito do inconsciente tem uma fissura constitutiva, como ex-cêntrico, como fora de si mesmo. O sujeito da psicanálise encontra-se, portanto, estruturado em torno de uma divisão radical.

Lacan (1966/1998) defende que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e, baseando-se na linguística estruturalista de Saussure, porém invertendo-a, fala da primazia do significante – que compõe a cadeia inconsciente – sobre o significado. Um significante se sustenta como tal na medida em que entra em relação com outro significante, mais especificamente na medida

em que pode se opor, se diferenciar, de outro significante. O significado, por outro lado, é a acepção que desliza sob os significantes em uma série.

O sentido de um significante emerge em função da diferença desse significante em relação a outros em um determinado contexto. Para melhor compreender essas noções e já abordando um significante caro à essa pesquisa, vejamos um exemplo com o termo “mulher”. Se este aparece em meio a uma série como casada-mãe-lar, obtém-se claramente um sentido distinto do que na situação em que mulher se encontra em meio à série solteira-mãe-desempregada. O valor da palavra muda de acordo com a cadeia de significantes da qual é um elemento. O significado ou a identidade de mulher adquire consistência apenas como resultado de sua entrada em uma relação diferencial com outros significantes. A identidade mulher não reside, portanto, em alguma noção abstrata do ser mulher independentemente do contexto. Nesse sentido, sua identidade está simultaneamente dentro e fora de si mesma (Glynos, 2000).

E como podemos entender a identidade em uma perspectiva psicanalítica? A ideia do sujeito como falta não pode ser separada das tentativas deste de cobrir essa falta constitutiva. Ressalte-se que preencher essa falta é impossível, de acordo com a compreensão psicanalítica, e o que resta ao sujeito é tentar escondê-la, disfarçá-la. É com esse fim que o sujeito busca afirmar uma identidade ou, quando esta falha, proceder com contínuos atos identificatórios que objetivam reconstituí-la. A subjetividade na obra de Lacan (1961-1962/s/d) está ligada, portanto, não só à falta, mas também às tentativas de eliminar essa falta que, no entanto, não para de reemergir. A incapacidade dos atos identificatórios para gerar uma identidade plena, que efetivamente esconda a cisão do sujeito, (re)produz a ex-centricidade radical deste. Em poucas palavras, a impossibilidade constitutiva de uma subjetividade coesa, positiva e autônoma é exatamente a condição de possibilidade para uma miríade de identificações imaginárias e simbólicas que caracterizam a complexidade da subjetividade.

A constituição de toda identidade ocorre por meio da identificação com traços social e culturalmente disponíveis. Esse processo é simultaneamente simbólico e imaginário, uma vez que os recursos disponíveis ao sujeito faltoso para tentar uma (re)constituição de sua identidade são desses dois tipos. A dimensão imaginária diz respeito à formação de uma imagem que traduz a ilusão de uma essência, um suposto significado fixo que se cristaliza como identidade. Já a dimensão simbólica, ligada ao significante, faz com que essa identificação, a despeito do seu significado, só possa ser compreendida na sua relação com outras identidades, uma vez que o significante só adquire valor em uma série de diferenças. Há, no registro simbólico, no entanto, sempre uma falha, algo que falta no processo de identificação. De acordo com Lacan (1961-1962s/d), é aí que surge o sujeito, como o que um significante representa para outro significante. O sujeito escapa à ordem simbólica, mas é ao mesmo tempo pressuposto por essa mesma ordem.

Dessa forma, quando um sujeito introjeta um significante, ele funciona como um mistério, uma espécie de enigma que carrega, em seu horizonte, a promessa de um significado. Nesse sentido,

é assim que o significante mulher se mostra: como um enigma que promete um significado, mas o esconde, e, ao mesmo tempo, como um lugar onde ocorre uma luta hegemônica por significado. É nesse sentido que Lacan alinha especificamente o termo identidade ao registro imaginário – uma vez que abarca, ainda que de forma mutável, um significado ou concepção atribuído, no caso do nosso exemplo, ao significante mulher – e o processo de identificação ao registro simbólico – entendido como o caráter promissor, em termos identitários, mas sempre enigmático daquele significante. Estamos usando aqui o exemplo do termo mulher, mas o mesmo pode ocorrer com qualquer outro significante, como homem, lésbica etc. (Glynos, 2000).

Lacan (1966/1998) associa a esse processo também o conceito de gozo. Esse apenas pode ser obtido por um hipotético sujeito pleno, não faltoso. Como isso é impossível, o gozo se revela como sempre já perdido, possibilitando a emergência do sujeito como um sujeito de desejo. A proibição do gozo – ponto crucial do conflito edípiano – é exatamente o que permite a emergência do desejo, estruturado em torno da busca infindável pelo gozo perdido e impossível. Quando a subjetividade é concebida em termos da falta, essa falta só pode ser entendida como uma falta de gozo.

O fato de que esse gozo é sempre já perdido, no entanto, não significa que ele não influencie processos de identificação. Ao contrário, é a promessa imaginária de recapturá-lo que provê o suporte para muitos de nossos papéis sociais, posicionamentos políticos, escolhas de consumo etc. Uma boa parte do discurso político, por exemplo, se concentra na promessa de uma vida plena ou de uma sociedade justa, ambas ficções imaginárias de um estado futuro no qual as atuais limitações que ameaçam nosso gozo serão superadas (Glynos & Stavrakakis, 2008).

No entanto, mesmo quando se vivencia uma situação almejada, o gozo permanece parcial, uma vez que o gozo obtido será sempre distinto do gozo esperado. Essa característica do gozo parcial de ser incapaz de atender plenamente ao desejo alimenta a insatisfação. Ela reinscreve a falta na economia subjetiva, a falta de outro gozo, dessa forma reproduzindo a promessa fantasiosa – e o desejo – de sua recaptura (Lacan, 1955-1956/1985a).

A promessa do gozo pleno que incita o desejo – porém sempre escapa às nossas tentativas de captura identificatória – está ligada ao que Lacan (1966/1998) chama de objeto *pequeno a*, o objeto-causa do desejo. O objeto *pequeno a*, ao sustentar a (im)possibilidade de satisfazer o desejo de preenchimento da falta – o desejo de gozo –, é outro elemento essencial para a compreensão do sujeito. Ele escapa a todas as tentativas identificatórias de capturar o gozo pleno hipotético que representa, mantendo assim o desejo do sujeito. Além disso, ele dá suporte às identificações do sujeito ao organizar seu gozo parcial.

Há uma outra noção que permeia os processos acima descritos, qual seja, a da fantasia: é ela quem configura a teia onde se enredam o desejo de gozo e o objeto *pequeno a* (doravante, objeto *a*). Deixaremos para abordar esse conceito, no entanto, mais ao final desse capítulo, com o intuito de

relacioná-lo com o conceito de ideologia conforme proposto por Marx e em sua releitura por Althusser e Žižek.

1.2 A identidade entre o psíquico e o social

O entendimento da psicanálise sobre o sujeito introduz mudanças profundas também na compreensão da vida em sociedade. Em seu texto *Mal-estar na civilização* (1930/1996), Freud apresenta uma psique humana que dialeticamente forja os meandros conflituosos do convívio social e é por eles forjada. Com base em Freud, Lacan (1972-1973/1985b) defende que o próprio fundamento das relações interpessoais é o conflito. Por isso, a teoria lacaniana não é uma teoria sobre como a relação entre o individual e o social deveria ser, mas uma teoria sobre a contínua falha dessa relação. Por outro lado, como chama a atenção Brousse (2003), “a oposição individual/coletivo não é válida, pois o desejo que o sujeito visa a decifrar é sempre o desejo do Outro, uma vez que passa pelos desfiladeiros do significante” (p. 17). Não se trata, portanto, de uma oposição, mas de uma relação dialética em que a tensão não deixa de estar presente.

Para Lacan (1966/1998), o grande Outro – a cultura, relacionada ao domínio do simbólico, apesar de não equivalente – não possui uma consistência ontológica. Ela tem um *status* puramente virtual: ela não existe lá fora, não está depositada em artefatos, mas sim é construída pelo sujeito. Isso é justamente o que Lacan tem em mente quando ele alega que o grande Outro não existe: não é que a cultura, os significados compartilhados não existam, significa antes que a sua existência é totalmente relacionada ao sujeito que a constrói – eles existem na medida em que as pessoas acreditam ativamente na sua existência.

A ordem simbólica, para Lacan (1966/1998), não é um sistema completo, um universo de significados sem furos, ela é antes inconsistente e faltante. Essa compreensão é essencial para conceber a agência do sujeito. O caráter não totalitário da realidade simbólica significa que há sempre um descompasso entre as demandas da sociedade, o chamado para que o sujeito se torne um indivíduo bem integrado na sociedade e um sentimento de inadequação, como se se estivesse sempre fora do lugar.

Žižek (2013) afirma que o sujeito não só está sempre deslocado, mas é esse deslocamento. Assim, essa estrutura dialógica está inscrita no próprio ser do sujeito: tem-se o objetivo de representar a si mesmo, essa representação falha, o sujeito é a falha de sua própria representação. Este falha ao representar a si mesmo porque a substância social a partir da qual nós nos formamos e na qual nós confiamos é incompleta. A possibilidade de agência não vem da capacidade das pessoas de serem autônomas, mas do fato de que a cultura falha na tentativa de dar conta da totalidade da existência. O sujeito está na resistência à total alienação na cultura. E é assim que emerge a possibilidade de se experimentar o novo.

Para Lacan (1959-1960/1997), o novo apenas pode aparecer como o resultado de uma total suspensão de todo o conjunto de significações culturais, a negação formal do que “é”. O psicanalista

trata desse gesto fundamental de recusa do simbólico no livro VII de seus seminários, *A ética da Psicanálise*, onde a dimensão psíquica do Real começa a tomar forma. Ele o faz com uma leitura da figura clássica de Sófocles, Antígona, a mulher que se recusa a aceitar as regras da cidade. Esse caso representa o que Lacan chama do ato ético: não a realização da Lei, mas justamente o contrário, uma recusa radical a seguir a Lei.

Entre o sujeito e seu contexto, existe sempre um hiato irreduzível, pois o que define a subjetividade é justamente o fato de um sujeito nunca se encaixar perfeitamente em seu contexto, nunca estar totalmente absorvido nele. Por outro lado, o sujeito não pode ser nada mais do que as múltiplas identidades simbólicas que assume ao longo da vida (Zizek, 2008).

Com base nessa discussão, podemos então ampliar a noção de identidade e subjetividade que havíamos colocado no tópico anterior. Para a presente pesquisa, é essencial o entendimento de identidade como um construto que se configura, de forma imbricada, como histórico, social e cultural. Nesse sentido, não é possível entender a identidade de gênero sem compreender os lugares ocupados por homens e mulheres na divisão social do trabalho da forma como essa evoluiu historicamente e, particularmente, no sistema capitalista.

A identidade não é algo estanque, ela não é definitiva. Ela é sempre uma tentativa – consciente ou inconsciente – de tamponar uma falta fundamental. Entender a identidade como algo estático é incompatível com a compreensão do ser humano como um ser que se constrói dialeticamente no encontro e no confronto com a realidade histórica e cultural. Dessa forma, podemos compreender a identidade como processos de identificação pessoal e social que se conformam na apropriação subjetiva e no compartilhamento de conteúdos simbólico-afetivos. Por outro lado, pretendemos mostrar, nesta tese, como a alienação de gênero leva ao cerceamento dessa disposição humana, forjando identidades fixas.

O ser humano, por ser um ser invariavelmente social, desenvolve-se permeado pelas vicissitudes de manter-se único, sem se confundir com o outro, e simultaneamente compartilhar com esse outro conteúdos simbólico-afetivos que lhe imbuem do sentido de pertencimento a um grupo simbólico. Desenvolver-se como ser único e singular e fazê-lo apenas com e por meio do outro é a dialética fundamental de constituição do sujeito (Ciampa, 1983).

O conceito de identidade propõe-se a acessar tal fenômeno complexo. Esse termo nos remete a duas conotações: o primeiro seria o de idêntico a si mesmo e, portanto, diferente dos outros; o segundo seria o de idêntico a um grupo de pessoas e, portanto, distinto de outro grupo. A essas dimensões – dinâmicas e metamorfoseantes por excelência – correspondem os conceitos de identidade pessoal e identidade social. No entanto, não devemos entender essas noções de forma dicotômica. Ainda que se tratando de dimensões distintas, eles interagem entre si inelutavelmente, de modo que a identidade pessoal constitui-se por meio do social e o social se constrói na confluência dos indivíduos, sem que no entanto um se confunda com o outro (Deschamps & Moliner, 2009).

A identidade de gênero deve ser entendida dentro dessa dialética entre individual e social, em que o sujeito se compõe justamente nas contradições e tensões desse encontro. Para adentrarmos esse debate a partir da perspectiva teórico-epistemológica aqui proposta, iremos tratar agora das relações entre materialismo histórico-dialético e psicanálise, a fim de, posteriormente, analisarmos de que forma a constituição da identidade de gênero é guiada por um inconsciente político e é, em um contexto capitalista, afetada pela divisão sexual do trabalho. Homens e mulheres não estão inseridos da mesma forma na sociedade capitalista, ainda que frequentemente análises nesse sentido tendam a ignorar as relações de gênero, considerando a existência de apenas um gênero, levando a que todas as relações sociais sejam representadas como masculinas.

1.3 Aproximações entre Materialismo histórico-dialético e Psicanálise: inconsciente capitalista

A complexa proposta de unir materialismo histórico-dialético e psicanálise já foi, ao longo do último século, empreendida por diversos teóricos a partir de diferentes abordagens e objetivos. Essa não deixa de ser uma tarefa que frequentemente suscita, por um lado, fascínio e interesse e, por outro, estranhamento e críticas. A algumas dessas críticas fazemos coro, a outras nos opomos, uma vez que vemos, nesse encontro teórico e metodológico, possibilidades de uma relação promissora para fins de compreensão e construção de fenômenos sociais e psíquicos.

No que concerne às críticas, algumas vozes da esquerda alegam que a psicanálise prospera apenas em um universo capitalista e até mesmo que ela teria sido historicamente inventada para ser uma terapia de classe, servindo ao bem-estar da burguesia (Dahmer, 1983). Tais críticas encontram suporte teórico em autores como Foucault, Deleuze e Guattari, que, apesar de suas diferenças filosóficas, buscaram demonstrar que várias correntes psicanalíticas contribuíram ativamente para a normalização do desejo e, assim, reproduziram formas capitalistas de dominação, mantendo o desejo na ordem capitalista-patriarcal (Tomsic, 2015).

Althusser (1985), em seu ensaio sobre Freud e Marx, deixa claro que os objetos do materialismo histórico-dialético e da psicanálise enquanto ciências são distintos: o do primeiro é a luta de classes e o do segundo é o inconsciente. O filósofo francês critica aqueles autores que basearam a afinidade entre os dois em uma identidade de objeto, como o fez Reich, ao defender que os efeitos dos conteúdos reprimidos no inconsciente poderiam ser identificados aos efeitos da luta de classes, expressos na repressão capitalista burguesa.

Análise semelhante pode ser feita a respeito de Marcuse, quando este empreende uma síntese das categorias freudianas e marxistas (Robinson, 1971). Para Marcuse (1999), marxismo e psicanálise apresentariam abordagens distintas, porém complementares, de um mesmo fenômeno: o indivíduo explorado e alienado do capitalismo. Enquanto o marxismo analisaria a dimensão social – a infraestrutura econômica – a psicanálise se ocuparia do fundamento psíquico correspondente. Podemos observar que tanto Marcuse quanto Reich veem entre o materialismo histórico-dialético e

a psicanálise uma identidade de objeto e até mesmo de objetivo, uma vez que ambas teorias apontam o caminho para a superação, por um lado, da luta de classes, e, por outro, da repressão do inconsciente, por meio de um único processo que teria efeitos nos níveis social e psíquico.

A via pela qual Althusser (1985) aborda as semelhanças entre Marx e Freud é a de que o conceito de inconsciente da psicanálise – sem que Freud soubesse ou tivesse real consciência disso – é revolucionário e antiburguês. O autor afirma que as ciências burguesas se fundam na ideia de unidade da consciência, noção essencial para justificar a aceitação da sociedade capitalista como sendo uma escolha consciente. Dessa forma, a própria existência do inconsciente representa uma ameaça teórica para as ciências burguesas, daí a tentativa de domesticar a psicanálise.

Essa ideologia do homem como sujeito, cuja unidade está assegurada ou coroada pela consciência, não é uma ideologia fragmentária qualquer, é simplesmente a forma filosófica da ideologia burguesa, a qual dominou a História durante cinco séculos e que, embora hoje em dia não tenha a mesma força que antes, reina, ainda, em amplos setores da filosofia idealista e constitui a filosofia implícita na Psicologia, na Moral e, inclusive, na Economia Política (Althusser, 1985, p. 84).

Neste trabalho, queremos nos diferenciar daqueles autores que viram, entre esses dois campos do conhecimento, uma afinidade de objetivos – tal como Reich, Marcuse e outros da chamada Teoria Crítica –, em prol de enxergá-los em sua proximidade lógica, estrutural. É nesse sentido que não se trata aqui de usar a psicanálise para atingir fins como o de uma revolução socialista – foge ao escopo desta tese entrar nesse mérito –, trata-se antes de fazer uso de um ponto de vista crítico que se mostra privilegiado para a compreensão da produção da subjetividade capitalista. Ao fazê-lo, estamos nos fundamentando em Freud, mas sobretudo na leitura do psicanalista francês Jacques Lacan sobre a obra de Marx, sempre baseado no fundador da psicanálise.

Lacan não é conhecido por ser um pensador de esquerda ou com afinidade com o pensamento revolucionário marxista. Segundo uma afirmação sua, o aspecto mais subversivo de sua obra é que ele nunca alegou ter uma solução para os conflitos sociais (Lacan, 1969-1970/1992b). De saída, chama a atenção o fato de que o psicanalista não coaduna com uma leitura da obra marxiana em termos de objetivos ou soluções para conflitos sociais.

Tomsic (2015) defende a tese de que Lacan empreendeu, a partir de 1968, um segundo retorno a Freud – em alusão ao famoso retorno a Freud, proposto por esse autor – no qual se baseou prioritariamente não mais na linguística estruturalista de Saussure, mas em Marx. Essa virada ocorre com o marco do Seminário XVI, *De um Outro a outro* (Lacan, 1968-1969/2008), realizado entre novembro de 1968 e junho de 1969, e profundamente marcado pela convulsão política na França, simbolizada pelo movimento de maio de 68. Nesse seminário, Lacan defende que existe uma homologia entre Marx e Freud, que se funda na lógica que ambos utilizam para tecer suas análises. Ressalte-se que Lacan diz homologia e não analogia, ou seja, não se trata de uma semelhança, mas de uma equivalência

Antes de procedermos com a análise dessa homologia, vale debatermos uma observação que Lacan fizera no seminário de dois anos antes – o seminário XIV, intitulado *A lógica do fantasma* (1966-1967/2005b) – e que será essencial para embasar a ideia de inconsciente capitalista trazida por Tomsic (2015). O psicanalista francês afirmara, naquela ocasião, que o inconsciente é, em si, uma instância política. Ao fazer tal afirmação, insinua que aquilo que entendemos como sendo o núcleo mais profundo do ser – o nível do desejo – é não só inconsciente, mas também estruturado pela política. Dessa forma, seria errado ver no inconsciente um recuo do social rumo a uma esfera de vida estritamente privada que não tem absolutamente nenhuma conexão com a realidade social. O inconsciente freudiano articula subjetivo e social, privado e público, de modo que a existência e os mecanismos formais do inconsciente dependem das mesmas estruturas que determinam o funcionamento dos laços sociais.

Lacan não aprofunda essa tese, deixando a tarefa para psicanalistas que vieram depois dele. Entre aqueles que se debruçaram sobre o tema, talvez o mais notório seja Jacques-Allain Miller em seu conjunto de reflexões denominadas *Intuições Milanesas*, conferências proferidas entre 2001 e 2002. Nessas, o psicanalista se confronta com a fórmula lacaniana “o inconsciente é a política” e busca aprofundá-la.

A definição do inconsciente pela política tem raízes profundas no ensino de Lacan. “O inconsciente é a política” é um desenvolvimento de “O inconsciente é o discurso do Outro”. Essa relação com o Outro, intrínseca ao inconsciente, é o que anima desde o início o ensino de Lacan. É a mesma coisa quando estabelece que o Outro é dividido e não existe como Um (Miller, 2011a, p. 6).

Miller (2011a) explica que o inconsciente provém do laço social, ou seja, é transindividual: trata-se da mesma lógica que está por trás da análise freudiana do chiste, que só faz rir devido à existência de uma comunidade unificada pelo compartilhamento de certos conteúdos inconscientes. Essa tese se aproxima do conceito que trouxemos acima para a identidade: como processos de identificação pessoal e social que se conformam na apropriação subjetiva e no compartilhamento de conteúdos simbólico-afetivos. Em Freud, encontramos formulações que amparam a concepção de inconsciente para além do individual em textos como *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/2013), *Mal-estar na civilização* (1930/1996) e *Moisés e o monoteísmo* (1939/2014). Nesse último, por exemplo, há uma interessante passagem em que Freud critica o conceito de inconsciente coletivo de Jung e explica que é desnecessário criar um novo conceito ou instância para isso, uma vez que o conteúdo do inconsciente é necessariamente coletivo.

Dando sequência ao pensamento de Miller (2011b), esse deixa supor que o inconsciente é histórico, uma vez que se modifica até mesmo em termos estruturais ao longo do tempo. A época de Freud, marcada pelos regimes autoritários e pelos costumes conservadores, em que as normas e proibições eram inúmeras e desempenhavam papel importantíssimo no dia a dia das pessoas,

explicaria a importância, para o psicanalista vienense, da compreensão do psiquismo humano em termos do falo, da sexuação masculina, do Pai e da castração.

Lacan foi herdeiro dessa lógica, mas seu ensino deixa transparecer modificações, sobretudo quando sugere, em texto de 1967, intitulado *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola* (Lacan, 2003), que o Édipo e o Nome-do-pai tornaram-se um inconveniente, pois o que servira na época de Freud já não servia mais: o pai não poderia mais ter a função de significante-mestre, uma vez que não teria mais tal função reguladora. É nesse contexto que Lacan estabelece a noção de não-todo. Essa estaria ligada à ausência de limites e interditos e a uma lógica feminina, pela não presença do falo. Para Lacan, a mulher é não-toda e ela tem acesso, além de ao gozo fálico – por não deixar de estar sob a lógica fálica –, a um gozo suplementar. Aprofundaremos essa temática no próximo capítulo. O que nos interessa abordar aqui é como Miller transporta essa análise para o plano social e histórico. De acordo com o psicanalista francês, passamos de uma era do todo, da lógica fálica, para uma era do não-todo, em que não há regras, não há limites, não há interditos. Nessa, prevaleceria o feminino e o significante-mestre caminharia para a extinção.

Há vários [significantes] e nada garante, pelo contrário, que eles sejam outra coisa além de caóticos, mesmo que o enxame se desloque em grupo. Uma constelação de significantes, mais do que uma unicidade do significante-mestre. (...) Não se trata aqui tanto de uma promoção da histeria quanto da promoção do sujeito sem referência (Miller, 2011b, p. 15).

Apesar de concordarmos com algumas consequências extraídas por Miller da fórmula lacaniana que amplia a noção de inconsciente freudiano ao defini-lo como político, nos opomos à leitura que ele faz da época contemporânea. Trata-se de uma visão tipicamente pós-moderna, que, ao naturalizar o sistema capitalista, o vê quase como inexistente, como se as regras implícitas de um tal sistema não fossem regras ou não impusessem interditos, mas antes representassem o funcionamento normal das coisas. Podemos entender isso como um efeito justamente da homologia de funcionamento entre inconsciente e sistema capitalista, conforme conclusão de Tomsic (2015) que trataremos adiante. Por outro lado, é importante deixar claro que não queremos assim supor o modo de produção – e reprodução – capitalista como um modelo pronto e acabado, que não se submete às vicissitudes do tempo histórico. Pelo contrário, o capitalismo tem mostrado, ao longo dos últimos séculos, uma enorme capacidade de transformação. Entendemos, no entanto, que alguns de seus princípios básicos seguem operantes, ainda que sofrendo importantes modificações históricas. Um deles é a centralidade do capital e da mercadoria, conforme discutiremos abaixo, o outro é a divisão sexual do trabalho, objeto desta tese.

É nesse sentido que preferimos a análise de Tomsic (2015), que leva adiante o raciocínio ao afirmar que o inconsciente estudado por Freud e posteriormente por Lacan é o próprio inconsciente capitalista. Na esteira do que vimos discutindo aqui, o autor entende que o inconsciente não é uma instância universalmente equivalente, mas sim se estrutura de acordo com as condições sociais, históricas, culturais e econômicas nas quais se forma o sujeito. Nesse sentido, no modo de produção

capitalista, o sujeito se constitui profundamente de acordo com esse modo de produção, em uma homologia de estrutura. Vamos entender, em Lacan, do que se trata essa homologia – o que nos levará também a Marx e a Žižek –, para então prosseguir com a análise de Tomsic, que nos é de fundamental importância nesta tese, uma vez que é dela que derivaremos nossa ideia de que a divisão sexual do trabalho é constitutiva do inconsciente capitalista.

No Seminário XVI, uma das principais teses propostas por Lacan se refere à homologia entre a estrutura do inconsciente e a estrutura de troca de mercadorias em uma sociedade capitalista, bem como entre o conceito de mais-valia e o de mais-gozar. Para apreender melhor tal defesa, vejamos algumas noções da obra de Marx.

No livro *O Capital* (1932/2008), Marx parte da proposta de analisar o capitalismo a partir da forma mais elementar assumida pelo mercado: a mercadoria. Ao procurar entendê-la da maneira como aparece para a sociedade, assim a define: “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (p. 41). Por outro lado, Marx esclarece que, para que um objeto se torne mercadoria, não é suficiente que ele satisfaça necessidades humanas – seu valor de uso –, mas ele precisa ter potencial de circulação – aí reside seu valor de troca. Ao circular, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, tornando este desimportante para o mercado.

Em uma cadeia de circulação de mercadoria, destaca-se uma mercadoria especial, o dinheiro, por sua característica de representar essa própria circulação. Nesse contexto, importa-nos a compreensão do processo pelo qual o dinheiro se torna capital. O primeiro pode ser compreendido pela sequência $M - D - M$ (M designa mercadoria e D , dinheiro), na qual ocorre uma venda – a mercadoria vira dinheiro – e uma compra – o dinheiro vira mercadoria. O foco desse processo está na mercadoria e, conseqüentemente, no seu valor de uso. Por outro lado, o capital pode ser designado por $D - M - D$, em que ocorre uma compra – o dinheiro vira mercadoria – e em seguida uma venda – a mercadoria vira dinheiro. O foco aqui passa a ser o dinheiro e a mercadoria tem lugar apenas enquanto valor de troca. Trata-se agora de acumular dinheiro, colocando-o para circular a fim de fazer mais dinheiro. Nesse caso, o dinheiro se torna capital (Marx, 1932/2008)

A homologia que Lacan propõe no Seminário XVI se refere justamente à estrutura de circulação de mercadorias – na qual o que importa é o valor de troca e não o de uso – e a estrutura do inconsciente – em que o significante se sobrepuja ao significado. Da mesma forma que, no capitalismo, uma mercadoria só adquire valor na sua relação com outra mercadoria, também no inconsciente um significante só adquire valor na sua relação com outro significante, pouco importando o significado para que essa circulação se efetive (Lacan, 1968-1969/2008).

Logo, no entanto, Marx (1932/2008) se coloca a questão: na circulação de capital, que simbolizamos acima por $D - M - D$, o que faz com que D_2 seja maior que D_1 ? É necessário que haja alguma coisa em M que gere essa diferença. Ora, só há uma mercadoria capaz de gerar valor: a força

de trabalho. No entanto, não é pelo próprio trabalho que o empresário enriqueceu – como sugere a noção falaciosa do *self-made man* – é antes por meio da exploração do trabalho alheio, ou seja, por meio da extração de mais-valia. O trabalhador, ao produzir uma mercadoria a partir da matéria-prima, gera valor. No momento em que essa mercadoria entra em circulação, o que passa a importar não é mais o seu valor de uso e sim seu valor de troca. O valor de troca de uma mercadoria é estabelecido a partir do tempo socialmente necessário para a sua produção e é a partir desse critério que o operário é remunerado: o custo necessário para sua (re)produção.

Dessa forma, o salário do trabalhador ocorre com base no necessário para a sua sobrevivência, ao passo que as horas de trabalho por ele investidas na produção geram um valor de troca que deverá necessariamente ser superior. Em outras palavras, enquanto sua remuneração corresponde ao tempo mínimo de trabalho para a manutenção de sua vida, sua jornada é estendida para um número de horas sempre superior a esse mínimo. Isso significa que, em sua jornada de trabalho, haverá sempre um número de horas excedente, em que o operário trabalha de graça para o dono dos meios de produção. Essa diferença, extraída pelo capitalista, é precisamente a mais-valia (Marx, 1932/2008).

Socialmente, o dono dos meios de produção pode alegar que o salário do trabalhador é justo, uma vez que é suficiente para que esse possa se manter. No entanto, o valor gerado pelo operário, em termos do valor de troca da mercadoria produzida por ele, é superior. Diante desse truque enganador, o capitalista ri. Não é por menos que, no mesmo seminário em que Lacan fala sobre a homologia entre Marx e Freud, fala também sobre o chiste. Daí decorre que a estrutura do capitalismo é a estrutura do chiste; o capitalismo se mostra como uma piada (Oliveira, 2008). Se levarmos essa análise à relação que Miller faz entre a comunidade que compartilha conteúdos inconscientes com a condição do inconsciente enquanto político, e também ao entendimento de identidade que propomos aqui, podemos daí deduzir uma estrutura inconsciente que se traduz em termos identitários: uma identidade de privilegiado, de quem não faz laço com o proletariado, conforme veremos abaixo no discurso do capitalista.

A transferência de parte da jornada de trabalho do empregado para o empresário implica que o trabalhador renuncia a um certo gozo, pois perde a possibilidade de desfrutar dos produtos do seu trabalho, ao menos em parte. “O que Marx denuncia na mais-valia é a espoliação do gozo” (Lacan, 1969-1970/1992b, p. 74). Há perda de gozo na medida em que o operário passa parte considerável de sua jornada trabalhando sem ser remunerado, na medida em que, ao sacrificar horas preciosas de sua vida ao capitalista, é roubado em sua existência. E essa perda de gozo é encoberta, pois, para todos os efeitos, o trabalhador recebe, por sua jornada, um preço justo.

Lacan (1968-1969/2008) cria então o conceito de mais-gozar (ou mais-de-gozar), para se referir ao gozo que é retirado do trabalhador e apropriado pelo capitalista. Esse gozo é sempre já perdido, e é justamente a sua perda pelo trabalhador que o engendra. Ao vender como mercadoria sua força de trabalho, o trabalhador recebe algo em troca, mas esse valor será sempre insuficiente,

pois algo jamais será pago. Esse “algo” pertence agora ao mercado e o trabalhador não poderá mais gozar disso. A rigor, ele nunca desfrutou desse gozo, mas, justamente por tê-lo perdido, ele o acossa.

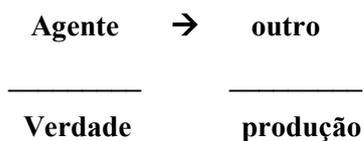
Por outro lado, tendo em vista a condição subjetiva da falta e o gozo impossível, não se pode tampouco supor que o capitalista se aproprie desse gozo e dele usufrua plenamente. Uma vez que o objetivo do capitalismo é a acumulação, a mais-valia deve ser reinvestida, a fim de gerar mais capital. Há, portanto, um constante adiamento do gozo, que se mantém no horizonte como enigma e promessa, como já vimos. Pode-se supor que há uma recuperação parcial desse gozo no culto à mercadoria, que se consolida na forma do consumo (Lustoza, 2009).

De acordo com Zizek (1999), a leitura que Lacan faz de Marx nos permite entender que o filósofo alemão insere na lógica burguesa uma fissura, seu sintoma. Marx rompe com a possibilidade de entendimento de que o fato de a sociedade capitalista realizar de forma imperfeita seus princípios universais – como a liberdade, a igualdade e a fraternidade – seja uma mácula passível de ser corrigida pelo desenvolvimento da sociedade capitalista. Trata-se, antes, explica o filósofo esloveno, de uma condição constitutiva do capitalismo: a desigualdade, a alienação e a exploração do ser humano pelo próprio ser humano.

É nesse sentido que Lacan (1966/1998) afirma que foi Marx quem inventou o sintoma, mesmo não tendo utilizado o termo. Para o psicanalista, o autor alemão faz uma leitura do capitalismo a partir do seu sintoma, qual seja, a exploração da classe trabalhadora, consolidada na extração da mais-valia. A análise a partir de sintomas é um ponto que aproxima Marx de Freud, pois este também construiu sua teoria sobre o funcionamento do aparelho psíquico a partir de algo que ali não funcionava, os sintomas histéricos. Ao fazê-lo, afirma Lacan (1966/1998), Marx e Freud introduziram algo da ordem da verdade no saber científico. No caso de Marx, esse demonstra que somente a verdade do sintoma proletário pode colocar em xeque a afirmação burguesa pseudocientífica de que o capitalismo é um modo de produção justo e que garante a todos igualdade de oportunidades (Zizek, 1999).

Em 1969, no seminário *O avesso da psicanálise*, Lacan desenvolve sua teoria dos quatro discursos como uma forma de dar uma resposta aos eventos que mobilizaram o mundo ocidental em 1968. Interessa-nos tratar do assunto para chegarmos ao que Lacan chama de Discurso do Capitalista. Com essa teoria, trata-se, para Lacan, de compreender a subjetividade, da forma como esta se manifesta na clínica psicanalítica e no contexto histórico. Para o psicanalista francês, os discursos estão na base e possibilitam qualquer laço social. Inicialmente, o psicanalista propõe quatro discursos fundamentais, todos derivados do primeiro deles: o do mestre, o do universitário, o da histórica e o do analista. Posteriormente, o psicanalista fala de um outro discurso, o discurso do capitalista (Lacan, 1969-1970/2008).

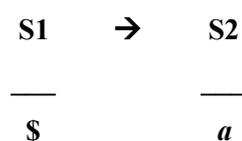
Para entendermos os discursos, precisamos ter em mente que eles funcionam em duas dimensões: as posições, que são fixas, e os termos, que são variáveis. As posições, invariáveis, são:



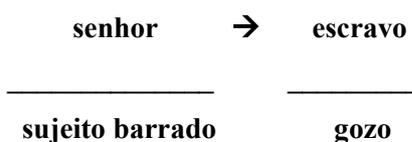
O agente é quem domina o laço social ao organizar a produção discursiva, ele dirige o discurso a um outro, que precisa, portanto, do agente para se constituir. A verdade é o que dá sustentação ao discurso, mas ela não pode ser toda dita, não se tem total acesso a ela. Por fim, esse discurso produz algo, tem um efeito.

Os termos do discurso, esses, sim, cambiantes, são: S1, o significante-mestre, um significante vazio de significado, mas que é condição de possibilidade da cadeia discursiva; S2, que representa o saber, o significante diante do qual S1 representa o sujeito e em conjunto com o qual se constitui a mínima cadeia de significação; *a*, o objeto *a*, objeto causa do desejo ou mais-gozar; \$, sujeito barrado. Tendo isso em vista, assim se estrutura o Discurso do Mestre, base para os demais discursos:

Discurso do Mestre



Podemos entender essa estrutura como o sujeito (\$) que se faz representar por um significante (S1) para outro significante (S2), porém com uma perda, o objeto *a*. No discurso do mestre, na operação de representação de um sujeito junto ao Outro significante, sempre haverá uma perda, caracterizada pela produção do objeto *a*. Lacan ilustra o discurso do mestre com a famosa dialética entre o senhor e o escravo descrita por Hegel no livro *Fenomenologia do Espírito* (1807/2011). Nessa relação estabelecida com Hegel, Lacan posiciona o senhor em S1, no lugar do significante-mestre. O mestre tenta se sustentar no mito falacioso de ser equivalente ao seu próprio significante, porém a verdade é que ele é castrado. O escravo representa o saber, posicionando-se como S2, o que implica que ele, em alguma medida, sabe que o senhor é castrado, mesmo que esse queira aparentar não ser. Dessa relação, o que se extrai como produção é o gozo.



O Discurso do Capitalista, explica Lacan, é antes uma forma contemporânea de entender o Discurso do Mestre do que em si um outro discurso. Nele, as posições variam e apenas o lugar da

verdade permanece sendo ocupado pelo objeto *a*. No entanto, explica Lacan, no discurso do capitalista inexistente o laço social, não há vínculo entre o capitalista e o proletário

Discurso do capitalista

$\$ \rightarrow S2$	valor-de-uso (força de trabalho)	valor-de-troca Mercado (preço)
$S1$	a	Trabalhador
		mais-valia

Assim, a força de trabalho – como agente, porém na condição de barrado – se dirige ao mercado – esse como saber quantificável na forma do preço – produzindo-se a mais-valia. A verdade que sustenta essa estrutura, mas que é ocultada, é o trabalhador enquanto sujeito. Voltemos então à famosa frase – “um significante representa um sujeito junto a outro significante”. Ao falar do discurso do capitalista, Lacan (1968-1969/2008) a reelabora nos termos do materialismo histórico-dialético: um valor de uso (força de trabalho) representa um trabalhador junto ao mercado, de onde advém uma mais-valia. Ao representar o operário junto ao mercado, a força de trabalho, como valor de uso, recebe seu valor de troca. Porém, ao “trocar”, o trabalhador perde aquilo que tinha – ainda que efetivamente não possuísse –, e a única forma de o haver possuído é perdendo-o.

Na condição de valor de uso – força de trabalho sendo vendida no mercado – o operário torna-se valor de troca, e seu trabalho útil é transformado em trabalho abstrato. No entanto, nessa transformação, há uma falha, há algo que não é pago, que não recebe um preço: falha do saber, de onde emerge a mais-valia. Para Marx, “a própria mais-valia decorre de um valor de uso da força de trabalho, ‘específico’ e que lhe pertence com exclusividade” (Marx, 1932/2008, p. 115). Existe algo no uso que não é redutível à troca. O valor-de-uso, representado pela força de trabalho, como $\$$ que representa um trabalhador para S2, que é o Mercado na condição de Saber (ou o Saber na condição de Mercado), jamais será plenamente transmutado em Saber. Sempre existirá um resto. Ao comercializar sua força de trabalho no mercado, o empregado vende algo que nunca será remunerado. Nas palavras de Lacan, “no funcionamento do sujeito capitalista, este trabalho não pago é a mais valia. É o fruto dos meios de articulação que constitui o discurso capitalista da lógica capitalista” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 37).

Tendo feito essa exposição talvez um pouco delongada sobre a homologia proposta por Lacan entre a estrutura da cadeia significante e a estrutura de produção de mais-valia, bem como sobre sua teoria dos discursos, retomemos a conclusão a que chega Tomsic (2015) ao propor a existência de um inconsciente capitalista, tomando por base Lacan e Marx. Uma vez que o inconsciente não se constitui, portanto, como o domínio do privado, do a-histórico e do irracional, como frequentemente é retratado, devemos entendê-lo como uma dimensão em que o sistema

econômico e político é refletido de forma estruturante do gozo e do desejo. Se as realidades psíquica e social são organizadas por estruturas homólogas, decorre disso que entendemos tacitamente o funcionamento da sociedade como harmonioso em relação ao nosso próprio funcionamento psíquico, como estruturas que se espelham de maneira necessária. Isso leva a uma naturalização e a um sentimento de inevitabilidade do sistema capitalista, como se fosse esse o sistema mais adequado à condição humana. Esse enraizamento do capitalismo no nível inconsciente tem a consequência última de dar a esse a aparência de ser o efeito, muito mais que a causa, dos nossos desejos. Por outro lado, defende Tomsic, o inconsciente é também um espaço onde são travadas batalhas, à semelhança dos conflitos sociais – como a luta de classes. Nos últimos séculos, essas batalhas têm sido vencidas pelo capitalismo, mas o inconsciente segue respondendo a mudanças políticas e sociais que ocorrem em um nível consciente.

Nesse ponto, é importante retomarmos nossa concepção de sujeito como ativo, nunca estático e dado *a priori*. Podemos fazer essa leitura a partir de Vigotski (1934/2008), psicólogo soviético que desenvolveu sua teoria psicológica a partir do materialismo histórico-dialético e, ao enxergar o sujeito na dialética entre o psíquico e o social, enfatizou sua capacidade de agir sobre a realidade e transformá-la. Interessa-nos também a leitura, que trouxemos no início deste capítulo, que fazem Lacan e Žižek, para quem a condição humana da falta e a resistência do sujeito à total alienação na cultura impulsionam o desejo e possibilitam a agência do sujeito. Iremos defender nesta tese o *locus* da educação como potencialmente revolucionário em termos de tomada de consciência e transformação subjetiva e identitária por parte das mulheres.

Outra consequência que podemos extrair do pensamento de Tomsic concerne à questão da identidade. Essas, muitas vezes vistas como tão fluidas, têm um importante ponto de ancoragem, que é o inconsciente capitalista. Novamente, a naturalização do sistema capitalista leva à sua quase invisibilidade, o que acaba por forjar uma ideia de fluidez, mutabilidade e liquidez, para usar o termo de Bauman (2005), ideia essa que, de acordo com a tese que estamos construindo aqui, pode se mostrar falaciosa.

1.4 O inconsciente capitalista: implicações para o pensamento sobre gênero

Até este ponto, procuramos vislumbrar possíveis relações entre o materialismo histórico-dialético e a psicanálise. Neste momento, é nosso interesse levar adiante as possibilidades que esses campos do conhecimento, articulados, podem nos proporcionar para o entendimento das relações de gênero. Seguiremos a linha de raciocínio conduzida até aqui que nos diz que o sujeito é descentrado em razão de apresentar uma dimensão inconsciente. Esse inconsciente não é meramente psíquico, mas é antes histórico, social, político e psíquico. O fato de estarmos submersos em um modo de produção capitalista impregna – ou antes constitui – nosso inconsciente, formando nossa subjetividade e nossas possibilidades identificatórias, o que não exclui, entretanto, a viabilidade de agência do sujeito.

O modo de produção capitalista, nos últimos séculos, tem envolvido uma divisão sexual do trabalho, que determina e hierarquiza o trabalho a ser realizado pelos gêneros, encarados de maneira dicotômica como masculino e feminino. Isso não quer dizer que a divisão sexual do trabalho ou mesmo o patriarcado tenham sido inventados pelo capitalismo, mas apenas que este os transformou de tal modo que aqueles passaram a estar inteiramente submetidos à lógica do capital (Mitchell, 2006). Ressalte-se que não é nossa pretensão aqui dizer em que medida isso pode se alterar em um futuro próximo ou distante, mas entendemos que a divisão sexual do trabalho foi fundamental para a estruturação do capitalismo e segue sendo até o presente. Assim, aos homens cabe a produção social, tipicamente exercida no espaço público, enquanto às mulheres cabe a reprodução social, tipicamente exercida no espaço privado. Além disso, quando a mulher desempenha uma atividade produtiva remunerada, é comum que ela exerça ocupações ligadas à reprodução social – como, por exemplo, aquelas ligadas ao cuidado, à educação e ao assessoramento.

É possível que se diga que essa é uma análise ultrapassada, uma vez que, por um lado, a mulher adentrou o mercado de trabalho e, por outro, o homem agora divide com a mulher as tarefas domésticas. Em nossa opinião, essa é uma visão demasiadamente ingênua, pois não resiste a uma análise mais aprofundada, que mostra, entre outras coisas, que a mulher recebe salários mais baixos para desempenhar as mesmas funções que os homens e que os homens, em casa, “ajudam” em algumas tarefas, mas nem de perto há uma divisão igualitária de responsabilidades nesse âmbito (Gama, 2014).

O que queremos defender nesta tese é que, para os sujeitos embebidos na lógica capitalista, tal divisão sexual do trabalho encontra-se ancorada primordialmente não em uma dimensão consciente, mas, sobretudo, em uma dimensão inconsciente do sujeito, que constitui de forma profunda sua subjetividade e suas formações identitárias e leva a uma naturalização do *status quo*. Na rede de significantes capitalista, a mulher trabalhadora é valorada de acordo com sua relação diferencial com o homem trabalhador, não importando quem essa mulher é, sua história, seus desejos, suas necessidades. O que importa é sua capacidade de desempenhar seu papel reprodutivo, assegurando ao empresário a mais-valia indireta que viabiliza, mas de que forma? Ao ser a responsável pelo fato de que, todo dia ao acordar, o trabalhador está em condições para enfrentar um dia de trabalho.

Nesse contexto, podemos pensar na formulação de um discurso do homem, inspirando-nos no discurso capitalista de Lacan: o discurso do homem na divisão sexual do trabalho própria ao capitalismo. Um valor de uso (força de trabalho feminina) representa uma trabalhadora junto ao espaço doméstico. A grande diferença está na ausência imediata de um valor de troca, que irá aparecer indiretamente na figura daquele trabalhador que a trabalhadora possibilita que sobreviva. Assim, a mais-valia está lá, a perda está lá, porém invisibilizada em um duplo grau.

Essa realidade social marcada pela divisão sexual do trabalho e que se ancora em um nível inconsciente leva a uma certa fixação da identidade da mulher em relação ao homem. Assim, dentro

de um contexto capitalista, vem sendo construída, ao longo dos últimos séculos, uma disposição imaginária e simbólica da mulher como destinada a ser mãe, dócil e submissa ao homem. Conforme veremos, o próprio Freud teve dificuldade em adotar postura crítica diante dessa imagem de mulher, claramente associada a uma realidade histórica e social vivenciada pelo psicanalista vienense (Kehl, 1998).

A nossa visão, que aprofundaremos no próximo capítulo, é a de que a psicanálise deve ser encarada como um campo em construção e nunca de forma rígida e dogmática. É nesse sentido que leituras contemporâneas têm tentado, sem abrir mão do domínio psicanalítico, rever o lugar da mulher, da diferença sexual e do Édipo dentro da obra não só de Freud, mas também de Lacan (Birman, 2001; Kehl, 1998; Arán, 2009, entre outros).

1.5 Fantasia ideológica

Deixamos para o final deste capítulo um elo que falta em nossa explicação até aqui: aquele que une ideologia e fantasia. O primeiro termo é caro ao materialismo histórico-dialético, ao passo que o segundo o é para a psicanálise. Propomos aqui rapidamente tratar das relações entre ambos conceitos, com o intuito de traçar um entendimento sobre o véu que encobre a condição da mulher trabalhadora, seja no espaço privado, responsável pelo trabalho reprodutivo, seja no espaço público, desempenhando uma função desvalorizada.

Nossa intenção ao trazer esse conceito é, por um lado, entender o que impede os conteúdos do inconsciente capitalista de se tornarem conscientes e, por outro, entender, com Zizek, porque o mero saber não é suficiente para atingir a ideologia. Nesse sentido, veremos que tomar consciência não é o mesmo que tomar conhecimento, o que nos será útil quando, em nosso quarto capítulo, confrontarmos a educação bancária com a educação emancipadora, valendo-nos das ideias de Paulo Freire.

O termo ideologia foi primeiro utilizado pelo filósofo francês Destut de Tracy no livro *Éléments d'idéologie*, de 1801, com o sentido de ciência (ou logos) de ideias; entretanto, ganha o *status* de conceito apenas com a obra de Marx e Engels. Em *A ideologia alemã* (Marx & Engels, 1933/2007), os autores alemães assim a contextualizam:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (Marx & Engels, 1933/2007, p. 37).

A formulação acima deixa claro que a organização social em que o ser humano está inserido está na origem de suas ideias e representações. Contudo, essas não são a realidade e, como dizem os autores, formam uma falsa representação. A partir daí, o conceito de ideologia passa a ser definido

como uma representação imaginária das relações dos seres humanos com as condições sociais de existência.

Althusser (1991), no livro *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, modifica sutilmente a compreensão do conceito de ideologia: para ele, ideologia é não uma representação imaginária, mas a representação das relações imaginárias dos seres humanos com as condições sociais de existência. E acrescenta, aproximando-se de Freud: “a ideologia é eterna, exatamente como o inconsciente” (Althusser, 1991, p. 125).

Para a compreensão da ideologia, Zizek menciona a frase de Marx em *O capital*: “Disso eles não sabem, mas o fazem” (Marx, 1932/2008, p. 312) e propõe invertê-la: Eles sabem, mas mesmo assim o fazem. Com isso, o autor pretende enfatizar que a ideologia não está no saber, mas no fazer. Não se trata, portanto, de uma falsa consciência, de algo que esteja no plano das ideias, mas antes de uma prática concreta que se revela ideologizada. Em outras palavras, não devemos entendê-la como uma ilusão que esconde o estado real das coisas, como sugeriu Marx, mas antes como um fantasma – inconsciente – que organiza nossa realidade social. O sujeito apresenta-se cindido.

Zizek (1989) vê uma aproximação entre os conceitos de ideologia para o materialismo histórico-dialético e de fantasia para a psicanálise. Na psicanálise lacaniana, a fantasia é uma teia significativa que opera como resposta à cisão do sujeito descentrado pela existência do inconsciente. Trata-se de um aparato simbólico construído pelo sujeito – ainda que inconscientemente – para tentar dar conta de sua falta constitutiva: é o suporte que fornece consistência à realidade, de modo que sua construção é o que dá condições de mascarar o real do desejo. (Lacan, 1964/1992a).

E o que significa então afirmar que a fantasia ideológica estrutura, organiza a realidade? Zizek (1989) entende que a credibilidade e a importância de qualquer objeto de identificação residem na habilidade da fantasia de prover uma explicação convincente para a falta de gozo total. O autor defenderá que a ideologia tem o mesmo funcionamento. Não se trata de uma ilusão, algo como um sonho, que permite escapar da realidade. Ao contrário, a ideologia é uma construção que estrutura a própria realidade, dando suporte às nossas relações sociais efetivas. “Quer dizer, a ideologia estrutura a determinação do valor e da significação da realidade socialmente compartilhada. Fantasia social capaz de produzir uma ‘objetividade fantasmática’ que tem um nome próprio: ideologia” (Safatle, 2003, p.188).

A citação de Lacan abaixo é-nos interessante uma vez que ilustra como a fantasia efetivamente se enraíza de modo profundo, constituindo a própria subjetividade. Além disso, o psicanalista francês relaciona isso com a forma como o sistema capitalista – e o consumismo que lhe é essencial – aí se imiscui, de forma patologizante, ao quantificar as necessidades das pessoas, reduzindo-as a valores de troca.

Esses objetos, parciais ou não, mas seguramente significantes – o seio, o excremento, o falo –, o sujeito decerto os ganha ou os perde, é destruído por eles ou os preserva, mas, acima de tudo, ele é esses objetos, conforme o lugar em que eles funcionem em sua fantasia

fundamental, e esse modo de identificação só faz mostrar a patologia da propensão a que é impelido o sujeito num mundo em que suas necessidades são reduzidas a valores de troca, só encontrando essa mesma propensão sua possibilidade radical pela mortificação que o significante impõe a sua vida numerando-a (Lacan, 1996, p. 620).

Nesse sentido, portanto, podemos ver como a fantasia pode ser compreendida como um esquema que liga o sujeito à realidade sócio-política por meio de uma referência ao objeto-causa do desejo e ao gozo. A lógica da fantasia ocasiona a encenação de uma relação entre sujeito (como falta) e o objeto (como aquele que sempre escapa à captura sócio-simbólica), assim organizando a dimensão afetiva do sujeito, a forma como ele deseja e goza (Glynos & Stavrakakis, 2008).

É verdade que a fantasia permite ao sujeito situar-se na realidade e interagir com o mundo sem estar imerso em uma constante angústia diante do Real. Da mesma forma, a ideologia opera na estruturação de uma realidade funcional, que harmoniza as relações entre atores antagônicos e propicia a construção de consensos que dão eficácia simbólica à paz social. Por outro lado, é essa mesma fantasia ideológica que, em um nível psíquico, limita as possibilidades subjetivas ao levar o sujeito a repetir padrões, bem como, em um nível social, atua no sentido de conter, ocultar e dispersar as verdadeiras causas da opressão e dos conflitos sociais (Žizek, 1989). É importante lembrar que ambos os níveis estão dialeticamente articulados. “Desse modo, estamos no espaço da ideologia quando este conteúdo, seja ele falso ou verdadeiro, é funcional a uma relação de dominação ou exploração social não transparente, cuja eficácia situa-se justamente no caráter oculto de sua lógica de legitimação” (Rech, 2013, p. 106).

Dentro desse quadro, podemos falar do mascaramento das relações desiguais de gênero como uma fantasia ideológica, que encobre o fato de que a condição da mulher é a condição humana e que, portanto, não está definida por nenhuma essência pré-estabelecida. A mulher não pode ser definida de forma estática, nem mesmo a partir da materialidade de seu corpo biológico. Ideologicamente, no entanto, existe um discurso dominante que fornece argumentos pseudocientíficos para uma realidade que é construído histórica e culturalmente. Essa ideologia se manifesta psiquicamente na forma da fantasia, que mascara a condição feminina em termos naturalizantes, e acaba por forjar uma realidade na qual a mulher é vista como destinada de maneira inata à realização de tarefas vinculadas à reprodução social. A mulher é marcada por essa fantasia, que pretende justificar sua falta de gozo e a perda do objeto *a*. E é essa fantasia, igualmente, que articula formações identitárias que fixam a mulher em um lugar subordinado e duplamente oprimido.

CAPÍTULO 2 – GÊNERO E PSICANÁLISE: IMPASSES E POSSIBILIDADES

Nosso objetivo neste capítulo é abordar os impasses e as possibilidades advindos da relação entre gênero e psicanálise, com vistas a compor um campo de entendimento que possa balizar nossa pesquisa. Para tanto, iremos inicialmente discutir, de forma breve, a trajetória da mulher na história ocidental, de modo a lançar luz sobre a construção histórica de várias características e atribuições que são tidas como naturais da mulher. Chama a atenção as tentativas de atribuir a essa uma essência, supostamente derivada de seu corpo biológico, e que a condenaria a se ocupar de tarefas relacionadas ao âmbito privado, notadamente tarefas que, em uma perspectiva materialista histórica-dialética, podemos entender como sendo ligadas à reprodução social.

Em seguida, abordamos a perspectiva psicanalítica que denominaremos clássica, personificada pelas figuras de Freud e Lacan, sobre a mulher. Enfatizamos a necessidade de historicizarmos a psicanálise, ou seja, de entendê-la como um campo de estudos que não paira acima de seu tempo e que não deve ser tomado, portanto, como um conhecimento e uma prática cristalizados. Faremos, ao final, um apanhado de leituras críticas sobre gênero a partir da psicanálise, a fim de delinearmos nosso posicionamento sobre o assunto.

2.1 Ser mulher ao longo da história ocidental: a construção de um gênero

Ao nos propormos a tecer uma trajetória do ser mulher no mundo ocidental, é essencial questionarmos a possibilidade de fazê-lo de forma fidedigna: esse e qualquer outro resgate histórico. Em primeiro lugar, contar uma história significa sempre recontá-la e interpretá-la. Além disso, o texto escrito nos impõe uma linearidade que tende a simplificar o que na verdade é complexo e retirar idas e vindas e contradições, típicas do processo histórico. Percebemos frequentemente uma aparência de causa e efeito no que é, de fato, a síntese de múltiplas determinações. Por outro lado, é a ênfase no processo histórico que nos permite compreender fenômenos que muitas vezes são vistos de forma engessada e naturalizada (Vigotski, 1931/2000). Nesse sentido, trazer aqui um pouco de como foi construída a noção de mulher dominante na atualidade, com foco na questão da diferença sexual, pode nos ajudar a desconstruir a universalidade e a fixidez de vários pontos que são responsáveis pelo que chamaremos nesta tese de alienação de gênero.

Tendo feito essas ressalvas, podemos afirmar que as dessemelhanças entre homens e mulheres não foram sempre interpretadas da mesma forma. O que hoje em dia é contado em termos de uma diferença biológica que torna um sexo completamente distinto de outro é uma compreensão relativamente recente na história ocidental, que pode ser associado à entrada na Modernidade e à visão de mundo crescentemente cientificista e biologizante a ela associada (Birman, 2001).

Tendo surgido na Antiguidade, pela obra de filósofos como Aristóteles e Galeno, vigorou, até pelo menos a Idade Média, um paradigma que foi posteriormente denominado de paradigma do sexo único. Segundo esse entendimento, a mulher era descrita como uma cópia imperfeita do homem,

que seria, por sua vez, o modelo único, espelho do princípio divino. Haveria uma correspondência entre os órgãos genitais masculino e feminino, sendo este último, no entanto, a versão invertida e incompleta do primeiro. Masculino e feminino eram tidos, assim, como dois polos opostos de um mesmo espectro, aos quais correspondiam, respectivamente, luminosidade e obscuridade, atividade e passividade, perfeição e imperfeição, verdade e não verdade (Birman, 2001).

Metafisicamente, a mulher é entendida por Aristóteles (1831/2008) como o princípio negativo, a matéria, enquanto o homem designa a forma, símbolo divino da inteligência e da racionalidade. Até mesmo na concepção a mulher desempenha um papel secundário, uma vez que, na visão do filósofo, é o esperma que dá forma à matéria inerte da menstruação. Ao se casar, a mulher passa a ser um bem do marido, que pode exercer sobre ela a mesma autoridade que sobre o filho: os pais tinham direitos de vida e morte sobre seus filhos, podiam flagelá-los à vontade ou enviá-los à prisão. O homem deveria comandar sua família, da mesma forma que um governante comandava seus governados e que deus comandava todos os seres criados por ele. É em função desse paradigma que, na Antiguidade Clássica, apenas os homens livres eram considerados cidadãos das democracias grega e romana, condição negada a mulheres, estrangeiros e escravos (Badinter, 1985). Aristóteles (1831/2008) atribui a uma ordem natural a supremacia do senhor-marido-pai: havia desigualdade entre todos os seres por sua própria natureza, o que autorizava alguns a mandar e obrigava outros a obedecer. A cada ser cabia uma posição e função específica, o que compunha a rede de relações sociais.

A concepção aristotélica será retomada pelo pensamento cristão medieval, na figura de Santo Agostinho, bem como pelos defensores da monarquia absolutista. A teologia cristã tem crucial influência no pensamento ocidental e é em grande medida responsável por reforçar e justificar o lugar da submissão feminina em face da autoridade do pai e do marido. Um dos textos que mais surtiu efeitos nesse sentido é o Gênesis. Neste, relata-se que a mulher é criada a partir do homem para servi-lo de companhia. Tentada pelo discurso da serpente de que poderia tornar-se semelhante a Deus e deter o conhecimento sobre o Bem e o Mal, Eva rende-se ao pecado e convence Adão a segui-la. Como punição, Eva recebe maldições, que a condenam a parir com dor seus filhos e a ser submissa a seu marido. Adão se consagra, portanto, como senhor, ainda que condenado a trabalhar penosamente (Badinter, 1985).

Nessa simbólica passagem do Velho Testamento, Eva é representada como vaidosa e suscetível a tentações. Culpada pela infelicidade de Adão, passa a ser entendida como a própria encarnação da Serpente, personificação do Mal. Assim, entre os séculos IV e XIV, é comum vermos as mulheres serem descritas como verdadeiros demônios, responsáveis pelos pecados dos homens em razão de sua malignidade. Quando as acusações não eram tão cruéis, restava a visão da mulher como imperfeita e impotente (Badinter, 1985).

Com a entrada na Modernidade e a série de acontecimentos a ela associados e por ela desencadeados – a intensificação do intercâmbio comercial, o desenvolvimento das relações

capitalistas e a consolidação de uma visão de mundo pautada no humanismo e no cientificismo – há uma gradual substituição do paradigma do sexo único pelo paradigma da diferença sexual. De acordo com esse, a diferença entre homens e mulheres não pode ser encarada como sendo de ordem quantitativa, em que o homem disporia em grande quantidade daquilo que consta em pequena quantidade ou mesmo falta à mulher, mas sim de ordem qualitativa, em que se trata de corpos biologicamente distintos e irreduzíveis entre si. Nesse novo paradigma, a maternidade desempenha papel fundamental (Birman, 2001).

Essas mudanças estão também associadas a importantes modificações de caráter subjetivo e identitário, que, por sua vez, abrem margem para o florescimento de um novo entendimento sobre o humano: “Podemos dizer que a psicanálise vai se inserir nesse contexto, ou pelo menos, é herdeira dessa ideia de que a percepção da diferença radical entre os corpos tem um papel de destaque na construção da subjetividade” (Porchat, 2007, p. 20).

O paradigma da diferença sexual, possibilitado e alimentado pelo desenvolvimento crescente da ciência, particularmente dos conhecimentos de anatomia e fisiologia, desloca a hierarquia do homem sobre a mulher para novos termos e a maquia com um verniz igualitário, exigido pelos ideais da Revolução Francesa de 1789. Assim, a mulher, por sua própria natureza, estaria destinada à maternidade e à reprodução, tendo o direito de exercer sua governabilidade sobre o espaço doméstico, privado. O homem, por outro lado, também por razões de natureza biológica, estaria destinado à produção social, tendo o direito de exercer sua governabilidade sobre o espaço público (Birman, 2001).

De acordo com Foucault (2011), essas mudanças derivam da importância crescente dada ao capital humano de cada país, em contraposição à crença anterior de que a riqueza das nações advinha de seus recursos naturais e de suas indústrias. Assim, cabe ao Estado zelar pelo bem-estar do cidadão, garantindo a esse saúde e educação e, paralelo a isso, cabe à mulher zelar pela reprodução social, se encarregando do cuidado do indivíduo na esfera familiar.

É nesse contexto histórico que se produz o pensamento iluminista, consolidando novos princípios para a compreensão do ser humano e da sociedade: o fim do *status* divino do monarca, a igualdade entre os indivíduos e o contrato social estabelecido entre eles. É sob um viés profano que se estabelece agora a hegemonia masculina sobre a mulher, sendo a família vista como o mais elementar modelo de sociedade política: “À figura de Deus pai, fonte de maldição, contrapôs-se a partir de então o princípio de uma autoridade fundada num contrato moral e social” (Roudinesco, 2003, p. 31). A família é concebida como uma instituição responsável pelo controle e pela ordem, na esteira de outras instâncias, como o Estado.

A formação do caráter passa a ser vista como uma tarefa possível de se realizar pelo próprio ser humano, por meio da razão. Nesse contexto, assume grande importância a busca por um conhecimento que tenha o humano como centro e conseqüentemente a transmissão desse conhecimento por meio da educação. Como explicar, portanto, a situação das mulheres? Observa-se

um esforço filosófico por justificar a inferioridade feminina, a fim de excluí-la da esfera da igualdade (García, 2007).

Interessa-nos aqui abordar as ideias de Rousseau, uma vez que suas propostas para a educação exercem grande influência sobre a concepção de mulher que se estabelece a partir do Iluminismo (García, 2007). Na obra *Emílio* (Rousseau, 1762/1995), em que trata da educação ideal do cidadão e de sua esposa, o pensador cria um abismo entre ambos e busca legitimá-lo em termos filosóficos. Ao falar sobre as diferenças entre homens e mulheres, Rousseau entende que estes são biologicamente iguais, com a única diferença do sexo. Por outro lado, no que tange à natureza racional e suas consequências sociais, há entre ambos uma diferença radical, o que justifica distinções em sua formação. À mulher, por sua própria natureza e essência, caberia o papel da maternidade, um papel fundamental para a educação de homens dedicados à sua nação e mulheres bem preparadas para serem mães das próximas gerações.

Uma vez que a educação proposta pelo filósofo se relaciona a uma volta – ou antes não deturpação – do estado de natureza originário do ser humano, o autor fala daquilo que seria natural e próprio a cada um dos sexos. Defende que o *habitat* natural de Emílio, por ser homem, é o espaço público e sua educação deve estar direcionada para habilitá-lo a desempenhar funções nessa esfera – como atividades econômicas e políticas – em consonância com seu caráter de indivíduo racional. Já Sofia, sua mulher, teria o universo privado como seu ambiente natural, entendido como a esfera do doméstico e da família. O marido atuaria como um intermediário entre esses dois mundos, estando a mulher reduzida a um estado pré-social (García, 2007).

De acordo com essa noção de natureza, a educação de Emílio deverá ter como objetivo fomentar sua autonomia, enquanto a de Sofia deverá direcionar-se para a submissão a Emílio: “Se a mulher é feita para agradar e ser subjugada, ela deve tornar-se agradável ao homem ao invés de provocá-lo” (Rousseau, 1762/1995, p. 424). Sendo assim, Emílio e Sofia devem ser educados de forma distinta.

(...) toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância (p. 545).

A ideia da complementaridade entre os sexos, frequentemente mencionada por Rousseau, é recorrente na história ocidental e está presente nos discursos religioso, filosófico e científico: se ao homem é atribuído um caráter ativo, autoritário e racional, à mulher, por sua vez, cabe demonstrar passividade, obediência e sensibilidade; se ao homem está destinado o espaço público, a mulher deve restringir-se recatadamente ao espaço privado. Essa complementaridade, caudatária da noção de diferença sexual, se apresenta, portanto, de forma hierárquica, em que um sexo é colocado como superior ao outro (Badinter, 1985; García, 2007).

A crescente identificação da mulher com a figura da mãe faz com que ela deixe de ser associada a Eva – retratada como ardilosa, não confiável – e passe gradualmente a ser associada à imagem de Virgem Maria: pura, dócil, sensível, submissa, detentora de uma sabedoria voltada para atender as necessidades dos filhos e do marido. Naturaliza-se, assim, a bondade, a fraqueza e o masoquismo da mulher, que se realiza apenas por meio da maternidade (Badinter, 1985).

Outra forma de entender esse fenômeno é pela dissociação que se estabelece, na mulher, do erotismo e de sua capacidade reprodutiva. Se o ideal da mulher é a maternidade – justificado a partir de uma leitura moral das diferenças biológicas –, a busca pelo prazer dissociado do fim reprodutivo deve ser combatida. Dessa forma, o erotismo feminino passa a ser condenado e visto, do ponto de vista cristão, como a encarnação do Mal e, do ponto de vista médico-psiquiátrico, como um desvio da norma (Birman, 2001).

A difundida ideia de que o amor materno seria irrefutável uma vez que teria origem instintiva, é facilmente desconstruída ao examinarmos práticas habituais em determinados períodos e em distintas culturas. Os casos de abandono de bebês por suas mães – seja em razão de atributos da criança, como eventuais deficiências, seja por dificuldades econômicas ou ainda outras razões – foram e continuam sendo comuns. Como explicar tal prática diante de um suposto amor materno instintivo e incondicional? (Badinter, 1985).

A explicação para esse suposto instinto é de cunho biológico. Entretanto, se examinamos, por exemplo, o fato biológico da produção de leite após o parto, vemos que este não é necessariamente acompanhado pela amamentação. A própria figura histórica das amas-de-leite evidencia a prática, comum sobretudo às mulheres das classes mais abastadas entre os séculos XVII e XIX, da não amamentação de bebês recém-nascidos por suas mães. Mesmo em face do alto número de mortes de bebês, as mães francesas no século XVIII continuavam enviando seus bebês para amas-de-leite mercenárias e aí deixavam seus filhos às vezes por anos. Os que sobreviviam voltavam fracos e com doenças para, em seguida, serem enviados a internatos (Badinter, 1985).

Apesar disso, no imaginário social ocidental, à medida que se adentra à Modernidade, cresce e se profunde a naturalização da mulher no lugar da maternidade e do cuidado. Observa-se a extensão das funções femininas: além de nutrizes sempre presentes, é progressivamente atribuída à mulher a função de educadora. Na França, os colégios para mulheres tinham, entre um de seus objetivos mais importantes, o de preparar as mulheres para a maternidade e para funções defendidas como naturalmente derivadas dessas, como o cuidado com o lar e a educação dos filhos (Badinter, 1985). Em outras palavras, colocam-se como naturais tarefas em nada relacionadas com fatos biológicos. Se nem mesmo estes podem necessariamente predizer tarefas (como a amamentação), observa-se como fruto de imaginação cultural e conveniência econômica a extensão das atribuições femininas até mesmo à educação dos filhos e preparo dos alimentos.

No breve histórico feito até aqui, é possível perceber de que modo o papel da mulher esteve, ao longo da história, constantemente sendo deslocado para o lugar social de menor prestígio. Esse

desenrolar histórico não pode ser dissociado do aprofundamento e consolidação do capitalismo, que se funda na divisão sexual do trabalho. Essa divisão de papéis é acompanhada por uma diferenciação nos valores que devem ser assumidos por homens e mulheres. Os primeiros, como provedores do sustento familiar e detentores do poder, devem demonstrar capacidade de dominação, qualidades para o comando, assertividade, força, virilidade e dureza. As mulheres, por outro lado, devem ser puras, dóceis, prontas para se submeter ao marido e cuidar dos filhos, sendo, portanto, o sexo frágil, que precisa ser cuidado e protegido pelo homem (Louro, 2004).

Transformações sociais, culturais e econômicas ocorrem na sociedade ocidental em decorrência da atuação de movimentos feministas a partir de fins do século XVIII na Europa, Estados Unidos e, no Brasil, sobretudo a partir da década de 1960. Esses trazem consigo exigências das mulheres por direitos, igualdade e emancipação política, econômica e social. As lutas e reivindicações permitiram que as mulheres conquistassem os direitos de estudar, votar, além do controle da natalidade através da pílula anticoncepcional. O espaço público passa a ser aos poucos ocupado por mulheres e a busca pelo prazer e autonomia em relação ao homem começam a ser discutidas (Ramos, 2003).

Descrito dessa forma, o cenário parece animador e tendente à igualdade de gênero, mas um olhar mais apurado mostra que há algo que permanece resistente à mudança. Trata-se da divisão sexual do trabalho, associada ao modo de produção capitalista, e todo um padrão de laço social que dele deriva. Uma mudança discursiva não é capaz de alterar por si só as bases concretas nas quais se assenta a sociedade. Sem essa transformação profunda, observamos modificações pontuais, suavizações de desigualdades, mas o cerne permanece: a mulher segue sendo vista como a responsável pelo espaço doméstico – seja de forma direta, seja de forma terceirizada –; à mulher seguem sendo atribuídas características como sensibilidade, passividade, submissão; a mulher, quando entra no trabalho produtivo, recebe menos e é desvalorizada.

Até aqui, buscamos fazer uma leitura crítica do lugar da mulher na história ocidental, com o objetivo de lançar luz sobre o debate que agora se impõe, acerca da condição feminina para a psicanálise. É importante termos em mente o caráter histórico da construção do gênero feminino, a fim de ser possível questionar o significado do falo e o lugar da mulher presentes na teorização psicanalítica clássica.

2.2 A condição feminina para a psicanálise

Inicialmente, faremos uma breve retomada das ideias de Sigmund Freud e Jacques Lacan sobre o tema: masculinidade, feminilidade, bissexualidade, o que é ser mulher ou homem, falo, desejo e erotismo. No entanto, não é nossa intenção empreender uma explanação exaustiva sobre a questão, uma vez que isso já foi feito inúmeras vezes. Além disso, nossa preocupação recai principalmente sobre a possibilidade de uma leitura inovadora sobre a questão de gênero na psicanálise.

Antes então de retomarmos o posicionamento crítico que dará o tom a essa revisitação às concepções de gênero na psicanálise, vejamos os principais argumentos sobre o assunto dos autores que chamaremos aqui de clássicos: Freud e Lacan. Abordaremos de forma mais aprofundada a obra freudiana, uma vez que o psicanalista francês nessa se baseia em grande medida, apesar de reformular vários termos e conceitos.

A temática da mulher na obra de Freud está posta desde o seu início, uma vez que em *Estudos sobre a histeria*, de 1895, todos os casos estudados são de mulheres. Chamamos a atenção para a análise de Kehl (1998) segundo a qual esse livro nos fornece um material privilegiado para acessar a concepção sempre em transformação – e contradição – da mulher em Freud. De fato, nesse, a análise do psicanalista vienense ainda não estava centrada no conceito de inveja do pênis que, a partir de 1908, já pressupunha como dada toda uma compreensão da feminilidade que se estruturava em torno do falo (Arán, 2009). No livro, Freud chama constantemente a atenção para a inteligência dessas figuras, podadas pelo ambiente totalmente restritivo a que tinham acesso, que lhes reservava o lugar de esposa e mãe.

É notável como Freud e Breuer referem-se às suas pacientes como mulheres inteligentes e cultas, tal como no caso Anna O., Emmy e Elizabeth. No entanto, acabam tratando tais qualidades como simples adornos, que tornavam essas mulheres mais admiráveis, porém sem ‘funcionalidade’ no mundo (Molina, 2016, p. 47)

Esse tipo de observação, como dissemos, será logo subordinada à noção de feminilidade que o psicanalista vai delineando, centrada em ideias como: inveja do pênis, maternidade, masculinidade originária, renúncia, passividade, feminilidade sedutora, masoquismo (Fuentes, 2012). Apesar de a questão do feminino permear toda a sua obra, é entre 1924 e 1932 que Freud publica seus principais ensaios sobre o tema, nos quais se empenha em fundamentar sua leitura sobre o que chamou de “o continente negro” da mulher. Em textos como *A feminilidade*, de 1932, *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*, de 1925, e *Sexualidade feminina*, de 1931, o psicanalista trata da relação pré-edípica entre a menina e a mãe, diferente da relação do menino, e também delineia de forma mais clara as especificidades do complexo de Édipo na mulher.

O tema do complexo de Édipo nos interessa pois, para Freud, é ele que compõe o terreno sobre o qual se edificam as identificações masculina e feminina. Está em questão aí a diferença sexual, já mencionada em nosso tópico anterior. Freud afirma que essa diferença não está inscrita no inconsciente, pois há nesse apenas a inscrição do falo como indicativo da diferença sexual. Assim, há somente uma libido para ambos os sexos, libido essa que, apesar de própria do humano, é muitas vezes descrita por Freud como sendo masculina, por seu caráter ativo (Freud, 1905/1976).

Se não há diferença sexual inscrita no inconsciente, de onde vem a partilha dos sexos para Freud? Outra maneira de formular essa pergunta seria: como o falo se inscreve no inconsciente? A resposta dada pelo psicanalista é: por meio do complexo de Édipo. Ao longo desse, meninos e

meninas são confrontados com a realidade da castração, que conceberia a diferença sexual a partir do elemento falo. Não o falo como órgão, dirá Lacan, mas a realidade anatômica conforme concebida pela linguagem, ou seja, o significante que o designa como marca da diferença sexual.

Ambos – meninos e meninas – tem na mãe a figura de devoção inicial; no entanto, enquanto o complexo de Édipo é marcado, nos primeiros, pela angústia ante a ameaça de castração, nas segundas, a suposição de que já teriam possuído o falo impõe a castração de saída (Freud, 1925/1996). É isso que leva Birman (2001) a afirmar que o complexo de Édipo começa, nas meninas, onde o dos meninos termina. É por isso também, que, para elas, ele se mostraria mais tortuoso e demandante psiquicamente: as meninas partiriam de uma identificação à mãe, a rejeitariam em função da castração, identificando-se com o pai, e deveriam voltar a se identificar com a mãe, a fim de tomar o curso esperado da feminilidade heterossexual.

Em outras palavras, no desenrolar do Édipo, enquanto meninos passam do temor da castração por parte do pai para a identificação com esse, as meninas precisam dar “uma volta a mais” para se identificar com suas mães (Kehl, 1998). O tornar-se mulher seria, portanto, uma tarefa árdua, que contém em si o rastro da bissexualidade e de uma masculinidade originária. Esse exaustivo labirinto psíquico é aventado por Freud como razão para as mulheres, aos 30 anos, já apresentarem uma rigidez de personalidade ausente em homens da mesma idade (1925/1996). Essa afirmação será duramente combatida por Kehl (1998), como veremos adiante.

Freud estabelece três saídas possíveis para a mulher desse misto de decepção e terror que é o reconhecimento de sua castração: a inibição sexual, na qual ela abriria mão da experiência erógena; a virilização, na qual recusaria o reconhecimento da castração e agiria como se fosse portadora do falo; e a maternidade, na qual a mulher de fato reconheceria sua condição de castrada e faltosa, abandonando assim o prazer clitoridiano pelo vaginal e buscando preencher sua falta por meio de uma criança/falo. É por essa última via que, para o psicanalista, a mulher se afasta do polo da patologia e se aproxima do polo da normalidade. “Enfim, a solução para o conflito feminino e o impasse da castração seria sempre, no discurso freudiano, a restauração da plenitude fálica, por intermédio de algum objeto” (Birman, 2001, p. 206). Assim, se o falo figura como símbolo da completude e perfeição, a mulher a atingiria ao se tornar mãe.

Em decorrência da maneira como se dá sua passagem pelo Édipo, a mulher teria um superego que “não será nunca tão inexorável, tão independente de suas origens afetivas quanto nós exigimos no homem” (Freud, 1925/1996, p. 43). A partir dessa premissa, conclui que as mulheres são então menos capazes de sublimar, se engajar com a justiça, tomar decisões baseadas na racionalidade e, em última instância, envolver-se com a cultura e a política. Elas estariam, portanto, mais próximas do polo da natureza do que do polo da civilização. Em seguida, respondendo a uma interpelação imaginária, como é típico do seu estilo, afirma: “Nós não deixaremos que os argumentos das feministas, que desejam nos impor uma perfeita igualdade de posição e de apreciação dos dois sexos,

nos desviem de tais conclusões...” (Freud, 1925/1996, p. 47). Por outro lado, ameniza o tom quando conclui:

Mas concordamos facilmente que a maior parte dos homens continua muito aquém do ideal masculino e que todos os indivíduos humanos, em consequência de sua constituição bissexual e de sua herança cruzada, possuem ao mesmo tempo traços masculinos e traços femininos, de modo que o conteúdo das construções teóricas da masculinidade pura e da feminilidade pura continua a ser incerto (Freud, 1925/1996, p. 48)

Nesse último trecho, fica clara a falta de convicção do próprio Freud a respeito de suas teses sobre o feminino, bem como sua admissão de que o que descreve se refere a um ideal. Ora, o que é um ideal senão uma imagem construída a partir de elementos socialmente desejáveis? Seria um mero exercício de futurologia tentar imaginar se o psicanalista vienense poderia eventualmente perceber as amarras sociais que prendiam sua percepção sobre as mulheres. De qualquer forma, Freud permanece, até o final, fiel à clínica, fonte primordial do conhecimento psicanalítico. O que ele não foi capaz de perceber é que a clínica lhe trazia homens e mulheres de seu tempo.

Assim, no que se refere aos conceitos de masculinidade/feminilidade, observamos a dúvida de Freud, sua inconstância – o que talvez seja um termo forte, uma vez que as mudanças conceituais são próprias e esperadas de uma teoria em construção. Desde os primórdios de sua obra, quando ainda adota a teoria da sedução, até quando a substitui pela teoria da sexualidade infantil, o psicanalista vienense associa à primeira a atividade e à segunda, a passividade, apesar de se ver muitas vezes às voltas com contradições (Freud, 1905/1996).

Essa posição será enfim revista no texto *A feminilidade* (1933/1996), quando Freud então destaca que não se pode estabelecer com segurança que masculinidade e feminilidade sejam disposições correspondentes necessariamente a homens e mulheres, sendo antes posturas discerníveis de forma indiscriminada em uns e outros. Ao fazê-lo, ainda que continuasse usando termos claramente associáveis a homens e mulheres – o que não deve ser desprezado – já colocava em questão, a partir de sua experiência clínica, essas fronteiras rígidas.

O que podemos concluir das colocações de Freud, de forma geral? Valemo-nos de Birman:

Antes de mais nada, a figura do masculino seria em si mesma mais evidente que a do feminino. Esta seria marcada pelo velamento e pela obscuridade. No que tange a isso, aliás, o discurso freudiano sobre a mulher sempre evocou o enigma da feminilidade. A feminilidade enquanto tal seria algo, pois, da ordem do enigmático e do quase indizível. Isso quer dizer, portanto, que a figura da mulher estava sendo concebida por Freud como inconsistente e obscura (Birman, 2001, p. 182).

É em face desse enigma que Freud conclui seu ensaio *A feminilidade* (1933/1996) com o já famoso questionamento: “O que quer a mulher?”. Ao não conseguir chegar a uma solução para esse enigma – e já não mais se contentar com o falo como resposta –, afirma que deixará essa reflexão aos poetas ou a futuras investigações da ciência. Não obstante deixar essa questão em aberto, é possível afirmar que a busca pelo falo, por parte da mulher, serviu, desde muito cedo nas formulações

freudianas, de norte para sua investigação sobre o tema, de tal modo que Freud chegou a estabelecer a inveja do pênis – condição irreduzível da mulher para ele – como um impeditivo de cura. Em *Análise terminável e inteminável* (1937/1996), o autor especula que a inveja diante da falta real do órgão fático representaria, para a mulher, um rochedo que a conduziria inexoravelmente à depressão.

No início do século XX, algumas analistas se opuseram à centralidade do falo na obra freudiana, com destaque para Karen Horney e Melanie Klein. De maneiras distintas, essas autoras dão maior importância à relação pré-edípica da mãe com a filha, que não giraria em torno do falo. Ambas influenciaram sobremaneira a produção intelectual de Freud, que se viu obrigado a dar uma resposta a esses posicionamentos. Sua atitude foi, no entanto, de oposição a ambas, uma vez que nunca abriu mão da centralidade do falo e da ideia de inveja do pênis (Fuentes, 2012).

Como explicar que o criador da psicanálise, que ouviu as mulheres e elaborou uma obra que contribuiu para a emancipação dessas e de sua sexualidade, pôde ter se mantido tão conservador em sua leitura sobre o feminino? É essa a pergunta que se faz Molina (2016). O autor é mais um de uma série, conforme veremos abaixo, que expressa a inquietação sobre como foi possível um pensador tão visionário e à frente de seu tempo como Freud ter uma visão tão retrógrada sobre as mulheres. Ou, em outras palavras, como pôde ficar preso à maneira limitante como essas eram tratadas à época, de modo a naturalizá-la? Freud dá voz às mulheres, mas sua escuta não é imparcial. Molina quer entender o ambiente vienense no final do século XIX para responder à pergunta. Em seu esforço de resgate histórico, observa que a época em que o fundador da psicanálise viveu estava justamente entre movimentos de vanguarda e movimentos conservadores. E Freud expressa essa contradição: ele é justamente pego na tensão entre o conservadorismo e a vanguarda.

Se Freud foi reconhecidamente um homem de seu tempo, tendo a sagacidade e a sabedoria para perceber e escutar um sintoma da época – a histeria – parece não ter conseguido levar adiante sua escuta do feminino, sucumbindo à falocracia que silenciava e sufocava a mulher (Molina, 2016, p. 72)

Por outro lado, é inegável que foi Freud quem deu o meritório passo, ousado e sem retorno, de retirar definitivamente a sexualidade do âmbito da natureza, ao questionar a existência de um instinto sexual. Ao fazê-lo, contrariou a crença comum de que tal instinto se constituiria no processo biológico da puberdade e que se exteriorizaria como uma irresistível atração de um sexo pelo outro, cuja finalidade última seria a cópula com objetivos reprodutivos. No lugar desse suposto instinto, Freud defendeu a existência de pulsões perverso-polimorfos, cuja busca por satisfação passavam longe da finalidade de reprodução da espécie. Devemos, portanto, a ele o postulado de que, para fins de compreensão da sexualidade humana, é infrutífero o caminho do corpo biológico, seja apoiando-se na anatomia, seja na genética (Freud, 1925/1996). De fato, a questão sobre o *tornar-se mulher* é fundamental para a investigação freudiana justamente porque essa resposta não está dada pela natureza.

Lacan, em seu retorno a Freud, toma para si o questionamento fundamental desse, com uma pequena reformulação no artigo – “O que quer uma mulher?” –, e essa pergunta estará presente em toda sua reflexão sobre o feminino. O psicanalista francês aborda o tema sobretudo no seminário 20, intitulado *Mais, ainda*, (1972-1973, 1985b), e no texto *O Aturdido*, inicialmente publicado na revista *Scilicet*, em 1973, e posteriormente reeditado em *Outros Escritos* (2003). Trata-se de dois textos de difícil compreensão, em que Lacan comprime algumas de suas principais teses, como a teoria dos quatro discursos e a máxima de que *A mulher não existe*, a qual abordaremos adiante. Da mesma forma que fizemos com Freud, não é nosso objetivo rever as concepções sobre o feminino de Lacan à exaustão, o que exigiria, pelo menos, toda uma tese. Intencionamos, antes, trazer alguns de seus principais aspectos, sobretudo aqueles em que ele se diferencia do fundador da psicanálise, a fim de compreender as críticas aqui estabelecidas, bem como as proposições nas quais queremos nos apoiar.

O psicanalista francês introduz uma mudança significativa no pensamento psicanalítico ao desvincular a mulher da mãe. Ele o faz por meio da figura mitológica de Medeia, que mata seus filhos em um ato de vingança contra o marido infiel. É o infanticídio cometido por ela que Lacan entende como o ato que a torna “Uma mulher verdadeira na sua inteireza de mulher” (Lacan, 1966/1998, p. 312). Ao assassinar seus próprios filhos, Medeia rompe com a mãe nela mesma, afastando-se daquilo que a impedia de se identificar como mulher.

É conhecida a afirmação de Lacan (1966-1967/2005b) de que A Mulher não existe e que tampouco existe relação sexual, dois famosos aforismos que devem ser lidos em conjunto. Se, para diferenciar os dois sexos, o inconsciente apenas reconhece a libido masculina e a inscrição do significante falo, o inconsciente não determina qual significante designaria A mulher (Lacan, 1972-1973/1985b). Dessa forma, a mulher se deixa reconhecer no inconsciente como uma ausência, uma representação que não se inscreve. Não há, na ordem simbólica, algo que a represente. O inconsciente, ao reconhecer apenas o sexo masculino, coloca o feminino no “lugar do Outro absoluto, da diferença incomensurável, da alteridade radical – razão pela qual, conforme explica Lacan, tudo o que se queira pode ser imputado à mulher, inclusive que ela venha a ser um objeto” (Fuentes, 2012, p. 31).

Apesar de Freud já ter proposto algo semelhante, Lacan reinterpreta a diferença anatômica em termos de diferença significante, girando sempre em torno da problemática do ter ou não ter o falo, que passa a se diferenciar do órgão pênis. Lacan estabelece que é a diferença sexual, por meio da inscrição do falo no inconsciente, que funda o sujeito do inconsciente. Por outro lado, as pulsões parciais passam ao largo de tal distinção.

A noção de diferença sexual sofreu modificações ao longo da obra de Lacan. De acordo com Porchat (2007), sua noção final se consolida no entendimento de que ela não deve ser entendida nem como biológica, nem como cultural ou simbólica, mas sim como vinculada ao real e pulsional. Ela é vazia de conteúdo e está naquilo que não pode ser dito, ali onde a linguagem falha. E há dois modos dessa linguagem falhar: o modo masculino e o feminino. Segundo Zizek (1999), para Lacan, a

diferença sexual não pode ser traduzida por uma norma simbólica que estabeleça a identidade sexual do sujeito. É justamente por ela não corresponder às normas simbólicas que ditam as identidades de gênero “permitidas”, que surgem tantas formas consideradas perversas ou patológicas de sexualidades.

Zizek (2007) se insere nesse debate ao dizer que o enigma da mulher esconde o fato de que não há nada escondido, não há uma essência. Lacan (1956-1957/1995) – valendo-se da figura da feminilidade como máscara proposta por Joan Rivière (1929/2005), psicanalista contemporânea de Freud – fala da mascarada feminina, esta que faz crer que, por trás do véu, existe algo a ser desejado, criando assim uma ilusão. Como a mulher não pode ser revelada, a mulher – sem essência nem representação – está fora do simbólico. A tese de que a mulher não existe, por fim, aponta para que elas devem ser tomadas uma a uma. Por outro lado, no texto *Televisão* (Lacan, 2003), Lacan defende que, se, por um lado, a mulher não existe, o que significa dizer que só existem mulheres não-toda, o homem sim existe como proposição universal, como todo referido ao falo.

Lacan é criticado por ter condenado as mulheres à insignificância ou ao refúgio frágil da histeria ou da maternidade. Fuentes (2012) contrapõe-se a esse posicionamento ao dizer que Lacan enfatiza os semblantes que a mulher pode assumir para tentar recobrir o furo da mulher, que não está lá, já que ela apenas pode existir por meio de uma máscara. Nesse ponto, nosso posicionamento é o de concordar tanto com a crítica quanto com a posição lacaniana. De que forma? No sentido de que o que Lacan imputa unicamente às mulheres é entendido por nós como algo inerente à condição humana: a ausência de um significante fixo para designar o sexo implica a necessidade de construção de semblantes – que poderíamos entender como identidades – para recobrir essa falta. A máscara não seria, portanto, um privilégio – dito ironicamente, uma vez que não é essa a conotação que prevalece no texto lacaniano – das mulheres, mas o próprio mecanismo humano de construção do gênero. Nesse ponto concordamos com Butler (2016) quando essa diz que o fato de o gênero ser culturalmente constituído não deve ser compreendido como uma artificialidade ou arbitrariedade, como se se tratasse de uma cópia mal-feita de um suposto original. Ao contrário, trata-se antes do mecanismo mesmo da constituição do gênero: não há uma essência por trás da máscara – como diria Lacan –, inexistente um original – como diria Butler.

As mulheres se situam tanto fora quanto dentro do domínio simbólico. Estão dentro, na medida em que se confrontam com a dialética do ser ou ter o falo. Em que consiste essa dialética? Na segunda posição, ao crer que possui o falo, a mulher nega sua feminilidade e entra para o registro da virilidade, rivalizando com o homem. Já ao buscar ser o falo, ela se vale da sedução – na figura da mascarada – e se apresenta para o homem como aquilo que lhe falta, como um objeto *a*, a causa do desejo, como seu sintoma (Lacan, 2003).

Por outro lado, por não possuir o falo, as mulheres se situam, ao contrário dos homens, também fora do domínio fálico, fora, portanto, do registro simbólico, no registro do real. A mulher é o que Lacan denomina de não-toda. Por não gozar com o falo, como o homem, a mulher teria

acesso a uma outra forma de gozo – denominada por Lacan de suplementar – que não se ligaria a nenhum órgão específico (Soler, 2005).

Vemos, portanto, que Lacan avança em alguns pontos significativos com relação a Freud, ao desvincular a mulher da figura da mãe; ao não atribuir uma essência ao feminino, tornando a mulher, assim, livre para definir-se; ao falar da não inserção plena da mulher na lógica fálica, o que lhe dá acesso a um gozo suplementar, por ser não-toda (Soler, 2005). Nesse sentido, Lacan nos dá ferramentas teóricas para entender que mulher não pode ser entendida como um significante fixo, mas sim como portadora de um enigma, uma vez que será sua relação com outros significantes que permitirá emergir o sujeito. No entanto, até que ponto a mulher está livre para definir-se diante da dialética do ser ou ter o falo? Além disso, Lacan mantém-se, como Freud, preso a uma lógica binária, que prevê apenas a existência do homem e da mulher. Nesse sentido, concordamos com a crítica de Butler (2004) de que, ainda que se entenda a diferença sexual como vazia de conteúdo, é inegável que Lacan continua entendendo-a dentro de um binarismo.

Torna-se premente, portanto, historicizarmos a psicanálise, a fim de perceber que sua contribuição se torna possível a partir de um determinado contexto social, cultural e histórico, e que, por outro lado, oferece uma possibilidade de transformação dialética desse mesmo contexto, o que buscaremos abordar no próximo tópico. Entendemos que o subsídio que a teorização de Freud e Lacan oferece para a compreensão da condição feminina está naquilo que ela traz de revolucionário para o pensamento sobre a condição humana. É uma leitura crítica do campo psicanalítico que permite que essa deixe de ser uma teoria que favorece a reprodução da hierarquia de gêneros em nossa sociedade e se torne um efetivo instrumento de subversão da relação de poder estabelecida.

2.3 Pensamentos críticos sobre gênero a partir da psicanálise

Como, então, vislumbrar um pensamento sobre relações de gênero a partir da psicanálise? Conforme já colocado, não entendemos que as críticas que tecemos e que encontram eco em várias vozes feministas levem necessariamente a uma desconsideração de todo o campo do pensamento psicanalítico. O nosso posicionamento aqui é, sobretudo, o de que a psicanálise traz consigo uma compreensão de sujeito enquanto faltoso e descentrado que abre um impressionante horizonte de compreensão do ser humano que não pode ser desprezado, o que buscamos aprofundar em nosso capítulo anterior. Várias psicanalistas têm se mobilizado intelectualmente a fim de rever as concepções de gênero a partir da psicanálise e não fora dela, conforme veremos.

Nossa intenção é, portanto, colocar em perspectiva social, cultural e histórica os postulados sobre o lugar da mulher e do feminino na teoria psicanalítica – particularmente nas obras de Freud e Lacan –, entendendo-os como contingentes a essas condições. É e nesse sentido que precisamos da dialética. O inconsciente dá forma e é formado pelas condições concretas da realidade na qual o sujeito está inserido. Nesse sentido, ele não é fixo, uma vez que, ao mudar as condições sociais, o inconsciente também é transformado.

Como já afirmamos no capítulo anterior, defendemos a tese de que o inconsciente descoberto e descrito pela psicanálise é o inconsciente capitalista, no qual consta uma divisão sexual do trabalho que coloca o homem em situação hegemônica com relação à mulher. Essa é tida como a responsável pela reprodução social e, quando entra no mercado de trabalho, entra de forma subalterna e desvalorizada. Nas obras de Freud e Lacan, esse papel da mulher aparece naturalizado e justificado com elementos da teoria. Chama a atenção o lugar em que a mulher é aí constantemente colocada: o lugar do exótico, do desconhecido, de uma alteridade fora da norma.

Ao falar sobre a condição feminina para a psicanálise, existem dois caminhos possíveis, ambos inevitavelmente críticos. O primeiro deles, muitas vezes trilhado e considerado por nós absolutamente válido, é aquele que não se compromete com a psicanálise, ou seja, faz uma crítica exterior ao campo, que frequentemente leva a que se o descarte completamente, não só no que se refere a sua visão de gênero, mas como área do conhecimento de forma geral. Não foram poucas as críticas às concepções de gênero da psicanálise que tomaram esse rumo, sobretudo aquelas advindas dos estudos feministas, caudatários, em grande medida, dos argumentos estabelecidos por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1960/2016). No livro, a filósofa francesa defende que a teoria freudiana está tomada pelo viés da opressão do patriarcado, que, na psicanálise, tomou a forma da inveja do pênis e do masoquismo feminino.

Na atualidade, destaca-se, nos estudos feministas críticos à psicanálise, o trabalho de Judith Butler. Conforme destaca Porchat (2007), existe um antes e depois de Butler nos estudos de gênero no âmbito da psicanálise, uma vez que essa se tornou uma das principais interlocutoras dos psicanalistas interessados na área. Desde seu livro *Sujeitos do desejo* (Butler, 1999), a autora tem abordado questões sobre possíveis relações entre subjetividade e desejo em uma perspectiva crítica ao pensamento tradicional e contemporâneo. A filósofa se baseia sobretudo em Foucault, para quem a sexualidade e a homossexualidade são “invenções” a serviço de uma determinada forma de poder e a distinção entre sexo e gênero seria forjada pelas supostas verdades biológicas e pelo discurso biomédico sobre o sexo (Butler, 2016). A autora se posiciona de forma contrária particularmente a uma visão ortodoxa da psicanálise lacaniana. Segundo ela, a centralidade atribuída ao complexo de Édipo e à castração leva a que processos de subjetivação sejam restritos a dicotomias binárias, apoiadas em uma suposta universalidade.

É importante, no entanto, colocarmos nosso distanciamento dessa autora, uma vez que nossa ênfase nas bases materiais, com foco na compreensão da construção de identidades sob um modo de produção capitalista, nos afasta de uma perspectiva meramente discursiva de compreensão das relações de poder.

A crítica central de Butler (1999), que consideramos crucial neste trabalho, é a de que aquilo que Freud e Lacan descrevem em termos da primazia do falo – e tudo que daí decorre, como a centralidade da diferença sexual para o surgimento do próprio sujeito do inconsciente, conforme Lacan – está profundamente atrelado às relações de gênero vivenciadas pelos próprios autores. Essa

ideia também encontra eco em Badinter (1985), que afirma que a mulher descrita por Freud era aquela que ele tinha diante dos olhos. Como falamos, trata-se de considerações extremamente válidas e que levamos em conta no entendimento que pretendemos construir.

O caráter histórico das teorias deve ser enfatizado, uma vez que aqueles que as formulam estão em uma relação imbricada com o contexto social, cultural e econômico que os abarca. Nesse contexto, apesar de a psicanálise muitas vezes ter pretendido ascender a um *status* universal (Arán, 2003), ela, assim como qualquer outro campo do conhecimento, não está imune à realidade concreta do seu tempo. Por outro lado, não entendemos que essas críticas invalidem as possibilidades trazidas pela psicanálise de compreensão da condição feminina enquanto condição humana.

Assim, o segundo caminho possível para a compreensão da condição feminina na psicanálise – o qual trilharemos, sem deixar de estar atentos aos alertas advindos do primeiro (críticas externas) – é aquele que pretende tecer uma crítica a partir de dentro, ou seja, tomar a psicanálise como base para se posicionar diante da própria psicanálise, entendendo que esta, em seu potencial vastíssimo, nos dá ferramentas para leituras diversas e até contraditórias. Tomar essa via pressupõe uma visão do conhecimento, de forma geral, e da psicanálise, em particular, como fenômenos em constante construção e reconstrução; em outras palavras, fenômenos históricos.

É interessante nos atermos a esse ponto por um momento, haja vista que a psicanálise é muitas vezes tida por seus adeptos como um dogma, uma doutrina pronta e acabada, quase uma religião. É essa postura que leva a que muitos psicanalistas rechacem de saída as contribuições do movimento feminista (Fuentes, 2012). Ora, isso não é nada mais do que uma busca por colocar a psicanálise acima do tempo, como se ela não fosse um fenômeno humano e, como tal, histórico, social e cultural. De fato, essa visão estagnada e acrítica é a que muitos psicanalistas têm diante das próprias concepções de gênero expressas por Freud e Lacan. Tomam-nas como verdades absolutas e inquestionáveis.

Freud sempre afirmou que não considerava a psicanálise como um saber concluído: a tarefa de colocar a psicanálise num terreno onde ela possa, de fato, abandonar conceitos claudicantes e encontrar um ‘bom’ caminho está, portanto, em aberto. Boa parte das instituições oficiais e não oficiais do *establishment* psicanalítico, na sua falta de ousadia, escondem-se atrás dos conceitos tradicionais, dando estatuto bíblico à obra freudiana (Molina, 2016, p. 17)

Contra essa postura, vemos que se levantam as vozes de várias psicanalistas que pretendem fazer uma leitura crítica e histórica da Psicanálise, tanto para entender o contexto com o qual dialogaram seus fundadores, como para reinventá-la a partir das demandas da contemporaneidade. Estamos falando aqui de autoras como Nancy Chodorow (1990), Jessica Benjamin (1988; 1995), Emilce Dio Bleichmar (1988) e Elisabeth Roudinesco (2003; 2016) – fora do Brasil – e Maria Rita Kehl (1996; 1998), Márcia Arán (2003; 2006; 2009) e Patrícia Porchat (2007; 2014), entre outras autoras e autores brasileiros e estrangeiros. Será nessas psicanalistas – mas sobretudo em Chodorow,

Roudinesco, Kehl e Arán – que nos basearemos em nossa empreitada de releitura da obra freudiana e lacaniana no que se refere particularmente às concepções de gênero.

Antes de começarmos nossa incursão no pensamento dessas pensadoras, é importante fazer um rápido resgate histórico sobre o interesse, no âmbito da psicanálise, pela ideia de gênero. Esse não foi um termo usado nem por Freud, nem por Lacan; não obstante, é inegável que esses autores trataram de temas que hoje em dia seriam facilmente englobados pela área de interesse dos estudos de gênero. Foi na década de 1960 que Robert Stoller introduziu o conceito de identidade de gênero no campo psicanalítico, no âmbito de estudos que vinha conduzindo sobre transexualidade e questões de mudança de sexo, tratados como patologia. Stoller (1974) considerava a noção de “ansiedade de castração” excessivamente anatômica e insuficiente para abordar questões identitárias. Para esse autor, a identidade de gênero seria uma convicção, um sentimento de ser, em que masculinidade e feminilidade se mesclariam em diferentes proporções em indivíduos de ambos os sexos. Observamos, portanto, que, apesar de avançar em alguns pontos, Stoller continua vendo o gênero em termos binários e as identidades “não-inteligíveis” – para usarmos um termo de Butler (2016) – como patologias (Bleichmar, 1988; Porchat, 2007).

Dez anos após a publicação principal de Stoller, *Sex and Gender*, Nancy Chodorow lança seu livro *Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher* (1990). A autora defende que a psicanálise tanto pode atuar como reprodutora da sociedade – nesse sentido, critica em Freud o reforço de concepções ideológicas que sustentam a dominação masculina –, como também atuar de modo a compreender e criticar o modo de reprodução da sociedade, particularmente do “sistema sexo-gênero”. Freud, diz ela, não analisa os pressupostos culturais patriarcais de suas teses e faz afirmações acerca de comportamentos que seriam psiquicamente mais saudáveis para mulheres sem fornecer fundamentos clínicos consistentes para tanto.

No livro, a autora se dedica a mostrar como a identidade de gênero, o desejo e as fantasias sexuais são um produto social: são as instituições que mantêm o que ela chama de papéis de gênero. Particularmente no âmbito da família, a divisão do trabalho carrega significados históricos e sociais que criam as condições para um processo identificatório por parte de homens e mulheres, levando à reprodução social. Essas últimas são criadas vendo outras mulheres encarregadas do espaço doméstico e responsáveis pela função de matinar, ao passo que veem homens alheios ao que acontece no âmbito privado. Esse processo, que leva à conformação de identidades, pode ser explicado pela psicanálise em detalhes, sobretudo por meio da ideia de feminilidade primária, fruto de uma identificação com a mãe, que a autora opõe ao pressuposto de uma masculinidade primária em Freud.

Chodorow (1990) então defende que homens e mulheres dividam de forma igualitária as tarefas que são vistas como exclusivas das mulheres, sobretudo a maternação. Se as crianças se tornassem igualmente dependentes de pessoas de ambos os gêneros, diz ela, a masculinidade não estaria vinculada à desvalorização das mulheres. A autora admite que esse passo por si só é

insuficiente, uma vez que o patriarcalismo se encontra disseminado na sociedade; não obstante, é um passo fundamental para essa transformação. Chodorow convoca então a psicanálise e os psicanalistas a lutar pela eliminação da hierarquia de gênero.

Em livro escrito mais de 20 anos após o primeiro, *The Power of Feelings: Personal Meaning in Psychoanalysis, Gender and Culture* (Chodorow, 1999), a autora não discorda do que escreveu em sua primeira e conhecida obra, porém refina e qualifica o seu pensamento. Sobretudo no que diz respeito à importância da dimensão subjetiva na constituição da identidade de gênero, afirma que o conceito de gênero é descrito de forma insuficiente quando é compreendido apenas como discursiva, cultural ou politicamente construído. Essas dimensões são de suma importância, porém é só quando se considera a dimensão psicodinâmica como processo singular que é possível apreender toda a complexidade da problemática da constituição das identidades.

Roudinesco (2003), em seu livro *A família em desordem*, historiciza a psicanálise e explica como a formulação do complexo de Édipo por Freud pode ser entendida como uma tentativa de descrever a família econômico-burguesa que se conforma no século XIX. Esse novo modelo familiar que parte da organização edipiana se sustentaria em três pilares fundamentais:

a revolução da afetividade, que exige cada vez mais que o casamento burguês seja associado ao sentimento amoroso e ao desabrochar da sexualidade feminina e masculina; o lugar preponderante concedido ao filho, que tem como efeito ‘maternalizar’ a célula familiar; a prática sistemática de uma contracepção espontânea, que dissocia o desejo sexual da procriação, dando assim origem a uma organização mais individual da família (Roudinesco, 2003, p. 96).

Dessa forma, afirma a autora, se, por um lado, a obra de Freud foi revolucionária com relação à sua discussão sobre sexualidade, por outro, reforçou a mulher no lugar da alteridade e de submissão na família patriarcal. Roudinesco (2003) questiona a centralidade do complexo de Édipo – estabelecida por Freud e continuada por Lacan – para a compreensão do psiquismo humano e fala da necessidade de se pensar em proposições menos rígidas para dar conta de compreender as transformações em termos de identidade e de configuração familiar que se apresentam na época contemporânea.

Em sua biografia de Freud, Roudinesco (2016) reforça a ideia que apresentamos no tópico anterior a respeito de o psicanalista vienense ser presa de um impasse entre o conservadorismo e a vanguarda em sua relação com as mulheres. No livro, a autora aborda a relação de Freud com a questão de gênero em sua vida pessoal e profissional, explicitando justamente essa contradição e o impasse entre o moderno e o tradicional na postura do psicanalista. Por um lado, se mostrava conservador, patriarcal – nas correspondências com sua futura esposa Martha, por exemplo, Freud afirma que Martha deverá ser responsável pelos cuidados com o lar e com os filhos –; por outro lado, com as suas discípulas, incentivava-as a prosseguir os estudos e a construir uma carreira como

psicanalistas. É significativa a amizade que manteve ao longo da vida com duas mulheres inteligentes e emancipadas: Lou Andreas-Salomé e Marie Bonaparte.

Em seu livro *Deslocamentos do Feminino*, Maria Rita Kehl (1998) faz também, com ousadia, incursões pela vida pessoal de Freud para entender algumas de suas reflexões e limitações. Kehl defende que o psicanalista, que tanto defendeu a importância do manejo da transferência para a análise, cometeu sérios deslizos ao não analisar sua contratransferência particularmente com relação às histéricas. Segundo a autora, Freud não consegue perceber o contexto social de opressão e isolamento ao qual essas mulheres estavam submetidas e, assim, naturalizou e universalizou características do feminino que eram típicas das mulheres do final do século XIX. Freud queria curar essas mulheres levando-as a se conformar a um ideal de feminilidade – associado à maternidade, à permanência no ambiente doméstico e à quase impossibilidade de obter uma formação e ocupar o espaço público – que era justamente aquilo a que o seu sintoma, a sua neurose se rebelava. Por isso, o psicanalista vienense falha na sua tentativa de curar as neuróticas e se pergunta: o que quer uma mulher? O que seria, afinal, esse mistério que rodeia a feminilidade?

Conforme expomos no tópico anterior, essa pergunta é retomada por Lacan e é hoje muito difundida na psicanálise (André, 1998). Kehl se opõe corajosamente a ela, dizendo que não há nenhum mistério, há aquilo que os psicanalistas não querem ver na contratransferência. Assim, essa suposta aura de mistério que permeia o feminino diz mais sobre o psicanalista do que sobre a mulher: o que ele não quer ver? O que não quer saber? É a sua própria angústia de castração que ele tenta esconder assim.

E é nesse sentido que Kehl analisa a posição de Freud. O que ele não quis ver? O que não quis saber? Visitando as correspondências entre Freud e Martha, como fez Roudinesco, Kehl fala da necessidade que Freud tinha de que Martha se mantivesse em uma posição de docilidade e subserviência a ele. Não estaria isso relacionado à necessidade de manutenção de uma virilidade por parte de Freud, tendo em vista a situação de exclusão e impotência à qual ele foi crescentemente submetido por ser judeu?

Kehl comenta sobre várias obras que versavam sobre a feminilidade no século XIX – inclusive Rousseau – e ironiza: se era necessário tanto esforço, por meio da educação e da supervisão, para colocar as mulheres no lugar esperado delas, como poder-se-ia alegar que essa obediência e masoquismo seriam de sua natureza? A colocação delas nesse lugar serviria para sustentar a virilidade masculina.

Um dos pontos cruciais do livro de Kehl (1998) é que as mulheres analisadas por Freud – de fins do século XIX –, ao contrário dos homens, não tinham à sua disposição vias abertas nem para o pleno exercício de sua sexualidade nem tampouco para a sublimação. Assim, aos 30 anos – idade que se esperava que ela já estivesse casada e rodeada de filhos – a mulher atingia uma espécie de “fim da linha”, não havendo mais o que alcançar. Daí viria o comentário de Freud que mencionamos

no tópico anterior, de que, ao passo que o homem de 30 anos se mostrava cheio de vida e ainda por formar-se, a mulher nessa idade já apresentaria uma personalidade enrijecida.

Kehl então enfatiza que devemos nos desligar do pênis como algo que possa causar, sozinho, tamanho impacto psíquico, uma vez que esse não passa de um pequeno pedaço de carne a mais. O que está em questão é a condição da falta, comum a todos os seres humanos. O que o homem tem não é o significante do falo, mas o significante do Verbo, afinal, nunca se questionou quem é O homem, ele sempre pôde se colocar publicamente e se criar de inúmeras maneiras. Por outro lado, a mulher, calada e restrita ao espaço privado, sempre foi aquela sobre quem os homens falavam, alvo de tentativas de definição e enquadramento.

Para Kehl (1998), a histórica foi tomada por muitos psicanalistas como sinônimo de mulher, mas a histórica é aquela que se coloca como objeto de desejo do homem. Nesse sentido, critica Lacan porque diz que é assim que ele vê a figura feminina: como se ela apenas quisesse ser desejada, colocando-se no lugar do falo para atrair o desejo do homem. Concordamos com a autora quando esta diz que não há nada a ser decifrado com relação ao desejo feminino, uma vez que ele não está dado *a priori*. Para ela, a mulher deve ser sujeita de sua construção. Nesse sentido, é extremamente limitante esperar que ela vá simplesmente recalcar sua decepção com a mãe e o erotismo do clitóris (por esse ser o órgão análogo ao pênis), contentando-se em esperar um falo-filho.

Arán (2003) segue por caminho semelhante ao questionar a primazia do falo na obra psicanalítica, que ocupa um *status* tal que desfazê-lo implica a necessidade de repensar e colocar em novos termos todos os seus conceitos, como o de inconsciente, fantasia e gozo. Para a autora, na psicanálise lacaniana, o sujeito do inconsciente se apresenta, veladamente, como um sujeito masculino. A mulher, por sua vez, oscila entre o lugar de objeto, que, por não poder ter o falo, passaria a ser o falo, como objeto do desejo masculino – a famosa dialética lacaniana do ser ou ter o falo – e o lugar de inexistente, conforme já debatemos.

Dessa forma, para Arán (2009), ponderar o lugar do sexual na psicanálise é de uma premência ética e política, tendo em vista os “deslocamentos importantes nas referências simbólicas organizadoras da sociedade moderna, principalmente a partir do deslocamento das fronteiras entre homem (público) e mulher (privado)” (p.654-5). Por outro lado, essa formulação se revela também como um empreendimento teórico de grande importância.

Assim, reformular a noção de gênero na teoria psicanalítica passa por tirá-la do lugar do negativo, da alteridade, do exotismo e do enigmático no qual ela tem sido constantemente colocada e fomentar uma concepção positiva do feminino. Positiva não no sentido de um julgamento de valor que estabeleça *a priori* o que deva ser o feminino, mas no sentido de que a própria mulher possa vir ao espaço público se inventar, construir sua própria identidade, sem que isso passe necessariamente por um aval e por uma relação hierarquicamente subordinada ao homem. Portanto, se A Mulher não existe, encontramos uma brecha para afirmar que as mulheres – com letra minúscula, reais, concretas

– podem ser o que quiserem. Só assim é possível migrar de uma versão psicanalítica da dominação masculina para uma versão psicanalítica da emancipação feminina (Arán, 2009).

As perspectivas críticas à psicanálise apresentadas até aqui têm em comum a compreensão de que há, na psicanálise tradicional de Freud e Lacan, uma supervalorização do falo – condensada na máxima da “primazia do falo” –, bem como do complexo de Édipo, que se mostram insuficientes para a compreensão dos lugares ocupados por homens e mulheres na época contemporânea. Muito mais poderia ser falado sobre o assunto, mas isso extrapolaria os objetivos desta tese. Interessa-nos, aqui, formular dois conjuntos de questões: 1) Por que persiste essa supervalorização? Qual é a sua origem e suas consequências?; 2) Por que se considera que a perspectiva psicanalítica tradicional sobre gênero não é suficiente para dar conta das relações de gênero que hoje se apresentam?

Deparamo-nos com uma dialética de permanência e transformação, típica de qualquer fenômeno histórico. Por um lado, há algo que persiste, imutável; por outro, as transformações são intensas – homens e mulheres do século XXI dificilmente se reconheceriam em seus pares do século XIX. Além disso, essas duas realidades interagem entre si, uma resistindo, a outra transgredindo.

As transformações históricas ocorrem e, de forma geral, pode-se constatar a existência de um processo de ressignificação do modelo tradicional de homem e de mulher, o que vem possibilitando a emergência de vários modelos de masculinidade e feminilidade, negociados nas relações sociais, compartilhados e servindo como referenciais para o exercício de novas práticas sociais (Ribeiro & Almeida, 2003). Por outro lado, o sistema capitalista e sua divisão sexual do trabalho persistem – o que, em nossa opinião, explica a persistência da ideia da primazia do falo dentro do campo psicanalítico. A mulher entra no mercado de trabalho, mas o faz em um lugar de subalternidade, o faz recebendo menores salários, o faz ocupando postos de trabalho menos prestigiados e frequentemente assessorando um homem, o faz tendo que dar conta dos trabalhos domésticos e do cuidado dos filhos, o faz terceirizando essas tarefas a uma outra mulher.

Concordamos com Porchat (2007) quando essa autora diz que essa não é uma análise que envelheceu, a despeito de muitos argumentos nesse sentido. Não só não é verdadeiro o inverso – o homem não entrou na vida privada como a mulher no mercado de trabalho –, como essa entrada na vida pública, por parte da mulher, se dá de forma subalterna. Mesmo diante do esfacelamento da família nuclear, originária do início da era moderna (Ariès, 1981), está claro que a divisão sexual do trabalho permanece, quando vemos, por exemplo, o número de famílias constituídas apenas por mães e seus filhos.

Para entender esse fenômeno, proporemos, nesta tese, o conceito de alienação de gênero, alienação esta decorrente da divisão sexual do trabalho estabelecida pelo capitalismo. No âmbito da psicanálise, ela se apresenta como a primazia do falo, que consolida o homem no lugar de supremacia – entendemos que pênis e falo se encontram irremediavelmente ligados, ainda que tanto esforço se tenha feito para tentar desconectá-los – e a mulher, no lugar do negativo, do mistério, da inexistência.

Essa alienação, que finca suas raízes psíquicas nos recônditos do inconsciente, impede que seres humanos possam dar vazão ao potencial criativo do gênero, sem se prender a binarismos impostos de antemão pelo modo de produção e reprodução capitalista e toda formulação de conhecimento por ele influenciado. O caráter histórico dessas questões fica claro, por exemplo, quando confrontamos o dispositivo diferença sexual, considerado como pilar da cultura e do sujeito do inconsciente por Lacan, e o modo como esse entendimento se modificou ao longo dos séculos, conforme colocamos no início deste capítulo.

Deixaremos para definir o conceito de alienação de gênero, que se pretende como contribuição original desta tese, no próximo capítulo, quando então examinaremos a divisão sexual do trabalho mais detidamente e enfim proporemos uma definição de gênero em consonância com as ideias aqui expostas.

CAPÍTULO 3 – GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO REPRODUTIVO

Homens e mulheres não estão inseridos da mesma forma na sociedade capitalista, ainda que frequentemente análises sobre o universo do trabalho, bem como da educação, ignorem as relações de gênero, o que leva a que todas as relações sociais sejam representadas segundo um padrão masculino (Hirata & Kergoat, 1994). Tratar desse tema é uma tarefa complexa, que requer que se considere a sociedade enquanto totalidade, em que se imiscuem relações econômicas, de gênero, de classe social, raciais etc. Delphy (1980) tece críticas àquelas pesquisas que buscam entender as relações sociais, sexuais e econômicas entre homens e mulheres de forma distinta e separadas entre si, uma vez que estas se encontram intimamente interrelacionadas, obedecendo a uma mesma lógica, que, por sua vez, deve ser entendida no contexto mais amplo da sociedade na qual está inserida.

Neste capítulo, tratamos das relações entre gênero e trabalho a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética, com foco na divisão sexual do trabalho. Veremos que trabalho produtivo e reprodutivo são inseparáveis, porém guardam uma relação conflituosa entre si e devem ser entendidos dialeticamente. Por fim, lançamos as bases para a elaboração de um novo conceito, qual seja, o da alienação de gênero, inserido no contexto mais amplo do conceito de alienação conforme proposto por Marx.

3.1 Gênero e trabalho a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética

O tema gênero e trabalho não aparece com muita frequência na obra de Marx e Engels, tampouco o faz de uma forma sempre clara. Marx, apesar de considerar produção e reprodução social dimensões indissociáveis, privilegiou a análise do processo de produção capitalista. No entanto, é possível entrever, em diversas obras desses autores, a evolução do seu pensamento sobre a divisão sexual de gênero, a família e o trabalho reprodutivo (Gama, 2014; Goldman, 2014).

Em obra de 1844, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels (1845/2008) aborda os efeitos da industrialização sobre a família, ao observar que homens vinham sendo cada vez mais substituídos por mulheres e crianças nos postos de trabalho, por salários muito mais baixos. A posição do autor parece ambígua, o que se observará em outros trabalhos de Marx e Engels quando esse assunto é abordado: se, por um lado, ele via a inserção das mulheres no mercado de trabalho como inevitável, por outro, preocupava-se com seus efeitos sobre o emprego dos homens e também sobre a saúde de mulheres e crianças. Com medo de perder o emprego, essas trabalhavam até o momento do parto em posições desconfortáveis, sem poder descansar, e voltavam logo após, deixando os bebês em casa sem alimento. Não raro tinham seus filhos ali mesmo, entre as máquinas.

A exposição de Engels, apesar de não pretender ser uma análise teórica aprofundada, demonstra que o autor entrevia contradições entre o trabalho produtivo capitalista e a família. Com ambos os pais ocupados em jornadas de 12, 14, às vezes 16 horas por dia, as consequências eram, no seu entendimento, uma emancipação precoce dos filhos, um descaso com o trabalho doméstico e

com a própria família. “Em muitas famílias, tanto o homem como a mulher trabalham fora, do que resulta as crianças serem privadas de qualquer cuidado, ficando ou fechadas ou entregues ao cuidado de outras pessoas” (Engels, 1845/2008, p. 150).

Além disso, a crescente dificuldade apresentada pelos homens para conseguir emprego acarretava, em sua opinião, uma inversão dos papéis de gênero. “O trabalho da mulher desorganiza inevitavelmente a família e esta desorganização tem, no estado atual desta sociedade assente na família, as consequências mais desmoralizantes, tanto para os pais como para as crianças” (Engels, 1845/2008, p. 150).

Observa-se, nessa obra, uma visão naturalizante dos papéis de gênero, ao falar da virilidade dos homens e da feminilidade das mulheres, que estariam sendo degradadas pelo capitalismo (Engels, 1845/2008). Nesse sentido, seu ponto de vista mostrava-se em certa medida similar aos de alguns trabalhadores que professavam um antifeminismo proletário, alegando que a inserção das mulheres nas fábricas rebaixava os salários e deixava a casa e a família desassistida (Goldman, 2014). Por outro lado, a obra de Engels começa a levantar dúvidas sobre essa divisão supostamente natural, ao afirmar que “se a supremacia da mulher sobre o homem, inevitavelmente provocada pelo sistema fabril, é inumana, a do homem sobre a mulher, tal como existia antes, também o era” (Engels, 1845/2008, p. 150).

Esses questionamentos parecem surtir efeito sobre os jovens pensadores Marx e Engels e, pouco tempo depois, quando publicam *A ideologia alemã* (1933/2007), já apresentam algumas transformações em suas ideias sobre a divisão do trabalho. Essa obra é considerada um marco nas ideias marxianas, uma vez que abre caminho para o desenvolvimento das teses fundamentais do materialismo histórico-dialético. Nela, os autores sugerem que as relações na família não são naturais, fixas ou a-históricas, mas sim assumem novas configurações sociais a partir do modo de produção vigente. Por esse motivo, a família – e a mulher – não deveria ser tratada como algo abstrato, idealizado, mas antes como o reflexo de relações sociais que emergem de condições concretas da vida (Marx & Engels, 1933/2007).

A transição do pensamento desses autores é ilustrada na seguinte passagem: “A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro, como relação social” (Marx & Engels, 1933/2007, p. 34).

Se, por um lado, a concepção de família apresentada por Marx e Engels mostra-se inovadora para aquele momento histórico, uma vez que o entendimento geral era de que essa era uma configuração natural, por outro, os autores parecem enfrentar um impasse entre relações sociais e naturais. Essa dificuldade se revelava particularmente na tentativa de explicar a opressão da mulher (Moraes, 2000). Em suas formulações sobre a divisão social do trabalho na tribo, utilizavam as diferenças biológicas como princípio explicativo, baseando-se, sobretudo, no papel da mulher da maternidade. Assim, essas diferenças naturais estariam no princípio da escravização da mulher pelo

homem, que teria se dado pelo desenvolvimento da sociedade, aumento da população e separação desta em pequenos núcleos familiares distintos. A mulher teria sido, portanto, a primeira forma de propriedade privada, e sua opressão, em última instância, estaria associada à maternidade (Marx & Engels, 1933/2007).

Nota-se, nessa formulação, uma contradição patente com a ideia também exposta pelos autores da importância da configuração social para a compreensão da família. Afinal, se a opressão às mulheres estivesse calcada em uma ordem natural, que remetesse ao período tribal e, portanto, anterior a qualquer organização produtiva, como entendê-la em relação dialética com o modo de produção vigente? (Goldman, 2014). Tal conflito não passava despercebido pelos próprios autores e Engels tentará saná-lo no livro *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (Engels, 1884/1984), sobre o qual falaremos adiante.

Em trabalhos subsequentes desses pensadores, o tema da família, da mulher e da divisão sexual do trabalho não aparece de forma significativa. Em um de seus livros mais importantes, *O Capital*, esse é um assunto quase não abordado por Marx, pois o autor não fala da família e a questão do trabalho reprodutivo apresenta-se vaga (Marx, 1932/2008). Haja vista que o objetivo principal do filósofo nessa obra é abordar as relações de troca na sociedade, com base na mercadoria, as tarefas domésticas permanecem ocultas, como se se tratasse de algo que fugiria ao escopo dessa perspectiva teórica, por não ser objeto de troca (Melo, Considera & Sabbato, 2007).

Haug (2007) reconhece que a análise de relações de gênero aparece na teoria de Marx e Engels com pouca frequência de maneira explícita. Na maioria das vezes, aparece de maneira implícita, em que esses enxergam o trabalhador como sendo do sexo masculino, e a mulher e as crianças como sujeitos que, por receberem menores salários, deslocam o lugar do proletariado nas fábricas. Além disso, a mulher é tida como aquela responsável pela reprodução da vida, na esfera privada.

Esta estreiteza de visões conduziu o movimento de trabalhadores a postular uma direção sequencial de lutas de liberação (em primeiro lugar, os trabalhadores depois as mulheres), uma crença que ignora o fato de que as relações de produção são de fato sempre relações de gênero, e também ignora a força das relações de gênero em determinar a forma específica das relações sociais em seu conjunto (Haug, 2007, p. 350).

De fato, feministas marxistas viram a construção da imagem da mulher na teoria, conforme apresentada por Marx, como uma imagem partida, de cidadã de segunda categoria. Muitos críticos argumentam que, de forma implícita, havia a explicação para a subordinação da mulher como associada ao fato de esta não estar inserida no universo mercantil (Melo, Considera & Sabbato, 2007).

O livro de Engels *A origem do Estado, da família e da propriedade*, lançado em 1884, demonstra que o assunto da família e das relações de gênero continuava intrigando esses autores, mesmo não tendo sido seu principal objeto de estudo. O livro foi publicado por Engels com base em

escritos de Marx, logo após sua morte e, nesse, procura resolver o dilema apresentado por eles mesmos em outros momentos teóricos a partir de uma perspectiva materialista.

Na obra, Engels (1884/1984) tece uma análise histórica e antropológica – a partir dos trabalhos disponíveis à época, bastante escassos, o que mostra a limitação do trabalho – para a compreensão da origem da divisão sexual do trabalho e da opressão do sexo feminino pelo masculino. O autor busca descrever o desenvolvimento da sociedade em diversos contextos – trata dos gregos, romanos, gauleses, germanos e de tribos norte-americanas –, na busca de similaridades que permitissem elucidar processos históricos.

Engels (1884/1984) discorre sobre como essas sociedades, de forma geral, apresentam semelhanças ao partirem de configurações sociais cujo centro eram as gens, em direção a organizações estatais. Na organização gentílica, principalmente em seu auge, predominava o direito materno. Na gen, de forma geral, observa-se primeiramente o matrimônio por grupo e, em seguida, o matrimônio sindiásmico, que se caracteriza por apresentar traços de monogamia, mas com vínculos muito mais flexíveis do que posteriormente se irá observar. Em um tal contexto, o direito materno tem como fundamento o fato de que relações de parentesco apenas podem ter base sólida quando a referência é a mulher, pois a paternidade não se estabeleceria tão facilmente.

Engels (1884/1984) aborda a divisão sexual do trabalho que ocorria na gen, apresentando o seguinte cenário: o homem cuidava de conseguir o alimento por meio da caça e da pesca e a mulher dos afazeres domésticos. Não havia dominação de um sobre o outro. No entanto, o desenvolvimento das técnicas de produção – surgidas na seguinte ordem: pasto, agricultura e artesanato –, ocorrem onde havia sobretudo a presença masculina. Isso faz aumentar a produção para além do necessário à sobrevivência e reprodução dos membros da gen. Começa paulatinamente a troca e o comércio entre as gens e, em seguida, surge o dinheiro – a mercadoria que contém, de forma latente, todas as demais. Assim, tem início também a dominação do homem sobre a mulher, uma vez que os espaços em que se desenvolve o capitalismo eram espaços tradicionalmente ocupados pelos homens.

Engels (1884/1984) procura demonstrar como a passagem para o direito paterno está baseada na propriedade privada e no interesse em transmitir a herança, ou seja, não deixá-la escapar para outra gen. Juntamente com a propriedade privada e o direito paterno, ganha força necessariamente a monogamia, como forma de assegurar a paternidade e, assim, a linha hereditária. A mulher passa a figurar como uma escrava, posse do homem, da mesma forma que seus filhos.

A partir dos anos 1970, essa obra de Engels tornou-se alvo de críticas por parte de pesquisadoras e militantes feministas por diversas razões. Uma delas, que consideramos bastante pertinente, é a de que:

Contrariamente à ideia desenvolvida por F. Engels, as mulheres nunca se dedicaram exclusivamente às tarefas domésticas. As mulheres sempre participaram das tarefas produtivas, seja como coletoras, agriculturas, artesãs, operárias a domicílio ou na grande indústria, com exceção daquelas que integravam as classes dominantes, ou seja, precisamente

nas sociedades onde *já* existiam a propriedade privada e as classes sociais. (Trat, 2014, p. 363)

Outras razões elencadas para as limitações da obra de Engels são: sua visão de desenvolvimento humano linear e evolucionista, dominante na época; o fato de ele colocar a propriedade privada como origem da dominação masculina; o não questionamento da divisão de trabalho entre homens e mulheres, mesmo sendo Engels a favor da socialização das tarefas domésticas entre mulheres e o Estado. Por outro lado, reconhece-se o mérito da obra no sentido de tentar demonstrar que a sujeição das mulheres não era natural, mas sim fruto de relações sociais passíveis de transformação (Trat, 2014).

Nas formulações de Marx e Engels sobre a mulher, a família e a divisão sexual do trabalho, conforme apresentadas até aqui, a opressão da primeira é justificada pela propriedade privada. Assim, com o fim dessa, a família capitalista também seria espontaneamente desfeita, em prol de relações baseadas na igualdade e na afeição genuína (Goldman, 2014). As relações de opressão no interior das classes trabalhadoras não foram abordadas pelos pensadores, que tendiam a idealizá-las como igualitárias e sem os aspectos de subordinação observados nas classes burguesas (Trat, 2014). Outra crítica bastante pertinente à obra de Marx e Engels é que, nela, a temática da mulher aparece sempre de forma subsidiária à temática da família, como se houvesse aí uma relação orgânica e natural (Mitchell, 2006). Não podemos deixar de mencionar também o binarismo em suas concepções de gênero, o que não será diferente em autoras mais recentes que se inscrevem dentro de uma perspectiva dita marxista, como veremos adiante.

É interessante mencionar como foi a apropriação dessas teses pela União Soviética no período imediatamente posterior à Revolução Russa de 1917. Logo após a revolução, o debate sobre o fim da família em uma sociedade socialista era bastante forte, baseando-se na ideia de Marx de que a família era uma invenção burguesa que se assentava sobre a propriedade privada, incluindo aí a propriedade do marido sobre a esposa e os filhos. Várias teóricas da época – como Alexandra Kollontai e Clara Zetkin – desenvolveram as teses de Marx, reforçando a ideia de que, finda a propriedade privada, acabaria também espontaneamente a família, que seria substituída por uniões baseadas nos laços afetivos e no respeito mútuo. As tarefas domésticas seriam responsabilidade do Estado, o que representaria tanto uma libertação da mulher quanto uma melhor prestação do serviço. Os filhos deveriam ser educados pelo Estado para se tornarem exemplares cidadãos socialistas (Goldman, 2014).

A mulher estaria então liberada para entrar no mercado de trabalho, se instruir e participar da vida política. Uma das teses para a subordinação da mulher ao homem era o fato de esta estar excluída do trabalho industrial, “mercantil”, dito produtivo. Assim, uma vez adentrando o universo do trabalho produtivo, tal subordinação iria desaparecer naturalmente. Se, por um lado, a proposta do governo de dar conta dos serviços relacionados com a reprodução da força de trabalho é interessante – e demonstra uma consciência da exploração da mulher no lar que até hoje talvez nós

não tenhamos –, isso sugere também que esses serviços eram tidos como de menor valor, uma vez que não se debate em nenhum momento a divisão igualitária daquelas tarefas relacionadas ao domicílio e à família. Esses avanços foram desfeitos na sequência por Stalin, que passou a valorizar na família a unidade-base da sociedade (Goldman, 2014).

3.2 Materialismo histórico-dialético e feminismo: abordagens críticas

Da mesma forma que Freud, Marx também se mostrava contrário a uma visão dogmática e doutrinária de sua teoria: ele mesmo chegou a dizer que não era um marxista. Isso indica que suas ideias devem ser compreendidas não como um corpo teórico acabado e estanque, mas “como um método ou um programa de pesquisa aberto e criativo que busca apreender a mudança histórica e as sociedades particulares, sobretudo o capitalismo” (Holmstrom, 2014, p. 342). Assim, alguns elementos de sua obra são valiosos para uma compreensão crítica acerca do gênero: a metodologia, a concepção de história, a desconstrução de hierarquias supostamente naturais, a teoria da ideologia e a valorização da autoemancipação.

Christine Delphy (2015) ressalta que o materialismo não deve ser compreendido como uma teoria exclusiva para a compreensão das relações remuneradas do sistema capitalista, e sim de maneira mais ampla, como uma teoria da história que parte da análise e da luta contra a opressão. Com seu texto *O inimigo principal: a economia política do patriarcado*, publicado originalmente em 1970, a autora pretende lançar as bases teóricas e políticas para uma análise materialista da opressão às mulheres. O foco de Delphy é mostrar que a atuação feminina na realização de tarefas domésticas e criação dos filhos tem uma relação direta com a produção, uma vez que o que a mulher realiza dentro de casa é um produto ou serviço que não precisa ser adquirido. Ao receber em troca pelo que faz aquilo que é da boa vontade de seu marido lhe dar, esse regime se assemelha à servidão.

Delphy (2015) constrói uma teoria diretamente caudatária da concepção de Engels de que as mulheres e os filhos são propriedade do marido e entre eles há uma relação de escravidão. A autora tece a análise de que há uma coexistência entre dois modos de produção: o modo de produção capitalista, que se baseia na exploração do proletariado pela burguesia, e o modo de produção patriarcal, que se baseia na exploração dos homens pelas mulheres. Para ela, essas duas formas de exploração não podem ser confundidas. Nesse sentido, faz parte da ideologia que mascara essa relação de dominação a ideia de que a esposa de um burguês seria também uma burguesa. Seria o mesmo que supor, diz a autora, que o escravo de um agricultor é também um agricultor. À semelhança do Manifesto Comunista, a autora conclama todas as mulheres a se unirem na luta contra a opressão do patriarcado, pois a abolição das relações de produção capitalista não será suficiente para libertá-las.

Não concordamos com essa diferenciação em sistemas feita por Delphy, apesar de ser inegável o mérito de sua obra no sentido de chamar a atenção para uma opressão específica das mulheres, que é fruto do patriarcado e não é abrangida pela análise tradicional do marxismo. Apesar

de patriarcado – entendido genericamente como um sistema que abarca relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres – ser um termo abrangente para um fenômeno que se apresentou e se apresenta de inúmeras maneiras em diferentes culturas e momentos históricos (Butler, 2016), pode-se afirmar que manifestações dele são anteriores ao capitalismo. Ou seja, nesse sentido, concordamos com a autora que não se pode equivar capitalismo e patriarcado. Entretanto, em nossa opinião, é igualmente inegável que esse último adquire uma configuração específica no capitalismo, em que a relação entre ambos é muito mais orgânica do que uma mera coexistência, como sugere Delphy. É nesse ponto que nos baseamos ao defender a centralidade da divisão sexual do trabalho para entender a própria constituição inconsciente no regime capitalista.

Nancy Holmstrom (2014) é outra autora que pretende fazer uma leitura crítica das relações de gênero a partir de uma perspectiva marxista, extrapolando, porém, o que foi dito por Marx. Para ela, uma das principais contribuições de uma teoria materialista para o gênero é rebater a ideia de falar das mulheres genericamente. Assim, pondera: de quais mulheres se trata? Falar de mulheres concretas, afetadas por condições de vida concretas impede que pretendamos abranger os interesses das mulheres como tais. Apesar da grande diferença em termos de perspectiva teórica, é interessante notarmos que é com questionamento similar que Butler abre seu livro *Problemas de gênero* (2016).

Holmstrom (2014) defende que as relações de gênero são perpassadas igualmente por relações de classes, de tal forma que as desigualdades de gênero persistem e se diferenciam de acordo com desigualdades de classes. Nesse sentido, ela se contrapõe a Delphy, de quem discorda, e lança algumas ideias de grande valor para esta tese: se, em boa parte do mundo capitalista, as mulheres conquistaram igualdade jurídica em relação aos homens, explica a autora, esse ganho não significou para todas as mesmas consequências. Um exemplo é o fato de que algumas mulheres podem comprar o trabalho de outras mulheres para realizar tarefas a elas atribuídas pela divisão sexual do trabalho, conforme discutiremos abaixo. Análise semelhante se estende também para diferenciações em termos de raça/etnicidade. Em outras palavras, a compreensão da opressão das mulheres é uma tarefa complexa, que exige ser feita de maneira intrincada com relações de classe e de raça.

No Brasil, a esse respeito, destaca-se o trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti (por exemplo, 2013), que primeiro se propôs a analisar a situação do trabalho feminino no Brasil a partir de uma perspectiva marxista. Além dela, mais recentemente, não podemos deixar de mencionar o trabalho realizado por Helena Hirata (por exemplo, 2002) e Christina Bruschini (por exemplo, 1990). Deixaremos para abordar algumas contribuições dessas autoras mais adiante nesse capítulo.

Apesar das diferenças encontradas entre as chamadas feministas marxistas, podemos observar em comum sua percepção de que o materialismo histórico-dialético deve ser entendido como uma obra em aberto, uma proposta teórica que se molda a problemas novos e transformações históricas. Assim, apesar de os autores clássicos terem dado alguma atenção à problemática da relação entre homens e mulheres, esses acabaram por manter atado o vínculo mulher-família, com pequena abertura para entender a construção de gênero para além de aspectos biológicos

naturalizados, como a procriação. Nesse sentido, essas autoras chamam a atenção para a necessidade de uma análise específica da opressão às mulheres, ainda que essa esteja relacionada a opressão dos trabalhadores no capitalismo. Da mesma forma, a emancipação da mulher não requer somente a eliminação da sociedade de classes, como se acreditava à época da Revolução Russa (Saffioti, 1978; Mitchell, 2006; Delphy, 2015; entre outras).

3.3 Produção e reprodução social: dimensões inseparáveis e conflituosas

A divisão sexual do trabalho opera de acordo com dois princípios organizadores fundamentais: o de separação, pois cada sexo⁷ é responsável por um tipo de trabalho, e o hierárquico, pois um tipo de trabalho vale mais do que outro. Deve-se entender que, se, por um lado, esses princípios são observados em diferentes culturas, por outro, suas formas de manifestação e, portanto, a organização da divisão sexual do trabalho se modificam historicamente, da mesma forma que as relações de gênero modificam-se historicamente. Essa divisão está associada a uma base tanto política quanto econômica da sociedade (Hirata & Kergoat, 1994).

De acordo com esse princípio, produção e reprodução sociais têm sido vistas como âmbitos separados e hierarquizados de trabalho humano. A análise marxiana da sociedade capitalista centrou-se, sobretudo, sobre a produção social, em detrimento do processo de reprodução social. Em que consistiria, nesses termos, o trabalho produtivo? Segundo Marx (1932/2008) o trabalho produtivo seria aquele trabalho assalariado que produz mais-valia. Essa definição foi posta em xeque por várias feministas marxistas, uma vez que o trabalho reprodutivo também produz uma mais-valia, mesmo que de forma indireta. Abordaremos essa questão no próximo tópico.

A oposição entre trabalho produtivo e reprodutivo aparece comumente da seguinte forma: o primeiro é tido como aquele realizado fora do espaço doméstico, é remunerado e gera mais-valia, ao passo que o reprodutivo é realizado dentro do espaço doméstico, não é remunerado e, à primeira vista, não gera mais-valia. No entanto, a produção só é possível por meio da reprodução da força de trabalho. Além disso, a reprodução é, tanto quanto a produção, uma forma de trabalho, uma vez que envolve uma ação humana consciente que visa modificar a realidade ao seu redor (Marx, 1932/2008). Ambos modificam a natureza e modificam o próprio ser humano que o realiza.

Busquemos entender melhor o que Marx chama de reprodução social. Para ele, esse fenômeno engloba a reprodução da totalidade do processo social, aí envolvidas a reprodução dos meios de produção, das relações de produção, da força viva de trabalho e também da consciência social. Como a sociedade reproduz a si mesma, perpetuando o modo de produção, as relações sociais e a ideologia? Dentro desse contexto, interessa-nos particularmente como ocorre a reprodução da força de trabalho em nossa sociedade capitalista. E em que ela consiste? Essa forma de atividade tem

⁷ Colocamos aqui a palavra sexo e não gênero, porque essa divisão se funda em diferenças biológicas que se prestam a categorizar homens e mulheres.

recebido diferentes denominações por parte das pesquisas acadêmicas: trabalho doméstico, afazeres domésticos, trabalho de cuidado, trabalho reprodutivo etc. (Gama, 2014). Bruschini (1990) propõe uma ampla definição para o trabalho doméstico, que agrupa atividades em bloco, porém não de forma hierarquizada. Trata-se de uma definição mais ampla do que aquela utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme veremos.

1. tarefas relativas aos cuidados com a moradia, espaço no qual se passa a vida familiar cotidiana;
2. tarefas de alimentação e higiene pessoal, como cozinhar, lavar pratos e outros utensílios, costurar, lavar e passar roupas;
3. prestação de serviços físicos e psicológicos aos membros das famílias, assim como o cuidado com as crianças, os idosos e os incapacitados da família;
4. administração da unidade doméstica, com atividades que vão desde o pagamento de contas até a administração do patrimônio, bem como a aquisição dos bens de consumo necessários para a casa e a família;
5. manutenção da rede de parentesco e de amizade, que reforçam laços de solidariedade e de convivência (Bruschini, 1990).

Quando tratamos do conflito entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, estamos também falando, necessariamente, de relações de gênero, uma vez que este último tem sido historicamente atribuído às mulheres. Em uma busca por compreender as razões disso, muitas autoras afirmam que, por muito tempo – e talvez até hoje – a naturalização do lugar da mulher no espaço privado do lar vem do fato de a mulher parir. Trata-se de uma tentativa de ancorar sobre fatos biológicos relações que se explicam histórica e socialmente, conforme já discutimos. Podemos ver, além disso, que os afazeres domésticos extrapolam em muito atividades relacionadas à gestação, ao parto e à amamentação (Bruschini & Ricoldi, 2009), e, conforme discutido no capítulo anterior, nem mesmo atividades diretamente ligadas ao corpo biológico, como a amamentação, podem ser naturalizadas como instintivas (Badinter, 1985).

Antunes (2003) ressalta que a inserção da mulher no sistema capitalista é marcada por uma dupla opressão: a opressão do sistema em si e a opressão da divisão sexual do trabalho, que a coloca em um lugar de subordinação aos homens. As mulheres, ao mesmo tempo que participam da produção capitalista a partir de um lugar subordinado, estão ativamente envolvidas com a reprodução da vida. Esse é um elemento que não deixa de estar presente na constituição de uma identidade de gênero por parte das mulheres em nossa sociedade.

A reprodução social no âmbito privado é vista como uma forma devida de afeto, atribuída exclusivamente às mulheres, o que novamente se apoia sobre uma naturalização de valores. No entanto, trata-se de fato de uma forma de trabalho repetitivo e invisibilizado, que serve, tanto quanto o trabalho assalariado cristalizado em mercadorias, para a reprodução do capital. Nesse sentido, a alienação do trabalho também aparece no âmbito privado: considera-se essa divisão de trabalho entre homem e mulher como algo naturalizado, fixo, a-histórico (Gama, 2014).

É essencial reforçarmos que a relação entre gêneros não é uma relação ditada por princípios biológicos, mas antes uma relação social e histórica que reflete em si toda a estrutura social na qual está inserida, o que envolve as relações de produção e reprodução de um sistema capitalista. Da mesma forma, a história da família é também a história do desenvolvimento dos meios de produção da sociedade (Haug, 2007).

A maciça entrada da mulher no mercado de trabalho, advinda da industrialização, causa um recrudescimento das tensões entre trabalho e vida familiar. A mulher vai para o espaço público ocupar-se de funções produtivas, mas segue associada às atividades de reprodução no espaço privado. A inserção da mulher no mercado produtivo surge, portanto, como um problema – afinal, quem cuidaria da casa? Ao mesmo tempo, com a industrialização, a família deixa de ser um lugar de produção e passa a ser um lugar de consumo e reprodução da força de trabalho. Estabelece-se o conflito trabalho assalariado e trabalho doméstico não remunerado. Esses passam a ser vistos não apenas como coisas diferentes, mas também como coisas opostas: trabalho/não trabalho; valor/não valor; homens/mulheres (Goldman, 2014; Gama, 2014).

O ingresso maciço da mulher no mercado de trabalho gerou uma grande oferta de mão de obra feminina. São frequentes relatos do início do século XX sobre revoltas dos trabalhadores homens com relação à contratação de trabalhadoras, alegando que estas puxavam os salários para baixo, como se se tratasse de uma culpa inerente à mulher e não que esta fosse vítima de uma exploração ainda maior que a dos homens operários (Goldman, 2014).

O acesso da mulher ao mercado de trabalho é marcado pela precarização. A mulher é tida como uma força de trabalho secundária, o que inicialmente foi associado à sua escolarização e qualificação técnicas usualmente mais baixas. Contudo, esses índices se modificaram sem que fosse atingida a igualdade salarial entre homens e mulheres. A mulher sofre com salários mais baixos que os homens, independentemente da classe social ou categoria profissional, ainda que disponha de uma escolarização igual ou superior à do homem (Bruschini, 1999).

Conforme debateremos no próximo capítulo, com a reestruturação produtiva em vigor nas últimas décadas, a mulher é vista como mais adaptável às demandas desse processo, como, por exemplo, o trabalho parcial ou temporário, a informalidade, salários inferiores etc. Desigualdades entre classes sociais no Brasil agravam essa situação. A entrada no mercado de trabalho das mulheres da classe média gera um enorme número de empregos precarizados para as mulheres das classes mais desprivilegiadas: o emprego doméstico.

De fato, o trabalho doméstico remunerado é atualmente uma das principais ocupações da trabalhadora brasileira e a principal da trabalhadora de cor preta ou parda (IBGE, 2014). Perpetua-se a divisão sexual e marca-se pelo estigma da precarização o ingresso da mulher do mercado de trabalho, ainda que avanços recentes na legislação trabalhista sobre o trabalho doméstico amenizem o cenário. Fica claro, portanto, que o acesso da mulher ao mercado de trabalho não significou mudanças na divisão sexual do trabalho, uma vez que outra mulher é chamada a desempenhar essas

funções. Esse fenômeno tem sido denominado pela literatura de maternidade transferida (Costa, 2002; Gama, 2014), o que não deixa, em nossa opinião, de ser problemático, uma vez que o termo contém um certo juízo de valor sobre aquela mulher que contrata outra, sem que se questione a posição masculina.

Esse cenário faz a tensão entre trabalho e vida familiar não ser vista como um problema a ser resolvido pela esfera pública, pelo Estado. Ou seja, o Estado não se vê compelido a pensar políticas sociais que possibilitem a conciliação entre trabalho e vida familiar. Ao contrário, essa é vista como uma tarefa que deve ser resolvida no âmbito de cada família (Costa, 2002; Gama, 2014).

3.4 Trabalho reprodutivo: desigualdade e expropriação

Ao analisar o percurso das discussões teóricas e pesquisas sobre o trabalho da mulher no Brasil, observamos que, inicialmente, esses trabalhos mostravam-se centrados sobre aspectos como o ingresso ou a expulsão da força de trabalho feminina do mercado de trabalho (Saffioti, 2013). Predominava um debate teórico acerca da incorporação subalterna da mulher ao trabalho produtivo capitalista. Aos poucos, essas produções começam a se ampliar, tornando-se mais sensíveis tanto a aspectos culturais e simbólicos envolvidos na opressão das mulheres, quanto à divisão sexual do trabalho e à invisibilização do trabalho reprodutivo feminino no espaço privado. Esse olhar mais abrangente e acurado suscitou, portanto, o início do debate acerca do trabalho doméstico no país (Bruschini, 1994).

Um novo rumo foi realmente tomado quando essas produções passaram a abordar a articulação entre ambas formas de trabalho – o produtivo e o reprodutivo –, ou o que muitas vezes se entende como a difícil conciliação entre as demandas advindas do emprego e da família. Em outras palavras, reconheceu-se, de forma cada vez mais premente, a necessidade de compreensão da interdependência entre produção e reprodução, bem como das relações sociais e culturais de gênero (Bruschini, 2006).

Concomitantemente a isso, começa a acontecer, ao longo das décadas de 1970 e 1980, um movimento de reflexão e crítica com relação às estatísticas oficiais disponíveis para se aferir e detalhar a atividade econômica feminina. Essas passaram a ser consideradas insuficientes para retratar a realidade da atividade das mulheres, uma vez que se centravam tão somente no trabalho remunerado, sobretudo naquele ligado à produção capitalista industrial. Dessa forma, aquelas pessoas ocupadas com pequenas produções mercantis, trabalhos parciais ou atividades domésticas não remuneradas eram relegadas à categoria de inatividade econômica. Observava-se, portanto, uma sub-representação da ocupação feminina (Bruschini & Ricoldi, 2009).

Com as numerosas críticas recebidas e buscando atender a critérios sugeridos pela própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) – pesquisa intercensitária realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1967 – passa a fazer algumas reformulações a partir do início dos anos 1990 (Dedecca,

1998). Uma dessas mudanças, por exemplo, atingiu o conceito de trabalho que passou a abranger o trabalho remunerado, o sem remuneração, bem como a produção para consumo próprio ou da família (Bruschini, 2006).

A partir da PNAD de 1992, surge a categoria *trabalhador doméstico*, referente à prestação de serviço remunerado, porém excluindo o trabalho reprodutivo não remunerado realizado no espaço doméstico. Esse último vinha sendo aferido pela categoria *afazeres domésticos* que, no entanto, era uma das opções de resposta para aqueles que diziam não trabalhar. Também a partir de 1992, ela passa a se tornar uma questão a parte, dirigida a todos respondentes, independentemente da situação de trabalho: “Realizou afazeres domésticos na semana de referência?” (Bruschini, 2006).

Na PNAD de 2001, um acréscimo bastante significativo é feito: passa-se a questionar “Quantas horas dedica normalmente por semana aos afazeres domésticos?” a quem tenha respondido afirmativamente à pergunta sobre haver desempenhado afazeres domésticos na semana anterior. A partir dessa importante alteração, vários estudos têm sido realizados (Melo, Considera & Sabbatto, 2007; Bruschini & Ricoldi, 2009; Gama, 2014) e têm lançado luz sobre a real situação do trabalho feminino, particularmente aí onde ele é exercido quase exclusivamente pelas mulheres: o trabalho doméstico reprodutivo não remunerado.

Desde 1992, a definição de afazeres domésticos utilizada pela PNAD inclui as seguintes atividades: “arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar menores moradores” (IBGE, 1992). Essa definição tem sido alvo de contestações uma vez que não leva em consideração, por exemplo, o cuidado de pessoas idosas na família ou pessoas adultas com deficiências incapacitantes (Bruschini & Ricoldi, 2009).

Os dados da PNAD de 2014 (IBGE, 2015) mostram que 51,3% dos homens ocupados disseram ter realizado afazeres domésticos na semana anterior e, entre os que disseram haver realizado, a média do tempo de dedicação a essa atividade foi de 10h. Já entre as mulheres ocupadas, 90,7% disseram haver realizado atividades domésticas na semana anterior à pesquisa e a média foi 21,2h dedicadas a elas, ou seja, mais que o dobro.

Quando se considera apenas o trabalho produtivo remunerado, a média de horas trabalhadas pelas mulheres é inferior à média de horas dos homens. No entanto, quando se soma o número de horas de trabalho reprodutivo não remunerado, a carga horária semanal de trabalho feminino excede a dos homens. Em média, o número de horas trabalhadas em uma atividade remunerada foi de 35,5h para as mulheres e 41,6h para os homens em 2014; somando esse número ao de horas dedicadas aos afazeres domésticos, temos um total de 56,7h para as mulheres e 51,6h para os homens. Essa relação se mantém para qualquer faixa etária, em qualquer situação socioeconômica, em qualquer região geográfica. Em outras palavras, independentemente das condições, as mulheres que possuem atividade remunerada, em média sempre trabalham mais do que os homens (IBGE, 2015). Não

encontramos dados que nos informem se essa relação se mantém para aquelas mulheres que não exercem atividade remunerada, mas tudo leva a crer que sim.

Apesar dessas importantes mudanças na apuração censitária, o trabalho doméstico ainda consta na categoria da inatividade econômica, o que vem sendo questionado por inúmeros autores (Bruschini, 2006; Melo, Considera & Sabbatto, 2007). Afinal, à mais-valia extraída do trabalhador, deve-se acrescentar o valor produzido pelo trabalho doméstico não pago. Se, conforme discutimos na primeira parte desta fundamentação teórica, o salário do empregado é o seu valor de troca – ou seja, o tempo socialmente necessário para sua (re)produção – seria coerente contabilizar aí o valor da mão de obra que realiza o trabalho reprodutivo não remunerado, invisível porém imprescindível para a sobrevivência do trabalhador. Nesse sentido, extrai-se, por meio do trabalhador remunerado que se ocupa do trabalho dito produtivo, a mais-valia da trabalhadora não remunerada que se ocupa do trabalho dito reprodutivo.

Tal pensamento foi externado por diversas feministas marxistas (Holmstrom, 2014; Delphy, 2015; Hirata, 1994, entre outras), que assim questionaram a própria antítese entre trabalho produtivo e improdutivo – ou seja, aquele que gera e aquele que não gera mais-valia – defendida por Marx. Concordamos com aquelas autoras que defendem ser o trabalho doméstico essencial não só para a vida, mas particularmente para o capitalismo. A não consideração da trabalhadora responsável pelo trabalho reprodutivo faz aumentar ainda mais o lucro do empresário. É válido, entretanto, expormos a atualidade do pensamento de Rosa Luxemburgo:

A dançarina do music-hall que, com suas pernas, produz lucro para seu empregador é uma trabalhadora produtiva, enquanto todas as dores das mulheres e mães proletárias entre as quatro paredes de seus lares são consideradas improdutivas. Isso parece brutal e absurdo, mas reflete exatamente a brutalidade e o disparate de nosso sistema econômico atual (Luxemburgo, 1912, como citada em Holmstrom, 2014, p. 349)

3.5 Alienação do trabalho, alienação de gênero

Conforme discutimos nos capítulos anteriores, a divisão sexual do trabalho encontra-se ideologicamente internalizada de forma tão arraigada, que marca o próprio inconsciente dos sujeitos inseridos no modo de produção capitalista e aí se revela como fantasia ideológica. Como disse Delphy (2015): “são os mecanismos de alienação e de falsa consciência servindo para manter a opressão” (p.100). Esse entendimento nos leva a nos questionarmos sobre a alienação no trabalho. Dentro desse contexto, pretendemos dar continuidade aqui à nossa elaboração do conceito de alienação de gênero, que dialoga com o conceito de alienação proposto por Marx, mas vai além, ao abarcar uma dimensão não prevista pelo filósofo.

Marx formulou o conceito de alienação em seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844. Nessa obra, temos acesso a um sistema teórico *in status nascendi*, ou seja, em construção (Mészáros, 2006). Aí estão embriões de ideias e teses que serão desenvolvidas e aprofundadas nas obras

posteriores do autor. Seguindo essa linha de raciocínio, Mészáros vê na alienação um conceito estrutural na obra de Marx, potencialmente o conceito que sintetiza toda a obra do filósofo alemão.

De acordo com a etimologia da palavra alienação, essa se refere a tornar algo alheio, estranho. A ideia de alienação surge na doutrina religiosa, com a concepção de que estamos afastados – alienados – de Deus. É a partir da influência do judaísmo sobre o cristianismo que o termo é secularizado e logo migra para a esfera econômica, com o entendimento de que tudo é alienável. Essa ideia atinge o seu ápice quando a terra passa a ser alienável, o que ocorre na transição da Idade Média para a Era Moderna. Da terra como alienável, vem o ser humano como alienável, como mercadoria (Mészáros, 2006).

A alienação caracteriza-se, portanto, pela (...) conversão dos seres humanos em ‘coisas’, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a ‘reificação’ das relações humanas”); e pela fragmentação do corpo social em ‘indivíduos isolados’, que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, ‘em servidão à necessidade egoísta’, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade (Mészáros, 2006, p. 39).

O conceito de alienação em Marx se assenta sobre a ideia de que a capacidade de agir sobre a natureza, transformando-a, a fim de atingir um objetivo, é o que caracteriza o ser humano enquanto tal, distinguindo-o de outros animais. É o que o ser humano tem de mais próprio e o define enquanto espécie. A atividade produtiva age como mediadora na relação entre ser humano e natureza, permitindo ao sujeito conduzir um modo humano de existência. Ao estabelecer uma distância entre sujeito e objeto, o trabalho se mostra como a própria fonte da consciência (Marx, 1932/2015).

De acordo com Marx (1932/2008), o trabalho “(...) É o processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (p. 211). Ao realizar essa ação, o ser humano “põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (Marx, 1932/2008, p. 211).

O trabalho humano envolve necessariamente três condições: 1) a atividade é voltada para um fim, o que implica planejamento e execução; 2) a atividade se aplica sobre uma matéria, o objeto de trabalho, o que envolve conhecimento sobre o real; e 3) a atividade é realizada com um instrumental, os meios de trabalho, que mediam todo o processo e podem ser vistos como a origem de toda abstração e generalização humana consciente. Nesse sentido, para o materialismo histórico-dialético, sem a consciência não seria possível existir o trabalho e tampouco sem o trabalho seria possível a consciência (Luria, 1991).

O trabalho é o que há de mais próprio ao ser humano e é nesse sentido que Marx utiliza a palavra essência. O filósofo atribui a essência humana a uma ação e não a algo fixo, o que leva ao entendimento de uma condição humana aberta para formar-se e não de uma essência rígida e pré-determinada.

A alienação surge então quando o ser humano não se reconhece no produto do seu trabalho, esse lhe é tornado estranho. É isso que acontece no modo de produção capitalista, em que o trabalhador não trabalha para usufruto próprio e tampouco é responsável pela produção do início ao fim. A alienação, diz respeito, por um lado, ao estranhamento do ser humano com relação à natureza e a si mesmo e, por outro, a esse mesmo processo na relação ser humano-humanidade e ser humano-ser humano. A consequência disso é a reificação do próprio trabalhador, que é transformado em coisa, em mercadoria.

O conceito de alienação de Marx se apresenta em quatro dimensões, todas elas relacionadas ao trabalho, uma vez que a alienação está diretamente ligada à ação produtiva como inerente ao ser humano. O primeiro aspecto da alienação se apresentaria na relação do ser humano com a realidade exterior, com os objetos da natureza, que se reflete inclusive na sua relação com o próprio produto do seu trabalho. O segundo aspecto diz respeito à alienação do ser humano de si mesmo, que se reflete em sua atividade “como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesmo, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa” (Marx, 1932/2015, p. 94).

A terceira dimensão seria a alienação do ser genérico do ser humano, ou seja, como membro da espécie humana. Esse aspecto se fundamenta na ideia de que o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana, pois o ser humano “se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele” (Marx, 1932/2015, p. 117). O trabalho alienado faz

(...) do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana (Marx, 1932/2015, p. 119).

A quarta dimensão se refere à alienação do ser humano frente a seus pares. O ser humano é um ser social e a realização de suas atividades produtivas historicamente reflete seu caráter comunitário. O trabalho é, portanto, uma atividade social. No modo de produção capitalista, contudo, ele se torna individualizado e fragmentado, o que contribui para a alienação do trabalhador.

Nossa intenção nesta tese é inserir mais uma dimensão no conceito, qual seja a alienação de gênero, que incide sobre a constituição identitária e está ligada à alienação do trabalho produzida pela divisão sexual do trabalho. A citação a seguir de Saffioti (1987) é bastante ilustrativa do pensamento que buscamos apresentar aqui:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da distribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos que pode operar o homem (p. 8).

A alienação de gênero pode ser observada tanto no desempenho do trabalho reprodutivo, quanto no desempenho do trabalho produtivo pela mulher. No caso do primeiro, a mulher não se vê refletida no seu trabalho, que não é valorizado e é feito de forma mecanizada e repetitiva. Ainda que esse trabalho não seja diretamente objeto de troca, entendemos que ele o é de maneira indireta, uma vez que o trabalhador produtivo está dele impregnado e esse sim se submete à troca e ao mercado de trabalho. Nesse sentido, a mulher não percebe a usurpação que o mercado faz do seu trabalho e o realiza como se esse lhe fosse devido pela natureza.

Podemos aprofundar essa análise ao perceber que o gênero feminino, da forma como ele se configura em nossa sociedade capitalista, é ideologicamente imposto à mulher, e nele está contida, simbolicamente, uma suposição de que é dela a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo. Trata-se de uma forma fantasiosa e ideológica de fixar uma identidade que recubra a falta da mulher e a aliene de sua condição de ser humano enquanto sujeito aberto a formar-se e nunca definido *a priori*. O humano é aqui transformado em coisa, reificado em uma identidade rígida, submetido às exigências do capital. Da mesma forma que o trabalhador produtivo, a trabalhadora reprodutiva também ocupa o lugar de mercadoria, ao ter sua força de trabalho transformada em objeto de troca, ainda que indireta. É nesse sentido que defendemos, nesta tese, que há uma alienação de gênero nessa atribuição exclusiva à mulher do trabalho reprodutivo.

Levamos aqui a suposição de que a mulher não se vê refletida no produto do seu trabalho, porque, ainda que não haja fragmentação, trata-se de um trabalho repetitivo e desvalorizado, e que serve apenas para garantir a continuidade do trabalho remunerado. O trabalho reprodutivo está, portanto, igualmente subordinado à lógica do capital, uma vez que é o emprego remunerado que é valorizado, pois é ele que alimenta, é ele que veste. Por outro lado, nessa remuneração, a mulher não identifica o seu trabalho reprodutivo. Este é realizado porque é o dever da mulher e tal atribuição é parte constitutiva de uma identidade de gênero alienada.

Poder-se-ia questionar o caso da mulher que não vive com um homem e se ocupa de uma função remunerada bem como do trabalho doméstico não remunerado. Nesse caso, ela apenas acumula em si os dois papéis e não reconhece em si mesma o produto do seu trabalho reprodutivo, que é usurpado na forma de uma mais-valia indireta pelo empresário que a emprega de forma remunerada.

A alienação de gênero também se manifesta no desempenho de um trabalho remunerado por parte da mulher, uma vez que tanto a mulher quanto o homem naturalizam que a este cabe a posição de comando e àquela, uma posição secundária, como é o caso da secretária. A alienação de gênero, possibilitada pela ideologia, se reflete na invisibilização da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, levando a que muitas mulheres não questionem o fato de receberem menos e serem desvalorizadas pelo serviço que realizam.

Assim, definimos a alienação de gênero como a distância que se estabelece entre o ser humano e sua prerrogativa essencial de um potencial criativo e ilimitado de constituição do próprio

gênero. Chamamos mais uma vez a atenção para o sentido que o termo essência toma na obra de Marx: sempre vinculado a uma não definição, ao potencial, à liberdade. Ou seja, é da essência do ser humano o livre definir-se, atuar sobre a realidade, transformando-se nessa atuação. Assim, a alienação imposta pelo sistema capitalista se revela no trabalho, mas tem seus reflexos sobre a constituição da identidade de gênero, que se apresenta presa às amarras impostas pelos binarismos: masculino-feminino, público-privado, produção-reprodução, racionalidade-emotividade.

E como podemos vislumbrar o conceito de alienação em relação ao que vimos tratando até aqui da relação entre o materialismo histórico-dialético e a psicanálise? Ao entender o inconsciente como uma instância histórica e política, observamos que nele está também contida uma fantasia ideológica que é base de toda a alienação. O inconsciente capitalista leva a que o sujeito forme para si uma identidade fixa, alienada. O sujeito está subordinado à lógica do capital, de modo que o que importa é o significante mulher inserido numa cadeia de significantes composta por outros termos fixos como trabalho doméstico, subordinação, maternidade etc.

Tendo como base tudo o que foi colocado até aqui, faz-se premente que possamos delinear o conceito de gênero que estamos utilizando para basear esta pesquisa. Partimos de Scott (1995), para quem esse termo foi formulado com o objetivo de se contrapor ao determinismo biológico na análise das relações entre os sexos. Segundo essa autora, gênero, por um lado, deve ser entendido como um elemento que constitui relações sociais com base em diferenças percebidas entre os sexos, e, por outro lado, é um modo primordial de significar as relações de poder. Se a autora enfatiza a capacidade dos sentidos construídos historicamente de forjar a realidade, complementamos aqui, dialeticamente, que as condições concretas são igualmente responsáveis por erigir sentidos e significados.

A partir das releituras que fizemos tanto da psicanálise, no capítulo anterior, quando do materialismo histórico-dialético, neste capítulo, onde situar o gênero? Não deixa de ser uma diferença entre ambos campos teóricos o fato de que a psicanálise, sobretudo a partir de Lacan, descola a sexualidade e a identidade de gênero do corpo biológico, apesar de não ser capaz de se livrar dos binarismos. Já a partir do materialismo, vemos antes uma proposta de articulação dialética entre o biológico e o social, mas que também apresenta uma análise marcada pelos binarismos.

Para complexificar essa discussão, trazemos a noção do sistema sexo-gênero, inicialmente proposto por Gayle Rubin em seu já clássico ensaio *Tráfico de Mulheres* (1993) e posteriormente adotado por várias feministas, como Butler (2016). Em seu texto, Rubin define o sistema sexo-gênero como o sistema de relações sociais que torna a sexualidade biológica produto da atividade humana e no qual necessidades sexuais resultantes de processos históricos são satisfeitas. É o que a autora aponta no caso da heterossexualidade compulsória. Rubin defende uma análise marxista que entenda os sistemas de sexo-gênero como produtos da atividade humana passíveis de transformação por meio da luta política. Para a autora, a divisão sexual do trabalho e a construção psíquica do desejo –

sobretudo a formação edipiana – seriam as bases de um sistema de produção de seres humanos que coloca os homens em posição hierarquicamente superior às mulheres.

Com o conceito de sistema sexo-gênero, delineia-se o entendimento de que há uma construção – não no sentido da intencionalidade consciente – cultural que incide tanto sobre o sexo quanto sobre o gênero, o que torna tênue a diferença entre ambos.

(...) o sistema de sexo-gênero é tanto uma construção sócio-cultural, quanto um aparato semiótico que atribui significado (identidade, valor, prestígio etc.) a indivíduos dentro da sociedade, sendo que as representações de gênero se traduzem em posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, de modo que o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino e feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais (Fávero & Abrão, 2006, p. 175)

Conforme sustenta Segato (2003), o masculino e o feminino são posições relativas, “mais ou menos estavelmente representadas pelas anatomias de homens e mulheres na vida social enquanto signos dessa diferença estruturada. Mas não necessariamente” (p. 58, tradução livre). Nesse contexto, é importante deixar clara nossa posição de que masculinidade e feminilidade não são conceitos que se inserem na divisão biológica dos sexos de forma dicotômica. Trata-se antes de abstrações que envolvem aquelas características consideradas tipicamente femininas ou masculinas pelo pensamento social, mas que podem ser compartilhadas, em maior ou menor grau, por sujeitos de ambos os sexos. Além disso, os próprios termos masculinidade e feminilidade são insuficientes para pensarmos a complexidade do conceito de gênero. Por outro lado, concordamos com os termos de Moraes (1998), quando esta diz que:

A categoria gênero, se for epistemologicamente neutra, deve indicar que partimos do ponto de vista de que a sociedade atua sobre o biológico. (...) Por outro lado, afirmar a plasticidade do corpo biológico não significa negá-lo, superdimensionando a força do cultural e do simbólico. Mais ainda, as fórmulas genéricas (como gênero) obrigam a uma reflexão sobre a relação específica entre corpo e psique e, conseqüentemente, uma teoria da constituição da identidade humana. (p. 101)

Não existe, portanto, um conceito único para gênero. Tomaremos aqui o entendimento de que o gênero é uma construção social, cultural e psíquica empreendida consciente e inconscientemente por todos os seres humanos, necessariamente, e que se, por um lado, estabelece-se em interação dialética com o corpo – esse também eivado de significados – não se limita a uma atribuição biológica. O gênero é um conceito que inclui o biológico, investido dos valores e atributos que a cultura lhe oferece, onde a dimensão do posicionamento psíquico é fundamental. A identidade de gênero tem uma dimensão simbólica e imaginária – nos termos lacanianos, conforme explicado no capítulo 1 – e diz respeito, portanto, a como cada sujeito tampona a sua falta constitutiva e se posiciona no mundo com relação ao real de seu próprio corpo, à sua própria sexualidade, ao seu desejo, ao outro, à sua posição no binarismo socialmente constituído da masculinidade-feminilidade e também ao lugar atribuído a ele ou ela em um modo de produção capitalista.

Definir o gênero para além de um posicionamento identitário que passe pelo espectro masculinidade-feminilidade é um desafio. Nesse sentido, a própria noção de gêneros não inteligíveis de Butler (2016) já explicita a dificuldade de inteligibilidade – logo de tradução em palavras – do que está para além do *continuum* masculinidade-feminilidade. Dessa forma, colocamos aqui esses termos enfatizando a necessidade de superá-los.

De acordo com Harding, a partir de Haraway (2004), destacamos três elementos de gênero: 1) uma condição fundamental presente em toda atribuição de sentido; 2) uma maneira de se localizar nas relações sociais e 3) uma estrutura de identidade. Nesse ponto, queremos chamar a atenção para o caráter não fixado dessa identidade. Retomando o conceito que apresentamos em nosso primeiro capítulo, afirmamos que a identidade é constantemente reconstituída: entendê-la como algo estático é incompatível com a compreensão do ser humano como um ser que se constrói dialeticamente no encontro e no confronto com a realidade histórica e cultural.

É importante enfatizar que, ao falarmos da construção da própria identidade de gênero, não estamos nos referindo a um processo intencional e plenamente consciente, mas antes algo que se constitui nos meandros da história psíquica do sujeito, onde a dimensão inconsciente desempenha um papel fundamental. Essa construção pode sim, no entanto, passar por momentos de tomada de consciência. Outro ponto que necessita esclarecimento com relação ao termo construção é que ele parece pressupor um sujeito não gendrado anterior, responsável pela construção do gênero. Nesse sentido, e nos apoiando em um entendimento psicanalítico, propomos que essa construção se dá desde os primórdios do desenvolvimento da criança, a partir dos vínculos afetivos que se estabelecem com seus cuidadores principais, que eroginizam e simbolizam o corpo, bem como transmitem significações histórica e culturalmente constituídas. Quanto à problemática da diferença sexual, tão cara à psicanálise e fundante, de acordo com Lacan, do sujeito do inconsciente, reiteramos seu caráter histórico, conforme apresentado em nosso capítulo 2.

A constituição de uma identidade de gênero é, portanto, inerente ao ser humano, que dispõe de um potencial vastíssimo para fantasiá-lo – em um sentido psicanalítico do termo fantasia, enquanto véu simbólico inconsciente que tece uma narrativa sobre quem é o sujeito. A divisão sexual do trabalho, nos moldes em que se expressa em uma sociedade capitalista, forja, no entanto, um binarismo alienante, ao desconectar o ser humano disso que lhe é próprio: constituir-se enquanto um sujeito gendrado, ou seja, que livremente constitui uma identidade – nunca definitiva – sobre sua posição no mundo e sua posição diante do desejo.

Por fim, é pertinente pontuarmos que não é nossa pretensão aqui – e temos muitas ressalvas com relação a esse tipo de análise – fazer qualquer tipo de incursão histórica ou antropológica que vise descobrir um momento ou sociedade em que não houvesse qualquer tipo de amarras ou restrições, binárias ou não, à constituição de gênero. Visamos, antes, um horizonte de luta contra a opressão à mulher, mascarada por uma fantasia ideológica que leva à alienação no trabalho e particularmente à alienação de gênero.

Por fim, concordamos com a crítica de Gonçalves (2009) quando a autora chama a atenção para o fato de que uma atenção à dimensão simbólica da constituição de gênero não deve significar a desvinculação dessa de suas bases materiais:

Neste sentido, lutar pela igualdade entre os gêneros sem combater a ordem econômica sob a qual se assenta a sociedade é combater “os efeitos e não as causas da opressão da mulher” (Toledo, 2003: 116). Por outro lado, as várias tentativas de revolução mostraram que não basta mudar a ordem econômica para alterar as desigualdades entre homens e mulheres. As lutas sociais assumem formas distintas e não se pode correr o risco do dogmatismo estéril (Moraes, 2004) e se distanciar de questões candentes para a transformação social. (p. 109)

CAPÍTULO 4 – GÊNERO, TRABALHO PRODUTIVO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Até muito pouco tempo atrás, a educação das mulheres talvez não pudesse ser chamada verdadeiramente de instrução. Consistia, antes, no que frequentemente recebeu a denominação de formação da alma, da vontade, do caráter e dos bons modos. A instrução propriamente dita, ao contrário, teria o efeito de corromper-lhe o espírito (García, 2007).

Neste capítulo, iremos inicialmente problematizar a nomenclatura utilizada para designar a modalidade de educação que está em tela nesta tese. Então, faremos um breve histórico da educação técnica no Brasil, mostrando como ela esteve desde o seu início marcada pela divisão tanto social quanto sexual do trabalho. Em seguida, abordaremos rapidamente a profissão do secretariado, enfatizando a marcação de gênero que logo se lhe tornou característica. Por fim, trataremos das possibilidades que uma perspectiva crítica da educação, a partir do materialismo histórico-dialético e da psicanálise, pode nos oferecer em termos de superação da alienação no trabalho e particularmente da alienação de gênero.

4.1 Nomenclaturas: educação técnica, tecnológica ou profissional?

Em primeiro lugar, cabe uma discussão sobre a própria nomenclatura utilizada neste trabalho para a modalidade educacional em questão. Quando se trata do assunto, vemos uma variedade de termos sendo a ela aplicados: educação técnica, tecnológica, profissional etc. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96) trata essa modalidade pelo nome de Educação Profissional (Brasil, 1996). Já a legislação mais recente que trata do assunto, como por exemplo a de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, trata a modalidade por Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2008).

O tema exige uma análise mais aprofundada. Ao utilizar a nomenclatura Educação Profissional, vê-se explícita a ideia de que se trata de uma modalidade educacional voltada para o treinamento em uma profissão. Consta, na própria LDB, que o aluno poderá ser preparado “para o exercício de profissões técnicas” (Brasil, 1996), sem que se esclareça propriamente em que consistiriam profissões técnicas.

Essa discussão nos remete aos termos técnica e tecnologia, cuja origem etimológica deve ser considerada a fim de melhor compreendê-los. Esses termos vêm do grego *techné*, cujo significado original estava associado ao desempenho de uma tarefa, de uma ocupação. Para Platão, aqueles que realizavam uma *techné* o faziam por uma *poiesis* (criações), o que os tornava poetas (criadores). O vocábulo *techné* em grego é equivalente do termo latino *ars* que, nesse contexto, era utilizado como a realização de algo com perícia e destreza. Com o tempo, o vocábulo *ars* passou a ser cada vez mais associado com as artes liberais e intelectuais, consideradas superiores, ao passo que as artes mecânicas ocuparam paulatinamente um lugar de inferioridade (Machado, 2006).

Com a industrialização e o desenvolvimento das ciências de forma geral, o termo técnica é retomado, em um sentido estreito, para significar a aplicação prática da ciência. A influência do positivismo corrobora essa concepção, ao defender que todas as ciências deveriam se basear no método experimental. No entanto, a ideia da técnica como aplicação prática cria uma falsa dicotomia, uma vez que leva à compreensão de que a técnica envolve apenas a dimensão material, morfológica, em detrimento da dimensão intelectual. Tal divisão acaba por reforçar a – falsa – separação que Marx denuncia entre trabalho intelectual e trabalho manual (Marx, 1932/2008).

Essa visão do trabalho técnico atribui centralidade à dimensão que envolve máquinas e equipamentos, deixando em segundo plano ou mesmo ignorando uma análise da organização e das condições de trabalho. Ademais, o objeto técnico é visto como um objeto histórico *per se*, ignorando a ação humana que agiu sobre a realidade, transformando-a e transformando ao próprio ser humano autor da ação (Machado, 2006).

Percebem-se, na atualidade, tentativas de fazer prevalecer tal sentido estreito de técnica, entendendo-a como a aplicação prática e mecânica de uma ciência que lhe é superior. Por outro lado, um sentido amplo do termo técnica refere-se a “toda atividade humana estritamente regulada, tendo em vista um efeito específico” (Machado, 2006, p. 56). Essa concepção não cai nas armadilhas relatadas acima, uma vez que ressalta o caráter de atividade humana da técnica, ação regulada por condições materiais e simbólicas: por determinada organização, por uma divisão social e sexual do trabalho etc.

Outra tendência que se observa é a de fazer equivaler os termos técnica e tecnologia. No entanto, por sua própria etimologia, o segundo termo designa uma ciência, que tem por objetivo direto produção de conhecimento. Por isso, não se deve entender a tecnologia como objetos confeccionados pelo ser humano para a realização de certas atividades ou operações.

Existe assim uma estreita interrelação entre técnica e tecnologia uma vez que, ao passo que esta designa um conjunto social e histórico de conhecimentos e informações acerca da atividade humana – um conjunto de saberes, portanto, acerca de “atos que produzem, adaptam ou fazem funcionar os objetos” (Machado, 2006, p. 56) –, aquela representa corporificações desse conjunto. Dialeticamente, técnica e tecnologia se alimentam, se complementam e interdependem uma da outra para o seu desenvolvimento.

Dentro desse quadro, nem a técnica e tampouco a tecnologia devem ser retiradas de seu contexto social, histórico, cultural e econômico de produção. Ambas estão relacionadas com a práxis humana, entendida como aquela atividade a partir da qual o ser humano se humaniza, insere-se no universo simbólico da linguagem e da cultura. Assim, a tecnologia relaciona-se com o conhecimento que sujeitos históricos e sociais produzem ao buscar reproduzir a vida e não deve ser entendida como engrenagens que funcionam mecanicamente de acordo com leis de causa e efeito.

Sendo assim, podemos já de antemão destacar que a modalidade educacional em questão deve ser compreendida na relação entre educação e trabalho, educação e práxis humana. Justamente

nesse sentido, o termo educação técnica foi formulado por Marx como uma proposta de educação que rompesse com as distinções entre trabalho manual e trabalho intelectual (1932/2015). O termo educação profissional, por outro lado, está associado à qualificação profissional, a aprendizagem de uma profissão.

Cabe aqui também nos lembrarmos do conceito de politecnia, que Marx usa em paralelo ao de educação técnica, com significado convergente. Como o próprio termo sugere, politecnia está ligada a uma noção de totalidade, da multiplicidade de técnicas, o que buscaria romper com a fragmentação do trabalho imposta pela sociedade capitalista (Saviani, 2004). Consonante com essa ideia, tal termo baseia-se em uma superação da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual, o que implica na ideia de que não existe um trabalhador puramente intelectual, nem tampouco um trabalhador puramente braçal. Assim, o conceito de educação politécnica equivaleria ao próprio conceito de educação tecnológica, da forma como anteriormente descrita (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005), apesar de este vir sendo apropriado por uma concepção burguesa de educação profissional (Saviani, 2003). Na educação (poli)técnica, o trabalho é visto como princípio pedagógico.

Nesse ponto, devemos admitir que enfrentamos um impasse. Por um lado, entendemos que a relação educação e trabalho envolve algo mais profundo que a aprendizagem de uma profissão, uma vez que o trabalho é o princípio ontológico do humano. Assim, percebemos a limitação do termo educação profissional, ao referir-se estritamente à aquisição daquelas práticas específicas de uma profissão, tomada de forma isolada das demais, o que leva a uma compartimentalização da atividade e do trabalho humanos. Por outro lado, este é o termo que vem sendo adotado pela legislação da área bem como pelos estudiosos do assunto, ainda que constantemente permeado de críticas (Garcia & Lima Filho, 2004).

Diante desse impasse, utilizaremos as expressões educação – ou ensino – profissional ou educação técnica, nesta tese, como sinônimos. Fazemos a escolha de seguir utilizando a primeira dessas expressões não a partir daquilo que, com base em nossas críticas, acreditamos que tal educação deveria ser, mas antes a partir daquilo que ela tem se mostrado na realidade: o processo de ensino-aprendizagem de uma profissão. Por outro lado, há que se pontuar que a denominação educação profissional não é questionável por si só: o que se deve analisar é a concepção da relação entre ser humano e trabalho que permeia o processo de ensino-aprendizagem.

4.2 A educação profissional de mulheres no Brasil

Para tratar da educação profissional de mulheres no Brasil na atualidade, é necessário que nos empenhemos em compreender o percurso histórico dessa modalidade educacional: quais foram os diferentes fundamentos e concepções que a embasaram e nortearam ao longo da história, bem como as transformações pelas quais passou. Conforme já levantamos em nosso segundo capítulo, é válido reiterar que se trata de uma trajetória eivada de contradições, idas e vindas e transformações.

A sequência linear que o texto escrito nos impõe não deve fazer supor que a história também se constitua em uma linearidade, pois tal noção não se sustenta.

Da mesma forma, é importante enfatizar que a história da educação no Brasil, desde seus primórdios, se estrutura tendo por base um projeto social, político, cultural e econômico cujo norte são as demandas advindas do modo capitalista de produção e reprodução, que necessita, para a sua sobrevivência, da manutenção da ordem social e econômica. Será com esse processo histórico em mente que buscaremos entender o momento atual da educação profissional no país.

Inicialmente, devemos nos remeter à Antiguidade Clássica e à concepção de trabalho que ali vigorava, uma vez que essa influenciou sobremaneira a relação cristã, particularmente católica, com o trabalho e, conseqüentemente, a noção que foi trazida ao Brasil quando da colonização. Na Grécia e Roma Antigas, o trabalho braçal era designado aos escravos, enquanto aos cidadãos – entre os quais estavam incluídos apenas homens – era destinado o exercício da política e da filosofia. Daí também é oriunda a ideia do ócio criativo, em que homens liberados da necessidade de trabalhar por sua condição social poderiam dedicar-se ao exercício intelectual. De fato, a própria palavra escola, do latim *schola* e do grego *skholé*, tem o sentido original de “folga, descanso, tempo ocioso” (Saviani, 2003).

Observa-se, portanto, uma desvalorização do trabalho dito braçal e a marca, nesse, da marginalidade social. Além disso, é consequência dessa ordenação social a já mencionada distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, sendo o primeiro reservado, a depender do período histórico, a escravos, servos ou trabalhadores livres e o segundo, às classes privilegiadas. Essa divisão acarreta, também, que a essas últimas ficava reservada a formulação das ideias dominantes na sociedade.

É justamente essa a noção de trabalho subjacente a todo o processo de colonização brasileira, que enxerga nos negros trazidos do continente africano a solução para a grande quantidade de trabalho que, na visão dos colonizadores, o novo território descoberto demandava. Além de lucrativo e essencial para a economia nascente, o comércio de escravos supre a mão de obra do continente por séculos a fio, e estigmatiza de forma ainda mais profunda o trabalho no Brasil, acirrando a dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual e agregando a essa distinção a marca racial (Fausto, 2008).

A elite branca ocupava-se das profissões ditas ilustradas – as letras, o direito, a medicina e a engenharia –, que serviriam para o controle e planejamento das atividades laborais (Fausto, 2008). Tal organização social do trabalho mostra-se de acordo com a formulação de Marx da divisão entre execução, controle e planejamento, típica do sistema capitalista (Marx, 1932/2008). No Brasil, essa divisão se tingia então de nuances raciais, em que o trabalho dito manual é realizado por negros e o trabalho dito intelectual é realizado por brancos.

Com a Revolução Industrial e o surgimento de máquinas cada vez mais engenhosas, aumenta também a necessidade de trabalhadores capacitados para operá-las. É nesse contexto que a escola se consolida como instituição, alongando cada vez mais os anos necessários para a formação. No

entanto, persiste a divisão entre os tipos de trabalho e a qual classe cada tipo será destinado. É nesse sentido que a evolução da educação profissional está, desde seu início, marcada pela divisão social – e também sexual – do trabalho e pela ideologia das elites dominantes, essa última ligada às necessidades dos setores produtivos vinculados ao sistema capitalista (Pacheco, Pereira & Sobrinho, 2009).

Desde o período colonial, o ensino de profissões se fazia por meio das Corporações de Ofício, nas quais a participação de escravos era dificultada ou mesmo impedida. Com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, intensificam-se as iniciativas na área da educação profissional no país, quando o governo de D. João cria as primeiras escolas de agricultura, influenciado por uma concepção de que a agricultura e o comércio internacional eram a fonte de riqueza das nações. O Colégio das Fábricas, criado em 1809, foi a primeira referência importante na educação manufatureira. Inicialmente destinado a acolher órfãos, o colégio dedicava-se ao ensino de ofícios diversos. O público ao qual se destinava é bastante representativo: órfãos, miseráveis e abandonados foram, desde o período imperial, aqueles colocados para trabalhar como artífices e aprender ofícios, frequentemente de forma compulsória. Veremos essa prática ser repetida muitas vezes ao longo da história (Cunha, 2000).

Algumas das motivações declaradas, durante o império, para a criação de instituições destinadas ao ensino de ofícios eram: forjar o sentimento de motivação para o trabalho; impedir o surgimento de ideias opostas à ordem política vigente, a fim de se evitar as confusões que ocorriam na Europa; ter a mão de obra qualificada necessária para a abertura de novas fábricas etc. (Cunha, 2000). Evidencia-se, assim, uma concepção de educação profissional vinculada aos interesses do capital e da necessidade de controle social. Vejamos algumas das instituições criadas com esse fim.

Entre os anos de 1840 e 1856, dez governos provinciais criaram as Casas de Educandos Artífices, que colocavam em prática uma rígida e hierárquica educação militar no ensino de diferentes ofícios. Outra instituição do tipo são os Liceus de Artes e Ofícios, tendo o primeiro deles sido inaugurado no Rio de Janeiro em 1858. Em 1875, inaugura-se, no Rio de Janeiro, o Asilo dos Meninos Desvalidos, que, como o próprio nome indica, recebia meninos, entre seis e 12 anos de idade, em situação de pobreza e mendicância. Os garotos eram levados ao asilo por autoridade policial e aí tinham acesso à instrução básica e também à aquisição de um ofício. Ao final da aprendizagem, trabalhavam nas oficinas do asilo por mais três anos, com o intuito de pagar pela educação que haviam recebido. Em 1891, o Asilo de Meninos Desvalidos é transformado em Instituto Profissional Masculino João Alfredo (Cunha, 2000).

Em 1909, no governo de Nilo Peçanha, surgem as primeiras escolas de Aprendizes Artífices que, segundo a legislação que as criou, seriam destinadas a dar qualificação aos menos favorecidos. Apresentava-se a necessidade de prover os “desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual” (Brasil, 1909), ou seja, garantir que as classes proletárias tivessem os meios para garantir sua sobrevivência. Dispunha ainda o decreto que as escolas objetivavam possibilitar a

esse mesmo público “adquirir hábitos de trabalho profícuo” que os afastasse “da ociosidade, escola do vício e do crime” (Brasil, 1909). Não encontramos informações sobre se essas escolas aceitavam meninas desde seu início.

Nas aulas, professores pouco qualificados transmitiam um conhecimento prático com base nas experiências das oficinas, sem tratar de conteúdos teóricos, uma vez que o objetivo dessas instituições era preparar uma mão de obra mal instruída e de baixo custo para o mercado. Sem consciência política e analfabetos, esses trabalhadores estavam sendo formados apenas para suprir as necessidades da produção capitalista. Assim, essas pessoas não tinham acesso à formação básica – privilégio das elites –, pois pertenciam àquela parcela da população que, com mãos adestradas e olhos aguçados, deveriam ser submissos e produtivos de acordo com as demandas produtivas do mercado (Frigotto, 2007).

É importante termos em mente o contexto do Brasil no início do século XX: por um lado, a economia era caracterizada pela agroexportação; por outro, a industrialização nascente e a onda de imigração que o país recebia faziam surgir as primeiras greves e lutas marcadas sobretudo pelo movimento anarcossindicalista. Tais movimentações assustavam sobremaneira a elite econômica brasileira e a educação profissional era vista como uma medida de disciplinarização da massa proletária. Havia, ainda, uma forte crença de que a industrialização seria a responsável por salvar economicamente o país, sendo, portanto, necessária a qualificação de seus trabalhadores (Cunha, 2000).

É necessário levar em consideração também as distinções de gênero que se apresentavam no âmbito da educação técnica desde o seu início e analisar como essas se articulam com diferenças de classes sociais. É na Constituição brasileira de 1823 que primeiro aparece a proposta de educação para mulheres, cuja regulamentação, em 1827, determinava que as meninas deveriam aprender atividades domésticas, ao passo que os meninos aprenderiam geometria, sendo vedado àquelas estudar as operações matemáticas. A mulher era convocada a desempenhar o seu papel na manutenção da ordem social. Dessa forma, apesar de representar, em alguma medida, uma conquista para as mulheres, a Lei de Instrução de 1827 fixava a mulher no lugar de mãe e atribuía a ela a função natural de educadora:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos dela (Lei da Instrução Pública, 1827, como citado em Louro, 2013, p. 447)

Louro (2013) destaca que, se havia aí a influência de uma noção cristã da maternidade como uma missão sagrada da mulher, símbolo de pureza, crescia também uma influência positivista, que

defendia uma aprendizagem da função materna que fosse calcada em uma perspectiva científica. Conforme debatemos em nosso segundo capítulo, pretendia-se travestir velhas concepções com novas roupagens.

Assim, por séculos, no Brasil, considerou-se que o lugar da mulher branca – tida como civilizada – era o espaço privado do lar, no cuidado dos filhos e do marido. As mulheres da elite poderiam até ter acesso a algum tipo de educação, mas o propósito dessa não era exatamente o da profissionalização, mas antes o de preparar a futura mãe e esposa para o desempenho das funções do lar.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido (Rago, 1985, p. 65).

As mulheres eram vistas como seres incapazes de tomar conta de suas próprias vidas, devendo por isso ser protegidas, tuteladas. É importante, no entanto, destacar as diferenças em termos de classes sociais, uma vez que mulheres pobres sempre estiveram envolvidas tanto com o trabalho produtivo quanto com o trabalho reprodutivo, ainda que sua inserção profissional estivesse também marcada pela divisão sexual do trabalho, conforme debatemos no capítulo anterior (Gama, 2014).

No ano de 1853, a pensadora revolucionária Nísia Floresta escreve uma obra intitulada *Opúsculo humanitário*, em que denuncia a opressão e invisibilidade às quais estavam submetidas as mulheres no Brasil. Na obra, a autora autodidata defende o direito à educação da mulher, pois essa seria a principal forma de atingir sua emancipação da condição na qual se encontravam (Louro, 2013).

No final do século XIX e início do XX, diferenças significativas marcam o ensino ministrado a meninos e meninas. Inicialmente, ambos aprendiam a ler, escrever, realizar as operações matemáticas básicas, além de doutrina cristã. Logo após esses conteúdos considerados elementares, havia uma importante distinção: enquanto os meninos passavam a aprender noções de geometria, por exemplo, as meninas recebiam lições de bordado e costura. O discurso hegemônico considerava que uma mulher deveria ser educada, mais do que instruída (Louro, 2013).

Para suprir a carência de professores, são criadas, em meados do século XIX, as Escolas Normais, destinada à formação de docentes. Logo, essas escolas passarão a ser mais frequentadas por mulheres do que por homens, tornando-se o primeiro espaço de profissionalização daquelas. À época, a crescente associação da mulher com a carreira docente foi motivo de intensos debates: havia um receio de que a profissionalização da mulher prejudicasse a sua feminilidade (Louro, 2013). À luz do que vimos discutindo nesta tese, acerca da divisão sexual do trabalho, torna-se claro porque é à mulher que se destina a educação das séries iniciais, ainda que tenha havida certa resistência para que essa saísse do espaço doméstico. Trata-se de uma extensão daquelas atividades que, a partir do

século XVIII e XIX, passam a ser vistas como naturais da mulher, funções essas ligadas à maternidade e ao cuidado.

É apenas no final do século XIX que são criadas as primeiras Escolas Profissionais Femininas. Chama a atenção a escassez de trabalhos na área, diferentemente das instituições voltadas para o público masculino, o que torna árdua e incompleta a tarefa de compreender o desenrolar histórico das escolas para profissionalização de mulheres. No Rio de Janeiro, o Instituto Profissional Feminino é criado no ano de 1898. Em 1913, são criadas duas instituições profissionalizantes voltadas para o sexo⁸ feminino: 1ª Escola Profissional Feminina (Bento Ribeiro) e 2ª Escola Profissional Feminina (Rivadavia Correa). Em 1919, há a criação da Escola Profissional Paulo de Frontin (Bonato, 2004).

A Escola de Niterói é criada em 1919 por Raul de Moraes Veiga, então presidente da província do Rio de Janeiro, e era voltada para trabalhos domésticos. O ensino abrangia lavagem, cozinha, engomagem, copa e arranjos caseiros; as oficinas eram de corte e costura e bordados e renda; o curso comercial era composto pelos conteúdos de contabilidade, datilografia, correspondência, stenografia e francês ou inglês (Dutra, 2013).

Em São Paulo, o Decreto No 2.118-B cria, em 1911, a Escola Profissional Feminina. A maioria das alunas era oriunda da classe trabalhadora e muitas eram filhas de imigrantes. A escola oferecia matérias básicas, como Português e Matemática, e oficinas profissionalizantes, entre as quais se destacavam a de Confeção, a de Rendas e Bordados e a de Flores e Chapéus. Aos poucos, a variedade de cursos aumentou, mas sempre dentro do âmbito do trabalho reprodutivo: Educação Doméstica, Dietética para Donas de Casa, Auxiliar em Alimentação etc. A escola permaneceu exclusiva para mulheres até a década de 1970 (Novelli, 2004). Observa-se, assim, como as escolas profissionais femininas estiveram, desde seu início, fortemente marcadas pela divisão sexual do trabalho, o que se consagrará na área de formação acadêmica intitulada ‘economia doméstica’.

No início do século XX, a crescente industrialização do país representou uma série de impactos na configuração social brasileira. Muitas famílias vinham do campo para os grandes centros urbanos, em busca de trabalho nas fábricas, onde mulheres e crianças poderiam ser empregadas. Além disso, observa-se um aumento no número de divórcios. Essas transformações levam a uma preocupação dos governantes, que passam a temer uma falência das famílias, o que, em seu entendimento, acarretaria também a falência da sociedade (Oliveira, 2006).

É sobre a escola que recai a incumbência de reverter esse quadro, proporcionando às mulheres um ensino científico sobre como administrar o cotidiano familiar e doméstico. Tal discussão se une à crescente reivindicação feminina por maior acesso à educação, o que não necessariamente significava uma consciência de seu papel solitário no trabalho reprodutivo (Cunha, 2013). No ano de 1939, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cria a cadeira de economia

⁸ Terminologia da época.

doméstica para os cursos profissionalizantes do Instituto Profissional Feminino da Capital de São Paulo. Em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, todas as séries dos cursos ginásial, clássico e científico deveriam passar a oferecer o curso. Em 1952, a Escola Superior de Ciências Domésticas, na antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária – hoje, Universidade Federal de Viçosa – cria o primeiro curso superior na área de economia doméstica (Amaral Jr., 2013).

Os cursos superiores criados na área passaram a ser frequentados quase exclusivamente por mulheres. Havia disciplinas de vestuário, decoração, nutrição, arte, puericultura e educação, todas voltadas para o trabalho reprodutivo no lar, enquanto ao homem caberia o trabalho produtivo. Observava-se uma tentativa de trazer cientificidade ao espaço e às tarefas domésticas, como, por exemplo, em um esforço de aplicar os princípios tayloristas às tarefas cotidianas, como o tempo cronometrado e a fragmentação das atividades (Amaral Jr., 2013).

Vão se delineando, assim, quais seriam as profissões ditas femininas, baseando-se nas qualidades tidas como intrínsecas à mulher: o cuidado, a honestidade, a proteção, dentre outras. É o que explica Louro (2013):

As atividades profissionais representavam riscos para as funções sociais das mulheres. Dessa forma ao se feminizarem, algumas ocupações, a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestado as características femininas de cuidado, sensibilidades, amor, vigilância etc. De algum modo se poderia dizer que os “ofícios novos” abertos às mulheres nesse fim de século levaram a dupla marca do modelo religioso e de metáfora materna: dedicação, disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício (Louro, 2013, p. 434).

Até o século XX, meninas não podiam frequentar o ensino secundário. E quando enfim isso é permitido, observa-se uma dualidade de destinações: enquanto os homens eram preparados para adentrar o ensino superior, às mulheres destinava-se o estudo de assuntos domésticos, preparando-as para o casamento (Louro, 2013).

A partir da década de 1930, o setor industrial no Brasil passa a adquirir maior concretude e peso na economia brasileira. Além disso, a industrialização traz consigo um novo cenário: a migração para os grandes centros e o crescimento populacional, levando a que se repensasse o sistema educacional. Nesse contexto, é criado, em 1930, o Ministério da Educação e da Saúde, que representa uma nova etapa para a educação brasileira, inclusive para a educação profissional, com foco na formação para a indústria.

Em 1937, a Constituição brasileira trata, pela primeira vez, do ensino técnico, profissional e industrial de forma específica. No entanto, percebemos que persistiu aí uma ideologia do dualismo escolar, que destinava aos mais favorecidos o sistema de ensino tradicional e aos menos favorecidos a educação profissional:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (Brasil, 1937).

Em sintonia com esse deslocamento no eixo econômico nacional, em 1942, as Escolas de Aprendizizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, passando a ofertar qualificação profissional em nível do que à época era chamado de ensino secundário, correspondente ao atual Ensino Médio. Esse novo modelo marca a entrada da educação profissional no sistema de educação geral do Brasil, uma vez que aquele estudante formado em uma dessas escolas poderia, a partir de agora, dar continuidade aos seus estudos no ensino superior. Nesse mesmo ano de 1942, há também a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), outro espaço de qualificação ligado aos interesses do desenvolvimento da indústria (Pacheco, Pereira & Sobrinho, 2009).

A década de 1950 é um período de acelerada expansão urbana e industrial, que traz consigo mudanças no sistema de ensino; contudo, pouca diferença se faz notar na situação das mulheres, cuja educação seguia fortemente atrelada a rígidos costumes. Apesar de sua maior inserção no mercado de trabalho, a mulher desempenhava, via de regra, funções consideradas inferiores às dos homens e recebia também salários mais baixos. Não era bem vista a mulher que fazia um serviço remunerado, uma vez que essa estava deixando de lado as tarefas domésticas; dessa forma, sobretudo na classe média, muitas se recolhiam ao espaço privado quando se casavam ou tinham o primeiro filho. Ainda assim, iam se consolidando aquelas profissões ditas femininas: professoras, enfermeiras, secretárias, vendedoras e assistentes sociais, funções claramente associadas ao cuidado. Em termos de escolarização, aumentava a proporção de mulheres que concluíam o ensino elementar, o médio e até mesmo o superior, sendo o magistério a formação mais procurada (Saffioti, 2013).

Com a chegada à presidência de Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento intensivo da indústria automobilística brasileira aparece como grande representante da nova fase do progresso nacional, marcada por uma ideia de modernização e pelo investimento na infraestrutura do país. As antigas Escolas Industriais e Técnicas, em 1959, recebem a denominação de Escolas Técnicas Federais e ganham o *status* de autarquia, o que lhes confere autonomia administrativa e pedagógica. A intenção era que elas pudessem, dessa forma, adaptar-se de modo mais flexível e veloz às demandas do capitalismo (Cunha, 2005).

Ao longo do período militar – marcado pelo desenvolvimentismo, ou seja, pela ênfase na necessidade de rápido desenvolvimento econômico, industrial e de infraestrutura no Brasil –, as Escolas Técnicas Federais continuam existindo e tornam-se paulatinamente referência em educação profissional no Brasil. Há uma valorização dos egressos dessas escolas, dado o rápido emprego dessa mão de obra no mercado de trabalho (Pacheco, Pereira & Sobrinho, 2009).

Deve-se reiterar, contudo, que a formação a que esses trabalhadores tinham acesso estava voltada para a produção padronizada e em série, o que resultava em profissionais mal instruídos, preparadas para fazer apenas tarefas simples e fragmentadas. Tal formação estava de acordo com o

modelo fordista que vigorava à época. Nesse sentido, a baixa qualificação desses operadores de máquinas não era vista como um obstáculo ao crescimento econômico. Pouco espaço era dado para que o trabalhador exercesse sua autonomia, uma vez que o planejamento do trabalho era feito por aqueles que ocupavam cargos gerenciais (Marçal et al, 2011).

A promulgação da lei 5.692/71, pelo governo de Médici, institui a obrigatoriedade da formação profissional no 2º grau, em uma tentativa de fornecer ao mercado o grande número de trabalhadores técnicos demandados pela industrialização e pelas grandes obras. Entretanto, o despreparo das instituições para dar conta dessa nova exigência era tamanho, que apenas ampliaram-se as diferenças entre as escolas destinadas aos ricos e aos pobres, bem como entre a educação básica e a profissional. “Enquanto as instituições de ensino que antes desta Lei já haviam se especializado na oferta de cursos técnicos conseguiram oferecer educação de qualidade, outras continuavam a ofertar ensino propedêutico disfarçado de profissionalizante (Tavares, 2012, p.7)”. Em 1982, a lei é revogada.

A reforma universitária de 1968 (Brasil, 1968) havia trazido como proposta a ampliação do número de cursos superiores no Brasil com base na oferta de cursos de menor duração por instituições não universitárias, em uma tentativa de melhor adequar o ensino superior do país às exigências do mercado. Observa-se, em tal medida, uma forte pressão das elites economicamente dominantes do país para a adequação da educação brasileira aos interesses do capital. É como consequência dessas transformações conjunturais que, a partir do final da década de 70 e início da década de 80, algumas Escolas Técnicas Federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Essa mudança tinha o intuito justamente de que essas instituições passassem a oferecer cursos tecnológicos – definidos como cursos superiores de curta duração voltados para a profissionalização. Tal tendência encontra seu ápice quando, em 1997, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto No. 2208, extingue os cursos técnicos integrados ao ensino médio, priorizando a oferta de cursos superiores de tecnologia, em uma medida claramente voltada aos interesses do mercado (Pacheco, Pereira & Sobrinho, 2009).

A política educacional do governo FHC esteve claramente atrelada a exigências capitalistas internacionais e assim foi com a profissionalização. Dispunha-se de muito pouco recurso e esse era alocado de modo a atender às demandas dos agentes financeiros, voltadas para o modelo vigente de produção. “O governo Fernando Henrique Cardoso realiza mudanças profundas na legislação educacional que regulamenta o Ensino Profissionalizante, com objetivos claros de reduzir os gastos públicos e favorecer o empresariamento deste ramo de ensino pela rede privada” (Tavares, 2012, p. 7).

A década de 1990 trouxe grandes mudanças em razão do avanço tecnológico mundial, o que levou a novos padrões de produção e acumulação flexível, demandando dos trabalhadores formação específica, o que fez com que muitos fossem excluídos do novo processo produtivo. As relações de

trabalho se fragilizam e são ainda mais desregulamentadas. Com relação às mulheres nesse cenário, essas são profundamente atingidas pelas mudanças trazidas pelo novo modelo de flexibilização de produção, ocupando postos de trabalho informais e precarizados (Antunes, 2010).

Quando da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao governo, a educação profissional volta a se tornar tema de intenso debate. Instituições como os Institutos Federais de Educação e Tecnologia (doravante IFs) e programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) são propostos como uma grande reformulação da Educação Profissional no Brasil, da qual a lei mais emblemática é a 11.892, publicada em 29 de dezembro de 2008. A chamada Rede Federal de Educação Profissional, que contava com 144 unidades em 2004, é duplicada em menos de cinco anos (Brandão, 2010).

De acordo com os formuladores da chamada nova educação profissional e tecnológica no país, essa modalidade educacional não se encontraria mais subordinada às exigências do mercado, como anteriormente. De acordo com a nova argumentação proposta, o objetivo primordial da nova política seria o de qualificar os cidadãos, bem como o de elevar a escolarização média do país. De acordo com Silva, Vidor, Pacheco e Pereira (2009), “o processo de expansão da rede federal colocou em evidência a necessidade de se discutir a forma de organização dessas instituições, bem como de explicitar seu papel no desenvolvimento social do país” (p. 8).

Assim, os IFs foram distribuídos por todo o país, comprometidos com o envolvimento regional, a fim de identificar problemas e propor soluções de cunho técnico e tecnológico que pudessem promover o desenvolvimento sustentável com inclusão. Além disso, propôs-se abandonar o velho estigma de produção para o capital, com ensino de qualidade e acesso democratizado. Dessa forma, passou-se a defender que pensar a educação profissional de sujeitos excluídos pela lógica do capital não significava apenas colocá-los dentro de salas de aula de escolas técnicas, mas envolvia também resgatar o sentido de trabalho (Silva et al, 2009).

É nessa perspectiva que a Lei 11.741/2008 (Brasil, 2008), ao inserir à LDB a Seção IV-A, denominada *Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio*, traz uma série de modificações, priorizando o trabalho como princípio educativo e integrando ciência e tecnologia como produtos do trabalho humano. Enfatiza-se não apenas o saber fazer, mas uma compreensão global do processo produtivo para que o aluno não se torne um mero executor de tarefas. Compreende-se, assim, a educação como um instrumento de transformação da realidade social. Interessa saber se se trata de verdadeiras reformulações ou antes novas aparências para a mesma educação profissional que vem sendo oferecida há décadas no Brasil, tipicamente subalterna, marginalizada e relegada à classe proletária.

É visível, ao longo da história brasileira, a dualidade entre a educação básica e a educação profissional, refletindo a própria distinção presente na sociedade brasileira. É também patente que os trabalhadores que integram a classe proletária foram, de modo sistemático, excluídos da discussão a respeito das políticas públicas que fundamentaram o ensino profissional no Brasil. As diretrizes e

bases dessa modalidade educacional em nosso país foram historicamente propostas sem participação social, vozes silenciadas por uma classe dominante que, seguindo as exigências de um mercado guiado pela lógica do capital, reservava a si o poder de determinar as relações entre educação e trabalho. Permanece o questionamento sobre até que ponto as recentes modificações estabelecidas na educação profissional brasileira não perpetuaram tal segregação e silenciamento (Soares, 2010).

O Brasil é um país que sempre esteve no ranking do baixo desempenho escolar e voltou suas políticas públicas para o desenvolvimento econômico, sem, no entanto, preocupar-se com as desigualdades sociais, responsabilizando os trabalhadores pela sua formação e manutenção no mercado de trabalho, sem levar em consideração o ciclo de desigualdade no qual os indivíduos estão inseridos (Saviani, 2000, p.4).

Da mesma forma, cabe refletirmos sobre a situação das mulheres nesse cenário. Observa-se que a história de profissionalização feminina segue de forma clara a divisão sexual do trabalho estabelecida pelo modo de produção e reprodução capitalista. Ainda atualmente as mulheres vêm optando, consciente e inconscientemente, por ocupações relacionadas à atividade de cuidado. Enquanto os homens desempenham funções relacionadas sobretudo ao setor agrícola, construção, reparação e indústrias de transformação, as mulheres atuam predominantemente nos setores de serviço, comércio e áreas de atendimento social, como saúde, educação, trabalho doméstico e assistência social (Oliveira, 2013).

Ainda que algumas áreas de formação tenham mostrado uma tendência ao equilíbrio entre homens e mulheres, como a advocacia, a medicina e a arquitetura (Bruschini, Lombardi, Mercado & Ricoldi, 2011), uma pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira de 2011 revela uma esmagadora maioria feminina nas seguintes áreas do ensino superior: “Serviços de Beleza” (com 97,2% de matrículas femininas), “Ciências da Educação” (92,3%), “Secretariado e Trabalhos de Escritório” (91,2%), “Serviço Social e Orientação” (91,0%), “Ciências Domésticas” (89,4%), “Terapia e Reabilitação” (84,5%), “Enfermagem e Atenção Primária (Assistência Básica)” (84,4%), “Psicologia” (81,1%), “Biologia e Bioquímica” (71,5%), além de “Farmácia” (71,3%) (Carvalho, 2016). Chamamos a atenção aqui para os números da área de secretariado – mais de 90% de matrículas de mulheres –, campo de interesse desta tese e que destrincharemos no próximo tópico.

4.3 O secretariado

A origem da função do secretariado tem sido remontada à figura do escriba no antigo Egito, funcionário que dominava a complexa escrita hierográfica. Já o vocábulo *secretário* tem origem latina, com a mesma raiz que a palavra segredo – *secretu* – que abrange também significados como o de confidência. A ocupação foi desempenhada prioritariamente por homens como profissão remunerada até meados do século XX (Schvinger, Prado & Castro, 1985).

Entretanto, ainda antes de a mulher ter acesso ao escritório, filhas e esposas já exerciam, no âmbito doméstico, funções bastante similares àquelas que passaram a ser atribuídas às secretárias a partir do final do século XIX. Há casos notórios, como o de Christine de Pisan que, no século XIV, assessorava seu pai, astrônomo do rei Carlos V. Da mesma forma, há relatos de ser comum que, na França do século XVIII, esposas de comerciantes se ocupassem da organização do negócio, da administração da contabilidade e da supervisão de empregados como autoridade subsidiária à do marido (Schvinger, Prado & Castro, 1985). De acordo com essas autoras:

Podemos, portanto, afirmar que filhas e esposas, “secretárias” de seus pais e maridos, transformam-se, em gerações posteriores e já nos moldes da moderna economia, nas assalariadas de empresas, firmas ou sociedades e que, dessa forma, através do salário, o trabalho “fantasma” torna-se “visível”. Ainda hoje é bastante comum à mulher o desempenho de funções de secretária junto ao marido, quer no pequeno comércio, quer em profissões liberais (Schvinger, Prado & Castro, 1985, p. 86).

No Brasil, é na década de 1930 que se observa a primeira medida relacionada à formação da profissão, quando da estruturação do assim chamado ensino comercial, por meio do Decreto nº 20.158, de 1931. Esse determina, em seu artigo 2º, que “O ensino comercial constará de um curso propedêutico e dos seguintes cursos técnicos de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador [...]” (Sabino & Andrade Jr., 2011, p. 8). Nessa legislação, apesar de não haver nenhuma menção explícita a qualquer tipo de restrição por sexo ao ingresso no curso, observa-se que todas as profissões são descritas no gênero masculino.

Com a escassez de mão de obra masculina devido às guerras, a função passa a ser paulatinamente desempenhada por mulheres. Logo a profissão do secretariado torna-se quase exclusivamente feminina, sendo até mesmo raro vê-la designada no masculino (Barros, Izequiel & Silva, 2011). É a partir de meados do século XX que se acentua a feminização da profissão de secretariado, fazendo com que o termo dito no masculino ou no feminino adquira sentidos diferentes:

É importante observar que, em linguagem contemporânea, o gênero do vocabulário imprime-lhe conteúdos diversos. Assim, no masculino, o termo geralmente designa secretário de Estado, de Partido, de Embaixada, funções prestigiosas que nada têm em comum com a palavra *secretária*, do gênero feminino, via de regra associada à funcionária que, subordinada a um chefe, necessariamente administra a correspondência e o atendimento telefônico desse chefe ou da empresa para a qual trabalha (Schvinger, Prado & Castro, 1985, p. 86).

O secretariado se inseriu, portanto, na divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres aquelas tarefas relacionadas ao cuidado, à educação e ao assessoramento e a essas relaciona características de personalidade como discrição, cordialidade e submissão. É comum, inclusive, ver-se a exigência de boa aparência para o cargo; ou, mesmo quando essa exigência não é explícita, candidatas ao cargo sabem que é isso que se espera delas (Paim & Pereira, 2010). Se cruzamos essa informação com o fato de que cargos de chefia e comando são tipicamente ocupados por homens, percebemos que há aí a marca da divisão sexual do trabalho: separação e hierarquia. Assim, o

secretariado é mais um caso emblemático do fato de que, quando a mulher adentra o mercado de trabalho, ela o faz desempenhando funções notadamente derivadas daquelas próprias da reprodução social, quais sejam, atividades profissionais relacionadas ao cuidado, à educação ou ao assessoramento.

4.4 Aproximações entre psicanálise e educação para a superação da alienação

Tendo em vista tudo o que foi falado até aqui, podemos perceber como o fantasma da alienação assombra as mulheres que frequentam um curso técnico em secretariado. A alienação é forjada por uma ideologia impregnada pela divisão social e sexual do trabalho características do sistema capitalista em que vivemos. Tal ideologia – que se manifesta psiquicamente como fantasia ideológica – atua em duas dimensões relacionadas: uma delas é a que ronda o trabalho técnico, visto como um desempenho subalterno e marcado pela divisão alienante que o capitalismo estabelece entre trabalho braçal e trabalho intelectual; a outra é a dimensão do gênero, em que aquilo que é culturalmente devido ao gênero feminino é transmitido de forma naturalizada. Como vimos, ambas estão intimamente entrelaçadas.

Com relação à primeira dessas dimensões, pode-se dizer que foi o automatismo que, por muito tempo, constituiu a identidade do trabalhador técnico no sistema capitalista, como aquele trabalhador braçal a quem se destinava tarefas simples, fragmentadas e repetitivas. Consolidou-se, assim, uma concepção de técnico como aquele que não pensa, não é crítico, só reproduz. Isso corresponde precisamente à alienação do ser humano na atividade produtiva capitalista, conforme definição de Marx (1932/2015).

Somado a isso, a mulher está exposta também à alienação de gênero. A essa é submetida, durante todo o seu desenvolvimento como sujeito, aquela que nasce com uma apresentação anatômica entendida como feminina, alienando-a de um potencial criativo de constituição do próprio gênero, disposição inerente ao ser humano. Dessa forma, ao adentrar um curso para a formação como secretária – ocupação que, como vimos, está profundamente marcada pela divisão sexual do trabalho –, a estudante se depara com mais um contexto propício a aprofundar a alienação de si mesma enquanto pertencente à espécie humana, uma vez que é categorizada como algo semelhante a uma sub-espécie, o “sexo” feminino. A esse são atribuídas características como sensibilidade e deferência, frequentemente consideradas essenciais para o cargo (Schvinger, Prado & Castro, 1985).

Problematizar a questão de gênero no âmbito da educação técnica já se configura, portanto, como um ato revolucionário, uma vez que, conforme vimos, essa foi historicamente marcada por uma forte incidência da divisão sexual do trabalho. Não se trata de depositar nas alunas – como Paulo Freire criticou, em uma educação bancária (Freire, 2005) – uma noção do que deva ser o ser mulher. Trata-se, antes, de combater uma ideologia e desvelar uma fantasia que fixam a mulher em um lugar pré-determinado pela divisão sexual do trabalho e pela naturalização do que sejam os atributos femininos. O que será construído no lugar? Certamente nada fixo, nada que venha de fora e seja

imposto sobre as estudantes. Enfatizamos, nesse sentido, nossa concepção de sujeito enquanto ser ativo, capaz de construir para si uma identidade crítica e flexível, sempre em interação com o contexto no qual se insere (Vigotski, 1934/2008).

Ao falar sobre educação e alienação, devemos ter clareza de que aquela pode tanto aprofundar esta quanto combatê-la. Em outras palavras, estamos alertando para a facilidade de se recair em uma educação bancária, que apenas atua no sentido de reforçar o campo simbólico que associa o significante mulher com os significantes recatamento, trabalho doméstico, maternidade etc. É esse o caminho “natural” das coisas no contexto de um sistema capitalista feroz e arraigado.

A superação da alienação pode ser vislumbrada – ainda que sua superação total seja utópica dentro de um contexto capitalista – por meio de uma tomada de consciência de sua condição de mulheres em formação para o desempenho de uma profissão técnica. Para essa tomada de consciência, é essencial o papel da educação. Dialeticamente, esse movimento possibilita, a partir de uma educação que parta da situação concreta das alunas, a transformação dessa mesma realidade.

Poderíamos falar de uma tomada de consciência de gênero – de forma análoga à consciência de classe –, com o cuidado, no entanto, de não entender o gênero como algo fixo, mas sim, justamente, como algo aberto. Nesse sentido, trata-se de tomar consciência de que o gênero não se define *a priori*, biologicamente, mas sim que, em seu potencial criativo, é construído de forma contingente às condições concretas, sociais, econômicas e históricas que estão dadas. Esse processo mostra-se como um passo necessário na transformação das condições concretas da realidade das mulheres.

Pensar em tomada de consciência nos remete igualmente ao inconsciente e assim podemos abarcar tudo o que vimos tratando nesta tese. Existe um conteúdo recalcado no inconsciente capitalista que deve ser trazido à consciência. Esse conteúdo é a dupla opressão sofrida pela mulher trabalhadora técnica: aquela da divisão social do trabalho e aquela de sua divisão sexual. Esse conteúdo é velado, como vimos, pela fantasia ideológica da naturalização da mulher enquanto obediente, submissa e naturalmente responsável por aquelas atividades relacionados ao cuidado, à educação e ao assessoramento. Além disso, há também o conteúdo ideológico que impõe ao trabalhador técnico a separação entre trabalho intelectual e braçal e afirma que ele é responsável apenas por esse último. Mesmo no caso de um trabalho supostamente intelectual como o da secretária, este é esvaziado e tornado repetitivo.

Quando um trabalhador ou trabalhadora entra em um curso técnico, inconscientemente acredita que está ali apenas para repetir padrões, uma vez que está embebido por uma lógica capitalista que trata o técnico como um mero autômato (Cunha, 2000). A psicanálise, por outro lado, diz respeito justamente a entender automatismos, repetição de padrões. O professor ou professora assume assim o lugar daquele/a que pode auxiliar essa aluna a elaborar criticamente padrões arraigados inconscientemente, em prol da construção de uma subjetividade aberta.

Esse raciocínio nos conduz às possibilidades de encontro entre psicanálise e educação. Não defendemos a atuação do professor como a de um psicanalista, que estaria em sala de aula para interpretar as neuroses dos alunos. Defendemos, antes, que a convergência possível entre essas duas áreas está na concepção tanto do sujeito educador quanto do sujeito educando como descentrados, cindidos, faltosos (Franco & Albuquerque, 2010). Trata-se então da compreensão, por parte do professor, da estudante enquanto dotada de um inconsciente que se constitui como um inconsciente capitalista.

Na relação professor-aluno, há o estabelecimento de uma relação transferencial e o professor é colocado, por parte do aluno, no lugar de sujeito-suposto-saber (Franco & Albuquerque, 2010). Seria possível relacionar esse conceito lacaniano com o de conscientização de Paulo Freire? Poderíamos ver aí uma aproximação entre ambos teóricos no que tange à libertação do sujeito de uma situação de opressão? A princípio, isso não parece possível, uma vez que Lacan constrói o seu conceito como a atribuição ao psicanalista, por parte do paciente, de um conhecimento privilegiado sobre ele próprio, o que implica uma certa relação hierárquica (Lacan, 1964/1992a). Já segundo Paulo Freire, por outro lado, a relação pedagógica se estabelece entre sujeitos que dispõem de experiências de vida e saberes distintos, sem que um possa ser colocado como superior ao outro: “não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes” (Freire, 2005, p. 68). De acordo com o pedagogo, na relação professor-aluno, o docente atua, por meio do diálogo com o outro, no sentido de propiciar a conscientização do sujeito enquanto autor de sua história.

Inicialmente, os dois posicionamentos parecerem contraditórios, como se a relação analítica se sustentasse em um lugar de opressão do sujeito. Entretanto, para Lacan, essa é apenas a condição de saída para o estabelecimento de uma relação transferencial, que tem como horizonte que o paciente perceba que o saber que ele busca apenas ele detém. O psicanalista é um auxiliar da tarefa de fazer cair a suposição de um saber do outro, para que o saber do sujeito do inconsciente possa emergir (Lacan, 1964/1992a).

Em ambos os casos, observa-se um processo dialético, que se dá em relação, em que o psicanalista ou professor atuam antes como mediadores, para que o paciente ou aluno tome consciência de sua condição e possa se posicionar criticamente sobre sua vida. É importante destacar, no entanto, que nem o psicanalista nem o professor são neutros nesse processo, uma vez que são também seres dotados de inconsciente e desejo.

Observamos, portanto, que a aproximação da psicanálise lacaniana com a proposta pedagógica emancipadora de Paulo Freire complexifica essa última. Se o professor é colocado no lugar de suposto saber, deve fazer uso dessa posição para propor um ensino emancipador e que possibilite ao sujeito acessar e lidar com seus conteúdos ideológicos inconscientes. O que está em questão aqui, portanto, é o papel da educação na construção de uma identidade não alienada da trabalhadora técnica.

Dessa forma, no contexto de uma sociedade capitalista excludente e guiada pela lógica do mercado, em que o trabalhador precisa ser formado para atender às demandas de produção, é particularmente importante pensarmos na educação como uma forma de libertação, que possibilite ao educando se engajar em um processo de transformação, substituindo uma consciência ingênua por uma consciência crítica. É assim que o sujeito é capaz de conhecer a realidade de modo não alienado e transformá-la (Freire, 2007).

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

O estar no mundo das mulheres é não só influenciado como constituído pelo modo de produção e reprodução capitalista. Nesse sentido, o próprio inconsciente se apresenta enquanto um inconsciente capitalista, onde estão inscritas, na forma de conteúdos recalcados, a divisão social e sexual do trabalho típica desse sistema. A mulher se encontra na encruzilhada da responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e da ocupação subalterna no trabalho produtivo, ambos marcados pela alienação de gênero. Com esse pano de fundo, interessa-nos investigar de que forma mulheres mães, trabalhadoras e estudantes da educação profissional, cujo cotidiano é ocupado tanto pelo trabalho doméstico não remunerado quanto pelo trabalho remunerado, constituem suas identidades e vivenciam questões de gênero.

Tendo como fundamento a revisão bibliográfica exposta e a justificativa para o presente trabalho, apresentamos como nossos objetivos geral e específicos o que se segue:

Objetivo Geral: Compreender como mulheres mães, trabalhadoras e estudantes da educação profissional formam e vivenciam sua identidade de gênero, tendo em vista que essa é influenciada pela divisão sexual do trabalho constituinte de um inconsciente capitalista.

Objetivos Específicos:

- 1) Analisar os conflitos vivenciados pelas participantes na conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo.
- 2) Investigar de que modo a alienação de gênero se apresenta ao longo da trajetória de vida das participantes e influencia em sua constituição identitária.
- 3) Avaliar de que modo a alienação de gênero é reforçada ou combatida durante a formação técnico-profissional das participantes.

CAPÍTULO 5 – MÉTODO

5.1 Pressupostos Metodológicos

Para tratar dos pressupostos metodológicos desta pesquisa, queremos, em primeiro lugar, salientar a relevância de se considerar a subjetividade do pesquisador na realização de qualquer estudo, particularmente no âmbito da psicologia. Por muito tempo, uma pretensão de neutralidade e certa visão – em nossa opinião, falaciosa – do que seria a atividade científica, pretendeu deixar de lado a prática reflexiva e a dimensão subjetiva do âmbito da pesquisa psicológica. No entanto, vozes dissonantes têm surgido, desde as primeiras décadas do século XX, que tomaram força no momento atual, enfatizando a necessidade de não se tentar excluir vieses subjetivos, culturais e políticos, mas antes considerá-los e estudá-los (Fávero, 2015).

Nesta pesquisa, tomaremos como fundamento os pressupostos teórico-metodológicos propostos por Marx e Engels, bem como aqueles que embasam a pesquisa psicanalítica. O método materialista histórico-dialético busca enxergar o objeto de estudo em sua totalidade, como síntese de múltiplas determinações. A obra de Marx tem sido erroneamente entendida como uma obra determinista e teleológica, que sobrepõe o fator econômico a outros fatores e descreve a história como se desenrolando necessariamente para um único fim, o socialismo (Netto, 2011). Uma leitura atenta, no entanto, revela que os próprios autores afirmaram que o fator econômico não deveria ser visto como o único determinante, mas sim que qualquer fenômeno deve ser enxergado em sua totalidade, necessariamente composta por determinações múltiplas, de ordem econômica, histórica e simbólica (Marx & Engels, 2010).

Tal proposta baseia-se não na construção positivista de hipóteses que sustentem relações de causa e efeito, nem tampouco na construção discursiva baseada em jogos de linguagem, mas antes na compreensão do objeto de estudo em sua estrutura e dinâmica. É dessa forma que se torna possível ir além da aparência e alcançar a essência do fenômeno que se busca investigar.

Assim, ressaltamos que a relação sujeito/objeto na pesquisa científica não é uma relação de externalidade. Trata-se de uma relação em que o sujeito está implicado em seu objeto de estudo, o que inviabiliza pretensões de neutralidade. Essa, inalcançável, não pode ser confundida com a objetividade, que diz respeito às condições materiais e objetivas que constituem a realidade, de acordo com a perspectiva marxista. Trata-se, portanto, da análise concreta de situações concretas (Netto, 2011).

Nesse sentido, parafraseando Marx e Engels (1933/2007), não nos interessa falar de mulheres pensadas, imaginadas ou representadas para, a partir daí, chegar às mulheres de carne e osso; partiremos de mulheres realmente existentes, do seu processo de vida real, para conduzir abstrações. Interessa-nos, portanto, ouvir o que essas mulheres reais dizem, imaginam ou

representam. O pesquisador tem papel ativo nesse processo, justamente para que logre alcançar a essência do fenômeno, e não a sua aparência, que se dá a conhecer de modo passivo.

Tendo em vista as particularidades do objeto aqui estudado, concordamos com González-Rey (1997), quando este diz que o fenômeno subjetivo toma forma no encontro da intencionalidade do pesquisador com a do pesquisado. Isso não retira a compreensão de que tal fenômeno se constitua em condições históricas e sociais concretas. O método materialista histórico-dialético propõe que a análise proceda do complexo para o simples, pois é a partir da totalidade que se pode compreender a singularidade.

Como veremos adiante, nosso principal dispositivo de pesquisa, o grupo Balint, baseia-se na abordagem psicanalítica. Impõe-se, portanto, a pergunta sobre de que forma pretendemos relacionar o método materialista histórico-dialético com o método psicanalítico. Nesse sentido é importante trazer a observação de Netto (2011) de que a utilização do método materialista histórico-dialético não pressupõe o uso de um procedimento ou instrumento de pesquisa específico pois o que está em jogo são os pressupostos metodológicos nos quais o pesquisador se fundamenta e que embasarão a condução da pesquisa de campo e sobretudo a análise das informações dela advindas.

Da mesma forma, o método psicanalítico nada impõe de definitivo com relação aos procedimentos de investigação a serem adotados ou aos dispositivos a serem utilizados. Sua peculiaridade encontra-se nos fundamentos teórico-metodológicos que embasam a maneira como será trabalhado o conteúdo construído no trabalho de campo. O principal desses fundamentos, pode-se dizer, é a assunção dos participantes – entre os quais figura necessariamente o autor da pesquisa – como sujeitos dotados de um inconsciente e, portanto, descentrados.

A característica essencial que singulariza o pesquisador psicanalítico é o campo, o objeto e o método de sua pesquisa. Este campo é o inconsciente. O objeto é o enfoque ou perspectiva a partir de uma posição em que é colocado o pesquisador psicanalítico, a fim de aceder ao inconsciente. O método é o procedimento pelo qual ele se movimenta pelas vias ou perspectivas de acesso ao inconsciente (Caon, 1994, p.23)

Ao lidar com o inconsciente, a investigação psicanalítica não comporta uma estruturação sistemática e completa. Ao contrário, o trabalho investigativo em psicanálise, assim como sua clínica, põe, em primeiro plano, a singularidade daquele que se coloca no lugar de pesquisador. Pelas mesmas razões, a pesquisa psicanalítica não se propõe a alcançar um resultado definitivo, que se preste a inferências generalizantes, mas antes elaborar um conteúdo que possa – à maneira de um *insight* – modificar a forma como aqueles que entram em contato com os resultados da pesquisa se relacionam com os sentidos por ela criados e a realidade que está sendo tratada. Além disso, prioriza-se não o signo determinado *a priori*, mas as cadeias significantes construídas pelos participantes (Iribarry, 2003).

De que modo acontece então a produção de sentido? Para esclarecer esse ponto, fazemos uso da noção de ponto-de-estofa de Lacan, que consiste em uma operação em que o significante detém

o deslizamento do significado, permitindo que, ao final da mensagem, seu sentido possa ser selado retrospectivamente. Essa costura só pode acontecer após o final daquela cadeia significativa, de modo que a significação emerge de modo retroativo após o último termo. É dessa forma, *a posteriori*, que se viabiliza a construção do signo (Dor, 1993).

Essa noção nos parece convergente com a perspectiva materialista histórico-dialética, uma vez que é apenas a partir da totalidade que os sentidos de uma investigação podem ser construídos, sempre retroativamente e nunca fixados *a priori*. Por outro lado, de acordo com uma concepção lacaniana, essa totalidade de compreensão do fenômeno, mesmo que seja buscada, é impossível de ser alcançada, uma vez que haverá sempre um resto que permanecerá encoberto, inacessível ao domínio simbólico. Assim, enfatizamos aqui, mais do que a possibilidade de dar conta de um todo imaginário, a necessidade de se levar em consideração que todo fenômeno é a síntese de múltiplas determinações.

5.2 Contexto e Participantes

Este estudo foi realizado no Instituto Federal de Brasília, *Campus* São Sebastião, Região Administrativa (RA) do Distrito Federal. Antes da inauguração de Brasília, a região onde se encontra São Sebastião pertencia a fazendas, desapropriadas com o início das obras da nova capital. A partir de 1957, surgiram aí olarias que visavam suprir as necessidades vindas da construção civil. Mesmo com a diminuição gradual da demanda, vários moradores permaneceram no local e acabaram dando origem a um vilarejo, intitulado Agrovila São Sebastião, inicialmente povoado por pessoas ligadas ao comércio de areia, cerâmica e olaria. Em 1993, a Agrovila desliga-se oficialmente da RA Paranoá e surge como a RA São Sebastião, por meio da Lei 467/93. Essa RA apresenta as dificuldades típicas de uma região de periferia urbana, como por exemplo: transporte público ineficiente, violência, tráfico de drogas, estrutura urbana precária, problemas ambientais e fundiários (Codeplan, 2016).

De acordo com dados de 2016, São Sebastião conta com aproximadamente 100 mil habitantes, dos quais mais de 70% têm até 29 anos. A renda *per capita* é de aproximadamente um salário mínimo e aqueles que estão ocupados atuam sobretudo nas seguintes áreas: 37,17% no Comércio, 12,69% nos Serviços Gerais, 12,02% nos Serviços Domésticos e 9,30% na Construção Civil. Com relação à escolaridade, 39,15% da população têm o ensino fundamental incompleto e 21,78% tem o médio completo. Aqueles que possuem ensino superior completo ou mais representam 8,16% e os analfabetos somam 2,47%. Mais da metade dos moradores da cidade é constituída de imigrantes, que vêm sobretudo da região Nordeste. As razões para a vinda dessas pessoas equilibram-se entre dois motivos principais: acompanhamento de parentes e procura por trabalho (Codeplan, 2016).

O *Campus* São Sebastião do Instituto Federal de Brasília foi inaugurado em 2011 e conta atualmente com cerca de 900 alunos, dos quais mais de 80% são mulheres⁹. Concordamos com Souza

⁹ Estimativa fornecida pela Coordenação de Registro Acadêmico do Campus São Sebastião.

(2016) quando a autora afirma que essa enorme diferença se deve ao fato de que os cursos oferecidos pelo *Campus* são tradicionalmente atribuídos ao público feminino. São eles: Formação Inicial e Continuada (FIC) para Monitor Infantil e Auxiliar Administrativo (exige apenas o Ensino Fundamental completo), no turno vespertino; Ensino Médio Integrado (formação básica associada à técnica) em Secretariado e Administração, em período integral; Ensino Médio Técnico Subsequente (complementação técnica para aqueles que já possuem a formação básica) em Secretariado e Secretaria Escolar, no turno noturno; Licenciatura em Letras e em Pedagogia, respectivamente nos turnos vespertino e matutino. O processo seletivo para os cursos técnicos ocorre semestralmente por meio de sorteio eletrônico.

Em pesquisa realizada, no ano de 2014, pela Coordenação de Assistência Estudantil do *Campus* São Sebastião, com 274 alunas e alunos dos cursos FIC, técnicos subsequentes e licenciatura em Letras que recebiam um auxílio para permanência, constatou-se que a maioria (54%) encontrava-se na faixa etária de 30 a 60 anos e o restante entre 18 e 29. 49% dos estudantes declararam-se da cor negra e 33% como brancos/as (não havia a opção parda). Com relação à renda *per capita*, 13% recebia menos de R\$181,00, 15% entre R\$181,01 e R\$362,00, 32% entre R\$362,01 e R\$724,00, 31% entre R\$724,00 e R\$1086,00 e 9% acima de R\$1086,01. A ocupação mais frequente é no setor de serviços, sobretudo nos serviços domésticos. Com relação ao estado civil, 57% declararam-se solteiros/as e 37% casados/as ou com companheiro/a. Já no que se refere ao número de filhos/as, 41% não os têm e 59% têm entre 1 e 4. Com relação à escolarização, 98% cursaram a escola pública, dos quais 27% o fizeram de forma contínua e 49% interromperam por mais de 5 anos os estudos (Souza, 2016). Não foram encontrados dados mais recentes.

A presente pesquisa foi realizada com alunas que cursavam o curso técnico em secretariado no turno noturno. Para a realização do estudo, buscou-se inicialmente a autorização da instituição e em seguida o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas da UnB (CEP/IH)¹⁰. O estudo foi explicado pela pesquisadora em uma sala de aula do primeiro semestre do curso e foi feito o convite para aquelas alunas que se encaixavam no perfil de serem mães, trabalhadoras e estudantes. Essas foram convidadas a comparecer a quatro encontros, com periodicidade semanal, no turno noturno, em um horário em que elas não teriam aula. Sete mulheres se voluntariaram para integrar a pesquisa, conforme apresentamos na tabela abaixo. Todas se encaixavam no perfil, com exceção de duas: Priscila, que não era mãe, mas insistiu em participar, e Roberta, que, no momento, estava desempregada, mas também pediu para fazer parte. Tendo em vista o público-alvo desta pesquisa, várias dificuldades surgiram na reunião dessas mulheres e nem todas compareceram a todos os encontros. No primeiro, todas foram convidadas a ler e, mediante concordância, assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme modelo aprovado pelo Comitê de Ética, constante no Anexo A.

Procuramos aquelas alunas que haviam participado dos encontros do grupo mais uma vez ao final do curso, dessa vez para uma conversa individual. Como o curso durava três semestres, as conversas foram

¹⁰ Projeto de número 77623617.0.0000.5540 e parecer de aprovação de número 2.355.133 do CEP/IH.

realizadas aproximadamente um ano e meio depois da primeira etapa da pesquisa. Conseguimos conversar com cinco das sete mulheres, mas não foi possível obter contato nem com D. Gracinha, nem com Suzana.

Na tabela abaixo, apresentamos alguns dados das participantes pertinentes a esta pesquisa, bem como a sua presença ou não nos encontros e nas conversas individuais. À época, todas as participantes residiam em São Sebastião e tinham o Ensino Médio Completo, sendo que todas elas, com exceção de Roberta, concluíram essa formação após adultas, por meio de supletivo ou EJA (Ensino de Jovens e Adultos). Todos os nomes são fictícios, inclusive os que aparecerão no próximo capítulo correspondentes a maridos, filhos/as, familiares ou amigos/as.

Tabela 1. Caracterização das participantes da pesquisa

Nome fictício	Idade (no 1º semestre do curso)	Número de filhos e sua idade (no 1º semestre do curso)	Ocupação (no 1º semestre do curso e após a conclusão¹¹)	Participação nos encontros do Grupo Balint	Participação na conversa individual
Gabriela	30	1 (6 anos)	Monitora em creche particular	Todos	Sim
Géssica	34	1 (11 anos)	Auxiliar administrativa	1º, 2º e 4º	Sim
D. Gracinha	65	2 (29 e 32 anos)	Cozinheira autônoma	1º e 3º	Não
Irene	43	1 (17 anos)	Empregada doméstica	Todos	Sim
Priscila	30	0	Monitora em escola particular	1º e 2º	Sim
Roberta	30	1 (11 anos)	Desempregada – Auxiliar administrativa em instituição de ensino	1º, 2º e 3º	Sim
Suzana	26	1 (4 anos)	Atendente em oficina mecânica	1º e 4º	Não

¹¹ Quando houver apenas uma ocupação, queremos dizer que essa se manteve.

Dessa forma, tivemos a seguinte composição nos encontros do grupo Balint:

- **1º encontro:** Gabriela, Géssica, D. Gracinha, Irene, Priscila, Roberta e Suzana;
- **2º encontro:** Gabriela, Géssica, Irene, Priscila e Roberta
- **3º encontro:** Gabriela, D. Gracinha, Irene e Roberta
- **4º encontro:** Gabriela, Géssica, Irene e Suzana.

Todos os encontros e conversas foram realizados à noite, em salas vazias do IFB *Campus* São Sebastião, e tiveram a duração média de 1h30 cada.

5.3 Dispositivos e procedimentos da pesquisa de campo

Utilizamos, nesta pesquisa, dois dispositivos para a pesquisa de campo. O primeiro deles foi uma adaptação do método formulado por Michael Balint para a pesquisa de grupos. Balint foi um médico e psicanalista húngaro que, tendo vivido grande parte da sua vida na Inglaterra, esteve profundamente envolvido no tratamento de feridos de guerra e ex-combatentes (Brandt, 2009b). Observando as dificuldades enfrentadas por seus colegas médicos no atendimento e tratamento de seus pacientes, Balint desenvolveu um método de base psicanalítica que continha dois objetivos: um deles era a investigação das relações médico-pacientes, com foco nas manifestações contratransferenciais por parte do profissional, e o segundo era a formação desses mesmos médicos na prática psicoterápica adaptada às necessidades clínicas (Balint, 1988). De acordo com Salinsky (2008), os encontros grupais de Balint eram conhecidos como “treino com pesquisa”, o que denota sua intenção de, por um lado, preparar os médicos para a relação médico-paciente, tornando-a mais humana e, ao mesmo tempo, realizar uma investigação qualitativa daquilo que de fato ocorria no universo médico. Pechberty (2007), nesse contexto, ao falar de como a proposta de Balint se insere na tradição psicanalítica, destaca que “a obra freudiana sempre ligou sua dimensão de pesquisa com os progressos da terapêutica” (p. 24).

O dispositivo proposto consistia originalmente na reunião em grupo de profissionais médicos, em sessões de aproximadamente 2h, com regularidade semanal. Uma vez reunidos, o pesquisador convidava cada um dos participantes a relatar em poucas palavras um caso clínico, sem a consulta a qualquer tipo de anotação, com foco em sua interação com o paciente. Após a manifestação de todos os presentes, o grupo escolheria um ou dois casos para serem aprofundados. Balint enfatizava que tanto os relatos quanto as intervenções dos ouvintes deveriam ser feitas nos moldes da associação livre (Balint, 1988).

Para o psicanalista húngaro, o psiquismo humano é essencialmente grupal, “constituído em relação, inicialmente na relação bebê-mãe, depois no conjunto das relações primárias, para finalmente chegarmos à complexidade das relações do mundo adulto” (Brandt, 2009a, p. 203). Dessa forma, a discussão em grupo dos casos traria a possibilidade de que esse funcionasse como um “espelho” para o participante, em que, por meio de projeções e identificações, sua própria personalidade, angústias e formas de reação se tornassem claras, alcançando assim uma

“considerável, embora limitada, transformação da personalidade” (Balint, 1988, p. 268). Não obstante isso, Balint evitava que assuntos pessoais fossem abordados nesses encontros, o que, segundo ele, configuraria um *setting* terapêutico que fugiria ao escopo do trabalho, restrito à análise das práticas profissionais. O propósito do grupo era, portanto, alcançar mudanças nas formas de lidar com o outro, sem, contudo, adentrar um universo psíquico profundo. Nesse sentido, Balint defendia que, não só a fala tinha uma função terapêutica, como defendido por Freud, mas também a escuta.

Ainda que fazer psicoterapia de base analítica pudesse estar entre os objetivos dos primeiros seminários propostos por Balint, essa ideia logo foi abandonada (Salinsky, 2008). Balint concluiu que o processo não poderia se constituir enquanto tal, ainda que pudesse haver efeitos psicoterápicos derivados. Dessa forma, o assim denominado grupo Balint não consiste em um grupo terapêutico, uma vez que não busca soluções e tampouco dispõe dos elementos de um *setting* apropriado para tal fim. Consagrou-se, antes, como uma metodologia de investigação do inconsciente e é nesse sentido que será compreendido e utilizado neste estudo. Por outro lado, é verdade que pode revelar efeitos terapêuticos como consequência de proporcionar um espaço de expressão de angústias e escuta (Pedroza, 2010).

De acordo com a proposta de Balint, o proponente do grupo não deve atuar como condutor das discussões, em um esforço de demonstrar que não ocupa um lugar de poder com relação aos demais membros e que tampouco dispõe das respostas para as angústias do grupo. Ao se colocar nesse lugar de igualdade, Balint se apresentava como alguém que nada sabia sobre o campo das relações e que estava ali para aprender. Todas as vezes em que era convocado para assumir o lugar de saber, Balint se eximia. Assim, aquelas projeções que seriam direcionadas para um Ego dominador, para um lugar de saber que poderia funcionar como modelo, se distribuíam entre os membros do grupo. O clima de confiança era fundamental e o analista contribuía para isso ao não desempenhar a função de mestre (Balint, 1988).

Apesar de inicialmente proposto – e frequentemente utilizado – como um método para grupos profissionais médicos, em que particularmente a contratransferência em relação aos pacientes seria analisada, o dispositivo tem sido proficuamente empregado em contextos distintos, com os quais guarda similaridades. O método Balint tem sido utilizado, com interessantes resultados, em pesquisas com professores (Pechberty, 2007; Pedroza, 2010), psicólogos (Guimarães, 2014), outros profissionais das áreas social e da saúde (Brandt, 2009b) e estudantes (Missenard, 1994). Essa diversidade leva a que alguns critiquem as inovações como deturpações que não poderiam mais ser chamadas de grupos Balint. Essa é uma discussão que se estende já há algumas décadas e que alguns interessados na área têm tentando contornar ao chamar os encontros que realizam de grupos de inspiração Balint ou ao afirmar que suas propostas estão inseridas em uma abordagem Balint, entendida de forma ampla (Cohen-Léon, 2008).

Nesta tese, lançamos mão de um dispositivo que, apesar de guardar importantes distinções da proposta original de Michael Balint, mantém com ela similaridades, o que nos leva a tomar a liberdade de denominá-lo grupo de inspiração Balint¹². Nesse contexto, ressaltamos algumas das diferenças: aborda-se

¹² Doravante denominado Grupo Balint, por concisão.

aqui não a atividade profissional, mas a formação profissional, e não em nível superior, mas no nível técnico. Trata-se, nesse caso, de uma abordagem inovadora da metodologia, uma vez que esta vem sendo utilizada prioritariamente com profissionais com formação superior e membros de classes economicamente privilegiadas. Outra diferença importante é a de que não impusemos restrições a manifestações de cunho pessoal da mesma forma que Balint, uma vez que, ao entender, conforme Marx, as nossas sujeitas de pesquisa enquanto totalidade – ou seja, enquanto síntese de múltiplas determinações –, sentimos a necessidade de deixar que elas associassem livremente sobre o tema, ainda que isso significasse adentrar a esfera íntima. Tendo em vista a limitação temporal dos encontros e a omissão da pesquisadora, não entendemos que isso tenha levado a que os encontros configurassem psicoterapia, mas tampouco descartamos que o espaço aberto de fala e escuta possa ter tido efeito terapêutico.

Em nossa proposta, foram objeto de análise as dimensões afetiva e subjetiva das questões identitárias envolvidas no processo de formação, o que levou a que relações interpessoais não restritas ao espaço educacional fossem trazidas à tona. As relações contratransferenciais apareceram não como aquelas dirigidas a pacientes, mas dirigidas a professores, colegas e outras pessoas que circundavam a vida das profissionais em formação. Valemo-nos da abordagem psicanalítica, que embasa e fundamenta essa proposta metodológica e sem a qual essa seria descaracterizada.

Interessou-nos, nesse dispositivo, o contexto propício para o deslocamento de angústias dos participantes e, ao mesmo tempo, sua identificação inconsciente com questões que inicialmente se apresentam como sendo de outrem. A quase invisibilidade assumida pelo pesquisador nesse processo revela o reconhecimento, por parte desse, de que nada sabe sobre as mobilizações do outro e, por isso, se coloca no lugar da escuta. Além disso, o método pareceu-nos particularmente adequado para acerrar o fenômeno da identidade, uma vez que essa envolve questões nem sempre imediatamente ao alcance da consciência. A citação abaixo, de Pechberty, aborda com detalhes a dinâmica psíquica que se estabelece nos grupos de pares, em que prevalecem identificações, elaborações e o cuidado de si e do outro através da fala e da escuta:

Esses grupos permitem, assim, uma elaboração psíquica dos ressentimentos em grupo que mostram a diversidade das moções psíquicas entre os participantes e a comunidade, e sua relação ao inconsciente, a mais singular. Por trás das evocações, são ativados tempos diferentes: o presente (...) e a trama psíquica inconsciente que se repete. (...) Esses grupos têm efeitos terapêuticos, os participantes cuidam de sua posição comum, em grupos de pares. Cuidar quer dizer aqui situar-se em uma dimensão narcísica e ocupar-se de si, restaurar-se, em um duplo movimento que concerne a si e ao outro. O olhar e a escuta dos pares, convidados à exposição de situações e às elaborações psíquicas, favorecem as simbolizações possíveis nos relatos e nas associações. Esse efeito de cuidado deve-se aos deslocamentos que se produzem no relato, no mais íntimo e no mais partilhado, por meio das transferências em jogo no grupo (Pechberty, 2007, p. 23).

Conforme Pedroza (2010), o espaço de fala e escuta é propício para a tomada de consciência de conteúdos inconscientes que se fazem presentes no dia a dia, bem como para o deslocamento psíquico na subjetividade que favorece a diminuição da angústia. Abre-se a possibilidade de elaboração de novos sentidos, sem a pretensão de se alcançar uma verdade: “Os participantes do grupo são vistos como seres autônomos que farão suas próprias análises com a ajuda do coordenador e o conjunto do grupo” (Pedroza,

2010, p. 91). De acordo com Balint (1988), por um lado, o sujeito que relata uma situação consegue com mais facilidade elaborar psicologicamente suas próprias emoções quando sente que o grupo o compreende e se identifica com ele. Por outro lado, a audiência tem suas próprias expressões inconscientes ativadas pelo relato de outrem.

Em nossos encontros, procedemos da seguinte forma: inicialmente, convidávamos as participantes a rapidamente relatar uma situação interna ou externa ao curso, que estivesse influenciando seu processo de formação. A seguir, era escolhido um tema, que seria aprofundado naquele dia. A participante era convidada a narrar com mais detalhes a situação trazida, expressando seus sentimentos na forma de associações livres. Em seguida, as colegas faziam perguntas e colocações a partir de como haviam escutado o relato. Seguiu-se uma discussão livre sobre as questões que haviam emergido. A pesquisadora procurava intervir apenas em momentos pontuais, de modo a acolher participantes em momentos mais emotivos e também no sentido de manter no grupo o respeito pelos sentimentos alheios. Buscou-se também promover novas formas de encarar, interpretar e se implicar nas questões discutidas. Quando faltavam aproximadamente 15 minutos para o término, pedíamos à pessoa cuja situação havia sido o tema do encontro para relatar a experiência de expor sua angústia e escutar as demais. Nesse momento, incentivávamos a participante a refletir sobre as elaborações possibilitadas pelo compartilhamento de experiências com o grupo. Em seguida, finalizava-se o encontro.

Inicialmente havíamos planejado realizar apenas os encontros Balint, mas sentimos a necessidade de reencontrar essas mulheres a fim de aprofundar algumas temáticas levantadas nos grupos. Consideramos propício que isso fosse feito após a finalização da formação técnica, uma vez que tínhamos o objetivo de entender os fatores que as mantiveram no curso, apesar das dificuldades, e o modo como a realização da formação impactara-as subjetiva e identitariamente. Convidamos cada uma delas então para uma conversa em que abordamos temáticas relacionadas à história de vida com foco em seu histórico educacional e profissional, em questões de gênero e na divisão sexual do trabalho. Não seguimos de forma sistemática a metodologia de histórias de vida (Meneghel, 2007), mas tiramos dela alguma inspiração ao convidar a participante a relatar momentos de sua trajetória pessoal.

5.4 Procedimentos de análise de resultados

Todos os encontros e conversas individuais foram gravados em áudio, com a autorização das participantes, e posteriormente transcritos. Essas transcrições foram feitas de maneira fidedigna ao relato das participantes, mantendo, inclusive, peculiaridades de linguagem que podem ser entendidas como vícios do ponto de vista da gramática convencional.

Conforme já mencionamos, não era nossa intenção inicial e nem nossa pesquisa foi conduzida de acordo com a metodologia de histórias de vida (Meneghel, 2007). No entanto, acabamos por tomar a decisão de assim apresentar nossos resultados, uma vez que os conteúdos compartilhados conosco pelas participantes permitiram reconstruir suas trajetórias de vida com o foco no que era de nosso interesse nesta tese: relações de gênero, constituição identitária, divisão

sexual do trabalho. Essa decisão é coerente com a noção de ponto-de-estofo de Lacan e de totalidade de Marx, uma vez que entremear as histórias entre si ou as histórias com suas análises nos faria perder o quadro narrativo e psíquico que cada mulher nos apresentava. Assim, decidimos narrar a história de cada mulher por completo antes de iniciar sua discussão.

Além disso, ao tomar essa decisão, nos acercamos de Holmstrom (2014), para quem uma das principais contribuições de uma perspectiva marxista das relações de gênero é tomar como foco mulheres concretas, afetadas por condições de vida concretas, e não mulheres pensadas abstratamente. Nesse contexto, realizar uma análise de cada história separadamente mostrou-se propício para entendermos cada uma das mulheres participantes desta pesquisa em sua materialidade e singularidade: sua trajetória de vida, as relações estabelecidas, sua posição diante de si mesmas e dos outros. No entanto, fomos destacando, ao longo das análises, pontos de transversalidade entre as histórias.

Assim, contamos suas histórias a partir dos relatos que cada uma delas fizera tanto nos grupos Balint quanto nas conversas informais realizadas com quase todas após a conclusão do curso. Os dispositivos utilizados nos deram uma riqueza de detalhes – em alguns casos mais, em outros menos – que permitiram compor narrativas com a crueza da realidade: suas belezas, mistérios e sofrimentos. Por um lado, devemos ter em mente que as próprias sujeitas de pesquisa, ao contar suas histórias, inevitavelmente a recriam, apresentando uma verdade que “se revela numa estrutura de ficção” (Lacan, 1966/1988, p. 752).

Por outro lado, é inegável que a subjetividade da pesquisadora e o modo como tais relatos nos afetaram internamente impactaram na maneira como essas histórias foram contadas, em um processo que poderíamos chamar de contratransferencial. Os trechos de suas falas que transcrevemos ou expusemos com nossas palavras, a escolha dessas palavras, a sequência narrativa: tudo isso está carregado de subjetividade e do inconsciente dessa que escreve esta tese. Tendo sido feitas essas ressalvas, explicamos que, por outro lado, nos esforçamos por nos ater ao conteúdo que nos foi narrado. Daí a escolha também por recheiar essas narrativas com citações diretas ou indiretas das próprias participantes.

Foi feita então uma análise interpretativa das histórias das participantes tendo em vista os pressupostos metodológicos apontados, bem como os objetivos propostos nesta tese, o que nos deixou particularmente atentos às manifestações das participantes relacionadas às questões de gênero: divisão sexual do trabalho, relacionamentos, construção de uma identidade de gênero. Buscou-se articular as falas das participantes e a escuta atenta da pesquisadora a partir de uma leitura psicanalítica dos processos de elaboração psíquica, que considerasse a presença do inconsciente e as cadeias significantes produzidas ao longo dos encontros do grupo Balint e das conversas.

CAPÍTULO 6 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentamos uma versão dos relatos feitos pelas participantes, seguida da discussão de cada um com base na fundamentação teórica apresentada. Reiteramos o caráter de reconstrução na narrativa das histórias, uma vez que uma transcrição fidedigna do vivido é impossível. Nesse sentido, as próprias participantes, ao contar suas histórias, as recriam, tecendo novas leituras do que foi. Tampouco a pesquisadora escapa desse movimento, ao escolher uma forma de estruturar os elementos das narrativas – ainda que com esforços para que seja a mais próxima possível do que ouviu.

Cada trajetória de vida foi apresentada e, logo em seguida, fez-se uma análise interpretativa com foco nas cadeias de significante levantadas, bem como na presença do sujeito do inconsciente – um inconsciente que, como vimos, é político e marcado pelo sistema capitalista. Buscamos, ao longo das análises, destacar os momentos de convergência entre as histórias, especialmente no que diz respeito àqueles pontos que são de nosso interesse nesta tese, amplamente abordados em nossa fundamentação teórica.

6.1 Gabriela¹³

Gabriela nasceu na roça, no interior da Bahia. Eram sete irmãos que quase todo o dia a mãe levava para ajudar na lavoura. Tudo era muito simples e frequentemente passava dias usando a mesma roupa. E assim ia para a escola, sempre com o mesmo uniforme e o mesmo sapato. Próximos a ela, viviam alguns primos, filhos de pais com um pouco mais de condição, não haveria de ser muito. Eles compravam roupas, compravam sapatos e os exibiam a Gabriela e seus irmãos. Riam deles e se sentiam imensamente superiores, como se a distância entre o céu e a terra os separasse daqueles parentes.

Gabriela cresceu se sentindo humilhada? Um pouco, mas no colégio era desenvolta e alguns a admiravam por não ter vergonha de falar na frente da turma. *“Quando eu ia lá na frente apresentar os trabalhos, os outros colegas falavam: ‘Ah, eu quero apresentar com você. Ela não tem vergonha de ir lá na frente’”*.

Gabriela largou os estudos quando terminou o Primário. Para continuar, teria que pegar o ônibus todos os dias para outra cidade. Tentou convencer os pais – queria tanto estudar, tinha fascínio pelo conhecimento! –, mas eles discordaram, pois precisavam de ajuda na roça e não tinham dinheiro para ficar pagando ônibus. Quando estava próxima de completar 20 anos, uma prima que viera para Brasília e se casara por lá, chamou-a para ir tomar conta de sua bebê recém-nascida. Tão longe?, pensou. Mas que futuro teria ali naquela pequena cidade? Provavelmente se casaria com qualquer

¹³ Todos os nomes constantes nesta seção são fictícios, inclusive nas citações diretas.

um da região e trabalharia de sol a sol na lavoura, carregando os filhos a tiracolo, como sua mãe fizera. A ideia de ir para a cidade grande a fascinava. Poderia começar como babá e quem sabe depois conseguir algo melhor. Quem sabe até mesmo voltar a estudar.

Em Brasília, morava nos fundos da casa da prima. O dinheiro era pouco, mas o dia a dia era tranquilo. Cuidava da bebê enquanto seus pais estavam no trabalho e à noite via televisão. Nos finais de semana, conseguia fazer um ou outro passeio e ir à missa. Foi em uma festa junina da igreja que conheceu Carlos. Por uma imprevista coincidência, ambos vinham da mesma cidade, haviam conhecido o mesmo chão de sertão, pisado a mesma terra batida daquelas ruas que davam em mato. Apaixonaram-se pelas memórias em comum, tristezas e esperanças compartilhadas. Em pouco tempo, decidiram se casar. Gabriela deixaria a casa da prima, mas o trabalho de garçom de Carlos era suficiente para viverem uma vida humilde.

A gravidez veio logo no início, uma surpresa. Não planejavam para tão cedo, mas a notícia foi bem recebida. O que angustiava Gabriela era estar longe de sua família naquele momento delicado. Só tinha sua prima, mas essa andava sempre tão ocupada que sabia que não poderia contar com ela. Conversou com os pais e decidiu voltar para a sua cidade no final da gravidez. E assim João nasceu na roça, da mesma forma que ela havia nascido. Gabriela passou um mês cercada pelos cuidados da mãe, das irmãs, tias e primas, tinha ajuda para tudo e sentia-se feliz. Ao final desse período, o marido veio buscá-la e juntos rumaram de volta para o planalto. Agora eram três.

Foi quando voltou que sentiu o baque: estava sozinha e não sabia o que fazer com aquele menino.

Porque pra gente que nunca passou por essa experiência, então fica meio perdido em tudo, né? Qualquer coisa a gente já fica desesperado, sem saber o que fazer, sem saber... até no cuidar, né? A gente não sabe cuidar direito, porque a gente não tem a experiência, né?

Os dias se passavam longos e solitários. Pelo menos tinha a companhia do marido de manhã, que “ajudava em tudo o que eu precisasse”. No entanto, à tarde, ele saía para o trabalho e só voltava quando os dois já tinham ido dormir. Gabriela se esforçava para usar seu tempo para alguma coisa útil: arrumava a casa, fazia o almoço, varria o quintal. Começou a se irritar com o trabalho de casa.

Porque casa é assim: a gente faz faz, mas nunca vê o resultado, porque você faz hoje e amanhã já tem que fazer tudo de novo. Então fica aquele stress, né? Stress com tristeza, aquela coisa. (...) É, bem puxado. Ai acaba se tornando aquela coisa repetitiva, né? Todo dia...

E o sentimento de inutilidade só crescia. “Isso de ficar só em casa vai dando um tédio! E a gente vai se sentindo assim... nossa, eu não sirvo pra nada!”. Quando terminava tudo o que tinha para fazer, sentava-se com o filho no quarto e ficava olhando para as paredes. Passava horas agarrada com o seu menino, sem saber o que fazer. “Eu ficava com ele só no colo, acho que ele acabou ficando um pouco mimado por causa disso”.

Foram cinco anos trancada em casa e Gabriela sentia cada vez menos vontade de sair, de encontrar quem quer que fosse. *“O meu marido até tentava me chamar pra passear, me animar pra fazer alguma coisa, mas eu não queria fazer nada”*. A cunhada se mudou para o mesmo terreno, mas nem coragem de cumprimentá-la Gabriela tinha. Começou a ter medo de gente, uma timidez avassaladora. Mal conseguia abrir a boca para falar com quem quer que fosse.

É, mas aí chegou um tempo que deu uma luz em mim e eu falei: “Não, não dá mais, eu tenho que parar um pouco, eu tenho que seguir minha vida”, porque senão só assim não é viver, a gente tem que fazer alguma coisa da vida.

Com o filho completando 5 anos, já estava na hora de colocá-lo na escolinha. O medo do vazio se instalou: o que faria sem tê-lo no colo? O que faria após todos esses anos enfiada?

Assim, em questão de cuidar dele esse tempo foi maravilhoso, porque a gente ficar esse tempo todo com o filho da gente é maravilhoso, não ter que deixar com outras pessoas, é muito bom, não nego. Só que, já pra mim, foi muito difícil, porque eu ficava só em casa, em casa, sempre fazendo as mesmas coisas, não saía pra fazer outras coisas, né, aí eu percebi que eu fiquei assim meio acho que tipo entrando em depressão. Porque ficar só em casa sem fazer nada, nossa, foi muito difícil.

E foi assim que na igreja ouviu alguém falando em EJA, a escola para quem tinha largado a escola. Será que ousaria voltar a estudar, seu sonho? Foi no local, se informou do que precisava. Os documentos? Sim, tinha trazido todos consigo. À noite? Bem, teria que ver com quem deixar o filho, mas sim, daria um jeito, aquela oportunidade ela não perderia. Quando as aulas começaram, *“aí eu senti meio que um alívio. Sair de casa, pelo menos um pouco. Porque eu tava me sentindo presa em casa”*.

A partir do momento que Gabriela tomou a decisão de estudar, *“aí veio a vontade de trabalhar também, de querer sair, entendeu?”*. Começou a distribuir seu currículo e enfim conseguiu uma vaga como monitora em uma escola de educação infantil não muito longe de sua casa. Era ela e mais uma monitora para uma turma de 30 crianças de 3 a 4 anos. De manhã, vinha também a professora, mas à tarde eram só as duas e o serviço era puxado. Mas gostava muito de estar entre as crianças, se sentia bem entre elas, conseguia conversar, não tinha medo. Não era o que sentia com as colegas. A outra monitora já era formada em Pedagogia e Gabriela tinha certeza que ela e a professora a excluam das escolhas sobre atividades e datas festivas da turma. Muitas vezes, tinha a impressão de que elas tomavam decisões apenas para prejudicá-la. Sentia-se tão acuada que não conseguia dizer ou opinar nada.

Saía de casa, mas a timidez não saía dela. *“Eu não era assim antes, não era. Fiquei assim depois daquele tempo todo em casa. Como se fosse uma descrença em mim mesma”*. Por outro lado, o fato de estar trabalhando fazia-a se sentir cheia de si, confiante. Tinha agora o próprio dinheiro. Não era muito, mas era seu.

É, me valorizou muito. Eu já me vejo assim, totalmente diferente do que eu era. Porque antes eu já me sentia inútil porque eu não trabalhava, eu só ficava em casa, eu não tinha o meu dinheiro pra comprar as minhas coisas. Eu não tinha aquela liberdade de “ah, vou no shopping, vou comprar uma coisa pra mim”. Porque eu dependia só do meu esposo, tinha que pedir dinheiro pra ele. E hoje não, graças a deus, eu não tenho mais essa preocupação. Se eu quero comprar alguma coisa, quando ele vê eu já comprei, eu não preciso falar, entendeu? Então isso é uma coisa que eu já me sinto bem valorizada, eu sinto isso em mim, entendeu?

Para que Gabriela conseguisse trabalhar e estudar, o esquema em casa foi todo alterado: o filho ia para a escola de manhã e o marido dava-lhe o almoço que ela já tinha deixado em parte preparado no dia anterior ou no final de semana. Agora que tinham carro, Carlos conseguia ficar em casa até 4h, 5h da tarde. Depois, deixava a criança na casa da irmã. Quando Gabriela chegava, às 6h, dava o jantar para o filho, ajudava-lhe com o dever e deixava-o pronto para dormir. A tia ficava de olho na criança também à noite. Mais recentemente, haviam chegado também sua sogra, para passar uma temporada, e o irmão de Gabriela. O irmão ajudava menos, mas com a sogra sabia que podia contar. Durante a semana, o marido e o irmão se revezavam na limpeza da casa e no almoço, “*ai aquela faxina geral de tirar pó, de tirar tudo, eu faço no final de semana, porque durante a semana não dá tempo. Também deixo um pouco de comida congelada*”.

Quando enfim conseguiu o diploma de Ensino Médio, sabia que não era hora de parar. Uma colega do curso havia lhe contado do IFB e ela decidiu se candidatar a uma vaga para o curso técnico em secretariado. Não era exatamente o que ela queria, mas foi onde conseguiu a vaga, então se matriculou.

A primeira coisa que sempre me motivou assim é o conhecimento, eu quero muito adquirir mais conhecimento, mais conhecimento mesmo. Eu tenho muita vontade de me sobressair, porque o que eu quero mesmo é progredir, né, com as informações, com o conhecimento, é o que eu mais quero mesmo. E em segundo, é conseguir um emprego melhor, conseguir alguma coisa melhor.

Gostava muito das aulas e dos professores, a sensação de estar aprendendo lhe dava um frio na barriga de alegria. Mas sentia muita dificuldade, queria aprender mais e mais rápido. Quando era menina na escola, nunca tivera problemas, pelo contrário. “*Antes, quando eu não era casada, quando eu não tinha filho, eu não me sentia assim, quando eu estudava até a 8ª série, eu sentia que eu aprendia mais rápido*”. Agora não. Às vezes parecia que o raciocínio simplesmente não acelerava no ritmo de seu desejo. Seu fascínio por aquela figura que falava ali na frente saía em disparada, e os pensamentos arrastavam-se sempre atrasados. “*Não sei se foi devido a ficar muito tempo sem estudar, parada sem fazer nada, sem lidar com as pessoas, sem sair*”. Havia também o cansaço e a falta de tempo: *Eu não tenho tempo pra me dedicar mesmo, não tô tendo tempo pra estudar. Como eu trabalho, eu mal chego em casa e tomo banho e venho pra cá. Então, eu não tenho tempo.*

O que mais a angustiava era sua timidez. Ela a impedia de fazer perguntas, de falar com o professor. *“Porque eu se tô ali e não entendi, eu não tenho coragem de ficar perguntando. A maioria da turma pergunta e eu não sou de perguntar, porque penso assim: ‘se o professor já explicou, eu tinha que ter entendido’”*. As apresentações também eram um sufoco. Quando chegava lá na frente, o chão lhe faltava diante de todos aqueles rostos. Se alguém ria, tinha certeza que era dela. Se conversavam, era pelo tanto que o que ela falava era desinteressante ou incompreensível. Enfim, sabia que estavam vendo-lhe todos os defeitos, aqueles dos quais ela sabia e outros que nem imaginava. Falar em público era sinônimo de tortura. *“Eu fico nervosa, não tem jeito. Eu tento controlar, mas fica pior. Começa aquela tremedeira, minhas mãos suam e fica pingando a água, e é gelada. Não é suor quente, de calor, esse aí não. É aquele suor gelado”*.

Mas os semestres foram passando e como aqueles professores gostavam dos tais seminários! Tentava de todas as formas esquivar-se, mas não queria prejudicar o andamento do curso. Eram tantas as dificuldades que estava enfrentando para continuar. Às vezes precisava faltar porque não tinha dinheiro para a volta: o passe estudantil servia-lhe apenas na ida; na volta, precisava pegar um moto-táxi, porque já não tinha mais ônibus. Que vergonha sentia na aula seguinte daquele professor, será que ele pensaria que ela era uma aluna displicente?

Enfim chegou a formatura. Era uma emoção inominável estar ali. Ao mesmo tempo, sentia que era só uma etapa, ainda tinha muitos planos. Se o curso a tornara uma secretária? Não sabia, continuava tendo muita dificuldade com informática e matemática. Mas de uma coisa orgulhava-se: falar em público deixara de ser aquele monstro de sete cabeças. De alguma forma – não sabia bem como – tornara-se uma pessoa mais confiante. *“Dei uma melhorada, eu era bem pior. Não conseguia falar como eu tô falando aqui com vocês. Era aquela timidez tão grande que não deixava eu abrir a boca pra falar praticamente nada. Eu senti essa melhora em mim”*. Até no trabalho às pessoas notavam: essa pessoa que agora falava nas reuniões seria mesmo a Gabriela? O marido também percebera e estava muito feliz por ela.

Gabriela se matriculara agora em outra formação técnica e alimentava o sonho de cursar Pedagogia. Apesar de gostar tanto de estudar, alertava às colegas: *“Gente, mas uma coisa que você não pode deixar é de dar atenção pro marido, pode ter o cansaço que for”*.

Na história de Gabriela, chama-nos a atenção a ruína psíquica que, para ela, representaram os anos confinada cuidando da casa e do filho. Não fica claro se esse confinamento é imposto de fora ou se é tomado por ela como caminho natural que deve seguir, a partir de conteúdos inconscientes marcados por seu contexto histórico e social. Muito provavelmente há aí uma interação dialética entre ambos os pólos – exterior e interior – que conformam sua situação.

Até que ponto Gabriela sofre por não poder reproduzir o modelo de maternidade fornecido pela mãe? Devendo ajudar na lavoura, ela e os filhos se sobrecarregavam de trabalho, mas nunca fechados entre quatro paredes. Ou seria em si o fato de suas únicas ocupações serem a casa e a

criança? “Únicas” precisa ser entendido aqui de forma irônica. Afinal, como ela mesma diz, trata-se de um trabalho repetitivo e interminável, que lhe causam um misto de *stress* e tristeza. Ela está ocupada – e muito –, mas, mesmo assim, se sente inútil, algo que aparece também na fala de Roberta quando essa fica desempregada, como veremos abaixo.

Não podemos deixar de pensar na alienação, conforme essa nos é descrita por Marx (1932/2015), com a diferença de se tratar aqui do trabalho dito reprodutivo e não produtivo, como o filósofo destaca. Da mesma maneira que este, no entanto, aquele também está submetido ao modo capitalista de produção – e reprodução. A repetição torna o trabalho sem sentido, sem valor. A trabalhadora não pode lançar mão aí de seu potencial criativo, não tem liberdade para definir quando e como fazer. Dessa forma, ainda que muitas vezes aquela que executa o trabalho desfrute de seu produto final, trata-se de uma intencionalidade imposta. Não é ela quem determina o que deve ser feito, ou a maneira como aquelas tarefas devem ser conduzidas. Vemos aí claramente as dimensões de alienação com relação à realidade exterior e a si mesmo, conforme apresentamos na terceira parte de nossa fundamentação teórica. Talvez racionalmente a trabalhadora possa parecer ter controle sobre o como e o quando, mas que conteúdos inconscientes não estariam ali ditando obrigações e modos?

É aí que entra a dimensão da alienação que, nesta tese, propomos denominar alienação de gênero, associada à divisão sexual do trabalho. O fato de ser definida como mulher submete-a a um regime de trabalho pré-definido, com sede no espaço doméstico e com tarefas associadas ao cuidado, à educação e ao assessoramento, como vimos. Associado a isso, espera-se da mulher uma série de características de personalidade como a submissão, a obediência e docilidade. Não há espaço para o desenvolvimento de uma identidade de gênero singular.

Um dos elementos centrais dessa identidade de gênero enrijecida pela divisão sexual do trabalho é o da naturalização de um suposto instinto maternal, de acordo com o qual a mulher estaria, por sua própria essência, preparada para a maternidade desde sempre. Em nossa fundamentação teórica, buscamos combater essa noção, ao mostrar como esse fenômeno foi construído historicamente (Badinter, 1985). Isso é corroborado pelo desamparo que Gabriela experimenta no momento em que se torna mãe, como se sente perdida. Quando está na casa de sua mãe, um mutirão de mulheres se junta para ajudá-la, o que sugere como essa identidade maternal é construída socialmente a partir da identificação com modelos, conforme defende Chodorow (1990).

Ainda com relação à divisão sexual do trabalho, o marido de Gabriela aparece como uma figura benévola, que a incentiva e ajuda. Não negamos o caráter extremamente positivo, diante de outros casos em que isso se dá de outro modo, de ter um marido que se envolve nos afazeres domésticos e incentiva a esposa a estudar. No entanto, observa-se como Gabriela permanece como aquela que distribui e supervisiona as tarefas, sendo responsável por cobrir aquilo que seu marido e irmão deixam de fazer ou fazem de maneira incompleta. Isso está de acordo com o cenário que nos apresenta Gama (2014).

No caso de Gabriela, não podemos deixar de notar o fascínio que ela descreve pelo conhecimento, esse do qual é privado quando jovem por seus pais, pelo fato de a escola ser distante. Teriam seus irmãos dado continuidade aos estudos? Essa é uma pergunta que não tivemos tempo de responder, mas cuja resposta costuma ser positiva em muitos casos semelhantes.

Assim, o principal motivo elencado por Gabriela para sua busca por formação profissional é o de adquirir mais conhecimento, aprender coisas novas. Em seguida, ela fala do objetivo, que veremos ser recorrente, de conseguir um emprego melhor. Apresenta-se aí um ponto em que a pertença dessas mulheres a uma classe economicamente desprivilegiada mostra-se como fator de grande impacto em suas decisões. Não podemos deixar de nos lembrar do que fala Holmstrom (2014), a respeito de como o ser mulher está vinculado à pertença a uma determinada classe social.

O sonho de Gabriela é fazer o curso de Pedagogia, já que relata um enorme prazer em trabalhar com crianças, o que está de acordo com a tendência de que as mulheres, ao entrarem no mercado de trabalho, ocupem cargos relacionados às tarefas que lhes são devidas no âmbito do trabalho reprodutivo (Bruschini & Ricoldi, 2009). Apesar dessa preferência, Gabriela se inscreve em outro curso, tanto para sair de casa como para conseguir um emprego melhor. Observa-se, assim, a miríade de motivos que a conduzem à realização do curso, sendo aquele de se tornar uma secretária nem mesmo mencionado.

Ao longo do curso, enfrenta sua própria timidez e descrença em si mesma, que, segundo ela, são oriundas do seu período de clausura, em que não tinha coragem nem mesmo de cumprimentar a cunhada. Chama a atenção como estar reclusa ao lar e às tarefas a ele associadas a fazer passar por um processo de quase despersonalização e porque não, para usar os termos de Freud, enrijecimento (Freud, 1925/1996). Não podemos deixar de nos lembrar de Kehl (1998), quando a autora comenta a falta de perspicácia de Freud quando este diz que a difícil travessia do Édipo por parte das mulheres faz com que essas apresentem, já aos 30 anos, personalidades enrijecidas. Como pôde o pai da psicanálise não enxergar o contexto social que submetia essas mulheres à reclusão? As razões aventadas por Kehl já foram expostas na segunda parte de nossa fundamentação teórica. Em que medida a vida levada por Gabriela durante esses cinco anos não se assemelhava àquela vivida por essas mulheres da virada do século que, com muito mais recursos que nossa retirante, foram parar no divã de Freud? A chance de estudar e reverter esse processo de “enrijecimento” é, no entanto, uma importante diferença a favor de Gabriela.

Tendo em vista esse cenário de timidez extrema, as apresentações de trabalho, que exigiam dela falar em público, lhe são verdadeiros calvários. Nessa fala, destaca-se um significante utilizado por Gabriela – mas também por Irene, Roberta e Géssica, conforme veremos –, que nos parece de particular relevância para este trabalho: público. Por que, para essas mulheres, é tão difícil falar em público? E por que representa uma tão importante conquista superar, mesmo que em parte, esse medo? Não podemos deixar de pensar na cadeia de significantes público – exterior – masculinidade em oposição à cadeia privado – interior – feminilidade. Assim, ousar ir a público significa, para essas

mulheres, romper com uma barreira de gênero que lhes é imposta desde o nascimento. Particularmente para Gabriela, ousar ir a público é um manifesto em protesto contra um sistema – que se manifesta internamente a ela na forma de um inconsciente marcado pela política – que tentou e quase conseguiu confiná-la ao privado.

Assim, seria exagero afirmar que buscar uma formação já é, por si só, um ato revolucionário por parte dessas mulheres? Conforme discutimos em nossa fundamentação teórica, a educação pode atuar tanto no sentido de aprofundar a alienação quanto no sentido de superá-la. Nesse caso, sem sentir que detemos informações suficientes para responder com tranquilidade a essa questão, entendemos que o incentivo para que as alunas venham a público se mostra como uma importante ação no sentido de desconstruir uma identidade de mulher recatada e reservada.

Para Gabriela, concluir o curso lhe dá uma enorme satisfação e a certeza de que não é hora de parar. Qual seria a hora de parar? Ela não sabe; na verdade, não quer parar nunca mais, a despeito do cansaço que sente. Quando toca nesse assunto em um dos encontros do grupo, alerta suas colegas com relação a não deixar de lado o marido nunca, mesmo se estiverem muito cansadas. Esse conselho nos chama bastante a atenção e voltaremos a ele na análise de falas semelhantes de outras participantes.

6.2 Irene

Irene cresceu em uma família grande. Seu pai já havia sido casado e a viúva lhe deixara três filhos. Não tendo condições de criar todos, alguns iam para casas de parentes. “*Nós era muitos, somos treze irmãos. Na roça, meu pai não tinha condição de cuidar*”. Um irmão mais velho, filho da primeira mãe, havia sido entregue para ser criado pela vó materna. Com 9 anos, Irene foi escolhida para ser a filha que cuidaria dessa vó que não era a dela. “*Tinha que cozinhar, lavar e arrumar a casa. Eu trabalhava, fazia tudo isso, pra ganhar um vestido a cada 3 meses, me dava um vestido e um calçado*”. Passou a ser abusada pelo meio-irmão, que lhe ameaçava se contasse a alguém. Desesperada, implorava ao seu pai para que não precisasse ir àquela casa, mas esse permanecia irredutível.

E meu pai me mandava pra lá e eu ia obrigada, ia chorando. Tinha dias que até apanhava... eu tenho essa revolta até hoje. Tinha vez que até apanhava pra ir pra lá, chorando, pra não ir e meu pai me obrigava a ir. Porque eu sabia que, se eu chegasse lá, ele ia abusar de mim. E meu pai “ah, você vai pra cuidar da sua avó”, que era a senhora que tinha cuidado da outra mãe. E eu chorando pra não ir. Tinha vez que até pedia uma turminha pra ir comigo, mas meu pai não deixava, era eu sozinha. Então, eu nunca tive a coragem de contar pro meu pai e pra minha mãe.

Essa vó morava em uma fazenda. Irene acordava todos os dias às 5h30 da manhã para tirar leite das vacas e dar comida para os animais. “*Ele cansou de me derrubar muitas vezes. Além de*

abusar de mim, ainda me derrubava". A vó via e não falava nada. *"E ela adorava ele! Tanto que morreu e deixou tudo praquele safado e pra esposa"*. E assim passou seus anos de infância.

Adolescente, mal completara 14 anos, foi morar com um médico da região. Lá viveu e trabalhou por 6 anos. O patrão lhe dava conselhos – era psiquiatra – e dizia sempre que ela poderia contar-lhe quando tivesse qualquer problema. Quase todo dia à noite, antes que o doutor chegasse, Irene fumava um cigarro escondido com a sua esposa. Era como se fosse da família, mas fazia todo o serviço que ninguém mais da família precisava fazer.

Aos 19, o pai veio lhe dizer que um primo distante de Brasília estava à procura de uma boa empregada doméstica e se ele não poderia lhe enviar uma de suas filhas. Brasília, imagina! Que chances não teria lá, dizia-lhe o pai. E foi assim que, aos 20 anos, deu adeus ao seu Piauí, e embarcou rumo a terras distantes. Fazer o que na casa de desconhecidos? Isso não era problema, isso ela já sabia: lavar, passar, cozinhar *"e toda aquela ladainha"*.

Não havia muito tempo que chegara quando conheceu Wellington. Bem apessoado, um sorriso encantador, fazia-lhe se sentir em casa naquele lugar tão longe da terrinha. Em poucos meses de namoro, ele sugeriu que fossem morar juntos. Nessa época, Irene tinha só um quartinho, onde dormia quando chegava do trabalho no sábado à noite e de onde saía cedo para chegar ao trabalho na 2ª às 6h30, porque tinha o café da manhã das crianças e elas não podiam se atrasar para a escola. Nos outros dias, dormia nos fundos lá da casa da patroa.

Wellington na época dividia uma quitinete com um primo. Como iriam morar juntos, afinal? *"É só ter paciência que as coisas se arranjam"*, dizia ele. Irene começou então a olhar os classificados, procurando um lugar pequeno onde pudessem começar a vida a 2. *"Achei, Wellington, é pequeno mas dá pra gente"*. *"Irene, você sabe que é o que eu mais quero na minha vida, mas agora eu tô desempregado, não vou conseguir ajudar nas contas"*. Irene respondeu-lhe que não tinha problema: apertando, o que ela ganhava dava para os dois.

No início, Irene sentiu o aumento da carga de trabalho. No final de semana, deixava a casa toda limpa, as roupas passadas e a comida pronta na geladeira. *"Quando eu chegava, tava tudo embolado no meio da casa, pano de prato tudo jogado lá em cima da pia, tudo mesmo"*. Algumas poucas vezes, Wellington lavava uma roupa ou fazia alguma coisa para comer, mas não era sempre. *"O resto das coisas era tudo comigo"*. Mas ela se acostumou, estava apaixonada: *"a gente fica boba"*.

Era difícil passar só o domingo naquele lugar que agora sim ela chamava de casa. Às vezes eles brigavam, ele tinha muito ciúme dela dormindo em outro canto, não gostava de não saber o que estava acontecendo. O dinheiro ele fazia questão de gerenciar – *"O dinheiro que era meu! Eu que trabalhava, porque dificilmente, até hoje, dificilmente ele trabalha"* –, queria ter certeza que ela não estava saindo com a colega cozinheira ou gastando com roupa para ficar bonita quando ele não estivesse vendo. Foi por isso também que a proibiu de estudar, tinha medo de que ele a traísse. Tudo bem, pensava Irene, a patroa também era contra.

“Mas ele sempre me maltratava e me traía também com outras mulheres, todo mundo sabia”. Mesmo depois das agressões, Wellington fazia questão de dizer que a amava. Pedia desculpas, dizia que tinha ficado nervoso, porque a situação dele estava muito difícil, mal encontrava uns bicos para conseguir um dinheirinho. Mas quase sempre ligava à noite para contar-lhe que tinha passado o dia procurando emprego, alguém haveria de dar retorno. Depois disso, tirava o telefone da tomada, dizia que não ia ficar atendendo telefone de madrugada. E ele queria muito uma criança, que tivesse a cara dos dois, fruto daquele amor.

Foi assim que Irene engravidou de Ana Carolina.

Fazia 2 anos que a gente já tava junto. Ai quando eu engravidei dela, eu fiquei sabendo que ele tinha um caso com uma mulher na esquina da casa da minha cunhada, e a irmã dele nunca me contou nada. Só fui descobrir porque um dia eu tava num barzinho com ele e a menina chegou pedindo a chave da casa dela. Ai eu perguntei pra ele o que que era aquilo e aí ele pegou e me deu um empurrão, eu caí no meio da rua, e ele ainda me deu um chute nas costas. E eu grávida de 5 meses.

Irene trabalhou até o dia de Carolina nascer. Naquela época *“não tinha esse negócio de lei”*, mas a patroa lhe dera quatro meses e ainda deixara-a juntar duas férias que tinha acumulado. Quando voltou, já estava tudo acertado: a filha poderia ficar com ela, desde que isso não atrapalhasse nos afazeres. *“Eu aceitei, lógico, eu era obrigada a trabalhar, né? Não tinha como. Ou eu aceitava ou eu ia pra rua. Porque patrão, ele não tá nem aí, ele quer é o serviço pronto”.*

A bichinha ficava trancada dentro do quarto. Ficava trancada. Eu só descia lá pra trocar a fralda e pra dar comida pra ela. Quando tinha a menina que fazia a comida, ela me avisava: “ah, a Carolina tá chorando”, aí eu ia lá, às vezes ela tava toda suja de cocô. Ai eu limpava e dava comida. Tinha vezes que eu nem tinha tempo de parar pra ficar com ela, aí eu ia, fazia a mamadeira, dava pra ela e já voltava correndo pro trabalho. Quando ela acabava, ela mesmo largava. A companhia dela era um radinho que eu colocava lá pra ela ficar ouvindo tudo. (...) Teve muitas quedas, porque eu botava grade pra ela não passar, aí ela ia tentar passar a grade e caía no chão.

Às vezes se sentia mal por ter que deixar a filha naquela situação, mas não deixava aquele sentimento lhe tomar. Afinal, colocara a menina no mundo por escolha e, se o marido não queria fazer nada, cabia a ela batalhar para dar-lhe sustento. O que a revoltava era ter passado todo esse tempo com a filha confinada a um quartinho, trabalhando de sol a sol quase todos os dias da semana, *“e ele farreando em casa, com a casa toda pra ele. Eu pagava aluguel, mas não era pra mim não, era pra ele, porque era só final de semana que eu ia”.*

Quando Carolina tinha pouco mais de um ano, Irene foi surpreendida com a patroa batendo forte em seu quarto, já passava de meia-noite. Era o telefone e ela estava muito brava, isso não era hora de ligar na casa dos outros. Irene ficou assustada: seus pais tinham problema no coração, teria ele lhes falhado dessa vez? Mas não, era um amigo de seu marido, dizendo que ele estava na delegacia do Paranoá. Problemas no bar, uma arma. Mais notícias ele não poderia lhe dar, ela precisava ir lá.

Irene sabia, sabia. Fazia um tempo que Wellington comprara um revólver em sociedade com um amigo, ex-presidiário, a arma ficava uma semana com cada um. *“É pra eu me proteger e proteger nossa casa, Irene, tem muito vagabundo por aí”*. Ela protestara: por que ao invés de gastar dinheiro com aquilo, ele não punha alguma coisa em casa? Mas não adiantara e o resultado estava aí.

Irene olhou no relógio, era 4h30 da manhã. Ligou no 190 e pediu o número da delegacia. O telefone tocou algumas vezes até que um atendente respondeu e passou para o delegado, que lhe perguntou qual era a sua relação com Wellington. Disse-lhe que era a mãe de sua filha, moravam juntos. *“É, ele anda aprontando. Você tá onde?”, ‘Eu tô no trabalho’, ‘Enquanto você tá trabalhando, ele tá aprontando. Ele deu um tiro num cara lá no...’, era um bar lá no Paranoá que tinha música ao vivo”*. O delegado lhe disse para vir cedo, antes de trocar o turno, para pegar seus pertences. *“Que era a carteira, tinha parece que 50 reais na carteira dele, na época, provavelmente meu mesmo”*. Não dormiu mais. De manhã, arrumou a mesa do café, pegou as coisas e foi para a delegacia do Paranoá. Passou antes na casa da cunhada para deixar Carolina.

Quando chegou, foram chamá-lo. Irene sentiu-se pequena naquele ambiente, só havia homens e todos a olhavam. Wellington veio algemado, passou o braço no pescoço de Irene. *“O que foi que aconteceu?”, ‘O Vagner entrou numa briga, aí eu fui entrar no meio pra pedir pros caras não mexerem com ele, ninguém bater nele’”*. Wellington arrumara a confusão fora do bar e viera correndo para dentro. Bêbado, começou a atirar. Uma bala pegou de raspão em uma pessoa que estava sentada, mas a sorte é que ninguém tinha morrido. Mesmo assim, ele poderia ficar mais de ano na prisão.

Aí quando foi no dia da visita, eu fui com ela [Carolina]. Chegou lá e, como a gente contratou um advogado – a gente não, eu –, aí o advogado fez pra mim a primeira vez não tirar, porque eles tiravam as fraldas das crianças tudo, tirava tudo tudo. Aí o advogado falou: “não, dessa criança aqui, eu sou o advogado do preso, só passa o detector de metal na fralda dela, não vai tirar a roupa dela não”. Aí eu passei.

O ambiente era mais que deprimente, era um inferno. Por um instante se arrependeu de ter levado Carolina, mas era o pai dela que estava ali e ela nunca escondia nada da filha. Quando a viu, Wellington começou a chorar e Carolina perguntou: *“Que que tá doendo, papai?”*. Quando já ia saindo, ele pediu: *“Não me deixa sozinho aqui dentro”*. Irene assentiu. Por causa do advogado, conseguiram reduzir para quatro meses seu tempo de permanência *“naquele inferno”*.

Quando Wellington saiu, eles precisaram se mudar para outra Região Administrativa, porque *“os caras moravam tudo lá”*. Na nova casa, tiveram que recomeçar: Irene instalou telefone em casa, *“pagava água, pagava luz, pagava tudo, pagava aluguel”*. *“Chegando no Recanto ele ficou ali uns 3 meses bonzinho”*.

Mas logo começou a sumir no domingo. De manhã Irene ia fazer compras, e, quando chegava em casa, ele dizia que ela se esquecera de alguma coisa, uma melancia, qualquer coisa que ele queria

muito. Wellington saía 12h e chegava 3h, 4h da tarde, sem melancia e sem explicação. *“Eu fazia o almoço, pra gente almoçar e nada dele. Ele nunca foi de, dificilmente ele sentava na mesa mais a minha menina pra almoçar. Dificilmente”*.

Para Carolina ele também não tinha muita paciência: se ela fizesse algo que ele não gostava, ele batia, batia mesmo. Ela tinha medo dele, *“porque ela sabia que ele pegava faca pra me matar, ela via tudo isso”*. Mas gostava dele.

Gostava, ela gostava. Teve uma vez que ela viu ele brigando comigo, porque eu tava com dinheiro. Porque ele não trabalhava, né? Ai ele pegou 100 reais e colocou na carteira dele. Ai eu falei: “Me devolve pelo menos 50 pra eu pagar a van da Carolina”, “Não, não vou dar, não”. Eu acho que o dinheiro já era pra pagar as coisas da mulher, que eu não sabia. Já era pra comprar, porque eu acho que a mulher pressionava ele pra dar coisa. Ai eu fui e peguei 50 reais na carteira dele e botei na minha bolsa. Ai ele veio brigar comigo, pra tomar a bolsa de mim. Quando ele veio pra cima de mim, eu vi que ele tava com uma faca. A Carolina foi e botou o dedo dela e aí arrancou o dedo dela na faca. Ai ela começou a chorar, aí a vizinha veio, que era dona do lote. E ela: “Que que é isso, gente? Pelo amor de deus!”. E a Carolina desmanchando em sangue. Isso aí ela leva até hoje. Ela teve tratamento com psicólogo lá no COMPP e ela fala: “nunca superei aquela briga do meu pai com a minha mãe”. Isso era o que? Ela tinha seis anos, seis pra sete anos.

Nos dez anos que passaram juntos, apenas uma vez Wellington trabalhou com carteira assinada, por seis meses. Foi o único período também em que comprou coisas para casa. *“Comprava coisa lá pra casa, mas, eu que nunca parei pra fuçar, mas certeza que o que ele comprava lá pra casa, ele comprava igualzinho lá pra casa da amante”*. Foi também nessa época que Irene recebeu um telefonema de uma mulher, lá mesmo no trabalho. Disse ser sua vizinha, era dona de casa e a cozinha tinha janela para a rua: via tudo o que acontecia e via muita coisa que não era certa. *“Olha, sou sua vizinha e tô te falando que o seu marido tem um caso com uma mulher que tem um filho que já vai fazer quatro anos”*. Irene sentiu como se recebesse uma facada. Falou: *“Eu não acredito”*.

Esperou o sábado à noite. Quando chegou em casa, perguntou, mas já imaginava a resposta. Wellington foi tão veemente, que por um momento Irene ficou com raiva dessa vizinhança que só queria envenenar a felicidade alheia. Mas aquilo não lhe saía da cabeça. Na 2ª de manhã, aproveitou que a patroa ainda não acordara e ligou para a firma. Disse que era diretora da escola da filha e que precisava checar se os dois filhos de Wellington Sousa da Cruz estavam registrados lá. Imitou o patrão ao telefone, falou com convicção. Passaram para o departamento de pessoal. *“Tá sim, Júlio César e Ana Carolina”*. *“Ah, tá bom, era isso que eu queria”*.

As pernas tremeram, mas aquela não era a hora de fraquejar. Se quisesse saber, tinha que ir até o fim. Pegou a lista de telefone e procurou uma detetive, queria que fosse mulher. Pediu para patroa que adiantasse o décimo terceiro salário e a porcentagem das férias.

A detetive pediu foto dele, pediu a placa do carro, eu dei tudo. Ai foi questão de final de semana que a mulher me ligou e falou: “É, realmente ele tem uma outra família. Ele entrou

na casa da mulher, estacionou o carro, saiu uma criança e a mulher”. Mas aí eu peguei e falei: “É, mas eu quero mais prova, eu quero mais prova, porque eu quero botar ele pra fora de casa sem ter direito a nada”. Aí bem no quente do carnaval, na 2ª feira de carnaval, eu tava lá na minha patroa só com a enfermeira que tava cuidando da mãe dela que tava deficiente e a minha filha, só nós quatro. Aí ela pegou e me ligou: “Olha, almoçou na casa da mulher e tá vindo pra sua casa agora”. Aí quando foi umas 5h da tarde ela me ligou de novo: “Olha, se você quiser pegar ele no motel, você vem que você pega agora. E ainda é outra mulher”.

Quando chegou, a detetive estava na porta do motel e o carro dele estava lá. Irene quis quebrar o carro todinho, mas se segurou, porque ainda estava pagando as prestações. Entrou no carro da detetive e esperou. Depois de meia hora, ele apareceu com a mulher. Irene não pensou duas vezes: saiu do carro e grudou nos cabelos dela por trás. Quando ela virou, deu um soco que a fez cair no chão. Wellington foi para cima dela, mas Irene juntou na palma da mão toda a raiva daqueles anos, sentia-se traída e humilhada. *“Eu dei com tanta força no pé do ouvido dele que ele até hoje reclama que tem problema no ouvido”.* Wellington fez cara de espanto e gritou-lhe que ela era só uma amiga, que eles tinham parado ali só para ele ir ao banheiro. *“Aí eu respondi: ‘Eu não acredito em mais nada que você diga. Eu já sei de tudo que eu precisava. Agora você vai sumir da minha vida’”.*

“Ah, você tava pagando alguém pra me seguir”, eu falei “tava”. “Dinheiro pra pagar as contas você não tem”. Eu falei: “Alguma vez ficou alguma conta sem pagar lá em casa?”, “Onde foi que você arrumou o dinheiro?”, “Tenha certeza que com amante, igual a você, eu não arrumei dinheiro não. Eu arrumei dinheiro foi do meu suor”.

Irene entrou no carro e disse: *“Agora nós vamos pra minha casa, porque você vai pegar as suas coisas e ir embora”.* Chegando, começou a tirar as coisas de Wellington do armário e jogar na rua. *“Eu não vou-me embora, não. Bora ver se eu vou embora, porque o direito que você tem aqui eu também tenho”.* *“Bora ver! Eu te peguei num motel e eu tenho como provar que esse filho que eu te perguntei, você tem um filho sim, e é Júlio César o nome dele”.*

Nesse instante, Wellington ficou vermelho, estava transtornado. Pegou-a e jogou-se com ela em cima da cama e disse que ia colocar fogo ali, com os dois lá, porque ele a amava e estava muito envergonhado de tudo. Irene conseguiu se soltar e disse: *“E quem é que vai criar a nossa filha? Não vai colocar fogo em lugar nenhum, vai é chamar aquela mulher agora, pra ela vir pegar suas roupas”.* Em 20 minutos, ela estava lá. Chamava-se Conceição, contou-lhe que Wellington dizia que ela já sabia de tudo, que eles iam se separar.

“Não sabia, não, porque eu não sou vagabunda igual a você que fica sabendo que o homem tem mulher e fica com ele”. Aí ela “Você não tem direito de falar assim comigo”, “Você é vagabunda, sim, e a outra que tava com ele no motel é vagabunda também. Ele almoçou na sua casa e foi pro motel com ela”.

Antes de sair, Wellington ainda teve tempo de sussurrar-lhe ao ouvido: “*Vai ter troco*”. Irene voltou ao trabalho, agarrou-se à filha e contou-lhe tudo, cada detalhe. “*‘E o que vai ser da gente agora, mãe?’*, ‘*Eu não sei, minha filha*’”. Mas uma coisa Irene sabia: não voltava mais para aquela casa, tinha medo. Ligou para as irmãs que moravam em Planaltina. No dia seguinte, a patroa ainda não tinha voltado de viagem: aproveitou para ir à noite buscar todas as suas coisas.

Não demorou um mês para que Wellington descobrisse onde ela estava. Um vizinho tinha visto a placa do carro que tinha ido buscar suas coisas. Dizia-se arrependido, ela era o verdadeiro amor da vida dele e ele ia mudar. Passou a ligar todos os dias no seu trabalho. Com os pais, Irene desabafava.

Aí eu falando com o meu pai e o meu pai: “Ah, minha filha, dá uma chance pra ele”. Ele ligou pro meu pai chorando! Dando uma de santo! Ai o meu pai falou: “É, minha filha, na mulher o homem é quem manda”. Eu falei: “Pai, o homem manda quando ele trabalha e põe tudo dentro de casa, não é quando eu faço tudo e ele...”. Mas aí eu peguei e voltei pra ele.

Arrumaram um lugar ali em Planaltina mesmo, perto da casa de uma prima de Irene. Em pouco tempo, lhe disseram que ele já estava com outra. Colocou-o para fora de novo e de novo foi ameaçada e de novo saiu de casa. Foi para a casa da irmã. Wellington logo voltou a lhe procurar, aparecia sempre com uma garrafa de pinga na mão, bêbado, e dizia que iria se matar se ela não voltasse para ele. “*Aí, nesse dia que ele me agrediu, porque era assim, quando ele aprontava, me agredia e tudo, ele passava 8 a 15 dias sem aparecer. Ai nesse dia a minha irmã viu, aí eu fui na delegacia, dei parte*”. No outro final de semana, apareceu com uma arma e só não acertou porque Irene virou a esquina. O cunhado apareceu, disse que arma ele não aceitaria. Na audiência, fez cara de santo, mas a juíza determinou que ele se mantivesse afastado dela e que pagasse a pensão. Wellington continuava procurando-a e fazendo ameaças. Irene tomou coragem, retornou à justiça.

Aí ele pegou e me ligou: “Que que você botou oficial de justiça pra vir atrás de mim?”, eu falei: “Pois é, você esqueceu que a juíza determinou que você tem que dar 150 reais todo mês pra Carolina e você não tá dando?”, aí ele “Ah, porque você sabe que...”, aí eu falei: “Então você vai me deixar em paz, você vai viver a sua vida. Eu não vou te botar na justiça, não, mas se você continuar me perturbando, eu vou te botar e aí eu vou querer tudinho, da hora que ela nasceu até agora”. (...) “Ah, você quer me lascar mesmo”. Eu falei: “Não, eu não quero te lascar, não, eu só quero que você vá viver a tua vida e deixa eu viver a minha. Quando tu puder, tu vai dando as coisas pra menina. Eu só quero quando tu puder, não vou te obrigar, não, mas se você ficar me ameaçando, eu vou ter que te obrigar”.

Foram dez anos com Wellington, dois para conseguir se livrar das surras e ameaças. Enfim, tudo parou. “*Parou, mas ele me trata como se fosse amigo. Quando quer alguma coisa, me liga pra conversar*”. De vez em quando, queria levar Carolina para passar o fim de semana. Irene ficava com raiva, “*ele pegava a menina só pra me pirraçar, levava a menina pra casa dela*”. Pai e filha se

falavam quase todos os dias. Se eles têm uma boa relação? *“É, assim assim, mas aí quando ele descobre alguma coisa dela, que nem quando ele descobriu do namoro dela, ele fica possesso”*.

O que Irene temia é que ele descobrisse agora que ela tinha perdido a virgindade. Ela descobrira há pouco tempo, mas estava guardando aquele segredo para si, tinha muito medo que outras pessoas da família descobrissem. Quando soube, brigou com a filha, que respondeu-lhe estar verdadeiramente apaixonada. Irene não gostava do menino de jeito nenhum, tinha 22 anos, não estudava nem trabalhava, só queria saber de andar de *skate*.

Foi na noite depois da primeira prova do ENEM que Carolina descobriu que Leandro havia engravidado outra menina. Chorou tanto que não conseguiu ir fazer a prova no dia seguinte. Carolina contou para a mãe que já tinham lhe dito que ele a traía, mas ela não queria acreditar. Começou a se cortar, postava no *Facebook* que ninguém a amava. Mas Leandro continuava procurando-a, dizendo que havia sido um acidente e que a amava. A família do garoto, quando soube da gravidez, mandara-o para Anápolis, para viver com a mãe. Irene respirara aliviada, mas por pouco tempo. Logo a vendedora da farmácia lhe perguntou se Carolina tinha voltado com aquele rapaz, porque a vira com ele perto da igreja.

Aí eu fui falar com ela ontem à noite: “Minha filha, não tá certo, porque...”, aí ela “Mãe, mas a senhora deu chance pro meu pai”. Eu falei: “Dei, mas me arrependi. E o Leandro vai ser do mesmo jeito, ele vai ser do mesmo jeito”.

Se ao menos Irene pudesse evitar que com Carolina tudo se repetisse. Havia tomado tantos cuidados! Quando a filha ainda estava na escola, pagava uma vã para buscá-la e deixá-la na porta. A filha reclamava, dizia que os outros a chamavam de filhinha de papai. Mas Irene tinha medo, não queria que a filha sofresse nenhuma das violências que ela sofrera: os estupros, as agressões. *“Porque eu prendo ela demais, eu não confio, eu não deixo ela sair com ninguém”*. Conversava com a filha quase diariamente: *“Se você não estudar, vai ficar que nem eu, sofrendo humilhação na casa dos outros”*.

Porque lá no trabalho eu sou tudo: eu sou secretária, eu sou babá, eu sou cozinheira, eu sou arrumadeira, eu sou tudo. Porque toca o telefone, o patrão pode estar em cima, mas ele não atende o telefone: “Vê aí quem é”.

A casa onde Irene trabalha tem dois andares e seis quartos. Tem um jardim enorme, uma churrasqueira e a piscina. Irene limpa a casa inteira, a área externa e o jardim, porque a patroa demitira o jardineiro e disse que não tinha dinheiro para contratar o outro. *“Já tem quase um ano, e eles não querem colocar outro! Aí eu tenho que varrer o jardim, a área da piscina, tenho que lavar a churrasqueira, lavar banheiro de piscina, tudo! Aí ainda faço comida, lavo e arrumo”*.

Desde que viera a lei que regulamentava o trabalho doméstico, a patroa disse-lhe para não dormir mais no trabalho, porque sairia muito caro. Agora tinha horário de entrada e de saída, mas

ninguém os respeitava. A patroa sempre lhe pedia que chegasse um pouquinho mais cedo para ajudar a arrumar o neto para a escola. 7h ela já estava em pé na cozinha. O patrão, aposentado, acordava só às 11h e queria tomar café. Mas ao 12h o almoço tinha que estar na mesa, porque viriam o filho e a nora almoçar. Eles moravam no terreno ao lado, mas faziam praticamente todas as refeições ali. Às 3h, era a hora do patrão almoçar. E Irene só podia almoçar depois que todos tivessem comido. Resultado: o horário combinado de saída, que seria 3h30, era impossível de cumprir. Além disso, se ela deixasse de fazer alguma coisa, levava um pito da patroa, que lhe lembrava o quanto lhe pagava e que havia tantas outras querendo aquele emprego. *“E ela tá assim, muito... não sei se ela tá revoltada com a lei, outro dia ouvi ela falando no telefone umas coisas. Mas ela tá muito assim, tá pegando no meu pé”*.

Isso já não a preocupava tanto. Já vira muitas outras empregadas passarem por lá e nenhuma ficar. Antes de sair, comentavam com ela: *“Não sei como você aguenta esse povo folgado e mal-educado. Pensam que só porque tem dinheiro pode tratar a gente desse jeito”*. Irene não se importava, já estava acostumada. Orgulhava-se: *“As outras não dão conta, só eu que dou”*. Mas a verdade é que ela também queria sair, estava exausta.

Eu tô fazendo o serviço de três pessoas e aí eu tô me estressando com isso, já tô cansada. Se for pra sair, não quero mais ir pra casa de família, casa de família é tudo igual. Então eu tô vendo se eu consigo uma coisa melhor, que não seja em casa de família.

Desde que deixara de dormir no trabalho, Irene teve a ideia de voltar a estudar, já que agora nem o marido nem a patroa podiam mais impedi-la. Ela até ouvira a nora advogada dizendo para a patroa que ela não podia proibir Irene de estudar, poderia até ser denunciada por isso. Tinha cursado só até a 5ª série, mas decidiu correr atrás do tempo perdido fazendo o EJA. Era difícil voltar a estudar depois de todos aqueles anos, mas a vontade de mudar de vida lhe dava forças. Assim que se formou, ouviu falar do IFB e conseguiu a vaga no curso técnico em secretariado.

Porque o meu sonho é fazer o curso e mudar, sair do trabalho doméstico. Esse trabalho não é desmerecido, é um trabalho que eu tô me sustentando e sustentando a minha filha, mas é um trabalho muito humilhante. O trabalho doméstico é um trabalho muito desvalorizado.

Não eram poucas as dificuldades que Irene enfrentava no curso. Estava sempre exausta e a filha cobrava-lhe atenção: *“mãe, quanto que custa a sua hora de trabalho?” E eu falei ‘não sei’. E ela falou ‘porque eu ia te pagar pra você ficar uma hora comigo’*”. Sentia-se triste, mas respondia-lhe, como quando ela era pequena, que precisava fazer aquilo para que elas tivessem uma condição de vida melhor.

Além disso, havia a tal da informática. Nunca na vida tinha sentado na frente de um computador. Eram-lhe como entidades mágicas, pertenciam a um mundo que não era o seu. Agora, com mais de 40 anos e um professor que falava daquelas máquinas como se fosse tudo tão óbvio,

elas tinham se tornado seus maiores inimigos. Além disso, não era nada fácil se concentrar depois de um dia exaustivo no trabalho, sabendo que brigas noturnas com a filha poderiam tirar-lhe mais uma noite de sono. Apesar de tudo, desistir do curso não estava nos seus planos. Por quê?

A vida que eu levo no meu trabalho. É cada humilhação que eu passo no meu trabalho que aquilo ali fica na minha cabeça pra eu continuar, porque se eu parar vai ser pior a situação. Se eu parar, eu não vou sair dessa situação nunca.

Enfim, Irene conseguiu concluir e talvez a maior alegria tenha sido a filha postar no *Facebook* uma foto das duas no dia da formatura, com suas melhores roupas e um sorriso que transbordava satisfação. Na legenda, escreveu: “*Minha mãe, meu maior orgulho!*”. Emocionava-se só de lembrar. Assim que terminou, já se matriculou em outro curso, para aproveitar o ritmo, ter mais aulas de informática, matemática e português. Ainda não se sentia confiante o suficiente para procurar outro trabalho. Não imaginara que seria tão difícil ousar sair daquele serviço que conhecia tão bem há mais de três décadas. A timidez lhe atrapalhava.

Mesmo em seu 2º curso, ainda não conseguia falar com segurança na frente de outras pessoas. “*Então quando eu vou apresentar lá na frente, eu fico muito nervosa, eu erro as palavras. Quando eu vou lá na frente, vem tipo um bloqueio, vergonha, porque eu tenho vergonha de alguém da turma criticar, rir de mim*”. Mesmo assim, sentia que muita coisa em si havia mudado.

Eu acho que eu aprendi a me relacionar mais com as pessoas. Eu era muito fechada, muito trancada, eu ficava mais na minha, não dialogava com as pessoas. Ai o curso me fez me enturmar mais com algumas pessoas, aprender a conviver com as pessoas. Cada um é do seu jeito, né? O que me mudou mais foi o meu modo de pensar, eu era muito fechada, era muito isolada. Também, com esse meu trabalho, a gente mal vê gente diferente, mal conversa.

A história que nos é contada por Irene é a mais repleta de detalhes e o seria ainda mais se tivéssemos escrito tudo o que nos foi relatado pela participante. Para não nos excedermos e nos centramos em sua história, optamos por omitir, em parte ou totalmente, os longos relatos que ela fez sobre o envolvimento da filha com seus namorados, bem como sobre a situação dos pais no Piauí, ambos idosos e doentes, cuidados por uma de suas irmãs e ignorados pelos outros irmãos homens que moram na mesma cidade. Essas eram as duas temáticas que mais angustiavam Irene à época e, apesar de apresentarem detalhes que corroboram nossa tese sobre alienação de gênero e divisão sexual do trabalho, optamos por deixar sua análise de fora deste trabalho para nos centrarmos sobre a história da própria Irene.

Irene trabalha fora de casa desde os dez anos de idade – muito provavelmente já trabalhava antes disso em sua própria casa. No entanto, quando perguntada se o seu emprego atual era o seu

primeiro, ela diz que sim, referindo-se ao seu trabalho como empregada doméstica na casa da família que a trouxe para Brasília, e na qual está há mais de duas décadas. Como ela mesma diz, o trabalho doméstico é um trabalho invisível. Tão invisível que seu próprio inconsciente lhe informa que seu primeiro trabalho começou aos 20 anos. Essa invisibilidade está de acordo com o que vimos em nossa revisão de literatura, a respeito de que, até 1992, o censo brasileiro alocava o trabalho doméstico remunerado como inatividade econômica e, até 2001, não havia qualquer forma de contabilizar o trabalho doméstico não-remunerado (Bruschini, 2006).

Assim, Irene só entende que começou a trabalhar quando passou a ter carteira assinada, apesar de não ficar claro se ela já a tinha desde o início de sua estadia em Brasília. Tanto com Irene quanto com Roberta, vemos como a chamada Lei das empregadas domésticas, de 2015 (Brasil, 2015) representa um ponto de virada em seu trabalho em “casa de família”, como é por elas denominado. Antes disso, Irene trabalhara na infância em troca de um vestido e um par de calçados, dados pela “avó” como quem dava um presente ou fazia-lhe um favor. Depois, na casa do médico, não fica claro se e que tipo de remuneração Irene eventualmente recebia. De qualquer forma, não o suficiente para que Irene encarasse aquilo como um trabalho. Ao contrário, se refere ao médico quase como a um pai, que a criou, ouvia seus problemas e lhe dava conselhos – nunca como um patrão.

Na casa da suposta avó, Irene sente na pele a reificação do ser mulher. O meio-irmão faz com ela o que quer, a violenta, a derruba, a humilha. A avó, envolta nessa mesma ideologia que naturaliza o lugar da mulher como objeto de desfrute masculino, não faz nada. Pelo contrário, não deixa isso alterar o afeto que tem pelo neto. Teria ela vivenciado algo semelhante? É importante notar também que a justificativa que o pai dá para mandar-lhe àquela casa é que a avó precisava de ajuda, pois estava idosa e morava em uma fazenda. No entanto, em nenhum momento, Irene menciona qualquer tipo de participação do meio-irmão nas tarefas que precisavam ser realizadas. Não há espaço para dúvidas ou questionamentos: os afazeres domésticos são uma função feminina (Gama, 2014).

Quando ela vem para Brasília e se envolve com Wellington, observamos como se torna gritante sua condição de alienação de gênero. Irene dá mostras de que já tinha consciência de como era explorada pelo companheiro, mas nada fazia a respeito. É inegável a atuação de uma poderosa fantasia ideológica (Zizek, 1989), responsável por criar um cenário em que a mulher tem um lugar e atribuições fixas com relação ao homem, que absolutamente não são passíveis de questionamento. No entanto, devemos nos perguntar, onde está a divisão sexual do trabalho se Irene é a responsável pelo trabalho produtivo e pelo reprodutivo, enquanto Wellington se comporta como um verdadeiro parasita, vivendo e gozando às suas custas e pelas suas costas?

Há dois pontos que consideramos importantes para responder a esse questionamento. O primeiro deles é levantado pela própria Irene, quando esta, em conversa com o pai, diz que é o homem quem manda quando é ele quem trabalha e põe dinheiro em casa. Vemos aí a ideologia da divisão sexual do trabalho claramente atuante: essa seria a ordem “natural” das coisas. O que deixa Irene indignada é o fato de Wellington não cumprir o papel que lhe seria devido. Por outro lado, é essa

mesma constatação e indignação que permite – ou, ao menos, contribui consideravelmente para que – Irene rompa o relacionamento de submissão e exploração que vive por dez anos. Se o homem não cumpre o seu papel, ela também não precisa cumprir o dela. E assim vemos estruturalmente abalada a fantasia ideológica que construiu ainda na infância e que marca de modo profundo seu inconsciente, fantasia essa claramente forjada em um contexto determinado social, histórica e economicamente.

No entanto, não é imediatamente que essa relação é rompida. Ainda em conversa com o pai, esse impõe-lhe o peso de sua autoridade – fálica? – e Irene volta para Wellington. A sequência em que isso é narrado por Irene mostra a importância da fala do pai para que ela tomasse tal atitude. Como entender isso? Podemos ir pela via do Complexo de Édipo ou pela via dos significados construídos desde a infância. Consideramos oportuno unir ambas. O Nome do Pai, segundo Lacan, é o que instaura o Sujeito barrado, por meio da castração, e se coloca no lugar de autoridade inquestionável (1966/1988). O poder atribuído a esse pai, por outro lado, é, em nossa opinião, social e historicamente constituído. É esse peso que Irene sente e a leva a obedecer. Poderíamos ver aí ecos da menina que sabia que seria violentada, mas que também sabia que todos os seus esforços seriam em vão diante da autoridade paterna? As semelhanças são gritantes: Irene adulta assente ao pai, impotente, mesmo sabendo de toda a crueldade que a esperava.

O segundo ponto que levantamos com relação a onde estaria a divisão sexual do trabalho se era Irene quem fazia o trabalho produtivo e o reprodutivo toma esse mesmo caminho, agora com relação a Wellington. Que trabalho Wellington precisa fazer, se ele já possui o falo? O mesmo falo que seu pai? É esse o *status* que detém o masculino em nossa sociedade, conforme destaca Kehl (1996) e, particularmente, é esse o *status* que parece deter no inconsciente de Irene. Homens estão *a priori* em situação de superioridade e de dar ordem às mulheres, foi isso que ela vivenciou e internalizou ao longo de toda a vida e possivelmente foi isso que a levou a passar tanto tempo submetida a um relacionamento a tal ponto abusivo. Ainda assim, reforçamos o caráter simbólico da fala de Irene, quando esta diz que o homem manda quando provê. O poder fálico masculino talvez tenha atuado no sentido de ela se submeter a Wellington mesmo que ele não fosse provedor, mas isso não retirava de Irene o sentimento de inadequação.

Na relação com a filha, vemos uma postura que também Roberta manifesta, como veremos, ainda que guardadas as devidas proporções. Quando Irene relembra os três primeiros anos da filha, antes que essa fosse para a creche, em que era obrigada a deixá-la confinada em um quartinho o dia inteiro, mal tendo tempo para alimentá-la ou trocar suas fraldas, a primeira reação de Irene é expor um terrível sofrimento. Este, no entanto, é logo abafado por uma justificativa racional: ela não tinha opções, precisava trabalhar para sustentar a si e à filha. Assim, ela se defende do sentimento: mantém-no guardado nos recônditos do inconsciente, onde ele aparentemente dói menos. Ocasionalmente, no entanto, não consegue evitar e ele retorna, principalmente quando por diversas vezes menciona que a filha faz tratamento psicológico desde criança.

É curioso observar nossa postura enquanto pesquisadora, na escolha do que analisar. Por um momento, pensei que não valeria a pena dizer, por ser óbvio, que o pai que não trabalha em nenhum momento é cogitado como cuidador dessa criança. Por que isso nos parece tão óbvio a ponto de a consciência logo querer colocar o pensamento de lado, como se ele não fosse digno de análise? Nada é óbvio e nada é natural, a não ser que sejamos criados no interior de uma ideologia que assim nos informe. Além disso, essa parece-nos uma amostra viva da atuação de um inconsciente estruturado politicamente.

Então, tiremos disso a obviedade. Wellington não se responsabiliza pela filha, não se vê nem como cuidador, nem como provedor – apenas como possuidor, o que é ilustrado pelo relato de Irene de que o pai não admite que Carolina namore, por razões que percebemos serem diferentes das da mãe. Irene o isenta de qualquer responsabilidade material ao concordar que ele não pagasse a pensão determinada pela juíza, com a condição de que a deixasse em paz. Não nos sentimos em posição confortável para julgá-la, mas não deixa de ser algo que mais uma vez mostra Irene tomando para si a tarefa de cuidar da filha, o que é uma tarefa englobada pela divisão sexual do trabalho no chamado trabalho reprodutivo (Bruschini, 1990). Como vimos em nossa introdução teórica, a naturalização dessa função como sendo da mãe pode ser historicamente reconstituída e passa a assim vigorar a partir do século XIX (Badinter, 1985).

O que Irene mais teme é que a filha passe pelo que ela passou. Esse desejo de que o filho viva uma história diferente aparece também no relato de Priscila, como discutiremos adiante. Particularmente, Irene teme que sua filha seja estuprada ou que engravide de uma pessoa que, em suas palavras, “*não presta*”. Isso faz com que Irene trate Ana Carolina muitas vezes de maneira superprotetora: até o final de sua vida escolar, paga uma *van* para deixá-la e buscá-la na porta da escola; proíbe sua filha de namorar e sair de casa no final de semana. A mãe quer proteger a filha do que lhe ameaça por ser mulher: ser anulada enquanto sujeito, reificada enquanto objeto sexual.

E o que mais cabe à mulher, de acordo com o relato de Irene? Voltemo-nos agora para a relação que detém com sua patroa. Mesmo se tratando de outra classe social – e a diferença nas condições de vida de ambas as mulheres é gritante –, é inegável as semelhanças que as unem por sua condição de mulher (Delphy, 2015). É a patroa quem sempre aparece como a interlocutora de Irene a respeito de como e quando deve realizar o seu trabalho. É a patroa quem cobra, é ela quem especifica. É ela quem contrata e demite os outros empregados domésticos. Na narrativa de Irene, o patrão apenas aparece como aquele que espera para ser servido: que acorda a hora que for e quer a mesa posta, que, ao lado do telefone, pede que ela atenda.

É um trabalho humilhante, como Irene mais de uma vez menciona. Não pode estudar, se a patroa não permitir; tem que chegar pontualmente, mas não pode sair no horário combinado; só pode comer depois de todos da família, mesmo que isso signifique almoçar às 3h da tarde; a sobremesa, só pode comer quando está quase estragando; se a patroa diz que não tem dinheiro para contratar mais um empregado, precisa acumular tarefas. Tudo isso seguido da ameaça de perder o emprego e

ouvindo a patroa reclamar das absurdas exigências da nova lei. Tal cenário nos remete imediatamente à extração de mais-gozar, típica do gozo capitalista, em que o empregado é privado de um gozo por estar submetido a uma relação de exploração com o empregador (1968-1969/2008).

É para se livrar da humilhação e da invisibilidade do trabalho doméstico que Irene busca o curso técnico em secretariado. Agora que não tem mais marido, finalmente pode estudar. Mais uma vez, vemos o caráter revolucionário desse ato, no sentido de busca de rompimento com toda uma estrutura na qual essas mulheres estiveram envolvidas até aí. Como Gabriela, Irene enfrenta a timidez de alguém que por tanto tempo trabalhou calada, confinada entre as quatro paredes de uma casa – sua ou de outras pessoas. Assim, ir a público é também um dos principais obstáculos enfrentados. Trata-se de uma barreira simbólica.

Irene enfrenta também muita dificuldade com a informática, dificuldade essa igualmente relatada por Gabriela. Nesse contexto, chama a atenção a aparente incapacidade do professor de se colocar no lugar de alguém que nunca esteve diante de um computador. Trata-se de uma diferença de classe social que dificulta o acesso de pessoas pobres à escola e à formação. No entanto, apesar das dificuldades, Irene, como Gabriela, não tem coragem de expor suas dúvidas ao professor, o que novamente associamos a uma dificuldade de vir a público, bem como a uma falta de confiança em si mesmas, fruto de anos de assujeitamento.

Apesar disso, Irene consegue concluir o curso. Tem agora o diploma, o que abre para ela amplas oportunidades em termos de trabalho. Sente-se uma secretária? Não, em razão de faltar-lhe o conhecimento de informática. Esse é um dos motivos que ela elenca para ainda não ter distribuído seu currículo. Além disso, diz que ainda não se sente pronta. O que seria esse não se sentir pronta? Respondemos a essa pergunta com outro questionamento: em que momento de sua vida teve Irene qualquer oportunidade para construir a confiança em si mesma? Constantemente subjugada pelo falicismo masculino imperante, de forma mais ou menos sutil: seu pai, seu meio-irmão, seu patrão médico, Wellington, seu atual patrão. Como sujeito e como mulher, o peso do falo coloca-a no lugar de uma castração pesada, cruel.

Que identidade pôde Irene construir para suplantar essa falta? A de empregada doméstica, a de responsável pelas tarefas do lar, a de quem obedece a ordens masculinas ou femininas – no caso, de mulheres também subjugadas à lógica fálica da divisão sexual do trabalho. Deveras difícil, após uma vida inteira nessa situação, angariar forças para construir uma nova identidade. Irene, contudo, permanece na luta, não se dá por vencida. Dá a entender que ainda não consegue abrir mão dessa identidade, mas que se esforça por conseguir. A força motriz? A fuga da humilhação que sentiu a vida toda, como mulher e empregada doméstica.

6.3 Priscila

Sobre sua infância, Priscila diz que não conheceu o pai. A mãe engravidara e ela foi entregue à avó, porque a mãe arrumou outra pessoa e saiu de casa. Criou outra família, mas nunca a buscou

para viver com os novos irmãos. *“Então, assim, eu sempre tive aquela rejeição desde criança, de você não ser aceito”*. A própria vó frequentemente lhe dizia que ela não seria pessoa que prestasse, filha daqueles pais. Da mãe ela também não gostava, mas sonhava com esse pai desconhecido, depositava-lhe esperanças de que um dia viria tirá-la daquela casa e daquela vida.

Aí quando eu fui crescendo é que eu fui saber. As pessoas foram dizendo, tipo assim, “ah, você é filha daquele homem, que é assassino”. Meu pai matou uma pessoa e foi embora. Então eu fui crescendo, com sete anos e ficavam contando na escola. Eu ficava chorando e, assim, igual ela falou, reunião de pais, todo mundo participava na escola, fazia festa, fazia bolo e eu não participava. Aí as pessoas falavam assim: “mas você não tem pai?”. Até meus irmãos sempre jogou na cara “seu pai é assim”, então, assim, dentro da minha família mesmo, sempre tive essa rejeição. Sempre foi assim, eu tive esse trauma de infância.

Cresceu odiando os “dias” na escola: dia das mães, dia dos pais, dia das crianças. Não tinha quem aparecesse ou lhe desse presente. A raiva maior era da mãe: ela escolhera aquele homem para ser seu pai e assim roubara-lhe qualquer chance de ter uma família normal. Culpava-a pelo abandono, sentia uma raiva que espumava. *“Minha mãe me tira do meu sério, se acontece alguma coisa eu já começo a jogar tudo na cara dela, a culpa é sua, eu não tive pai porque você se envolveu com uma pessoa que não prestava”*.

Na escola, logo descobriu que a melhor defesa era o ataque. Sua vida virou um inferno, mas Priscila encontrou dentro de si a força feroz da agressividade, tornou-se terrível e temida. Qualquer olhar torto e ela mostrava os dentes. *“Isso foi uma coisa que eu aprendi desde cedo: a me defender. Muita gente vinha me atazanar, mas eu botava todo mundo pra correr”*. Atualmente, lutava para deixar de ser assim, achava que isso não era normal, tinha muita coisa errada com ela, ela se sentia doente da cabeça. Mas se livrar daquela agressividade e de toda a raiva que tinha dentro de si não era nada fácil.

Cresceu com poucos amigos, se formou. Aos 16 anos, apaixonou-se por Rodrigo, que se tornou seu primeiro namorado. Brigavam muito, mas ele não se intimidava com ela. Priscila gostava disso, dava-lhe segurança. Rodrigo perdeu seu emprego e disse-lhe que tentaria a sorte em Brasília. Ela não queria se juntar a ele? Priscila não tinha nada a perder, apenas tristezas a ligavam àquelas terras. Quem sabe em um novo lugar aqueles fantasmas não parariam de lhe assombrar?

Chegando à capital, foi procurar emprego, mas não parava muito tempo em um lugar só, logo se entediava ou brigava com alguém. Mas sempre arranjava outro: caixa de supermercado, assistente administrativo, vendedora, não importava muito. Ela e Rodrigo ficaram juntos por cinco anos, mas ele começou a se tornar uma pessoa cada vez mais autoritária. Queria saber por onde ela andava, com quem, queria controlar a roupa que ela usava e até mesmo o jeito de falar. Chegou a esconder seus documentos para que ela não saísse de casa. Priscila ficava enfurecida.

A gente terminou porque eu não aceitava... as coisas tinham que ser do meu jeito e pronto. Então, esse meu marido era assim, lá em casa, se ele falasse um ‘a’ eu já ia pra cima dele.

Então, ele quem tem que me ouvir porque não vou abaixar a cabeça pra homem. De falar assim: “você vai fazer isso” e eu não fazer. Eu sempre faço o que eu achar que eu devo fazer. Não tem essa coisa de “não vai”.

Foi no churrasco de uma amiga do supermercado que conheceu Diogo. Simpático, galanteador, um “*verdadeiro cavalheiro*”! Não se assustou com o seu jeito ferino, dizia que gostava e achava “*uma gracinha*” quando ela ficava brava. Começaram a se ver com frequência, ele realmente tinha o jeito para interromper-lhe qualquer ataque de fúria. De repente estavam morando juntos: à noite viam juntos novela e jornal e ele lhe chamava de esposa. Brigas? Sim, tinham muitas.

A convivência que a gente tinha em casa era sempre de brigar, de agressividade. Mas ele nunca foi de, ao contrário do marido dela, nunca foi de me bater. Eu que ia pra cima porque eu sou muito agressiva, sempre falava. Então assim, nunca deixei que ele me falasse, assim... Se eu não tive um pai, se eu não conhecia uma pessoa assim, que aquilo fosse razão pra que eu deixasse ele me dominar. Porque eu não tive um pai que fosse presente na minha vida de forma que eu tivesse que obedecer, então eu jamais ia obedecer um homem, é isso que eu penso.

Naquele dia à noite, tudo aconteceu muito rápido. A polícia bateu em sua porta; nesse dia, Diogo não voltou do trabalho. Até que recebeu um telefonema da delegacia, ele estava lá. Acuado, algemado, com um rosto que ela nunca tinha visto. Era uma história de outra cidade, uma ex-namorada, ele atirou.

Priscila passou dois meses sem visitá-lo na cadeia. Recebia notícias pela prima e pelo irmão: “*Ele tá morrendo de saudades, Priscila*”, “*Ele tá muito arrependido do que fez*”, “*Você sabe que ele é um homem bom*”, “*Ele disse que, se você não for, ele vai se matar*”, “*Você não pode abandoná-lo assim*”.

Abandono: essa era a marca da sua vida. Não, decidiu, não ia abandonar o marido como a mãe fizera com o pai e ela. Visitou-o. Na primeira vez se assustou com o lugar, só conseguia pensar que o pai tinha passado anos num lugar daquele, provavelmente sem nem saber que ela tinha nascido e que se perguntava quem teria sido ele. Ele estava cabisbaixo, mas disse: “*Me perdoa, Priscila, tudo o que eu preciso para aguentar isso aqui é o seu perdão*”. Quem era ela para perdoar? Teria perdoado seu pai? “*Eu perdo, Diogo*”. “*Me espera?*”. “*Espero*”.

E assim teve início um novo-velho capítulo da sua vida, tão parecido com o anterior: o que fazer se descobrissem que era a prometida de um assassino? Já sabia a resposta, se ela havia funcionado antes, por que não funcionaria agora?

Se a pessoa for agressiva, for pesada e qualquer coisa vou pra agressão. Quem me conhece sabe assim, da minha família, eu já começo a ficar agressiva e a minha maneira, assim, de por pra fora é com a agressividade. Então é uma coisa que você quer mudar, mas que você não sabe como... Quando vem aquela desconfiança, então você põe pra fora.

No início, Priscila trancou-se em casa. Se saía e as pessoas a olhavam na rua, tinha certeza de que sabiam do que estava acontecendo. Sentia-se exposta e vulnerável. *“Aí depois de um tempo eu fiquei assim: ah, quer saber de uma coisa, eu vou sair!”*. Começou então a sair e a falar para todo mundo. As pessoas perguntavam e ela não via porque não falar. Queria que todos soubessem logo para que não precisasse mais carregar aquele segredo, aquele fardo. Mas logo viu que por aí teria problemas. Contava e se arrependia. *“Muita humilhação. As pessoas te veem e já te tratam como se você fosse assim, você não valesse nada”*.

As pessoas ficam sabendo, aí já me prejudicam. Já perdi trabalho porque patrão descobriu, de não aceitar. Agora mesmo, no meu atual emprego, no dia que eu faltei, aí a fulana que eu até sei quem é contou pra patroa. Aí ela disse assim: “Não, eu não libero você pra ir lá. Se você for lá, da próxima vez eu te mando embora”.

Aos poucos, foi conseguindo controlar a própria agressividade. Não dava mais para pular de emprego em emprego. Sentia-se frágil. *“Agora, no trabalho, eu ouço uma piadinha e levo na brincadeira. Tipo assim, por mais que me dói por dentro eu passo pra pessoa que eu não tô nem aí”*. Passou a falar só para quem se aproximasse, muitos acabavam perguntando: *“Ah, você mora só, você mora com quem se você não tem marido?”*. Ela titubeava, tinha medo das consequências, mas algo mais forte fazia-a falar, mesmo sem querer. Novamente se arrependia. *“Quando as pessoas sabem, já acabam indo pra um lado assim, que então é um lado da crítica”*.

Sentia-se o tempo todo julgada, ninguém queria ajudá-la, só apontar-lhe o dedo e dizer: *“Você tá com ele porque você quer”*. Mas as coisas não eram tão simples. *“Você se envolve e, quando vai ver, já tá no meio do problema e não vê como sair”*. Às vezes já não sabia mais dizer se ainda queria estar com ele. *“Mas por outro lado eu nunca quis separar, pelo lado da pessoa, não era uma pessoa agressiva, é um fato da vida que aconteceu e aí criou essas dificuldades”*. Algumas amigas argumentavam: *“Separa! Tem tanto homem aqui fora e você vai lá”*. Mas quando comparava o seu marido com os homens que via por aí, se perguntava também se valeria a pena.

Às vezes eu vejo assim que quem tá com homem aqui fora passa coisas piores do que eu passei com ele, então eu até prefiro. Se for pra viver uma vida com uma pessoa aqui fora e for pra viver no dia a dia, você sofrer e apanhar... No meu caso, eu não apanhava, eu que reconheço a minha agressividade. Aí as pessoas falam assim: “ah, mas tem tanto homem solto aqui fora e você vai viver com um preso” e eu digo, “mas pra quê?”. Porque tem tanta gente aqui que sofre, apanha e tá pior do que eu com uma pessoa presa, porque ele já me conhece e sabe que sou agressiva e não vem me bater, também porque nunca dei lugar.

Além disso, como ela poderia se envolver com outra pessoa? Tinha medo. Não de se envolver, mas quando pensava em largá-lo por outro, sabia que estaria colocando a vida daquela outra pessoa em risco. *“Eu não sei o que pode passar, então eu tenho medo, fico naquela coisa sem saber se você dá o fim ou se prossegue. Aí vai, sei lá, eu fico nessa coisa de não pensar, já tem seis anos”*. Além disso, todo mundo que conhecia sabia do seu *“problema”*, então como poderia arrumar

alguém? *“A pessoa, na hora que você fala, vai ter medo de se envolver, de se colocar em risco que querendo ou não tá correndo”*.

Aí eu penso que se me separar eu vou ter que me mudar de novo, porque com meu ex eu vim pra cá. Se eu me separar dele, eu não vou querer mais morar aqui, então pra onde eu já vou? Pra um lugar completamente diferente, onde eu não vou correr riscos. Com outra pessoa é mais complicado.

Era por essa razão também que não queria ter filhos. Bem, querer queria sim, muito, sentia que estava ficando velha e que daqui a pouco isso não seria mais uma opção. Mas como viver naquela incerteza com um filho? Sem filhos, seria mais fácil se eventualmente precisasse se mudar, fugir. Além disso, desde criança pensava em ter um filho para poder proporcionar-lhe tudo que não tivera. Sonhava em ser uma mãe maravilhosa, amorosa, daria tudo para o filho. Daria um pai. *“A coisa que eu mais pensei na minha vida era ter filho, que se tivesse filho não era pra passar por tudo que eu já passei”*. Como agora? A vida tinha lhe dado uma bela rasteira. Todos os sonhos lhe eram negados. Não colocaria uma criança no mundo para *“passar pelo que eu passei, vai ter preconceito, as pessoas vão querer falar da sua vida, pelo que você passou. Não importa o que você fizer, as pessoas vão falar, vão saber e você vai pagar a vida inteira”*.

Com o tempo, Diogo começou a ficar ciumento e possessivo. Ou será que ele sempre fora assim? Como alguém é possessivo de dentro de uma prisão? Queria saber com quem ela andava, o que ela fazia durante o dia, durante a noite, quando não estava ali, qualquer hora. Ele tinha um amigo que morava na mesma rua que ela. Por que tinha sempre a sensação de que estava sendo observada? Ou seria coisa da cabeça dela? *“Ele, assim, sempre foi uma pessoa muito ciumenta, então às vezes vai pros lugares, trata todo mundo super bem que chegar e não conhecer, paga tudo, mas...”* Priscila chorava ao pensar.

Algumas vezes sentia uma vontade irresistível de dar um basta. Mas por mais que tentasse não demonstrar, sentia muito medo. Lembrava-se bem das palavras dele: *“Eu não aceito que você separe de mim, não consigo ver você com outra pessoa”*. Certa vez ele dissera: *“eu mudei muito e se você separar de mim eu não tô nem ai, vou fazer isso, isso e isso”*. Constantemente ele fazia ameaças e depois dizia que era só brincadeira. Ficava na dúvida do que ele era capaz. Ia pagar para ver?

Por outro lado, Patrícia não queria aceitar aquele medo. Sempre falava para ele que, se não teve um pai, jamais iria obedecer qualquer homem que fosse. *“Não aceito ser mandada, ter aquela posse em cima de mim. Não aceito. Então acho que por isso a gente briga assim”*.

Hoje quando vou visitar ele, às vezes a gente briga lá dentro e ele me deixa falando e sai, aí quando ele volta, quando acalmou, a gente se entende. Hoje não fazemos escândalo mais. Mas no início dele preso, eu fazia uma coisa aqui e a gente brigava muito. Hoje eu já falo aqui e fui analisar que vai do meu jeito aqui que, ele... se eu falar algo e ficar brava ele tem medo de mim. Eu já fui pra cima dele com faca, de passar faca nele, de quebrar garrafa, de

agressividade mesmo. Ai ele fala que tem medo de mim e que quando sair vai me levar no psicólogo: “pra você se tratar porque você não é normal”.

Isso Priscila falava o tempo todo para si mesma: “*‘você não é certa, você não é normal, você precisa de um psicólogo, você é muito agressiva’.* Mas eu acho que, pelo fato de não ter tido um pai, de não ter até hoje...”. Certamente sua agressividade vinha daí, sua intolerância a qualquer atitude de posse. Se via um casal brigando, entrava mesmo. “*É uma raiva de não ter posse sobre, em cima da pessoa assim*”. Mas via que, quando um homem e uma mulher moravam juntos, inevitavelmente a mulher ouviria “*ah, eu tô com você e eu mando*”. “*É uma coisa que eu não consigo aceitar, por causa do meu pai, mas é uma coisa que eu acho que eu preciso mudar. É difícil mudar totalmente assim, o seu jeito, a sua personalidade*”.

Estava tudo errado. Ela estava errada, a situação, tudo. “*Eu acho que a gente não sabe no início quando tem depressão*”. Era difícil, o que ela tinha vivido e ainda vivia não eram coisas que se esquecesse. Tentava se distrair, afastar os pensamentos, mas, quando estava sozinha, lembrava. E chorava. “*Eu sozinha sou assim*”. No início, morava com a irmã. “*Eu chegava do trabalho e ficava só deitava, não saía do quarto, pensando que as pessoas olhavam e já sentia que tavam falando de mim. Então eu me fechei*”. Quis ir morar sozinha, mas sabia que precisaria fazer alguma coisa com aquela tristeza.

Decidiu estudar. “*Eu fico em casa, muito sozinha depois do trabalho, então não tenho com quem conversar, não tenho filho. Então, acabei me inscrevendo no curso, mais pra encher o vazio e não ficar só, ocupar a mente também*”. Inicialmente, escolheu cursar a faculdade de Serviço Social.

Eu fui fazer o curso na faculdade e eu escolhi Serviço Social mais por esse lado, tipo assim, uma coisa que acontece comigo. Então eu voltando a estudar, lá na frente vou ajudar alguém a passar pelo mesmo problema que eu tô passando, não sofrer preconceito das pessoas saber e ter preconceito sem saber a história daquela pessoa. Mas quando eu escolhi o curso pra fazer, disse assim: “esse curso não é pra você. Como é que você vai ter controle, você vai querer ajudar alguém e querer fazer a pessoa entrar na linha?”. Mas é o jeito de você, sei lá, ajudar a pessoa. E se ajudar também, né? Sei lá, é muito difícil.

No entanto, logo teve que parar, porque não tinha mais dinheiro para pagar as mensalidades. Por outro lado, ficar em casa não era uma opção, temia a solidão. Priscila ouviu falar do curso em secretariado do IFB por uma colega do trabalho, era à noite e não precisava pagar. Perfeito. Quem sabe não conseguiria também um cargo melhor na escola onde atualmente era monitora? Estava gostando bastante do curso, das colegas e dos professores, o conhecimento fazia-se se sentir viva.

Hoje eu saio pra ambiente descontraído, mas quando, a partir do momento que eu volto pra casa, vem tudo de novo, aquela tristeza, solidão. Assim que eu saio do trabalho, vou estudar, venho pro curso e quando chego em casa é pra dormir porque é o único momento de paz que eu tenho. (Pausa). É ruim quando eu fico só. Dá vontade de dar um basta assim...

No momento de sua participação no grupo Balint, Priscila passa por um forte processo depressivo. Sua necessidade de desabafar é tamanha que ela pede para participar, mesmo que não se encaixe nos critérios apresentados pela pesquisadora – além de ser aluna do curso, trabalhar e ser mãe. No primeiro encontro, sua história não é a escolhida, mas Priscila fala mesmo assim. Precisa falar, precisa ser escutada. Sua vida é marcada pelos segredos, pelo não dito, Priscila se defende disso expondo sua história e observando a reação das pessoas ao seu redor.

Sente-se sozinha, mas a solidão lhe é insuportável, porque o silêncio faz falarem muitas vozes na sua cabeça. Lembra do que aconteceu e sofre ao pensar como, por tão pouco tudo na sua vida, tudo poderia ser diferente. Imagina o futuro e vê múltiplos caminhos, mas não tem ideia de qual seguir, todos eles têm problemas. Qual deles faria tudo ser diferente? Como reescrever seu passado?

Em diversos momentos das falas de Priscila, essa menciona o fato de não ter tido pai. O significado disso em sua vida é tamanho que busca um homem que comete o mesmo ato que define, para ela, a identidade de seu progenitor: é um assassino. Mais sobre o seu pai não sabe, então esse é o seu fio condutor. Pelo relato de Priscila, não fica claro se o marido comete o assassinato antes ou depois de conhecê-la. Por um lado, sabemos que ela apenas toma conhecimento do fato quando já está com o marido; por outro, no domínio do inconsciente, não há coincidências.

Priscila repete várias vezes sua percepção de que a ausência de seu pai a faz não aceitar que nenhum homem mande nela. Se não teve que obedecer a essa figura masculina primordial, por que haveria de obedecer a qualquer outra? No entanto, em determinado momento, Priscila diz que gostaria de mudar isso, mas não consegue justamente por essa ausência significativa em sua vida. Ela gostaria de ter tido um pai, ela gostaria de ter obedecido a um, a fim de aprender como obedecer a um outro homem futuramente. A fim de aprender a ser mulher, uma identidade socialmente compartilhada do que deveria ser a mulher?

Nessa mesma linha de raciocínio, precisamos nos perguntar: por que a pessoa a quem ela culpa é a mãe? Em nenhum momento, Priscila culpa o pai por ter cometido um assassinato e assim estar ausente de sua vida. Da mesma forma, não culpa o marido por ter cometido o mesmo ato. Será que esse lhe seria um sentimento insuportável? Ou será que eles estão protegidos pelo império do falo? Em lugar de sentir raiva deles, Priscila sente raiva da mãe por ter escolhido aquele homem para ser seu pai e logo escolhido outro, para ser pai de seus meio-irmãos, deixando-a de fora da nova família. Em lugar de sentir raiva do marido, Priscila sente raiva de si mesma, por ter escolhido esse marido e tudo o que isso implicou em sua vida: não se permitir ter filhos, não conseguir se separar, colocar em risco a sua vida e a de um eventual futuro parceiro, a possível obrigação de se mudar, o imobilismo depressivo que a incapacidade de resolver esse imbróglio lhe impõe.

Não é por menos que as culpadas são as mulheres. Não é por menos que Priscila vê em si mesma um erro fundamental por não conseguir obedecer aos homens. Cresceu e vive em uma sociedade em que mulheres obedecem a seus maridos. Com todas as suas amigas é assim, por que ela não consegue se adequar? Por que, ao invés de obedecer, é tão agressiva? Sente-se doente da

cabeça, tem certeza de que há algo de errado com ela. Por outro lado, não é pacífico para Priscila que as mulheres devam obedecer aos homens: se algo está errado com ela, também estão errados esses relacionamentos em que a mulher se torna posse do homem, tampouco está certo que a mulher precise se submeter. O dilema está posto: São elas que deveriam ter escolhido outros homens? Ou são eles que deveriam rever os seus atos?

Apesar de Priscila gabar-se, diante das amigas casadas com homens que não estão presos, de que não é agredida pelo marido, supostamente mais violento, precisamos nos confrontar com o fato de que ele foi preso justamente por assassinar uma ex-namorada. Priscila menciona esse fato *en passant*, quase como se fosse um detalhe. Que importância ela estaria tentando esconder? Parece-nos razoável supor que esse é mais um elemento que alimenta a dualidade em que vive: deveria deixar sua agressividade de lado e permitir-se ser o alvo da agressividade do marido? É um impasse terrível: rebelar-se ou submeter-se? Não é um dilema fácil de responder, e essa divisão afunda Priscila em uma terrível angústia. Agredir ou deixar-se ser agredida? Onde estará o caminho? Ambos parecem estar errados. Está insatisfeita com sua identidade de mulher agressora, porém rejeita a identidade de mulher a ser agredida. Será que conseguirá escapar desse dualismo e construir uma nova identidade?

A escolha do curso de Serviço Social e a justificativa que fornece para tal escolha parecem apontar que sim. Mostra-nos o potencial de criação e transformação que reside na angústia, como bem nos fala Lacan (1962-1963/2005a). Priscila sonha em poder ajudar outras pessoas que passam por situação semelhante à dela. Tem um pouco de dúvidas quanto à sua capacidade de fazê-lo, mas mesma assim faz a matrícula. Não consegue dar continuidade, será mesmo pela razão financeira? De todo modo, manifesta sua firme vontade de voltar ao curso e concluí-lo.

Não podemos deixar de tecer um paralelo entre esse desejo de ver em outras pessoas um destino diferente do seu com o significado que atribui à maternidade. A chance de reescrever sua história? Não é pequeno o sofrimento que lhe causa a perspectiva de ser incapaz de fazê-lo. Se sua mãe não foi capaz, se ela não foi capaz, sonha que ao menos seu filho pudesse viver outra vida. Poderíamos dizer que o trabalho como assistente social representaria algo para ela nesse sentido, daí sua vontade de fazer o curso.

Diante da impossibilidade de dar continuidade à faculdade de Serviço Social, Priscila decide fazer o curso técnico em secretariado do IFB. Apesar de não ter um interesse especial pela área em si, precisa fazer o curso, porque tem medo da solidão que a aguarda em casa. Não quer mais se esconder, não quer mais se calar. Como outras colegas, quer vir a público.

6.4. Roberta

Roberta cresceu sendo uma menina exemplar. Boas notas na escola, educada, esperta e cheia de amigos. Era a filha mais nova de uma família muito unida. Sempre morara em uma casa confortável, mesmo em uma região humilde, e não tinha do que reclamar. A vizinhança era também

muito próxima, as famílias se conheciam, as crianças cresciam juntas na rua e nas casas umas das outras.

Na casa ao lado de Roberta morava Rafael. Tinham uma diferença de 8 anos, então demoraram a dar um pela presença do outro. Quando Roberta fez 14 anos, Rafael começou a observá-la. E dos olhares passaram à conversa sem jeito no pé do portão, à indignação quando eram chamados para dentro pelos pais, aos risinhos quando se viam de longe, junto com outros amigos. Não demorou a vir o primeiro beijo. Daí as mãos começaram a aparecer sempre juntas e logo logo a vizinhança estava toda sabendo. E eis que aquilo ali virou namoro de verdade, com direito a cinema e sorvete na pracinha do bairro.

Mas, de repente, veio a notícia da gravidez. No começo foi um susto, ela mal completara 18 anos e só se formava no final do ano. Enfim as famílias viram que não era algo tão terrível, afinal, eles já namoravam, Rafael trabalhava como assistente administrativo em um escritório na Asa Sul e o casamento não era um plano distante. Na época, Roberta trabalhava no contraturno da escola como babá para a irmã de Rafael, mas largaria o trabalho informal a fim de se dedicar à sua nova família. Tudo ficou arranjado para logo depois da formatura de Roberta no colégio. Arrumaram uma casinha ali por perto e foram mobiliando com a ajuda dos parentes e dos presentes de casamento que iam chegando.

Mas o menino resolveu adiantar. Faltava pouco para a cerimônia e Renata começou a sentir dores muito fortes. Correu para a casa do noivo, ali na frente, para avisá-lo que a hora havia chegado. A porta estava só encostada, foi entrando, sabia que naquele horário ele estaria em casa com certeza. Ouvia a voz dele e começou a chamá-lo baixinho, na garganta quase sem voz, enquanto subia para o quarto. Quando entrou, viu primeiro uma amiga dos dois correndo, como se tentasse se esconder, com as roupas nos braços. E depois ele, apavorado, sem reação. Sentiu muita dor e só disse: *“Me leva pro hospital, o bebê tá nascendo”*.

Tudo foi cancelado. Roberta foi do hospital direto para a casa dos pais, a sua casa, aliviada. Com o filho enrolado em uma saída de maternidade que havia sido bordada pela tia do ex-futuro, subiu as escadas para o seu quarto. O bercinho que já estava preparado na outra casa fora colocado ao lado de sua cama. *“Vou me dedicar a ele e esquecer tudo”*. Roberta desistiu do seu plano de cursar enfermagem: *“Eu queria estudar, eu tinha outros planos e quando eu me vi mãe, mudou tudo. Depois que ele nasceu, então”*.

Quando Fábio tinha 8 meses, foi procurar emprego e conseguiu uma vaga como vendedora em uma feira. O pai concordou em ficar com o filho de manhã e à tarde ele ficaria com sua mãe ou sua irmã.

A mulher já é bem mais preparada, já sai com a bolsinha arrumadinha, já sai com tudo preparado. Já os homens... O pai do meu filho, por exemplo, não sabia nem segurar ele! Depois ele deu o jeito dele, porque eu tinha que trabalhar e ele tinha que cuidar, então

começou a dar banho, começou a trocar fralda, tudo direitinho, mas do jeito dele, entendeu?

Logo Rafael se casou e já não podia mais ficar com Fábio. Mudou-se para longe e passou a ver seu filho de 15 em 15 dias, nos finais de semana. Mas Roberta podia contar com sua mãe e suas irmãs que ainda moravam na casa dos pais. Sofria um pouco por ter que ficar longe do filho: no final do dia, vinham lhe contar o que ele fizera, que ele começara a andar, a falar as primeiras palavras, a comer sozinho, e ela nunca estava perto. *“Ficava naquela, me dava uma tristeza, mas eu sabia que era pro bem dele e pro meu também. Tinha que trabalhar, como eu dependia até então do pai, tinha que ajudar”*. E agradecia por poder deixá-lo com as mulheres da família e não precisar pagar ninguém desconhecido. Era cada história que ouvia.

Quando Fábio tinha 8 anos, viu-se desempregada. O quiosque onde trabalhava no *shopping* ia mal e acabou sendo fechado. Sem alternativa por um tempo, foi trabalhar como empregada doméstica. *“Era uma casa no Lago Sul, a casa era enorme! Pra três pessoas, aquela mansão! A gente era uns 7 ou 8 numa casa bem menor (risos)”*. No início, Roberta estranhou. Já tinha trabalhado como babá, mas era outra coisa: cuidava da criança e não do serviço doméstico. *“Eu já tinha noção, porque fazia em casa, sempre fiz, aí eu sabia fazer, mas não numa casa tão grande! Mas depois eu comecei a pegar o ritmo da casa e deu certo”*

O que lhe deu mais trabalho foi a filha.

Era um casal de idosos e uma filha adolescente bem temperamentalzinha. Ela era bem problemática. E aí eu tive um pouco de dificuldade com ela (risos). Ela era mimada. Muito mimada, nossa, meu deus! Eu sofri demais com aquela menina. Ficava me pirraçando, porque, tipo assim, como ela era filha única, ela tinha tudo. Aí vivia fora, fazia tudo que queria, na hora que queria, tinha que ser tudo na mão. Era na mão que ela queria. E eu já não fazia tanta questão de dar na mão. Aí ela começou a sentir a diferença, que eu não tratava ela como a mãe e o pai dela tratavam, tudo na mão, não era assim.

Eles eram pessoas importantes: a casa estava sempre cheia de gente chique e bem vestida. *“Era café da manhã, era almoço, era coffee break, era não sei o que. E eu cozinhava, eu servia, eu fazia tudo. Tinha dia que eu saía de lá morta, acabada, cansada”*. Às vezes a patroa ajudava, mas só para explicar os detalhes do cerimonial, onde ficavam os guardanapos, os talheres e os copos. Qual prato vinha primeiro e por quê. *“Aí eu aprendi muita coisa”*.

Com o tempo o cansaço começou a aumentar e algo estava acontecendo com as suas mãos, elas começavam a lhe falhar. A peregrinação a hospitais tornou-se recorrente. Era tendinite, diziam, precisava de repouso, evitar tarefas repetitivas. *“E toma corticoide, toma corticoide. E vai pra casa, imobiliza. Aí foi quando eu comecei a dar muito atestado. Porque tinha dias que eu realmente não dava conta de fazer nada, nem levantar da cama, de tanta dor”*. Roberta não conseguia render mais o que rendia antes e a patroa começou a tratá-la de um jeito diferente. *“Aí ela já começou a pegar no meu pé. Até então, quando eu não tava doente, era tudo uma maravilha, me tratava super bem”*.

Até que a patroa resolveu pagar-lhe um médico especialista, particular. *“Aí eu fui, fiz os exames, tudo por conta dela, e deu uma diferença. Aí já não era mais tendinite. Era uma outra doença, mas era uma doença que já tinha nascido comigo, uma síndrome”*. Roberta tomava os novos remédios e mesmo assim não melhorava. Voltou para o ortopedista do posto. Até que um médico pediu-lhe um exame diferente, uma ressonância, e descobriu: o que ela tinha chamava-se artrite reumatoide, era hereditário e degenerativo. Logo descobriu que muitos parentes haviam morrido disso.

Fez um acordo com a patroa. Roberta pediria as contas e ela lhe pagaria os seus direitos. *“Aí ... por causa dessa lei das domésticas e tudo, chegou a dar uma confusão, mas acabou dando tudo certo”*. Sair foi um alívio, já não dava mais conta. *“Eu não conseguia fazer mais nada, nada”*. Foi encaminhada a um especialista e finalmente começou um tratamento que estava dando resultados. As mãos, que já estavam completamente tortas, foram aos poucos desentortando e desinchando. Mas os remédios eram muito fortes e lhe davam uma sonolência terrível. Incomodava-a muito ter que ficar praticamente restrita ao ambiente doméstico: *“parece que a gente tá meio inútil”*.

Em casa, aproveitava para arrumar o que conseguia e principalmente cuidar dos pais idosos. *“Sou eu que cuido deles agora, sou eu que dou os remédios. Sou o prontuário humano de cada um. Sei o que cada um pode, o que não pode. Eu sou a filha mais nova, então eu tenho mais paciência”*. Dividia os afazeres domésticos com as duas irmãs que ainda estavam em casa. Também morava lá um irmão, mas com esse não se podia contar muito. Ficava mais fora, gostava era da farra. Fábio agora já era praticamente um adolescente e ajudava em algumas coisas em casa, mas tinha as obrigações da escola e estava sempre com a cabeça nas cartinhas que recebia de colegas e nas festinhas que queria ir no final de semana. *“Mas ele é um garoto maravilhoso, nunca me deu trabalho”*.

Foi em um dos seus exames agora mensais que a médica percebeu uma alteração hormonal: *“isso aqui tá com cara de gravidez. Engraçado, porque esses remédios que você toma são todos abortivos”*. Roberta fez um exame específico e confirmou: uma menininha tinha sobrevivido aos fortes medicamentos. Se tivesse demorado mais um mês para descobrir, provavelmente ela não teria resistido. Imediatamente seus remédios foram trocados por outros mais fracos. *“Mas a gravidez me protege, sabe? Enquanto ela está aqui, eu estou bem. O problema vai ser depois que ela nascer, os médicos dizem que terei a minha pior crise”*.

Roberta estava namorando com Jaílson já fazia quatro anos. Ele viera da Bahia e também tinha uma filha adolescente. Morava com os avós e trabalhava como autônomo, era pintor. Já antes da gravidez, Jaílson insistia para que se casassem e, com a notícia da chegada de Janaína, esses pedidos se intensificaram. Mas de uma coisa Roberta tinha absoluta certeza: não queria se casar.

Por causa da minha relação anterior, ficou um trauma com o meu primeiro, o pai do meu primeiro filho. Mas não é só isso. Eu não quero casar agora. Não agora, não, hm-hm. Eu

não consigo me ver como uma mulher casada. Ali naquela rotina de casamento, eu não me vejo nessa rotina. Eu, não sei porque, eu tenho esse pensamento de que eu vou perder a minha liberdade. Ter que falar pra onde vou e o que eu vou fazer.

Não queria terminar o namoro, mas casar por enquanto estava fora de questão. As pessoas à sua volta não entendiam, cobravam: como assim ela não iria se casar? Estava grávida e, além disso, já estava passando da idade! Respondia sem titubear: “*Por quê? Tem idade? Ninguém me avisou!*”. E ria, deixando o interlocutor atônito. Seus pais a apoiavam, gostavam de tê-la por perto, principalmente depois de sua doença. Ela precisava deles e eles precisavam dela. E agora, com a bebê, sabia que a ajuda da família teria um valor inestimável.

É, porque, quando nasce, você tem que se dedicar muito mais à criança. Aí o marido cobra. Aí você é mãe, mas você é mulher também, aí já começa a cobrança, porque você quer se dedicar ao máximo pro seu filho, aproveitar, cuidar direitinho, e o marido... As minhas amigas todas passam por isso, as que são casadas.

Apesar das dificuldades que sabia que enfrentaria, estava muito feliz com a maternidade. Seu filho Fábio tornara-se um menino companheiro e agradável. Sentia que a maternidade a tinha tornado uma pessoa bem melhor, em tudo. “*Eu era uma pessoa muito fria, que a minha mãe fala, eu me tornei mais amorosa, mais compreensiva*”. Não tinha como ter filho e continuar sendo a mesma pessoa. Para você ser uma boa mãe, “*tem que se reorganizar, né? E ter paciência, pra cuidar da casa, do filho... E tocar os outros planos também, né? Porque a vida não para, a gente quer fazer outras coisas. É tão difícil, mas é tão bom!*”.

E os outros planos iam de vento em popa. Pouco antes de descobrir sua doença, havia decidido começar o curso técnico em secretariado no IFB. A irmã havia feito esse curso e gostara bastante. À época, ainda estava trabalhando como empregada doméstica e queria muito sair, mas o diploma do Ensino Médio não estava sendo suficiente para que ela conseguisse coisa melhor. “*Já fazia um tempo que eu queria voltar a estudar. Também pra melhorar de emprego, conseguir uma coisa melhor. Sair de casa de família. Ninguém merece esse trabalho!*”.

Fazer o curso de secretariado “*me mudou muito*”. “*Eu acho que eu sou mais determinada agora. Eu era mais tímida, não sou mais agora. Eu perdi essa timidez. Esse medo de falar em público, porque eu morria de medo de falar em público*”. Logo no início do primeiro semestre, Roberta tornou-se representante de turma. Nunca se imaginara em tal posição, não via em si mesma nada como um espírito de liderança ou uma capacidade de mediação de conflitos, habilidades que considerava essenciais para essa função. Mas desenvolveu-as. Permaneceu como representante até o final, apesar dos atestados, apesar de ter passado boa parte do curso mal conseguindo escrever. “*A gente se apoiava, uma na outra, pra não deixar nenhuma desistir. Eu acho que da gente que tinha mais afinidade, assim, acho que ninguém desistiu, até o final a gente conseguiu*”.

“Além disso, o curso abriu a minha cabeça”. Antes, tinha a imagem da secretária como *“aquela mocinha bonitinha sentadinha na cadeira, só pra servir o cafezinho. (risos) Todo mundo acho que acha isso”.* Depois percebeu que essa era uma visão equivocada e preconceituosa. Secretárias são agentes facilitadoras da vida de qualquer empresa, têm um papel crucial e devem ter um comportamento profissional e discreto. Mas não só secretárias: apesar de na turma dela haver só mulheres, é lógico que homens poderiam desempenhar muito bem essas funções. No trabalho da irmã dela tinha um homem secretário. *“Mas, assim, é diferente, porque geralmente a gente vê essas funções sendo desempenhadas mais por mulher, né? Porque a mulher às vezes ela tem, digamos assim, mais jogo de cintura pra algumas coisas”.*

A pessoa que a substituiria no trabalho era um homem e ele parecia estar pegando as coisas, apesar de não ser *“tão atento aos detalhes como as mulheres”.* Roberta estava no novo emprego há cerca de um ano, depois que seu tratamento começara a surtir efeito. Iniciara como assistente administrativa numa escola de cursos profissionalizantes na área de saúde e beleza, ali mesmo em São Sebastião; agora que se formara, já era secretária e auxiliar pedagógica. Roberta não tinha planos de parar. Assim que acabasse sua licença maternidade e voltasse a trabalhar, pretendia já começar outro curso, provavelmente o superior em Secretariado Executivo. *“Ficar em casa, parece que a gente tá meio inútil, eu não aguento”.*

Na história de Roberta, um dos principais pontos que nos chama a atenção é sua recusa em se casar. A explicação pela via do trauma, em razão da traição que presenciou às vésperas do primeiro casamento, é refutada pela própria como insuficiente. Não é só isso, essa não parece nem mesmo ser a razão principal. Quando do planejamento de seu primeiro casamento, Roberta era praticamente uma adolescente, estava grávida. Tem-se a impressão de que a decisão do casamento foi quase imposta pelos pais de ambos os noivos. Agora, com mais de 30 anos, Roberta já viveu um pouco mais, tem muitas amigas casadas, trabalha, tem mais independência para tomar decisões. E recusa veementemente a ideia de casamento.

As razões trazidas por ela são muito relevantes para nosso estudo. Roberta não quer se casar, porque não quer perder sua liberdade, não quer ter que dar satisfação para seu marido do que está fazendo, quando e como, não quer se submeter à rotina de casamento. E o que seria essa rotina de casamento? A rotina das tarefas domésticas que recaem sobre as mulheres, que Bruschini (1990) extensivamente elenca? A rotina de dever se submeter aos desejos sexuais do marido, quando, nesse início, tudo o que ela quer é poder ser mãe? Isso, relata ela, é algo vivido por todas as suas amigas casadas. A mulher não deve se esquecer de que, além de mãe, é esposa; mas será que o homem se lembra que, além de marido, é pai? Porque essa é uma cobrança unilateral? É inegável a presença desse pensamento no senso-comum, algo que, muito provavelmente, toda recém-mãe que tem um companheiro ouviu. Quantos terão sido os homens que ouviram que eles precisam refrear seu desejo sexual em prol de uma paternidade atenta e responsável?

A fala de Roberta sobre a liberdade atesta que, ao adentrar um casamento, adentra também toda uma lógica patriarcal que está associada à divisão sexual do trabalho e à submissão da mulher ao homem. No entanto, uma análise atenta de seu relato mostra que o fato de estar na casa dos pais não a isenta de tal situação, apesar de ampliar e tornar mais acessível sua rede de apoio. Mesmo assim, divide com suas irmãs a responsabilidade pela casa e pelo cuidado com os pais idosos. O irmão, que apenas por acaso é mencionado como também morador da casa, tem sua ausência vista como algo natural. Ele tem a opção de não parar em casa. Suas irmãs têm essa opção? Vemos aí mais uma vez em ação a ideologia que leva a que situações de total desigualdade não sejam assim percebidas pelos atores envolvidos. Ou, se são percebidas, nada é feito a respeito, conforme explica Zizek (1989). Todos têm seus empregos, mas o trabalho do irmão cessa quando sai do local de trabalho, o das irmãs não, o que reforça as pesquisas da PNAD sobre as horas trabalhadas por homens e mulheres quando é contabilizado o tempo dispendido com afazeres domésticos (IBGE, 2015).

Apesar disso, Roberta, assim como Gabriela, se sente inútil quando está em casa. O que seria esse sentimento de inutilidade, de não estar fazendo nada que possa ser considerado proveitoso? Ora, só podemos interpretar isso mais uma vez como a desvalorização associada ao trabalho reprodutivo em que não está envolvido um salário – cabe destacar que, no sistema capitalista, o que é valorizado é a remuneração, não o trabalho em si. Algo semelhante nos ocorre quando analisamos a fala recorrente de Roberta de que seu filho não lhe dá trabalho. Cuidar de uma criança inevitavelmente envolve algum esforço e dedicação, em maior ou menor grau. Quando Roberta diz que o filho não lhe dá trabalho, parece estar querendo dizer: ele não dá mais trabalho do que é esperado, ou ele dá menos trabalho do que o esperado. Negar o esforço envolvido é mais uma vez invisibilizar o investimento materno, bem como colocar a maternidade no lugar de uma doação que tem que ser feita sem reclamações. Roberta sabe que cuidar de uma criança dá trabalho, conforme expõe em diversos outros pontos de sua fala, mas age como se isso não fosse verdade, o que nos remete precisamente à definição de fantasia ideológica dada por Zizek (1989).

Assim, Roberta, em casa, trabalha e muito. Participa da divisão das tarefas com as irmãs. Estando na casa dos pais, sabe que vai conseguir continuar trabalhando e estudando, mesmo com um bebê recém-nascido. Casada, será que conseguiria? É digno de nota que todas as participantes deste estudo, com exceção de Suzana, têm filhos maiores de seis anos. Ou seja, elas precisaram esperar seus filhos crescerem e terem um pouco mais de autonomia, muitas vezes para ficarem sozinhas em casa, a fim de que conseguissem conciliar outras atividades com a maternidade.

Roberta, quando estava grávida do primeiro filho, desistiu de estudar para cuidar da criança. De alguma forma, entendeu que essas duas coisas eram incompatíveis. Mais velha, no entanto, grávida de segunda filha, deixa claro, como outras de suas colegas, que a maternidade não faz com que ela deixe de ter outros planos. Isso contraria claramente a tese de Freud segundo a qual a maternidade seria a via ideal para que a mulher lidasse com a sua castração (Birman, 2001). Como defende Kehl (1998), trata-se de uma naturalização de algo que é imposto historicamente e culturalmente

sobre a mulher. O que, reiteramos, está relacionado à atuação de uma fantasia ideológica que pretende assim explicar a falta que é inerente à condição humana (Zizek, 1989).

Seguindo essa linha de raciocínio, devemos nos lembrar que Roberta fala de como a maternidade foi positiva no sentido de transformá-la em uma pessoa mais paciente, mais amorosa e compreensiva. Como vimos em nossa análise histórica da maternidade, sobretudo com Badinter (1985), tais elementos construtores da identidade materna não são dados, mas construídos historicamente. Com o desenvolvimento do capitalismo e o aprofundamento da divisão sexual do trabalho, em que a criação dos filhos passa a ser função exclusiva da mãe, vemos associado a isso todo um desenvolvimento daquelas características identitárias que passam a ser tidas como tipicamente femininas. Trata-se, de acordo com o entendimento que defendemos nesta tese, de uma manifestação da alienação de gênero. A identidade de gênero e toda a idealização do que significa ser mulher e particularmente mãe já estão dadas *a priori*, são definidas a partir de sua oposição ao que significa ser homem, particularmente um pai. Dentro dessa lógica, Roberta descreve o pai de seu primeiro filho como alguém desajeitado e desligado, como se não estivesse naturalmente destinado a realizar aquelas tarefas da mesma forma que as mulheres.

Com relação ao trabalho que desempenhou como empregada em casa de família, vemos um quadro muito similar ao de Irene: exploração do trabalho feminino, problemas com a lei que regulariza o trabalho doméstico remunerado, relação basicamente com a mulher empregadora. Esse cenário mostra como a terceirização da atividade doméstica, que, como vimos na terceira parte de nossa fundamentação teórica, foi bastante característico da emancipação da mulher da classe média brasileira, apenas mascara a situação de divisão sexual do trabalho (Gama, 2014). A mulher da classe economicamente privilegiada consegue adentrar o mercado de trabalho ocupando bons cargos, mas transfere o trabalho doméstico para outra mulher, de classe mais baixa, passando de executora para supervisora.

Mais uma vez, vemos que a questão da mulher é atravessada pela divisão em classes sociais. Esse atravessamento faz com que existam diferenças marcantes entre mulheres de classes sociais distintas, o que fica muito claro quando comparamos Roberta com sua patroa e também com a filha de sua patroa. Para transpor esse pensamento em termos de significante, vemos que o significado que desliza sob a cadeia de significantes mulher – pobre – negra – empregada doméstica é bastante diferente daquele sob a cadeia mulher – rica – branca – advogada.

Por outro lado, existem semelhanças que unem essas mulheres pelo simples fato de serem, em nosso sistema simbólico, designadas pelo significante mulher. É nesse sentido que não nos colocamos ao lado daquelas autoras que, como Delphy (2015) veem uma coexistência de dois sistemas independentes: o capitalista e o patriarcal. Por outro lado, tampouco entendemos que as diferenças de gênero se diluem diante das diferenças de classes sociais, o que é a crítica que muitas feministas marxistas fazem ao pensamento marxista clássico (Trat, 2014).

Falando em diferenças, é interessante pontuarmos as que percebemos entre Roberta e a filha de sua patroa. A filha, cujo nome não sabemos, é descrita por Roberta como uma menina mimada, que recebe tudo na mão e não precisa fazer nada em casa, pelo contrário, está sempre reclamando e cobrando dos pais. Tem dinheiro de sobra para roupas, festas e viagens. Decide cursar Psicologia em uma faculdade privada e não se preocupa com o futuro. Roberta, por outro lado, inicialmente precisa desistir de estudar para trabalhar e não precisar depender do pai. Depois de trabalhar por anos alternadamente como vendedora ou empregada doméstica, decide fazer o curso técnico em secretariado no IFB para conseguir um emprego melhor.

É no decorrer do curso que Roberta se apaixona pela profissão de secretária. Ela é a participante que mais nos fala sobre a ocupação para a qual estão sendo formadas, dando mostras de que essa formação de fato se traduz em uma nova constituição identitária. Fala com orgulho do *status* que rapidamente alcançou em seu emprego atual, muito em função dos aprendizados do curso.

Roberta faz observações interessantes sobre a profissão. Fala de um senso-comum que, segundo ela, todas as pessoas compartilham, de que a secretária seria uma menina bonitinha que está ali só para servir café para o chefe. Ao longo do curso, nos conta Roberta, essa sua imagem teria sido radicalmente transformada, ao perceber a dimensão e complexidade do trabalho da secretária. Por outro lado, ao falar do secretário que trabalha com a irmã e do estagiário que lhe substituirá durante sua licença maternidade, mostra uma certa naturalização de características que seriam típicas de homens e mulheres, o que está de acordo com o que vimos defendendo, a respeito de como a divisão sexual do trabalho se traduz em estruturas de personalidade distintas e complementares.

Ainda com relação ao curso, apesar de Roberta gostar muito da formação e se mostrar realmente empolgada com a perspectiva de se tornar uma secretária, não parece ser isso o que a mantém no curso e a faz concluir mesmo passando por agudas dificuldades em razão de sua doença. O que mais emociona Roberta é falar das amigas que fez no curso e da função de representante de turma que desempenhou do primeiro ao último semestre. Isso nos faz refletir sobre como a formação profissional ultrapassa o caráter técnico e como o sujeito, ao aprender, está presente integralmente.

Não podemos deixar de pontuar, por fim, que Roberta é mais uma que expressa seu medo anterior de falar em público e elenca a superação desse medo como uma das grandes contribuições do curso para a sua vida.

6.5 Géssica

Géssica nasceu no interior do Maranhão, em uma família humilde. Era a segunda filha mais velha de um total de sete irmãos. Na infância, foi abusada por dois tios, mas nunca teve coragem de contar para os pais, já que eles eram muito próximos da família e todos gostavam deles. Isso rendeu-lhe uma tristeza funda no peito que a acompanhava por toda a vida. Quando tinha sete anos, a família decidiu se mudar para Brasília. O pai ficara desempregado e estava em busca de melhores condições:

veio seis meses antes e logo trouxe o restante da família. Géssica respirou aliviada por deixar o Maranhão e o assédio dos tios.

Em Brasília, a vida era melhor, mas tampouco era fácil. Por ser a filha mulher mais velha, Géssica precisava ajudar a mãe com a casa e com os irmãos mais novos, não sobrava tempo para muito mais coisa. Quando seus irmãos cresceram, o pai lhe disse que ela e o irmão mais velho não poderiam mais morar em casa. Ele aos 15 e ela aos 13 já tinham idade para trabalhar e precisariam ajudar a família. Géssica se assustou: não queria abandonar a família, sentia-se frágil e dependente. Mas o pai não lhe dava alternativas, não havia mais lugar para ela em casa. Arrumaram-lhe trabalho na casa de umas primas na Cidade Ocidental, trabalhava de dia e estudava à noite. *“Eu trabalhava de babá. De babá, de empregada doméstica... fazia tudo”*.

Conseguiu fazer a 5ª e a 6ª série, mas parou por aí, iria trabalhar agora com uma tia, no Gama, disse-lhe o pai. A tia acabara de ter um bebê e precisava de ajuda. Acabou se apegando à tia, pelo menos lá se sentia acolhida e tinha o que precisava: comida, um quarto. Às vezes ganhava até uma roupa.

Assim, quando essa contou-lhe que estava de mudança para Belém e a convidou para ir junto, Géssica não negou. Aos 15 anos, arrumou as malas e foi para ainda mais longe da família. Logo se acostumou à nova cidade, apesar do calor. Fez amigos, pensava até em voltar a estudar em breve. Faltava pouco para o seu aniversário de 16 anos no dia em que chegou em casa e viu uma senhora e um rapaz bonito sentados no sofá. Ela era irmã de uma vizinha e ele, seu filho. A tal irmã havia se casado na juventude com um empresário francês que fazia negócios na Guiana Francesa e lá vivia desde então. Contava para a sua tia as maravilhas.

O rapaz, Jean, não parava de olhar para ela. Era charmoso e tinha olhos que pareciam querer devorá-la. No início pouco à vontade, foi topando a aproximação. Gostava de estar com ele e o achava bonito. Não se sentia apaixonada, mas quem disse que precisava disso para viver uma aventura amorosa aos 16 anos? Tudo aconteceu muito rápido. Em uma semana, sua tia lhe chamou na cozinha e contou-lhe tudo. A sobrinha da vizinha que tinha ido passar férias no Brasil há um ano era irmã dele. *“Aí a irmã dele me filmou, disse que gostou de mim e levou pra ele ver. Ele foi lá pra me ver. As minhas tias já se apaixonaram por ele”*. Jean estava com 24 anos e procurava uma moça bonita e simpática para se casar. A mãe dele entrara em contato com sua tia e já estava tudo arranjado para o casamento. Géssica assustou-se: como ninguém lhe falara nada? A tia disse que já esperava essa reação dela, mas não lhe contara nada antes, porque queria que ela conhecesse Jean primeiro. Agora que via que os dois se davam bem, sabia que tinha tomado a decisão certa. *“Foi um casamento arranjado. Minha tia fez eu casar com ele. Disse que, eu casando com ele, ele podia ajudar minha família, porque eles falavam que ele tinha dinheiro, né?”*.

Esse argumento teve um grande impacto sobre ela. Ajudar os pais, como ela poderia negar isso? Não conhecia Jean direito e ir para um país desconhecido dava-lhe muito medo, mas o rapaz parecia boa gente e sua mãe era simpática. O que poderia dar errado? Concordou. Em poucos meses,

casaram-se no civil com a presença do pai e da mãe dele e de suas tias. Géssica queria muito um casamento na igreja, com padre e vestido branco. Queria também a presença da sua família. Mas ele lhe disse que aquilo tudo era besteira e um gasto inútil de dinheiro, Géssica assentiu.

E, assim, foi. Ela não poderia imaginar que o inferno se chamava Caiena e tinha lindas praias.

“Ele não deixou eu estudar, não deixou trabalhar. Eu trabalhava com eles porque os pais dele tinham mercado. Eu ia 3h da manhã pra ajudar no mercado, mas sem ganhar nada. Eu trabalhava de graça”. Muitas vezes, trabalhava sem pausa até a hora de dormir. Não tinha amigos, não conhecia ninguém além de Jean e da família dele. Sua maior preocupação, no entanto, era que não estava conseguindo ajudar os pais.

Eu conversei com os pais deles e expliquei que meus pais estavam precisando e pedi um salário. Eu pedi ajuda porque eu queria ajudar o meu pai. Ai ele disse que não podia pagar tanto de salário, nem lembro quanto era lá. Ai eu falei que não precisava pagar, mas pelo menos um pouco que eu pudesse ajudar meus pais. E ai o combinado foi que eu trabalhasse por fora pra poder ajudar, comecei a trabalhar na casa deles mesmo. Trabalhava no mercado e na casa. Ai eu mandava o dinheiro pros meus pais. Ajudei a construir a casa deles aqui.

Não demorou muito para que Jean começasse a lhe agredir. *“No começo, ele era carinhoso. Ai demorou pouco tempo e ele começou a mostrar quem ele realmente era: uma pessoa agressiva, me machucava, possessivo, ciumento”.* As brigas foram ficando frequentes, os socos, os puxões de cabelo. Ela não saberia contar. O que não esquecia de jeito nenhum fora o dia em que ele lhe arrastara pelos cabelos na frente dos amigos. *“Nesse dia, ele ia sair com o carro, eu ia sair com ele e ele disse que não. Eu entrei no banco do carona e ele, simplesmente, desceu, me puxou pelos cabelos e saiu me arrastando no meio das pedras...”.* O cheiro de álcool e de sangue. O riso nervoso dos amigos. Seriam selvagens, afinal? Um amigo reclamou *“e ele disse que não era pra ele se meter, porque eu era a mulher dele e ele fazia o que quisesse”.*

Ah, e os estupros também, esses ela queria muito esquecer, mas não conseguia, estavam marcados para sempre ali no fundo da alma. *“Me abusava mesmo. Era quando ele queria, na hora que ele queria, do jeito que ele queria”.* Foi Deus quem fez ela perder ainda no ventre o filho daquele monstro. A tristeza apertava forte no peito, não tinha ânimo para nada. Ficou sabendo que a isso se dava o nome de depressão. *“A mãe dele morria de medo que eu fizesse alguma besteira comigo mesma”.* O mesmo Deus que levara-lhe embora o filho indesejado, lhe dava forças para continuar, a duras penas. *“Lá minha vida se transformou, porque ele me maltratava demais, me batia, machucava muito, ele tentou me matar várias vezes. Eu morria de medo dele”.* O medo da infância se repetia: se contasse para alguém, será que acreditariam nela?

Um dia à noite, a mãe de Jean viu-o em uma de suas agressões quase cotidianas. Houve uma grande briga na família, o pai quis expulsá-lo de casa.

O pai dele falou que se ele continuasse, levantasse a mão pra mim era pra eu falar porque eu era como uma filha pra ele. Ele até ficou chateado porque eu nunca contei, nunca falei antes. Ai eu falei “ele é filho de vocês, então quem iria acreditar em mim?”, pra mim, ninguém ia acreditar.

Jean ficou transtornado: disse que estava arrependido, que não faria aquilo nunca mais, pediu perdão a Géssica com lágrimas nos olhos e cheio de promessas. Mas não cabia a ela aceitá-lo, cabia a seus pais, e eles o fizeram. As agressões pararam por um tempo, mas não demoraram a voltar a povoar os seus dias.

Ainda assim, Géssica seguia sem coragem de pedir ajuda, para a família de Jean ou para a sua. *“Minha família toda achava que eu tinha uma vida diferente lá. Quando ele viajava comigo pra cá, de férias, era completamente diferente. Achavam que eu tinha uma vida de princesa. E eu sei a vida que eu tinha”*. No telefone com os pais, Géssica só chorava, mas dizia que era de saudades de todos, do jeito do Brasil. *“Meus pais começaram a desconfiar porque eu sempre ligava chorando. Eu chorava, chorava. Meu pai me conhecia e ele falou ‘não, tem alguma coisa errada’”*.

Até o dia – já se iam seis anos e meio de casamento – em que ele mais uma vez tentou matá-la e ela o enfrentou sem medo. *“De repente, veio uma força e eu tirei ele de cima de mim”*. Jean riu, disse que se quisesse matá-la, mataria. *“Ai eu falei ‘então me mata, não tenho mais nada a perder’”*. Nesse dia à noite, Géssica pegou a faca para matá-lo. Por muito tempo, encarou seu rosto, sentou-se no chão ao lado da cama. Não sabe quanto tempo ficou ali. Se ele tivesse acordado e a visse ali, quais teriam sido as consequências? *“Acho que alguma coisa segurou a minha mão. Se tivesse acontecido, não sei se eu estaria viva hoje. Mas eu quis matar ele mesmo, de desespero total”*.

Assustada, desabafou sobre o ocorrido para a tia de Jean e seu marido, que se diziam seus amigos. Foi ele que então ligou para o seu pai e contou o que estava acontecendo.

Ai meu pai ligou lá na casa, me perguntou se era isso mesmo e eu não quis falar a verdade. Ele disse “minha filha, se você não vier embora, eu vou aí lhe buscar”. Ai eu conversei com o pai dele que queria passar um tempo com a minha família. Na verdade, eu já tinha essa ideia de não voltar. E assim eu fiz, vim só com a roupa do corpo pra ele me deixar vir.

Géssica foi ao encontro de seus pais em Brasília, tinha esperanças de deixar o pesadelo para trás. Começou a receber vários telefonemas: *“A família dele toda ficou desesperada, ligando, dizendo pra eu voltar”*. Também Jean passou a telefonar com frequência, enchendo-a de promessas e declarações. *“Falava que me amava, que a gente ia pra um novo apartamento, que ia me dar tudo que eu quisesse, que casava comigo na igreja. Na igreja que eu quisesse”*. Chegou a ir a Belém, a fim de conversar com sua tia e implorar para que essa intercedesse por ele. E a tia de fato tentou, não conseguia entender como a sobrinha podia estar deixando para trás aquela vida privilegiada. Mas Géssica não se deixaria convencer, não era mais uma menina boba. *“Tudo que ele falava era só da boca pra fora. Porque a gente viveu seis anos e meio juntos. Ele fez o que fez comigo todos esses*

anos. *Pra mim, se eu voltasse, ele me matava, matava mesmo*". Seu pai disse-lhe que, se viesse a Brasília, seria recebido pela polícia.

Géssica tentou seguir a vida, mas algo mudara nela para sempre. *"Eu fiquei com esse medo de me relacionar com um homem, porque, quando um homem levanta a voz pra mim, eu fico transtornada. Eu tenho medo"*.

Ainda morava na casa dos pais quando conheceu Jefferson e, pouco mais de um ano depois de começarem a namorar, engravidou. Seu pai não concordou com aquele filho concebido fora do casamento e a expulsou de casa: não criaria neto, disse-lhe.

Foram morar juntos. *"Esse não me agredia fisicamente, mas me agredia emocionalmente"*. Desde antes de engravidar, já ouvia notícias de traições. Depois que foram morar juntos, ele frequentemente deixava-a sozinha, dentro de casa. Saía e voltava de madrugada, sem dar explicações.

Eu quis abortar. Eu pensei em abortar. (...) Por não estar casada, por saber que ele já... pra mim, não seria um bom pai, bom marido. Eu, pra mim, ia criar sozinha. Então, assim, eu achava que eu não ia dar conta de criar um filho sozinha na situação que eu tava, sem apoio da minha família. Eu tava sozinha.

As saídas noturnas não mudaram com o nascimento de Danilo. *"Ai depois eu fiquei sabendo de traições. Ele sabia da minha história, falava que eu merecia apanhar mesmo. Ai saia de casa, não dava satisfação"*.

Pouco tempo depois de voltar para o Brasil, havia conseguido um emprego como secretária em um hospital odontológico. Adorava o emprego, mas, assim que voltou da licença-maternidade, foi demitida. Apenas muito mais tarde lhe disseram que aquilo era proibido. Não sabia se teria forças para entrar na justiça, de qualquer forma. Géssica então ficou em casa, cuidando de Danilo, até que completasse dois anos. Sentia-se péssima por depender de Jefferson, mas, por outro lado, o filho demandava tanta atenção que não sabia se teria conseguido conciliar com um emprego os cuidados que a bronquite asmática exigia. As crises eram constantes e também as idas para o hospital. *"Quando ele tinha crise, o pai dizia que não aguentava. Então, o pai dele foi pra Bahia, ficou um mês lá porque disse que tava muito estressado por causa do neném doente, que ele não aguentava ver"*.

Quando Jefferson voltou, não foi para casa. Géssica ficou sabendo por outras pessoas que ele havia retornado e ido para a casa de um irmão. *"Então eu fui falar com ele pra ver se ele queria separar ou voltar pra casa, pro nosso filho doente... aí ele voltou pra casa. Aí foi que começou a sair mesmo. Saía, voltava pra casa tarde"*. Como ela estava desempregada, quem pagava o aluguel e colocava tudo dentro de casa era Jefferson. *"Teve um tempo, assim, que a gente passou por necessidade mesmo, que a família dele teve que ajudar. Eles viram que a gente tava passando necessidade, que ele não tava dando conta"*. Com a sua família, ela não contava. Sua mãe às vezes a visitava, mas Géssica não tinha coragem de pedir nada. *"Eu entendia que, pelo meu pai ter me expulsado de casa..."*.

Géssica não sabia quem entrara em depressão primeiro, se ela ou ele, mas tinha certeza que a tal tristeza que não tinha fim havia atingido os dois. Jefferson resolvia bebendo com os amigos e sumindo às vezes por dias. Que solução restava para Géssica? Quando Danilo completou dois anos, sua mãe arranhou-lhe um trabalho de limpeza em um órgão público. *“Meu chefe me ajudou muito, porque se fosse outro teria me mandado embora. Eu com meu filho doente. Eu tinha que trabalhar durante o dia e à noite tinha que ficar com meu filho no hospital”*. O esgotamento era tanto que ela andava anestesiada, feito um zumbi. *“Eu andava na rua, o carro que quisesse passar por cima de mim podia passar, porque eu andava igual uma louca”*.

Não demorou muito para que Jefferson saísse de vez de casa. Não lhe falou nada, não deu nenhuma pista, apenas o descaso habitual com o qual a tratava. Saiu como fugido. *“Ele fugiu de casa. Esperou eu sair de manhã pro trabalho, deixou meu filho na creche, voltou, pegou as coisas dele e foi embora”*. De noite, quando chegou em casa, após buscar a criança, a vizinha disse-lhe que o viu saindo com um grande volume na moto, que achava ser a televisão. Géssica ligou para a família toda e ninguém sabia dele.

Ficou desesperada. O salário que ganhava era pouco e não sabia se conseguiria se manter no emprego se não tivesse pelo menos quem deixasse Danilo na escola pela manhã, a única coisa que Jefferson fazia. *“Só não fui parar na rua por causa da dona do lote onde eu moro, que me ajudou muito, porque senão eu não sabia o que teria feito. Eu entrei em depressão. Mais de uma vez dormi com a roupa do corpo”*.

Passava as noites em claro, chorando, chorando. Ficou dois anos esperando o pai de seu filho voltar. *“Quando fez dois anos, perguntei se ele ia voltar pra casa, pro filho e a resposta dele foi que não adiantava eu me arrastar igual uma cadela. Aquilo pra mim doeu mais do que uma facada”*. Quando olhava para trás, não sabia se ainda gostava dele ou se era o medo de ficar sozinha, o constrangimento diante de Danilo quando esse perguntava pelo pai. *“Hoje, eu acho que era mais medo de ficar sozinha com meu filho doente, ficar correndo, pagar aluguel. De repente perder o emprego... então, assim, eu me senti numa escuridão total”*.

Após três anos trabalhando na limpeza, Géssica foi chamada para substituir uma auxiliar administrativa que estava de licença. Depois, ficou mais um ano cobrindo férias de outros terceirizados, mas não na limpeza.

Eu trabalhei no almoxarifado, na xérox, no protocolo, na diretoria geral... E as pessoas gostavam do meu serviço. Tanto é que em todo lugar que eu ia, as pessoas queriam que eu continuasse lá. E aí, fizeram reunião e vieram me perguntar onde eu queria trabalhar, aí eu disse “onde vocês me colocarem, eu fico”. Teve até uma certa discussão lá, porque tinha gente que me queria e não podia.

Com o tempo, as coisas foram se ajeitando. Sua situação no emprego se estabilizou, as crises do filho foram diminuindo até parar, sua mãe passou a ajudar ocasionalmente com as idas e vindas da escola. Até Jefferson quis voltar, mas Géssica negou, orgulhosa. *“Ele já chorou pedindo pra*

voltar, de joelhos. Igual um menino, chorando. Mas ele me fez sofrer demais. Ainda mais com uma criança, né?! Porque quando é só a gente, a gente sofre, mas quando tem uma criança...”. O pai falava inclusive com Danilo sobre o seu desejo de voltar. Para Gêssica, isso servia apenas para confundir ainda mais a cabeça do menino, para quem, julgava, a separação já tinha causado um certo trauma. “Ele fala: ‘Mamãe, você vai voltar com o papai? O papai abandonou a gente quando era criança, mas hoje ele quer voltar’. Eu digo: ‘Mamãe já sofreu tanto e hoje tem medo de sofrer de novo’”.

O que mais ressentia Gêssica era o tanto que Jefferson havia lhe faltado como companheiro na criação do filho. Na escola, Danilo sofria quando os coleguinhas diziam que tinham mãe e pai e ele não. Não se esquecia das apresentações na escola, em que o pai nunca podia estar presente. “Teve um dia que eu realmente não pude ir e o pai dele disse que ia e não foi. Ele apresentou e não tinha ninguém pra ver. Eu cheguei lá e ele tava chorando: ‘Mamãe, o papai não veio’”. Houve também a vez em que o filho recebeu advertência por estar brigando na escola. No dia seguinte, um dos responsáveis precisaria comparecer à escola.

Eu falei: “você vai lá, porque eu tô muito cansada”. Sempre é eu. Reunião... tudo é eu. O pai dele nunca vai, mas eu falei: “Dessa vez, você vai. Seja pai. Seja pai”. Pelo menos ele me ajuda com a alimentação, sei que tem muita mulher separada que não tem nem isso. Mas eu tô cansada, me sinto cansada, cansada.

Uma de suas maiores preocupações era a de que o filho não fosse igual aos homens que conheceria. “Eu vivo falando com meu filho, porque eu quero que ele seja um homem diferente. Não quero que ele seja igual o pai”. Hoje seu filho já estava com 13 anos, já era um adolescente e Gêssica sentia que, apesar das dificuldades, tinha conseguido criá-lo bem. “A coisa mais importante que eu tenho é o meu filho. Faço tudo por ele. (...) E sempre peço perdão por ter pensado em abortar”. Mas se ressentia por tê-lo criado sozinha, sem o pai e também sem a sua família.

Minha mãe e do meu pai, eles me julgavam muito. Então, eu tenho uma mágoa deles. Tento dar perdão, mas... principalmente do meu pai, porque meu pai não gosta do meu filho. Não tá nem aí pro neto. E ele, assim, não fala do avô dele por causa disso. Meu avô já falou isso pra ele. Ele diz: “o seu filho tem um problema na cabeça, tem um parafuso a menos”, então me magoa muito. Eu prefiro... quase nunca vou na casa da minha mãe, ainda mais agora que ela tá no Maranhão. E meu filho também não faz questão de ir lá.

Foi com a ajuda da dona do lote onde morava que Gêssica conseguiu voltar a estudar. Só tinha feito até a 8ª série, mas cursando um supletivo terminou o Ensino Médio em pouco tempo. Ficou sabendo do curso técnico em secretariado do IFB por meio de um namorado que estudava lá à época e achou que seria uma excelente maneira de afastar de vez da sua vida a pecha de funcionária da limpeza. Queria ser secretária, achava lindo. “Eu acho que é uma profissão bonita porque a

mulher, pra ser secretária, ela tem que se vestir bem, tem que se arrumar bem, tem que saber falar, se comportar. Eu acho bonito o jeito da secretária”.

Além disso, frequentar o curso era para ela uma forma de se distrair das preocupações e problemas do dia a dia. *“Pra mim, era mais uma terapia também vir pra cá, esvaziar a cabeça, encontrar com outras pessoas”.* Graças ao curso, tinha aprendido coisas importantes para o seu trabalho e tinha em mãos um diploma que, assim esperava, abrir-lhe-ia portas. Já tinha entregado muitos currículos, porque sabia que onde estava não teria para onde subir, mas ainda não obtivera retorno. No entanto, uma das principais novidades que o curso lhe havia anunciado era a habilidade recém-adquirida de falar em público. *“O que me ajudou também, porque eu era travada, foi a questão de falar na frente do público! Isso me ajudou muito”.*

A maior dificuldade que enfrentara para terminar o curso havia sido o cansaço. Levantava todos os dias 5h30 da manhã para arrumar o lanche do filho e fazer o almoço para deixar para ele. Saía para o trabalho 8h30, pegava dois ônibus. Para a volta, conseguia pegar só um, direto, mas mesmo assim chegava em cima da hora de ir para o curso. Voltava para casa só às 23h. *“Ele fica sozinho, mas eu toda hora ligo pra ele, toda hora. Pra ver o que ele tá fazendo, se já almoçou, se já bebeu água, se tá vendo TV”.* Às vezes, o filho pedia-lhe que não fosse, porque não queria ficar sozinho. *“Tinha dias que ele não queria que eu viesse pro curso, porque dizia que tava se sentindo muito só”.*

O namoro de então começou a degradingolar. *“Às vezes, quando eu tô gostando de uma pessoa, eu faço tudo pra gente se separar. Com esse meu namorado mesmo, a gente tava conversando e ele falou que eu tenho medo, que eu sou doida, não sou normal”.* Tinha sido o namoro mais longo desde o término com o pai de Danilo, mas de repente passou a se sentir desvalorizada por ele e ficou sabendo de traições. Passou um período com a tal depressão novamente querendo aparecer. *“Às vezes descontava no meu filho, não queria, mas descontava. Porque às vezes eu ficava tão chateada, tão nervosa e meu filho vinha...”.*

Foram as colegas do curso que não a deixaram desistir. Fez muitas amigas e elas até hoje às vezes se encontravam para conversar e se apoiar. *“Dificuldade cada uma tem a sua, mas a gente conseguiu se ajudar muito”.* Géssica não poderia dizer que seus problemas haviam acabado. *“Eu tenho problema de insônia, então às vezes eu passo noites sem dormir, lembrando de tudo que já me aconteceu, com olheiras, olho roxo”.* Mas sabia também que tinha conquistado muita coisa, muita coisa tinha mudado. Os eventos que tinham se passado com ela aconteciam *“...principalmente quando é uma mulher indefesa, que não sabe se defender, não consegue se defender”.* Não era mais o caso dela. *“Então hoje, eu acho... eu acho não, eu consigo me defender. Eu sei me defender”.* O que Géssica mais queria era mudar sua história de vida, ser diferente. *“Quero esquecer o passado porque é difícil, as coisas a gente não esquece, mas eu tenho que tentar. Tentar ser feliz. Fazer alguma coisa pra tentar ser feliz. E eu preciso de muita força”.*

Na história de Géssica, vários elementos nos chamam a atenção e sua análise é de interesse para a tese que estamos construindo. Um deles é o seu silêncio diante dos abusos que sofre por parte dos tios, na infância, e por parte de seu primeiro marido. Géssica não tem coragem de contar a ninguém o que ocorria, nem mesmo às pessoas mais próximas, por um temor, travestido de certeza, de que ninguém acreditaria nela. Observamos aqui uma negação da mulher enquanto sujeito de direito, de voz, de legitimidade. O homem é o detentor da razão, ou antes, como afirma Kehl (1998), o homem é o detentor do Verbo, é aquele autorizado a falar, que tem sua credibilidade assegurada *a priori*. Em oposição, a mulher é tida como aquela de quem se deve desconfiar, que ludibria, que engana. A ela não é dado o acesso ao Verbo, ela é castrada de saída.

Seguindo esse raciocínio, percebemos que a mulher está sozinha, ela precisa aguentar, está sozinha para se defender. É justamente isso que Géssica afirma ao final de sua fala: situações de abuso e humilhação, como as vivenciadas por ela, ocorrem com mulheres indefesas. Agora é um outro momento em sua vida, já que agora ela consegue se defender. O que chama a atenção nessa fala é que não é a atitude masculina que é questionada, mas a capacidade da mulher de fazer frente a ela. Há a reificação do lugar do homem, por um lado, como superior, intocável e, por outro, como predador sexual que tem na mulher seu objeto natural.

Esse lugar de superioridade é também ocupado pelo pai de Géssica. Ele parece ser um espectro que a ronda, ameaçador, poderoso, detentor de um poder sobre ela que às vezes é usado para o seu bem e, às vezes, para o seu mal. Assim o é quando ela, aos 13, é expulsa de casa para ir trabalhar na casa de parentes. Assim o é quando ela, 10 anos depois, é novamente expulsa de casa, dessa vez por ter engravidado fora do casamento. Façamos aqui um parêntesis para pontuarmos como, por muito anos, Géssica é enviada de um lugar para outro por razões derivadas do seu ser mulher: primeiramente, para ajudar no sustento da família por meio do trabalho reprodutivo remunerado, em seguida, para servir de objeto sexual por meio de um casamento arranjado à sua revelia, mais tarde, por estar grávida de um homem que não era o seu marido. Trata-se de situações que incidem sobre ela por sua condição de mulher, claramente derivada da divisão sexual do trabalho e da concepção do ser mulher a ela associada.

Voltando à figura do pai, Géssica sente-se a ele devedora, o que faz com que contribua financeiramente com a família mesmo já não morando mais sob o mesmo teto que eles. O mais estarrecedor é observar que, quando na Guiana, sua reivindicação por um salário, uma vez questionada por seu marido e pelos pais dele, é reduzida ao pedido de algum dinheiro com o qual pudesse ajudar seus pais. E, assim, diz, orgulhosa, que ajudou a construir a casa deles: a mesma casa da qual será expulsa em poucos anos. Há claramente um afeto bastante forte investido nessa relação, que devemos entender tendo por base o Complexo de Édipo da maneira como esse se conforma ao patriarcalismo, na qual o pai tem uma relação de posse sobre seus filhos, particularmente as mulheres, conforme debatemos em nossa fundamentação teórica (Roudinesco, 2003). Cabe mencionar que é

semelhante a concepção de filha que o pai de Jean expressa, ao dizer que Géssica é para ele como se fosse sua filha, mas a explora ao empregar-lhe sem remuneração.

De volta à relação de Géssica com seu pai, vemos que, por outro lado, é também o poder paterno que faz a filha se sentir autorizada a voltar, quando esse descobre pelo que Géssica está passando na Guiana. É quando o pai diz: “Volte ou eu vou te buscar”, que ela volta. As agressões, os abusos, a exploração, as ameaças de morte, os desejos de morte, nada disso é suficiente para que ela se sinta autorizada a voltar. Afinal, a desculpa dada por ela poderia ter sido apresentada em qualquer outro momento, mas não o foi, foi dada apenas no momento em que o pai a ordenou que fizesse.

Como é construída essa autoridade paterna? Conforme temos procurado defender, as teses do Complexo de Édipo e da primazia do falo devem ser historicizadas, contextualizadas tendo em vista um sistema patriarcalista que coloca o homem em lugar de superioridade frente a mulher, sistema esse que, apesar de anterior ao capitalismo, é por ele transformado a serviço do capital. Podemos supor que a autoridade do pai, como representante do masculino, é transposta para outras figuras masculinas na vida de Géssica: seu primeiro marido e também o pai de seu filho. A essa submissão de ordem psíquica, soma-se a dependência financeira, que mais uma vez podemos relacionar à divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, em que o homem provê o dinheiro e a mulher cuida da casa e do filho (o trabalho reprodutivo não remunerado).

Em sua relação com o marido francês, vemos sua colocação na posição de objeto sexual. Estaria ela inconscientemente optando, na dialética do ser ou ter o falo imposta por Lacan (2003) à mulher, por ser o falo, objeto de desejo masculino? É assim que Jean se sente poderoso ao expor aos amigos a sua posição de controle absoluto sobre ela. Quando um deles reclama, ele explicita o não dito: como marido, ele tem o direito de fazer com ela o que quiser. No momento em que Géssica se aproxima da morte – poderíamos dizer o gozo da quase-morte? –, consegue deslocar Jean desse lugar e então desliza para a posição do ter o falo, rivalizando com seu marido como aquela que ameaça matar, aquela que pode matar. Ressaltemos, no entanto, como essa dialética, proposta por Lacan, deve ser compreendida em um contexto social e histórico mais amplo, que prende a mulher em um lugar de submissão ao homem.

Analisando mais a fundo a fala de Jean, de que, como marido, ele dispõe do direito de fazer o que quiser com ela, nos perguntamos: não seria isso o que está por trás de todas as relações que Géssica estabelece com homens ao longo de sua vida? Como homens, eles têm o direito de fazer com ela o que quiserem. A ela resta sofrer calada, conformar-se e fazer o que se espera dela como mulher: realizar o trabalho reprodutivo, ser submissa ao homem. Assim conforma-se sua identidade, como um posicionamento psíquico-social, com forte componente inconsciente, constituído a partir de conteúdos simbólico-afetivos, conforme a definição que apresentamos em nossa fundamentação teórica.

Quando partimos para examinar a relação de Gêssica com Jefferson, pai de seu filho Danilo, mais uma vez precisamos lutar para transpor a resistência em analisar algo que nem parece digno de nota face à sua suposta obviedade. Em que consistiria, no entanto, o papel do pesquisador senão em dissecar o óbvio, aquilo que parece natural? Estamos falando aqui da tranquilidade com que Jefferson justifica que irá viajar porque não aguenta ver o filho doente, aquilo o estressava. Imaginar tal fala sendo expressa por Gêssica ou qualquer outra mulher é quase irrealizável. À mulher cabe aguentar. Se ela não aguenta, como vemos que acontece com Gêssica, ela deverá sofrer calada as consequências físicas e psíquicas disso. A materialização dessa relação na fala de Gêssica aparece quando ela usa o significante “meu” e não “nosso”, ao mencionar Danilo no relato de como Jefferson abandona a ambos.

A primeira reação a essa dinâmica que observamos por parte de Gêssica é quando esta diz a Jefferson que ele deverá se apresentar à escola como o responsável por Danilo, que sofrera uma advertência por ser pego brigando na escola. Mesmo nessa situação, chama-nos a atenção que isso é feito em um contexto que poderíamos enxergar como tipicamente viril: é o pai que responde pelo filho que briga, pelo filho que, como ele, é homem. É apenas depois que esse filho atinge a adolescência e já não exige os cuidados que exigia na infância, que o pai por ele se interessa.

Há algo em Gêssica que, no entanto, se transforma. Com o tempo, ela passa a não suportar mais se maltratada, torna-se agressiva, aprende a se defender. Vemos, por um lado, uma tentativa dela de recuperar em si mesma aquilo que a torna sujeito: sua capacidade de agir, de transformar sua realidade, de atuar. Em que medida é possível reconstruir sua identidade de gênero? Em que medida a possibilidade de o sujeito transformar o mundo em que vive, conforme defende Vigotski (1934/2008), consegue deslocar essa identidade tão rigidamente constituída no contexto da divisão sexual do trabalho?

Por fim, interessa-nos compreender um pouco da trajetória profissional de Gêssica e da formação como secretária. Observamos que essa esteve a maior parte do tempo em ocupações relacionadas ao trabalho reprodutivo. Demonstra um verdadeiro rechaço por ser faxineira, o que revela como o trabalho reprodutivo é mal visto, desvalorizado. O trabalho de secretária aproxima-se mais daquilo que é enxergado com bons olhos: um trabalho de escritório, território masculino.

Além disso, o que a atrai no serviço como secretária é um certo estereótipo do ser mulher associado ao vestir-se bem e saber se portar. Isso confere um *status* que ela parece querer buscar. Mas não é só isso que a mantém no curso, mantém-na também os laços sociais estabelecidos com as colegas, outras mulheres com quem sente que têm coisas em comum. Gosta dos conversas e trocas estabelecidas com essas, o que demonstra uma afinidade de conteúdos simbólico-afetivos que compõem a identidade de gênero dessas mulheres em sua forma socialmente compartilhada. E são esses conteúdos que essas mulheres subvertem ao deixar de ter medo de falar em público, o que também é ressaltado por Gêssica.

6.6 Dona Gracinha

Dona Gracinha nasceu há muito tempo, diz ela, muito mais que toda aquela meninada da turma. Nasceu no estado de Goiás, em uma cidade do interior com alguma estrutura. Ajudava a mãe com os irmãos, cozinhava e cuidava da casa desde que se entendia por gente. *“A gente não ia mal de vida”*. O pai tinha um pequeno comércio, suficiente para sustentar os sete filhos. Morava com a família em um sobrado em cima da loja. Gracinha frequentou a escola até pouco antes do Ginásio, em uma instituição religiosa para meninas. O cabelo sempre penteado, o sapato lustrado, nenhuma parte da saia fora do lugar. *“Era exigência da direção, elas eram rígidas, nossa! Diziam que menina tinha que andar sempre asseada”*. Como era a mais nova das quatro irmãs, aproveitava as roupas que já haviam sido usadas pelas mais velhas.

A vida naquela cidade podia ser entediante, mas Gracinha gostava. Quando conseguia um tempo dos afazeres domésticos, encontrava-se com algumas colegas da escola que moravam perto. *“Não tinha muita coisa pra fazer na cidade, então a gente inventava junto. Era divertido! A gentetava sempre fugindo das mães, que ficavam chamando pra fazer tudo em casa”*. Eram quatro amigas muito próximas, mas era de Rosália que Gracinha mais gostava. As duas estavam sempre juntas, trocavam cartas jurando amizade e compartilhavam pequenos tesouros: um papel perfumado, uma boneca, uma pedra bonita achada no caminho. Não se cansavam de estar juntas.

Até que um dia aconteceu o beijo. Dona Gracinha, aos 65, já não se lembrava muito bem como tinha sido, os detalhes se perdiam na memória. Para ela, fora como uma brincadeira de criança, uma coisa inocente entre amigas que se amavam e entravam juntas na adolescência. *“Eu nem devia tá contando isso pra vocês, mas é porque foi na inocência, vocês entendem? Assim, uma demonstração de carinho, a gente era praticamente irmã!”* Mas a irmã mais velha de Gracinha viu e esbravejou que aquilo era uma pouca vergonha, coisa do diabo. Disse que contaria aos pais. *“Ai, mas aquilo me doeu tão fundo, como que alguém podia colocar maldade numa brincadeira de duas meninas tão inocentes igual a gente era?”*. Gracinha desesperou-se, o pai era bravo e muito religioso. Mas tinha ao seu lado um trunfo, sabia que a irmã apaixonara-se pelo filho do caseiro de uma fazenda próxima e que eles estavam se encontrando escondido. O que o pai diria se soubesse daquilo? Fizeram um pacto de silêncio mútuo, mas a irmã completou:

“Pelo menos ele é homem, o que você fez é nojento, não tá na Bíblia”. Ela falou desse jeitinho, eu não esqueço. Eu sei que eu não devia tá contando isso pra vocês, mas o que eu queria mesmo é que vocês entendessem que não tinha maldade nenhuma na gente, nenhuma, nenhuma!

Por um tempo, deixou-se consumir pela culpa, não teve coragem de confessar ao padre, mas rezava baixinho pedindo perdão. A amizade entre ela e Rosália abalou-se. *“Aí com essa confusão toda a gente acabou se afastando. Mas foi a vida também, que foi rumando diferente pra gente”*. Gracinha teve que sair da escola, porque as irmãs mais velhas estavam se casando e a mãe precisava

de ajuda em casa. Além disso, logo seria a hora de ela se casar também. Não demorou a ser cortejada pelo filho de um amigo do pai, dono também de um comércio na região. Gostava do rapaz, várias vezes ele vinha lhe visitar e sentavam na sala para conversar, algumas vezes conseguia a permissão do pai para ir com ele dar uma volta na praça. *“No interior, não era certo fazer mais do que isso antes do casamento. Ficava parecendo que não era moça de família”*. Aos 18 anos, tornou-se esposa.

Brasília tinha acabado de ser inaugurada, ainda havia muito a ser feito. Moacir já havia lhe falado do quanto lhe fascinava aquela cidade erguida da poeira. Era a nossa terra da liberdade, onde os sonhos podiam se realizar. *“Ele via isso aqui como se fosse o paraíso, sabe? Era só chão e areia, mas ele via era castelo”*. Tudo estava por fazer, trabalho não faltava, muito menos oportunidades para crescer. A hora era agora. *“Eu era a mulher, ia dizer o quê? Eu sabia que ia sentir falta da minha família, da minha cidade, mas se o homem queria vir, a gente tem que ir atrás sem reclamar. Assim é que é, num é?”*. Pouco depois de se casarem, mudaram-se.

Na nova capital, o marido seguiu os passos do pai e abriu uma olaria. Fabricava e comercializava tijolos e outros objetos de cerâmica. O comércio ia bem, afinal, a demanda era altíssima. Certamente teriam tido uma vida muito melhor se não fossem os vícios de Moacir: o jogo, as apostas, a bebida.

Ai, que tristeza, quando eu fui vendo quem era o homem que eu tinha me casado. Assim, eu gostava dele, gosto, sabe? Gosto mesmo. Mas dizer que ele era aquele homem que eu tinha sonhado, ixi, mas nem de longe, minha filha! Sonhava com um homem mais direito, mais protetor, sabe? E não um que eu precisava ficar o tempo todo cuidando porque chegava bêbado, dando bronca como se fosse menino. Ai, como eu sofri. Mas fui acostumando. A gente que é mulher acostuma com tudo nessa vida, já repararam?

O que Moacir conseguia no bem-sucedido negócio, gastava. Mais de uma vez, tiveram que fechar tudo para pagar dívidas, mas, quando isso acontecia, ele se endireitava, trabalhava duro e conseguia reabrir. *“A gente vivia entre o alto e o baixo, como dizem, mas tocava a vida. Criamos nossas filhas. Comida podia faltar pra mim, mas, pra elas, nunca”*.

Gracinha cuidava da casa e a primeira menina logo nasceu. Apesar de tudo, gostava do marido, respeitava-o. Via nele um homem inteligente, empreendedor, que lhe prometia que ainda seria um grande empresário e daria às filhas tudo do bom e do melhor. Sabia que o marido provavelmente tivera um ou outro caso extraconjugal, mas também não procurava saber muito. Lembrava-se das palavras da mãe: *“Às vezes, minha filha, a ignorância é uma bênção”*. Em casa, o marido tratava-a bem, sentia-se amada. *“Mas eu também fazia por merecer, cumpria o meu papel de esposa”*, a casa estava sempre limpa, as roupas do marido passadas, a comida em cima da mesa.

A cidade foi crescendo e outras olarias apareceram. Com o tempo, a demanda diminuiu, a concorrência cresceu e os vícios do marido pioraram. Gracinha tentava conversar com o marido, mas esse respondia-lhe com um gracejo: *“Mulher, o que que a gente leva dessa vida se não um prazer*

da carne aqui ou ali?” ou *“O homem de bem não tem direito a uma distração de vez em quando?”*. Quando os negócios iam mal, ele bebia mais e ficava terrivelmente mal-humorado. Escondia-se para que as filhas não vissem, *“pelo menos essa decência ele tinha”*. As coisas estabilizaram quando fechou sociedade com um rapaz mais novo, também recém-chegado à capital, sobrinho de Moacir. Moacir conhecia muito bem a parte técnica, cuidava para que o produto tivesse qualidade, enquanto o sobrinho cuidava do dinheiro. A renda em casa diminuiu, mas aparentemente se estabilizou e Gracinha suspirou aliviada.

Há alguns anos, em um momento de aperto, começara a fazer comida para vender: logo se tornaram as famosas marmitas da dona Gracinha. Tomou gosto pela atividade: depois que as filhas cresceram, já sentia mesmo falta de uma ocupação. Assim, cultivava um *hobby* e ganhava um dinheirinho extra. Deixava de ficar tão dependente dos humores do marido. *“Eu nem sei se posso chamar isso de trabalho mesmo, sabe? Porque eu faço tudo em casa, não tenho nenhuma ajudante. Mas acaba que ajuda sim na renda da casa”*.

Teve uma vida tranquila, dona Gracinha não tinha do que se queixar: *“uns desafios aqui, uns momentos de tormenta ali, outros de calma. Qual família não que não é assim, vocês conhecem?”* O que a consumia era a situação da filha mais nova, Anabela, que recebera o lindo nome em homenagem à bisavó. Gracinha e Moacir deram às filhas a educação que receberam, ambos muito católicos e ciosos dos valores da família tradicional. *“Eu sempre fui uma mãe rigorosa, assim, sobre o que é certo e o que é errado, mas também não deixei de dar amor”*. O pai às vezes era mais rígido, mas as meninas eram muito apegadas a ele e ele sabia dar-lhes atenção.

O que tinham feito então para merecer aquilo? As filhas mais velhas tiveram alguns namorados, mas logo se casaram com rapazes da região e viviam por perto. Já tinha quatro netos que eram sua alegria. Nunca vira a filha mais nova, no entanto, falar de namorado ou mostrar-se interessada por alguém. *“Assim, ela sempre foi mais fechada, agarrada nuns livros que ela arrumava sei lá onde. Mas eu sempre incentivei. Ela por ela mesma quis estudar e com muito esforço, muito esforço mesmo, conseguiu até diploma de faculdade!”*. Trabalhava e decidira ir morar sozinha. Um orgulho para a família! Mas, há alguns anos, viera a bomba: Anabela trouxe Juliana para a mãe conhecer.

Foi um dia à tarde. Estava em casa preparando suas marmitas, Moacir estava na olaria e não esperava visitas. Recebeu um telefonema de Anabela, perguntando se podia passar em casa, queria muito apresentar-lhe alguém. Gracinha se encheu de esperança, *“Fiquei pensando que ela ia me apresentar namorado. Aí eu pensei: finalmente! Fiquei ansiosa que só vendo, imaginando um príncipe. Mãe é um bicho bobo, né?”*. Não entendeu muito bem quando ela apareceu com uma mulher, por que tanta cerimônia para lhe apresentar uma amiga? Sentaram-se na mesa da cozinha, Gracinha preparou um café. *“Assim, a menina era simpática, sabe? Não é todo mundo que dá atenção pra velho”*. Viera de Goiás, como ela e o marido, conhecia até sua cidade! Conversaram muito sobre tradições, culinária, diferenças entre aqui e lá. Até que Anabela ficou séria e disse à mãe

que ela e Juliana tinham uma notícia para lhe dar “*E aí ela falou: ‘Mãe, a Juliana é minha namorada. Nós vamos morar juntas’*”.

Falou desse jeitinho, aí meu deus. Assim, sabe quando parece que você tá vendo uma cena de novela? Foi o que aconteceu nesse dia. Eu até engasguei com o café que eu tava tomando. Chega fiquei tonta. Parecia que aquilo não tava acontecendo comigo, que tava acontecendo era com outra pessoa. Num tava atinando das ideias.

Só conseguia se lembrar daquela tarde, há 50 anos atrás, quando fora pega pela sua irmã. “*Isso é coisa do diabo!*”. Demorara, Deus lhe dera uma vida maravilhosa, mas eis que, quase no final da vida, estava sendo punida pelo seu pecado. “*Aqui se faz e aqui se paga*”. Os olhos se encheram de lágrimas, ficou sem voz. A filha encarava-a, esperando uma reação. Juliana tinha o rosto voltado para o café, lentamente mexia sua colher. O tempo parecia ter parado, e ele não saía daquela tarde.

Levantou-se. Anabela fez o mesmo. A namorada levantou o rosto, viu as duas em pé e logo repetiu o ato. Gracinha dirigiu-se à porta de casa, as duas foram atrás. Reinava um silêncio sepulcral. O calor era o mesmo, a luz que entrava pela janela era a mesma da memória de Gracinha. “*É muito esquisito contar isso, mas era assim que parecia: uma cena de novela mesmo. Eu contando parece que era até outra pessoa que tava vivendo*”. Esquecera-se o nome da namorada da filha. Teria ouvido Rosália? Abriu a porta de casa, olhou para a filha. Ela tinha os olhos marejados. Imaginara mil reações vindas da mãe, mas jamais aquela. Gracinha abraçou-a e quando sentiu no rosto seus cabelos, disse-lhe num sussurro: “*Minha filha, me perdoa*”. “*Aquilo ali me destruiu, me destruiu por dentro, porque eu tinha certeza que ela tava pagando era pelos meus pecados. Aquilo era tão errado, tão errado! Mas, por favor, não queria que vocês me julgassem*”.

Quando fechou a porta, Gracinha rapidamente se arrumou para ir para a Igreja. Andava pela rua e o vento secava suas lágrimas. Olhava para baixo, não queria que os vizinhos a vissem, era um povo fofoqueiro! Dessa vez, teve coragem de se confessar. Rezou todas as ave-marias e repetiu todos os pais-nossos. Juntou roupas para dar para a caridade. “*Mas o aperto no peito não passava, era a minha filhinha, sabe? E com quem que eu podia desabafar?*” A filha viera falar com ela e não com o pai por uma razão. Não sabia se as irmãs mais velhas sabiam, e não seria ela a contar. Os almoços de domingo continuavam. As outras traziam as famílias, às vezes Juliana aparecia. Ninguém parecia desconfiar. Gracinha esforçava-se para tratar a filha normalmente, mas quando a via, segurava a vontade de chorar. Aquela vida escondida, quanto a filha não devia ter sofrido! Mas ela parecia feliz e isso a tranquilizava.

Foi de uma amiga da igreja que ouviu falar do IFB. A maioria dos cursos era à noite, parece que os professores eram muito bons e não era difícil conseguir vaga. Decidiu tentar. “*Eu precisava era de encher a cabeça, entende? Acho que tem muita gente aqui que tá assim que nem eu. Vem pra aprender, lógico, mas também pra ter uma distração, como se fosse pra mudar de assunto, sabe?*”.

Não pensava em se tornar uma secretária, mas soube que tinha aulas de informática e português e isso certamente lhe seria útil. Será que, àquela altura da vida, conseguiria ainda aprender alguma coisa?

Surpreendeu-se, não era má aluna. Os professores elogiavam-lhe a caligrafia, torneada sob o duro olhar das freiras, e também o vocabulário. *“Mas isso acho que é porque eu sou velha mesmo! (risos)”*. As colegas eram todas muito mais jovens, mas divertia-se ouvindo as suas histórias, aquela juventude era tão diferente da dela! Algumas lembravam-lhes os netos, dois deles já eram adolescentes.

Não faltava a nenhuma aula. Distraía-se, sentia-se reviver aprendendo tanto coisa interessante. O marido reclamava da falta que ela lhe fazia à noite. Ele estava velho e tinha uns problemas de saúde. *“Mas aí eu deixo tudo o que ele precisa pronto. Os remédios ele toma é de manhã”*. Um dia, quando chegou em casa, viu que Moacir estava bêbado. Quis entrar rápido para a cozinha, mas foi chamada. Disse que não queria mais saber de mulher que saía toda a noite sabe-se lá para onde. Esbravejou. Gracinha não lhe respondeu, abaixou a cabeça e saiu. Sabia que no dia seguinte a bebedeira passaria e ele provavelmente nem se lembraria do que tinha falado. Mas se algum dia ele quisesse brigar, brigaria. Não largaria seu curso. Quem sabe ela não teria chance de trabalhar ainda alguns anos como secretária? Nem que fosse um trabalho voluntário para a igreja, seu conhecimento poderia ser útil para alguém.

Especialmente com um professor desenvolveu afinidade. Ele era muito jovem, mas competente de um jeito que jamais vira. *“Inteligente, tão engraçado, tudo o que fazia era um encantamento”*. Ficou sabendo que o professor era bastante religioso. Ficou sabendo também que o professor era gay. Já tinha ouvido aquela palavra na televisão, sabia o que significava, sabia bem demais que aquilo não era de Deus. Como assim ele era religioso?

Um dia, ao final da aula, resolveu ir falar com o professor. *“O senhor teria um tempinho para conversar? Não quero te atrapalhar”*. Contou-lhe tudo: a tarde inocente com Rosália, ela não sabia o que estava fazendo, professor, poderia jurar-lhe isso! A tarde quente demais em que conhecera Juliana. O pecado. A culpa. O medo da ira divina. O professor olhava-a atento. Por que ela estava se abrindo com aquele menino? Não sabia, mas não tinha mais para quem contar.

Então o professor começou a falar. Falou-lhe do amor de Deus, falou-lhe do amor entre as pessoas. Falou-lhe que a Bíblia tinha vários casos de amor entre homens e entre mulheres. Existiam tantas formas de amar. Gracinha foi se tranquilizando, parecia que a sua tormenta precisava de apenas algumas palavras bonitas para amainar. Queria se perdoar, queria perdoar a filha. Ela parecia tão bem, tão feliz.

Às vezes ainda tinha dúvidas, às vezes ainda rezava fervorosamente antes de dormir, para que seus pecados fossem punidos na sua carne, não na das filhas. Outros dias lembrava-se das palavras do professor. Na igreja que frequentava, entrara um padre novo e ele também gostava de

falar de amor. Tranquilizava-se. Já não sentia mais tanta vontade de chorar quando olhava para Anabela.

Concluiu o curso. Sentia-se mais confiante.

A história que nos é contada por D. Gracinha está recheada de elementos sobre como a mulher deve ser e como deve agir. Enquanto ainda não é casada, a mulher deve ajudar a mãe – outra mulher –, nas tarefas domésticas e deve se comportar como uma moça de família, ou seja, não deve circular por aí sozinha com homens, o que poderia talvez indicar que não está se preservando para a instituição sagrada do matrimônio. Depois que se casa, deve se dedicar aos filhos e à casa, para que nada falte aos demais – ainda que falte a ela –, deve se adequar aos desejos masculinos e estar pronta para se acostumar a tudo, inclusive a comportamentos do marido como vícios ou traições.

Esse nos parece o próprio retrato do que estamos chamando nesta tese de uma identidade de gênero alienada em função da divisão sexual do trabalho. Ao ser mulher corresponde uma determinada personalidade, uma determinada postura diante da vida e também um lugar fixo na estrutura familiar. Trata-se de conteúdos simbólico-afetivos ancorados em um nível inconsciente, que constituem o próprio ser mulher de forma natural e inquestionada. Não há liberdade para o potencial criativo na constituição do próprio estar no mundo enquanto ser gendrado, pelo contrário, há uma estrutura que coloca a mulher como responsável pelo trabalho reprodutivo, para que o homem esteja livre para se dedicar ao trabalho produtivo.

A binariedade de identidades daí decorrente e a decepção quando ela não corresponde às expectativas aparece na fala de d. Gracinha quando essa desabafa sobre como esperava que o marido fosse e como ele afinal se revelou. Ela não falta ao seu papel de esposa, mas seu marido sim. O que poderíamos concluir daí? Que o lugar hegemônico do masculino em nossa cultura – o que, em termos psicanalíticos, se traduz pela primazia do falo – dá ao homem uma flexibilidade maior do que a que dá à mulher. Não seria essa conclusão similar à análise de Kehl (1998) a respeito de ser o homem o detentor do Verbo, muito mais do que do falo?

O relato de D. Gracinha, ao passo que traz muitos elementos que nos permitem traçar paralelos com os relatos das outras participantes, traz um ponto que se destaca, o que certamente enriquecerá a nossa análise à luz da fundamentação teórica que propomos. Estamos nos referindo à profunda amizade que desenvolve com Rosália, que tem seu ápice e fim com o episódio do beijo e como isso retorna na forma de culpa quando D. Gracinha fica sabendo da homossexualidade da filha.

D. Gracinha insiste, em seu relato, que não havia maldade no que fez. Além disso, fala por diversas vezes que não deveria estar falando aquilo e pede que não a julguem. Oras, a psicanálise e o estudo do inconsciente nos abrem a possibilidade de compreensão de que essa é muito mais a expressão de um julgamento que ela mesma faz sobre o próprio comportamento, que se projeta sobre os outros na forma de um medo e de um pedido, do que de fato algo vindo de outras pessoas. Será que os outros poderiam ver isso de forma menos terrível que ela própria? Será que conseguiria ajuda

externa na tentativa de se convencer de que aquele tinha sido de fato um comportamento puro e inocente? O que é exatamente puro e inocente? Aquilo que é desprovido de conotação sexual? Bem, nesse caso, uma perspectiva psicanalítica certamente irá em sentido contrário, uma vez que Freud coloca a sexualidade – na forma da libido – como base de todas as relações humanas.

Assim, se, por um lado, fazemos a análise de que havia sim o desejo homossexual atuante na relação entre Gracinha e Rosália, por outro, constatamos a forma como a alienação de gênero impede que esse desejo interfira na constituição de uma identidade de mulher heterossexual por parte da primeira. Não estamos aqui querendo igualar os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual, mas nos parece inegável que ambos estão interligados e, no caso de uma identidade rígida como é aquela imposta pela divisão sexual do trabalho, a orientação heterossexual é um componente necessário dela. Até porque é essa a base da complementariedade das identidades binárias homem e mulher.

Dessa forma, a revelação da filha funciona para ela como uma espécie de retorno do recalçado, algo que a confronta com um conteúdo que ela há muito havia retirado do âmbito da consciência, justamente por lhe ser insuportável. Não podemos ignorar aí o papel da religião como a personificação de uma norma heterossexual que, em nosso entendimento, está muito mais ligada à manutenção da divisão sexual do trabalho do que a qualquer tipo de exigência divina.

É inegável que a filha representa, em alguma medida, um rompimento com uma constituição tradicional de identidade de gênero, que, como dissemos, está associada à heteronormatividade. Não temos elementos suficientes sobre a vivência da filha e nem é esse o foco deste trabalho, mas certamente seria pertinente nos questionarmos, com Butler (2016), em que medida essas identidades estão de fato sendo rompidas nas vivências *gays* e *lésbicas*. Enfim, esse é um tema para outro estudo. Não obstante, não podemos deixar de atentar para as transformações históricas em termos de vivência de gênero, o que nos abre para um futuro incerto e imprevisível. De todo modo, parece-nos que a divisão sexual do trabalho, que se estruturou como um dos pilares do capitalismo, não está tão próxima de seu fim como muitos quererem supor (Porchat, 2007).

D. Gracinha, assim como Irene, tem dificuldades em enxergar o próprio trabalho como tal. De fato, antes de efetivamente participar de nossa pesquisa, ela nos pergunta se o caso dela se encaixaria aos critérios que estamos adotando. Mais uma vez, vemos que o conceito de trabalho, que adotamos aqui como uma ação humana consciente que visa modificar a realidade ao seu redor (Marx, 1932/2008), é, no sistema capitalista, frequentemente restrito àquele em que se recebe remuneração e que é realizado fora do espaço doméstico. No caso de D. Gracinha, apesar de envolver a circulação de dinheiro, o fato de o serviço ser realizado em sua própria casa a faz ter dúvidas sobre se aquilo poderia ser considerado um trabalho, o que reforça a tendência à invisibilização do trabalho realizado no espaço privado (Bruschini, 2006).

6.7 Suzana

Suzana nasceu no Maranhão, mas veio muito cedo para Brasília com seus pais. Era a filha mais nova de cinco irmãos homens. Quando nasceu, a mãe ficou muito feliz porque agora finalmente teria uma ajuda, e, assim, “*eu ralei, minha infância todinha, pra ajudar minha mãe em casa*”. Eram uma família muito pobre, todos os irmãos começaram a trabalhar cedo para ajudar em casa. As necessidades tornaram-se ainda mais prementes quando o pai deixou a família para se casar com uma menina 15 anos mais nova, pouco mais velha que ela e os irmãos. Foi embora para São Paulo e nunca mais voltou. Suzana sabia que o pai mandava um dinheiro mensalmente para a sua mãe, mas por que não vinha visitá-los?

Suzana estudou até os 14 anos. Depois, dizia a mãe, não tinha mais por quê. Era hora de ela seguir o rumo dos irmãos e procurar um emprego. Foi caixa de supermercado e faxineira em um hospital até que, aos 18 anos, desempregada, conheceu Edmundo. Apaixonou-se perdidamente. Sua mãe dizia que ainda era cedo, mas casou-se com ele com seis meses de namoro. Afinal, o que a prendia em casa?

Edmundo era mecânico, mas a oficina onde trabalhava passava por dificuldades e o trabalho era pouco. Assim, foram inicialmente para a casa de sua sogra. Lá moravam, além da senhora idosa que sofria de vários problemas de saúde, também um irmão de seu marido e a esposa, que tinham dois filhos, à época com sete e nove anos. Quando chegou na nova casa, quis procurar emprego, mas Edmundo a dissuadiu da ideia. O irmão e a cunhada trabalhavam, sua mãe estava doente demais para fazer esforços e com ele também fora de casa grande parte do dia, precisavam de alguém que ficasse em casa cuidando dos trabalhos domésticos e das crianças, quando elas não estivessem na escola.

Suzana concordou, afinal, além de já estar acostumada com aquele tipo de trabalho, estava indo morar na casa da família do marido, queria se sentir útil, queria que gostassem dela. “*Eu me submeti. Por quê? Porque eu era nova, tava apaixonada, toda bobinha! Vocês não têm ideia do couro que esse povo me arrancou*”. Suzana arrumava a casa inteira, fazia comida e jantar, passava as roupas e, à tarde, precisava ficar atenta “*se não aquelas pestes quebravam a casa toda*”. Sem contar os cuidados cada vez mais delicados que a sogra exigia.

A situação melhorava no trabalho de Edmundo, mas Suzana não via da parte dele nenhuma iniciativa para mudar de endereço. A cunhada, que antes sempre ajudava à noite com as coisas da casa, começou a se queixar de que chegava muito cansada do trabalho. “*Só no final de semana fazia o almoço e olhe lá*”. Mas a gota d’água foi o dia que pediu para o sobrinho mais velho catar as roupas que espalhara pelo chão da sala e ouviu como resposta: “*Não vou catar nada, você não trabalha, tá aqui pra isso*”. Sentiu-se humilhada como nunca antes na vida. Na hora ficou sem reação, seus olhos se encheram de lágrimas.

Mas à noite tinha tomado uma decisão, falou com Edmundo: “*Nessa casa eu não fico mais, virei escrava desse povo folgado. Vou procurar um serviço a partir de amanhã. E quero a nossa casa*”. A reação do marido foi dizer: “*Que piti, mulher, calma, ninguém aqui quer te fazer de escrava*”.

não, mas você tá em casa, ninguém mais tem tempo pra nada”. “Pois é, mas agora eu não vou mais tá em casa. Os outros que se virem”. “Vamo com calma então. Pra gente sair sozinho agora tá difícil. Você arruma o seu emprego, aí a gente vê o que dá pra fazer”.

Todos os dias, Suzana arrumava um tempo para distribuir currículo. Ia a várias entrevistas, estava aceitando de tudo, mas ainda não obtivera nenhuma resposta. Até que, passando na frente da oficina onde o marido trabalhava, viu o papel de “Procura-se” para uma vaga de atendente. Ah, mas que raiva sentiu de Edmundo por não ter lhe dito nada! À noite, cobrou explicações e o esposo disse-lhe que na oficina não trabalhava mulher, o dono com certeza estava procurando um homem, alguém que entendesse de carros e peças. Ao que Suzana respondeu: *“E quem disse que eu não entendo? Você só fala disso! E o que eu não entender, eu aprendo, não sou burra”.* No dia seguinte, passou por lá para deixar o currículo e conseguiu ser entrevistada na mesma hora. Na saída, Edmundo a puxou pelo braço: *“Se você for mesmo trabalhar aqui, olha a roupa, não quero que ninguém me venha com gracinha”.* Em pouco tempo, recebeu um telefonema: a vaga era dela. Que alegria! Não aguentava mais ficar em casa.

Estava gostando bastante do trabalho. Logo pegou o jeito, aprendeu tudo sobre carros, mesmo sem saber dirigir. Tirando a parte da mecânica, desempenhava ali todo tipo de função: *“eu sou secretária, vendedora, atendente, tudo...”.* Às vezes a incomodava o barulho estridente, o cheiro de gasolina e graxa, o fato de ser a única mulher. Mas sentia que, por ser casada com um dos mecânicos, os outros a tratavam com mais respeito. Logo se acostumou a tudo isso. Os clientes, no entanto, frequentemente olhavam-na com desconfiança e sentiam-se incomodados de ter que tratar sobre carros com uma mulher.

Tem homem que chega lá e pensa que eu não sei de nada e chega lá e fala assim “eu vou passar esse orçamento pra ela?” [voz de desdém]. Aí depois ele vê que nem precisa mostrar peça nenhuma, “ah eu quero peça tal e tal pra veículo tal. Ah, o veículo tal, tem a peça tal”. Aí eles vão vendo que eu tenho conhecimento... Porque eles primeiro ficam desconfiados, pensam que não entendo de nada, mas depois eles vão vendo que eu entendo, aí já vão com mais confiança pra fazer o orçamento.

Demorou um pouco, mas conseguiu convencer o marido a sair da casa da mãe. No dia da mudança, riu internamente, ao pensar no tanto que havia se tornada necessária naquela casa e em como eles se adaptariam à sua falta. Trocou olhares raivosos com a cunhada.

Logo descobriu que estava grávida. Ficou muito feliz com a notícia, ela e o marido estavam tentando já há algum tempo. Mas ficou também apreensiva: como faria para continuar trabalhando? Não queria parar de jeito nenhum. Conversou com a mãe, que morava perto, e ouviu que seria um prazer cuidar do netinho. Os outros filhos já tinham todos saído de casa e não moravam tão perto dela, *“eu já tô sentindo falta de cuidar de alguém! (risos)”.* Suzana sentiu-se aliviada, não confiava

em creche e também não queria deixar seu pequeno nas mãos de uma desconhecida. E assim foi. A partir dos quatro meses de Artur, a vó vinha ou o neto ia. Logo eram como unha e carne.

Suzana não sabia muito bem como viera a vontade de estudar. Estava insatisfeita com o salário, queria dar ao filho uma vida melhor do que a que tivera. Começou o EJA no período noturno e a mãe não se importava de cuidar do neto. A outra casa que ficava no terreno de Suzana e Edmundo vagou e a mãe se mudou para lá, não precisava mais de muito espaço.

Suzana terminou o Ensino Médio e parou um tempo, ficara muito cansada trabalhando durante o dia, estudando à noite e tendo que dar conta das tarefas de casa. Pelo menos agora trabalhava só para a própria família, não era mais escrava de ninguém. Depois de um ano, ouviu falar do IFB. O curso técnico em secretariado seria perfeito para ela, gostava muito daquela função. De novo contaria um pouco mais com a inestimável ajuda da mãe.

Sentia-se cansada, exausta, agora ainda mais do que quando fizera o EJA. No trabalho também, as exigências cresciam: a oficina ia bem, o patrão pensava até em comprar a loja ao lado, mas contratar outra pessoa para dividir com ela o serviço, isso ele não queria.

Eu sou mais o cansaço, igual ela falou. Muito cansaço, trabalho muito. E ainda tem as tarefas de casa, e cuidar de filho. Eu tenho mais dificuldade com tarefa doméstica.. Eu tenho que chegar em casa, arrumar a casa, arrumar a comida... Ai ainda tem o curso. Daqui que eu chegue, meu filho já tá dormindo.

Às vezes o filho a esperava, mesmo com sono. “Na hora que eu chego ele diz: ‘mãe, deita comigo’ e eu tenho que deitar com ele”. Artur, agora com três anos, sentia muito a sua falta e isso doía no coração de Suzana. Perguntava a ela porque estava sempre longe, se ela o amava de verdade. “Mamãe te ama, mas mamãe tem que trabalhar”, respondia Suzana segurando as lágrimas. Mas o cansaço era tanto, que lhe faltavam forças para dar conta dos “dramas” do filho. “Porque, assim, pelo fato de eu trabalhar tanto, às vezes eu não tenho paciência com ele, entendeu?”. Suzana chorava ao se lembrar, mas não sabia o que fazer com aquele sentimento.

Nada lhe doeu mais do que o domingo em que ele falou: “eu vou ficar com a minha avó, não vou ficar com você, não” e isso começou a se tornar recorrente: “no final de semana é quando eu consigo ficar com ele. Mas quando tá comigo, ele prefere ficar com minha mãe”. Sentia que ele a tratava cada vez mais como se ela fosse irmã dele. Suzana sentia-se culpada, achava que estava fazendo tudo errado, que era uma péssima mãe. Mas parar de trabalhar e estudar para ser só mãe era algo que simplesmente estava fora de cogitação. Imagina se o marido novamente lhe dissesse que precisariam morar com sua sogra? A pior sensação que já tivera era aquela de depender de Edmundo. Trabalhar dava-lhe independência, direito de responder ao marido sem medo, sem abaixar a cabeça, sem contar que podia comprar umas coisinhas pra ela de vez em quando.

Apesar disso, sabia que Edmundo era um bom marido. Tratava-a bem, a amava de verdade. Não tinha do que reclamar, principalmente quando via outros homens por aí, em cujas mãos várias

de suas amigas sofriam. Não queria perdê-lo. A falta de tempo afligia-a também por isso: *“é que isso, no dia a dia, de ter que trabalhar e estudar, cuidar de filho e ainda ter tempo pro marido, né fácil não”*. Mas se cobrava para arranjar tempo, ser atenciosa. *“Tem dias que tem que dar um jeitinho, porque eu conheço algumas colegas que perderam o marido por causa disso. O marido procurava e ‘ah, to cansada, tô com dor de cabeça’ e acabava”*. E dava o conselho para suas colegas de curso: *“o principal é o marido... então, vocês que tem marido, cuidem dos seus maridos”*.

A história de Suzana é mais uma que nos mostra os impactos da divisão sexual do trabalho não só no dia a dia dessas mulheres, mas mais profundamente em sua constituição subjetiva e identitária. Desde o nascimento, é recebida por uma rede simbólica, anterior a ela própria, que a coloca no lugar daquela que, por ser mulher, aliviará a sobrecarga materna no desempenho das tarefas domésticas, função da qual os irmãos parecem ter sido poupados. Trata-se de um campo simbólico que pré-existe ao advento do sujeito e constitui o seu inconsciente (Kehl, 2002). O pai, ao sair de casa para se casar com uma mulher mais nova, segue desempenhando o seu papel como provedor, mas não se sente na obrigação de visitar ou manter contato com os filhos.

Esse lugar fixo na divisão laboral segue ditando rumos no momento em que Suzana se casa. Toda a família parece se regozijar pela chegada de uma nova membra, que se encarregará dos afazeres domésticos. É interessante notarmos que Suzana fala disso como a via pela qual quer se fazer gostar pela família do marido, o que mostra o caráter socialmente conformado dessa identidade de gênero, bem como o modo como ela está carregada de nuances não só simbólicas, mas também afetivas.

As tarefas domésticas pelas quais Suzana se torna responsável envolvem não só a arrumação da casa e os cuidados com as crianças, mas também o cuidado com pessoas idosas ou incapacitadas da família, conforme descrição de Bruschini (1990), que amplia a definição do IBGE (IBGE, 1992). Temos aí um cenário em que fica bastante clara a extração indireta de mais-valia, uma vez que os demais trabalhadores da casa, empregados remunerados, carregam em si o resultado do trabalho reprodutivo de Suzana (Delphy, 2015). Apesar de essa exploração ser geral, a única pessoa com a qual Suzana parece realmente se indignar é sua cunhada. Ela, por ser mulher e estar com saúde plena, deveria dividir – ou ao menos ajudá-la com – a exaustiva lista de tarefas a serem cumpridas.

A comparação entre as duas mulheres nesse momento de vida, em que a cunhada está empregada e Suzana não, nos deixa entrever uma diferença que é deveras importante para o tema que está sendo tratado nesta tese, mas que não pôde ser abordada de maneira aprofundada tendo em vista o recorte escolhido. Trata-se das diferenças entre aquelas mulheres que trabalham fora de casa e aquelas que estão apenas no espaço doméstico, encarregadas do trabalho reprodutivo. Temos elementos para supor que a opressão sofrida por essas últimas é consideravelmente maior. De qualquer forma, a raiva que a cunhada sente de Suzana quando essa deixa a casa – ou que pelo menos

Suzana a imputa – nos dá indícios de a quem recairá todo o trabalho reprodutivo, na ausência de outra mulher para fazê-lo.

Análise semelhante pode ser feita quando comparamos essas mulheres com elas mesmas em diferentes momentos de sua vida. Isso pôde ser claramente observado no caso de Gabriela, que, quando estava apenas em casa, era a única responsável pelas tarefas domésticas, ao passo que, quando começa a trabalhar, passa a dividir essas de uma forma um pouco mais igualitária com outros homens da casa – ainda que não totalmente – e também fala de uma sensação de independência maior com relação ao marido. Relato semelhante nos é fornecido por Suzana, quando essa usa justamente o signifiante independência como uma das grandes conquistas do estar empregada. Analisando a cadeia de significantes no qual esse termo aparece, tanto no caso de Gabriela quanto no caso de Suzana, vemos que a ele estão associados a posse do capital, o consumo, a capacidade de – ou antes a autorização ou mesmo legitimidade para – tomar decisões. É dentro desse contexto que devemos entender o significado que toma a palavra, bem como a forma como aí aparece o sujeito. O sujeito no capitalismo é aquele que detém o capital, é esse que tem o direito à voz, seja ele homem ou mulher. A diferença, no caso das mulheres, é que, por lhes ser devido o trabalho reprodutivo, no contexto da divisão sexual do trabalho, elas nem sempre conseguem – são autorizadas ou se autorizam a – ascender – no sentido mesmo de progresso, que está presente na rede simbólica do capitalismo – ao serviço remunerado. Assim, ter o próprio dinheiro fornece a essas mulheres certa independência, mas essa não lhes tira a responsabilidade sobre o trabalho reprodutivo.

É assim que Suzana, mesmo saindo da casa da sogra, segue sendo responsável por cuidar da casa e do filho. É interessante notar o contraste de sua postura quando morava com os parentes do marido e quando passa a morar apenas com sua própria família. No primeiro caso, se indigna, se sente explorada; já no segundo, observa aquilo com uma postura que aparenta resignação, como se aquele trabalho lhe fosse naturalmente devido, o que nos mostra novamente a atuação da ideologia no conformismo de Suzana. O cansaço, contudo, se torna uma de suas principais reclamações nos encontros de pesquisa dos quais participa. Trabalha, estuda e cuida da casa, uma jornada diária tripla de trabalho. Tal rotina seria inviável sem a ajuda da mãe, essa figura feminina que também explicita como sua identidade está construída em torno do cuidado. Quando não tem mais os filhos por perto, sente-se vazia, quase despersonalizada. Assim, muda-se até mesmo de casa para que possa seguir cuidando, no caso do neto.

A relação que Suzana tem com o filho é de fundamental análise para esta tese, uma vez que ela vai justamente de encontro à defesa da tese freudiana do filho-falo. Não é só no caso de Suzana que isso fica claro, mas também no de várias outras participantes desta pesquisa, senão de todas. Há amor na relação, indubitavelmente – embora não obviamente, uma vez que o amor materno não pode ser naturalizado, como vimos (Badinter, 1985) –; entretanto, o filho está longe de representar, para Suzana, qualquer coisa próxima a uma completude. Tanto não representa quanto Suzana sente a necessidade e a vontade de trabalhar e estudar, apesar de seu cansaço extremo.

Essa relação que estabelece com o filho não é isenta de culpa. De onde viria essa culpa, poderíamos nos perguntar? Não viria ela da comparação entre um ideal da maternidade e o que Suzana vivencia em sua realidade? Não se sente uma boa mãe, apesar de garantir que ele esteja alimentado e bem cuidado, apesar de se dedicar a estar com o filho em suas horas vagas, apesar de uma das razões para querer trabalhar é justamente dar a ele uma condição melhor de vida. Dentre todas as dificuldades que Suzana enfrenta em seu dia a dia, essa é a que ela nos relata com mais angústia, situação semelhante a que vimos na relação de Géssica com seu filho. É como se, por um lado, fossem presas de um campo simbólico que demanda delas um amor incondicional pelos filhos, que as completasse acima de qualquer outra necessidade, e, por outro, não percebessem em si um sentimento de tal magnitude. O resultado disso? Culpa e angústia. Trata-se de uma cisão que sentem no âmago de seu ser: um conflito identitário, um conflito psíquico entre o que internalizaram sobre o dever-ser como mulher, como mãe, e as barreiras de gênero que tentam romper.

Além de todas essas demandas, Suzana também se cobra para estar sexualmente disponível para o seu esposo. Ela é enfática ao falar com as colegas, em um momento em que todas reclamam do cansaço, de que não devem se esquecer dos maridos. Poderíamos pensar até mesmo em uma jornada quádrupla de trabalho: trabalho remunerado, formação, trabalho reprodutivo e obrigações sexuais. Sim, porque é como obrigação que Suzana aborda o assunto. Não se trata de um momento de prazer, não se trata de um momento de relaxamento, trata-se antes de mais uma tarefa, penosa e exaustiva, que devem cumprir como mulheres. A mulher tem que dar conta de tudo e ainda estar sexualmente disponível, quando o marido quer, sob o risco de ser por ele abandonada. Ela quer trabalhar fora de casa? Tudo bem, desde que não deixe de realizar as outras tarefas que lhe são devidas. Além disso, de forma semelhante com o que vimos na fala de Géssica a respeito de a mulher precisar saber se defender, apesar de em outro contexto, a atitude masculina não é questionada, é tomada como fato dado da realidade. Mais uma vez, é a mulher quem deve se adequar. Vemos aqui, portanto, mais um ponto da constituição identitárias dessas mulheres, que não deixa de se referir à divisão sexual do trabalho.

Na história de Suzana, destacam-se também as relações de gênero que se estabelecem no âmbito do seu trabalho. Em primeiro lugar, mesmo sabendo que a esposa está procurando emprego, Edmundo não comenta com ela sobre a vaga na própria oficina. O contexto nos permite supor que há nesse silêncio também uma certa vontade de dificultar a Suzana o acesso ao mercado de trabalho, uma vez que isso significaria que essa não estaria mais tão disponível quanto antes para ajudar a família de Edmundo e significaria também uma provável mudança. Mas a razão explicitada por ele é a de que, por ser mulher, não deve trabalhar em uma oficina, uma vez que esse espaço seria pertencente a um suposto universo masculino, um ambiente considerado “impróprio” às mulheres. Que símbolo maior do que o carro para o estar fora do lar, fora do espaço doméstico, no espaço público?

O desejo de Suzana de enfrentar essa resistência do marido mostra-se, portanto, revolucionário, no sentido de que pretende subverter aquilo que seria considerado a ordem natural das coisas. Sua atitude é-nos particularmente interessante, pois ilustra a capacidade de agência do sujeito, seu caráter ativo (Vigotski, 1934/2008) A rede simbólica, a despeito de seu peso e abrangência, não é uma totalidade sem furos (Lacan, 1966/1998). A identidade tampouco é rígida e imutável. É assim que Suzana decide enfrentar a resistência – inclusive inconsciente? – e adentrar um território tido como masculino. O estranhamento expresso pelos clientes vem dessa impressão de que algo não se mostra como deveria, mas ela faz frente a isso, causando um importante deslocamento na ordem simbólica. Não podemos deixar de perceber, entretanto, que essa constante necessidade de provar sua capacidade certamente lhe demanda um investimento psíquico muito superior do que se sua função fosse desempenhada por um homem.

Vale ressaltar, no entanto, que essa entrada de Suzana em um universo masculino é também parcial, uma vez que a função que ela ocupa ali não deixa de ser a de assessoramento, o que, como vimos, permanece como uma espécie de extensão, no espaço público, de tarefas atribuídas às mulheres no espaço privado. É justamente nessa área que Suzana quer se especializar, ao demonstrar seu interesse pelo curso de secretariado no IFB. Observamos, portanto, que não é total a subversão do lugar ocupado pela mulher e conseqüentemente de suas possibilidades de constituição identitária de gênero.

Suzana, como esposa de um dos funcionários da oficina, parece ter um tratamento diferenciado com relação ao que outras mulheres supostamente teriam. Sugere que não a respeitariam se não fosse casada, como se a mulher propriamente não merecesse respeito, apenas na medida em que “pertence” a outro homem. Além disso, esse respeito apenas lhe será devido na medida em que ela saiba se comportar como uma mulher casada, sobretudo no que se refere às suas roupas. Mais uma vez, é a mulher que deve se adequar e não a postura masculina que é questionada, estabelecendo-se uma naturalização do homem como predador sexual e da mulher como seu objeto sexual, elementos que compõem a rede simbólica na qual a identidade de gênero se constitui, responsável pela formação da fantasia ideológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto central na análise dos relatos das participantes da pesquisa, notamos a presença de um inconsciente marcado pela política, pautado e constituído por ela: trata-se de um inconsciente capitalista em que fincam raízes a divisão sexual do trabalho e as identidades de gênero dela derivadas.

É nesse sentido que nos debruçamos agora sobre a nossa tese central e em que medida ela se sustenta. No início deste trabalho, propusemos a tese de que a divisão sexual do trabalho, por ser elemento estruturante do sistema capitalista tal como esse hoje se apresenta, constitui o inconsciente dos sujeitos imersos nesse sistema, fornecendo conteúdos simbólico-afetivos para a constituição de sua identidade de gênero. Isso leva a que essas sejam formadas de maneira binária e rígida com relação ao desempenho do trabalho dito produtivo e reprodutivo, bem como no que se refere a características de personalidade associadas. Dessa forma, ficam os sujeitos cerceados em seu potencial criativo na constituição de sua identidade de gênero, fenômeno que estamos chamando de alienação de gênero. Foi essa proposição que utilizamos como guia de nossa análise do conjunto de histórias apresentadas por Gabriela, Irene, Priscila, Roberta, Géssica, D. Gracinha e Suzana.

Na fala dessas mulheres, tanto no grupo quanto nas conversas individuais, fica claro como elas estão submetidas, desde crianças, à rígida divisão sexual do trabalho que, defendemos, é constituinte do sistema capitalista. A partir de uma diferença anatômica construída como diferença essencial ao longo da história recente, conforme debatemos em nossa fundamentação teórica, são desde o nascimento designadas como mulheres, de onde advém toda uma carga simbólica depositada sobre elas e em meio a qual se constituirão enquanto sujeitos dotados de inconsciente.

É assim que elas devem desde cedo ajudar suas mães a arrumar a casa, a cozinhar, a cuidar dos irmãos e outras tarefas tipicamente caracterizadas como trabalho reprodutivo, conforme vimos na definição de Bruschini (1990). A isso associam-se características de personalidade: submissão, obediência, docilidade, disponibilidade. A figura paterna – presente ou ausente – aparece como soberana. A mãe, por outro lado, é ou invisibilizada ou apresentada claramente como uma autoridade subsidiária ao pai. Deveria esse cenário ser tributado à supremacia universal e inquestionável do falo? Entendemos que essa seria a análise apresentada pela psicanálise clássica de Freud e Lacan. Entretanto, a partir do que vimos construindo nesta tese a respeito da premência de considerarmos os contextos social e histórico para a compreensão do psiquismo, preferimos a análise de Chodorow (1990), que, sem abrir mão da psicanálise, mas propondo para ela uma leitura distinta, defende que o contexto social em que as meninas são criadas e os modelos de identificação que a elas se apresentam são responsáveis pela pregnância inconsciente dessas identidades como fantasia.

Algo falta, portanto, a essas mulheres. Poderíamos abordar essa falta como causada pela ausência do falo, entendido, de maneira ampla, como símbolo de completude e potência. Em nossa

opinião, no entanto, o termo falo está inevitavelmente associado ao pênis como referência a um poder masculino socialmente constituído. Dessa forma, preferimos entender que falta a essas mulheres a liberdade para autodefinirem-se, análise que, supomos, poderíamos estender para outras mulheres sob o regime capitalista. Claro está que uma liberdade total nesse sentido é impossível e assim nos acercamos de Freud e Lacan na compreensão de que a falta é inerente à condição humana. Além disso, o ser humano sempre se constituirá em relação dialética com o seu meio, com o seu contexto, como afirma Vigotski (1934/2008), e nunca de forma individual e isolada. Por outro lado, ao defendermos o carácter ativo do sujeito, ou seja, a sua capacidade de agência, sentimos a necessidade de colocar essa possibilidade de autodefinição em um horizonte a ser perseguido, ainda que inalcançável.

Interessa-nos dar sequência à linha de raciocínio a respeito de como a divisão sexual do trabalho forja identidades em grande medida fixas. Conforme abordamos em nossa fundamentação teórica, a constituição de uma identidade revela-se como uma tentativa, simultaneamente simbólica e imaginária, de tamponar a falta constitutiva do sujeito. Essa identidade é construída de maneira singular a partir dos elementos simbólico-afetivos fornecidos pela cultura, o que a constitui como intrinsecamente psíquica e social. A rígida divisão sexual imposta acaba por forjar uma identidade que, para as mulheres, incorpora tanto a submissão ao homem quanto a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo como naturais.

E assim adentramos o terreno da alienação de gênero. A divisão sexual do trabalho característica do modo de produção e reprodução capitalista ao qual essas mulheres são submetidas aliena-as de um potencial criativo de constituição da própria identidade de gênero. A alienação se revela, portanto, no âmbito de um trabalho repetitivo, inesgotável, em que a intencionalidade do sujeito se dá apenas no sentido de cumprir uma tarefa informada por outrem, o grande Outro da cultura. A mulher se aliena de si mesma, de seus pares, das ferramentas utilizadas para o trabalho, do produto do seu trabalho e de seu potencial criativo de constituição de gênero. Observamos assim a alienação nas quatro dimensões propostas por Marx (1932/2015), bem como na quinta dimensão que propomos nesta tese, que diz respeito ao gênero.

Entretanto, essa identidade não é tão fixa quanto parece, ela não logra ser da ordem da totalidade. Remetemo-nos, assim, mais uma vez, à compreensão de Lacan (1966/1998) e sua releitura por Žižek (2013) acerca do grande Outro e da abrangência do domínio simbólico. É justamente no furo inevitável da rede simbólica que se encontra a possibilidade de agência do sujeito, de emergência do novo, de subversão da ordem estabelecida.

É assim que, apesar da naturalização da mulher como mãe e da atribuição de um *status* sagrado ao amor materno, que vêm sendo observadas desde o século XVIII (Badinter, 1985), as mulheres participantes desta pesquisa relatam incertezas e desamparo ao se tornarem mães. Seus sentimentos contraditórios com relação aos filhos atestam o carácter não natural da maternidade. Mais uma vez, devemos confrontar isso com a teorização de Freud de que o filho representaria a

materialização do falo para a mulher, a sua forma não neurótica de alcançar uma completude indisponível em outros âmbitos de sua vida.

Remetendo-nos a Lacan (1966/1998), nossos resultados se coadunam com a separação que esse autor estabelece entre a mulher e a mãe, ilustrada por meio do mito de Medeia, que é capaz de sacrificar seus filhos para se vingar do marido. Nesse mito, no entanto, a mulher abandona o amor maternal por referência a um homem. O que nós observamos aqui é uma disposição do filho em segundo plano em relação ao desejo de trabalhar e se formar. Esse cenário traz à tona a questão da sublimação, que Freud (1925/1996) viu como sendo mais fraca nas mulheres. Nós mais uma vez vislumbramos como a concepção clássica estava vinculada a um contexto histórico de restrição de possibilidades sublimatórias das mulheres. O que nossas participantes relatam é o desejo de adentrar o espaço público, que apareceu diversas vezes em suas intervenções na forma da importante conquista do falar em público. Assim, a mulher reivindica não o falo, mas o Verbo, o direito de falar e ser ouvida fora do domínio privado, como nos sugere Kehl (1998).

Queremos com isso deslocar o *status* inquestionável do falo na psicanálise clássica. O homem não ocupa lugar hierarquicamente superior à mulher por sua detenção do órgão físico pênis, que representa a materialização do falo – ainda que vãs tentativas tenham sido feitas de desvincular ambos –, mas por sua detenção do Verbo. E tal situação não é natural, não é óbvia, não é dada: é antes historicamente construída e se sustenta por meio de uma ideologia que se apresenta em cada sujeito como fantasia ideológica, conforme procuramos demonstrar nesta tese.

Sendo assim, defendemos que essas mulheres realizam atos verdadeiramente revolucionários ao sair de casa para trabalhar e estudar, ocupando o espaço público. Por outro lado, é pertinente nos perguntarmos em que medida esse rompimento da esfera privada é mais socialmente tolerado quando envolve trabalho e estudo do que quando envolve outros espaços da rua, como um bar, por exemplo. Tal questionamento, que não pudemos abordar nesta pesquisa, mostra a complexidade envolvida na desconstrução de identidades tão arraigadas.

Da mesma forma, vemos as dificuldades de romper com todo o esquema simbólico ao verificar que as participantes de nossa pesquisa ocupam funções que se mostram como extensões daquelas realizadas no âmbito doméstico: temos o trabalho doméstico remunerado, no caso de Irene, Roberta e Géssica, o emprego como monitora infantil, no caso de Gabriela e Priscila, o trabalho no fornecimento de alimentação, no caso de D. Gracinha, e na área de assessoramento, como Géssica, Suzana e Roberta. Daí veio também o nosso interesse em estudar justamente o curso de secretariado. Esse, como vimos, não deixa de estar associado a funções desempenhadas por mulheres no espaço doméstico. A própria raiz etimológica do termo – *secretu*, do latim segredo, confidência – remete ao âmbito privado. Em que medida então a realização do curso reforçou ou permitiu a essas mulheres romper com esses padrões? Essa é uma das perguntas que nortearam a construção desta tese.

Não nos é possível dar a esse questionamento uma resposta definitiva e nem é esse o nosso objetivo. O que observamos foi, por um lado, um rompimento com uma visão estereotipada do ser

secretária, o que foi muito bem ilustrado pela fala de Renata que antes via a secretária como uma menina bonita que apenas servia o café e depois mostra uma compreensão complexa dessa profissão. Por outro lado, falas como a de Géssica, que revelam uma admiração pela figura da secretária associada ao vestir-se e comportar-se, mostram uma resistência dessa imagem. Nenhuma de nossas sujeitas de pesquisa conseguiu responder à questão de por que haveria mais mulheres desempenhando aquela função e mesmo cursando aquela formação do que homens. Isso revela uma dificuldade do próprio curso de questionar e subverter esses padrões, ainda que não possamos tirar o seu mérito e esforço em desconstruir uma imagem superficial e sexualizada da secretária. Em conversas informais com professores da área, observamos a dificuldade desses em romper com essa imagem, que se revela por exemplo na busca quase infrutífera por filmes que retratem a função de secretária sem que essa figure como aquela que se apaixona ou será alvo da paixão do chefe homem.

Assim, não podemos dizer que a frequência no curso estudado consiga subverter profundamente a identidade de gênero associada à divisão sexual do trabalho, nem tampouco atuar de forma contundente na tomada de consciência dos conteúdos simbólico-afetivos inconscientes formadores dessa identidade. Entretanto, é inegável que haja um deslocamento na rede simbólica, uma vez que essa identidade, se não totalmente transformada, ao menos não nos pareceu ser reforçada. Ademais, para além do que diga respeito a conteúdos veiculados pelos professores no curso, parece-nos relevante o fato por si só da busca por uma formação, ainda que essa não se desvincule por completo da divisão sexual do trabalho. A saída do espaço privado com vistas à conquista do espaço público, o investimento em si mesma, a busca por conhecimento e por uma melhor qualificação profissional apresentam-se como elementos de emancipação e subversão de uma identidade fixada no lugar da submissão. É uma busca motivada pelo desejo de preencher a falta constitutiva da condição humana de formas outras que não unicamente aquelas relacionadas ao âmbito doméstico e à família, desalojando aí uma fantasia fundamental. É a busca não pelo falo, mas pelo Verbo. Observamos então um importante deslocamento no que se constitui como objeto *a* dessas mulheres, objetos causa do desejo.

Dentro desse quadro, ficou claro para nós como a formação técnica não é e nem pode ser encarada de forma mecanicista, como um mero conjunto de habilidades e conhecimentos específicos associados ao desempenho de uma função em que o exercício intelectual é secundário. Ao fazer o curso, toda uma vida é envolvida e as informações recebidas são (re)significadas a partir de vivências prévias. Não há uma separação entre investimentos físicos, intelectuais, simbólicos ou afetivos. Nossas sujeitas de pesquisa mostraram que os objetivos envolvidos na realização de uma tal formação vão desde o interesse pela profissão em si até o desejo de conquistar um emprego melhor, ou de conhecer pessoas novas, ou de sair de casa para se distrair, fugir da família ou da solidão, dentre outros motivos. Usualmente, há muito mais do que um único desejo em questão. Uma formação que ignore isso é uma formação que se baseia em uma compreensão superficial e dicotômica de ser humano que não se sustenta.

A potência desse desejo torna-se clara quando nossas participantes nos relatam as dificuldades que enfrentam para prosseguir com a formação. Trata-se de um cansaço extremo derivado de uma jornada tripla e muitas vezes quádrupla de trabalho – quando aí inserimos as obrigações sexuais. Há muito sofrimento envolvido: por deixar o(s) filho(s) sozinho(s), por não dar à família a atenção que consideram devida, por dormirem pouco e acordarem no dia seguinte para mais um longo percurso de ônibus, por estarem sempre correndo contra o tempo. Ademais, há o sofrimento por não conseguirem se dedicar ao curso tanto quanto gostariam, por não sentirem que aprendem com a facilidade e rapidez que gostariam, por não estarem familiarizadas com o computador como os professores esperavam. Esse sofrimento, entretanto, não as impede de continuar. Tal perseverança é da ordem do desejo inconsciente, conforme já colocamos. Os significantes associados ao curso sustentam uma promessa de significado em seu horizonte que fazem o sujeito persistir: uma promessa de completude e de preenchimento da falta. Fica clara a capacidade do ser humano de ser ativo e impor seu desejo em circunstâncias as mais adversas.

É pertinente levarmos agora o nosso foco de atenção ao dispositivo utilizado em nossa pesquisa, qual seja, o chamado grupo Balint. Ao nos atermos sobre as histórias individuais, a perspectiva do grupo acabou se perdendo e é ela que pretendemos retomar aqui. Esse teve um papel importantíssimo em nosso esforço de acesso a uma dimensão inconsciente das participantes de nossa pesquisa. A potência do grupo apenas ficou clara para nós ao conduzirmos as conversas individuais. Observamos, uma após a outra, posturas das participantes tão distintas daquelas que havíamos observado durante os encontros do grupo Balint, aproximadamente um ano e meio antes, que primeiramente nos surpreendemos com o tanto que aquelas mulheres haviam mudado, o quanto pareciam quase distanciadas de questões que antes haviam relatado de forma bastante emocionada.

Com a recorrência dessa postura, começamos a desconfiar de que não se tratava de uma mudança tão grande no sentido atribuído por aquelas mulheres sobre suas próprias vivências, mas antes no *setting* no qual essas mulheres eram convidadas a falar sobre sua vida. Essa diferença em termos de dispositivo serviu também para confirmarmos a concepção lacaniana sobre o modo como as histórias de vida são recriadas, recontadas, como em uma ficção, em que o que realmente aconteceu importa muito menos do que a maneira como uma determinada narrativa é conduzida, pois é na forma que se faz presente o sujeito do inconsciente, muito mais do que em um conteúdo, instável e cambiante (Lacan, 1966/1998).

Reafirmamos, assim, o imenso potencial desse dispositivo de pesquisa para fazer emergir conteúdos inconscientes, por meio de mecanismos como a identificação, a projeção e o deslocamento, apenas possíveis em decorrência da presença de pares. A pesquisa com estudantes em formação de nível técnico é, portanto, mais um campo em que o grupo Balint mostrou dar excelentes resultados em termos investigativos. Fazemos essa observação, ainda que com a ressalva de que não seguimos rigorosamente a proposta original, uma vez que não impusemos restrições com relação à

manifestação de conteúdos de cunho íntimo. Tendo em vista a natureza de nosso objeto, tal adaptação mostrou-se fundamental.

Encaminhando-nos para o fim, devemos dizer que os resultados da pesquisa de campo nos impressionaram. Não tivemos nenhum critério de escolha que passasse por ter sido vítima de estupro, ter sofrido violência física ou emocional ou ser a única responsável pelos trabalhos domésticos. E, mesmo assim, relatos nesse sentido povoaram as narrativas, o que nos permite supor que não se trata de uma coincidência, mas antes de uma recorrência, frequentemente invisibilizada. É nesse sentido que, com humildade, pontuamos o mérito de pesquisas que se proponham a tornar públicas histórias relegadas à esfera privada, ao sofrimento privado.

Ainda assim, essa tese termina com mais perguntas do que respostas. Seria interessante que estudo semelhante a esse fosse realizado com mulheres pertencentes a outras classes sociais, a fim de se compreender em que medida os conteúdos simbólico-afetivos compartilhados por mulheres são perpassados por distinções de classe. Também pertinentes nos parecem pesquisas similares que investigassem mulheres em situação semelhante, porém que não estão trabalhando com uma atividade remunerada. Desconfiamos que o que encontramos aqui em termos de alienação de gênero apareceria de forma ainda mais arraigada nesses casos. Por outro lado, também vemos como um importante campo de investigação o universo dos professores do ensino técnico, o que permitiria termos uma visão mais abrangente sobre como a alienação de gênero está sendo aprofundada ou combatida na proposta pedagógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Althusser, L. (1985). *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Althusser, L. (1991). *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- Alves, C. B. (2013). *Integração, identidade e universidade na América Latina*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Amaral Jr., J. C. (2013). Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de economia doméstica no Brasil. *Revista HISTEDBR*, 52, 275-285.
- André, S. (1998). *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Antunes, R. (2003). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Antunes, R. (2010). *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo. Editora Cortez.
- Arán, M. (2003). Lacan e o feminino: algumas considerações críticas. *Natureza Humana* 5(2), 293-327.

- Arán, M. (2006). *O Averso do Averso: feminilidade e novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Estudos Feministas*, 17(3), 653-673.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LCT.
- Aristóteles. (2008). *A política*. São Paulo: Edipro (Trabalho original publicado em 1831).
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- Balint, M. (1988). *O médico, seu paciente e a doença*. Rio de Janeiro: Atheneu.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Barros, C. M. P., Izequiel, D. S. A. & Silva, J. S. (2011). Os desafios enfrentados pelo profissional de secretariado executivo do gênero masculino nas organizações contemporâneas. *Revista de Gestão e Secretariado*, 2(1), 158-176.
- Beauvoir, S. (2016). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1960)
- Benjamin, J. (1988). *The bonds of love: psychoanalysis, feminism and the problem of domination*. New York: Pantheon Books.
- Benjamin, J. (1995). *Like subjects, love objects: essays on recognition and sexual difference*. New Haven: Yale University Press.
- Birman, J. (2001) *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Bleichmar, E. D. (1988). *O feminismo espontâneo da histeria*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bonato, N. (2004) A Escola Profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica. *Anais 27ª Reunião Anual Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação*. Caxambu, MG, Brasil.
- Brandão, M. (2010). O governo Lula e a chamada educação profissional tecnológica. *RETTA*, 1(1), 61-87.
- Brandt, J. A. (2009a). Grupo Balint: aspectos que marcam a sua especificidade. *Vínculo – Revista do NESME*, 2(6), 113-219.
- Brandt, J. A. (2009b). Grupos Balint: suas especificidades e seus potenciais para uma clínica das relações do trabalho. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 10(1), 48-55.
- Brasil (1909). Decreto nº 7566/09. *Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito*. Disponível em <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1909-09-23;7566> Acesso em 15/09/2014.
- Brasil (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 15/09/2014.

- Brasil (1968). Lei n.º 5540. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em 15/09/2014.
- Brasil (1996). Lei n.º 9.394. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 15/09/2014.
- Brasil (2008). Lei n.º 11.892. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em 15/09/2014.
- Brasil (2015). Lei Complementar n.º 150. *Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em 01/11/2017.
- Brousse, M-H. (2003). *O inconsciente é a política. Seminário internacional*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Bruschini, M. C. A. (1990). *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Vértice, FCC.
- Bruschini, M. C. A. (1994). Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, 2(3), 17-32.
- Bruschini, M. C. A. (2006). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. *R. Bras. Est. Pop.*, 23(2), 331-353.
- Bruschini, M. C. A. & Ricoldi, A. M. (2009). Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 93-123.
- Bruschini, M. C. A., Lombardi, M. R., Mercado, C. M. & Ricoldi, A. (2011) Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In L. L. Barsted & J. Pitanguy (Org.) *O Progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: Onu Mulheres.
- Butler, J. (1999). *Subjects of desire: Hegelian reflections on twentieth-century France*. New York: Columbia University.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Nova Iorque: Routledge.
- Butler, J. (2016). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Caon, J. L. (1994) O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7(2), 145-174.
- Carvalho, R. O. (2016). Sociedade, mulher e profissão. *Revista de Gestão e Secretariado - GeSec*, 7(1), 01-26.
- Chauí, M. (2006). *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense.
- Chodorow, N. (1990). *Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

- Chodorow, N. (1999). *The Power of Feelings: Personal Meaning in Psychoanalysis, Gender and Culture*. New Haven: Yale University Press.
- Ciavatta, M., Frigotto, G. & Ramos, M. N. A. (2005). Concepção e experiências de ensino integrado. In *Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Boletim 07*. Brasília: MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf. Acesso em 26/05/2016.
- Ciampa, A. C. (1983). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Codeplan (2016). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - São Sebastião - PDAD 2016*. Brasília: Codeplan.
- Cohen-Léon, S. (2008). Groupe Balint. Approche Balint. Fonction Balint. Évolution d'une pratique et d'un concept. *Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe*, 1(50), 141-148.
- Costa, S. G. (2002). Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos feministas*, 10(2), 301-323.
- Cunha, L. A. (2000). O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 14, 89-107.
- Cunha, L. A. (2005). *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO.
- Dahmer, H. (1983). *Estudios sobre Freud y la izquierda freudiana*. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores.
- Dedecca, C. S. (1998). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese metodológica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 15(2), 103-114.
- Delphy, C. (1980). A Materialist Feminism is possible. *Feminist Review*, 4, 79-105
- Delphy, C. (2015). O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 17, 99-119.
- Deschamps, J.-C. & Moliner, P. (2009). *A identidade em Psicologia Social*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Dor, J. (1993) *Introdução à leitura de Lacan*, v. 1. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Dutra, V. M. (2013). *De Nilo Peçanha a Aurelino Leal: conflitos inter-oligárquicos em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói (Primeira República)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Engels, F. (1984). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Engels, F. (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial. (Trabalho original publicado em 1845).
- Fausto, B. (2008). *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- Fávero, M. H. & Abrão, L. G. M. (2006). “Malhando o Gênero”: O Grupo Focal e os Atos da Fala na Interação de Adolescentes com a Telenovela. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 22(2), 175-182.
- Fávero, M. H. (2015). Subjetividade e Objetividade na Psicologia Contemporânea: Apontamentos Históricos, Epistemológicos e Filosóficos. *Psicologia em Estudo*, 20(2), 189-200.

- Foucault, M. (2011). *O nascimento da clínica*. São Paulo: Ed. Forense Universitária.
- Franco, V. & Albuquerque, C. (2010). Contributos da Psicanálise para a Educação e para a Relação Professor-Aluno. *Millenium*, 38, 173-200.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2007). *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das obras completas*, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das obras completas*, v. IX. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (1996). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (1996). Conferência XXXIII: feminilidade. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933).
- Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).
- Freud, S. (1996). *Sexualidade Feminina*. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1931).
- Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).
- Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).
- Freud, S. (2013). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: LP&M Editores. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2014). *O homem Moisés e a religião monoteísta: três ensaios*. Porto Alegre: LP&M. (Trabalho original publicado em 1939).
- Frigotto, G. (2007). A relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. *Educ. Soc.*, 28(100), 1129-1152.
- Fuentes, M. J. S. (2012). *As mulheres e seus nomes: Lacan e o feminino*. Belo Horizonte: Scriptum.

- Gama, A. S. (2014). *Trabalho, Família e Gênero: Impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Garcia, N. M. D. & Lima Filho, D. L. (2004). Politecnia ou educação tecnológica: desafios ao Ensino Médio e à educação profissional. *Anais 27ª Reunião Anual Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação*. Caxambu, MG, Brasil.
- García, F. F. (2007). Dos propuestas de la Ilustración para la educación de la mujer: Rousseau versus Mary Wollstonecraft. *A Parte Rei Revista de Filosofia*, 50, 1-11.
- Glynos, J. (2000). Sexual identity, identification and difference: a psychoanalytic contribution to discourse theory. *Philosophy Social Criticism*, 26(85), 85-108.
- Glynos, J. & Stavrakakis, Y. (2008). Lacan and Political Subjectivity: Fantasy and Enjoyment in Psychoanalysis and Political Theory. *Subjectivity*, 24(1), 256–274.
- Goldman, W. Z. (2014). *Mulher, estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Gonçalves, R. (2009). Sem pão e sem rosas: do marxismo marxista impulsionado pelo Maio de 68 ao academicismo de gênero. *Lutas Sociais*, 21/22, s/p.
- González-Rey, F. (1997). *Epistemología Cualitativa y Subjetividad*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación.
- Guimarães, M. C. (2014). *A formação pessoal de psicólogos/as e o trabalho com violência doméstica contra a mulher*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Hall, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22, 201-246.
- Haug, F. (2007). Para uma teoria das relações de gênero. In A. A. Boron, J. Amadeo, & S. González (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Hegel, G. W. F. (2011). *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1807).
- Hirata, H. & Kergoat, D. (1994). A classe operária tem dois sexos. *Estudos feministas*, 2(1), 93-100.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo.
- Holmstrom, N. (2014). Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão do gênero? In D. Chabaud-Rychter; V. Descoutures; A. M. Devreux; E. Varikas (Orgs). *O gênero nas ciências sociais*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB.
- IBGE (1992). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1992: notas metodológicas*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2014). *Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE

- IBGE (2015). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2015*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica. *Ágora*, 6(1), 115-138.
- Kehl, M. R. (1998). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. São Paulo: Boitempo.
- Kehl, M. R. (1996). *A mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacan, J. (1985a). *O Seminário, livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1955-1956).
- Lacan, J. (1985b). *O seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1972-1973).
- Lacan, J. (1992a). *O Seminário livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1964).
- Lacan, J. (1992b). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1969-1970).
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1956-1957).
- Lacan, J. (1997). *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1959-1960)
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (2005a). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1962-1963).
- Lacan, J. (2005b). *O Seminário, livro 14: A lógica do fantasma*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1966-1967).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1968-1969).
- Lacan, J. (2003). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (s/d). *The seminar of Jacques Lacan - Book 9: Identification* (inédito). (Lições originalmente pronunciadas em 1961-1962). Disponível em: http://www.lacanireland.com/web/wp-content/uploads/2010/06/Seminar-IX-Amended-Iby-MCL-7.NOV_20111.pdf. Acesso em 18/06/2016.
- Louro, G. L. (2004). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (2013). Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto.
- Luria, A. R. (1991). A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais. In A. R. Luria. *Curso de Psicologia Geral* (pp. 71-84). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Lustoza, R. Z. (2009). O discurso capitalista de Marx a Lacan: algumas consequências para o laço social. *Ágora*, 12(1), 41-52.
- Machado, L. (2006). O desafio da organização curricular do ensino integrado. In: Secretaria de Educação à Distância. *Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Boletim 07*. Brasília: MEC.
- Marçal, F. A. Holf, M., Rodrigues, M. M. & Machado, R. C. (2011). Escolarização e educação profissional de trabalhadores no Brasil: um olhar sobre as experiências. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 3(5), 100-112.
- Marcuse, H. (1999). *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Marx, K. (2008). *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1932).
- Marx, K. & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933).
- Marx, K & Engels, F. (2010). *Cultura, arte e literatura. Textos escolhidos*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Marx, K. (2015). *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular. (Trabalho original publicado em 1932).
- Melo, H. P., Considera, C. M. & Sabbato, A. (2007). Os Afazeres Domésticos Contam!. *Economia e Sociedade*, 31, 168-185.
- Meneghel, S. N. (2007). Histórias de vida: notas e reflexões de pesquisa. *Athenea Digital*, 12, 115-129.
- Mészáros, I. (2006) *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo.
- Miller, J-A. (2011a). Intuições Milanesas. *Opção Lacaniana online*, 2(5), 1-15.
- Miller, J-A. (2011b). Intuições Milanesas II. *Opção Lacaniana online*, 2(6), 1-15.
- Mitchell, J. (2006). Mulheres: a revolução mais longa. *Gênero*, 6(2), 203-232.
- Missenard, A. (1994). Médicos se formam: Ensaio sobre o processo psíquico nos grupos Balint. In: A. Missenard. (Org.). *A experiência Balint: história e atualidade* (pp. 171-186). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Molina, J.A. (2016). *O que Freud dizia das mulheres*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Moraes, M. L. Q. (2000). Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, 1(11), 89-97.
- Moraes, M. L. Q. (1998). Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, 11, 99-105
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Novelli, G. (2004). Ensino profissionalizante na cidade de São Paulo: um estudo sobre o currículo da Escola Profissional Feminina nas décadas de 1910, 1920 e 1930. *Anais 27ª Reunião Anual Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação*. Caxambu, MG, Brasil.

- Nunes, M. J. R. (2013). Freiras no Brasil. In M. Del Priore. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto.
- Oliveira, A. C. M. (2006). Economia Doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. *Vértices*, 8 (1/3), 77-88.
- Oliveira, C. (2008). O chiste, a mais-valia e o mais-de-gozar ou o Capitalismo como uma piada. *Revista Estudos Lacanianos*, 1(1), 15-27.
- Oliveira, T. S. (2013). A inserção das mulheres na construção civil: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor. In S. C. Yannoulas (Org.). *Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília: Editorial Abaré.
- Pacheco, E. M., Pereira, L. A. C. & Sobrinho, M. D. (2009). Educação profissional e tecnológica: das Escolas de Aprendizizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *T&C Amazônia*, 7(16), 2-7.
- Pechberty, B. (2007). O debate entre o cuidado e a educação: práticas clínicas atuais. *Estilos da Clínica*, 12(22), 14-25.
- Pedroza, R. L. S. (2010). Psicanálise e Educação: análise das práticas pedagógicas e formação do professor. *Psicologia da Educação*, 30, 81-96.
- Porchat, P. (2014). *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Editora Juruá.
- Porchat, P. (2007). *Gênero, psicanálise e Judith Butler: do transexualismo à política*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Rago, M. (1985). *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Rech, H. L. (2013). Slavoj Zizek: real, fantasia, objetos sublimes da ideologia, ato político e educação. *Revista Dialectus*, 1(2), 105-130.
- Ribeiro, A. S. M. & Almeida, A. M. O. (2003). Violência e Masculinidade: uma breve reflexão. *Cadernos JK*, 1(1), 66-68.
- Richter, M. G. (2012). Lacan e a Teoria dos Quatro Discursos: por uma ética da diferença na educação. *Linguagens Cidadania*, 14, 1-19.
- Rivière, J. (2005). A feminilidade como máscara. *Psychê*, 16, 13-24.
- Robinson, P. (1971). *A esquerda Freudiana: Wilhelm Reich, Geza Roheim, Herbert Marcuse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rosemberg, F. X. (2001). Educação formal, mulher e gênero no Brasil Contemporâneo. *Estudos Feministas*, 9(2), 515-540.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Roudinesco, E. (2016). *Sigmund Freud na sua época e no nosso tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Rousseau, J.-J. (1995). *Emílio ou da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1762).

- Rubin, G. (1993) *Tráfico de Mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo*. Recife: SOS Corpo.
- Sabino, R. F. & Andrade Jr., J. A. F. (2011). Secretariado: formação e mercado no estado de Sergipe. *Revista de Gestão e Secretariado*, 2(1), 6-31.
- Safatle, V. (2003) A política do Real de Slavoj Žižek. In S. Žižek (Org.). *Bem vindo ao deserto do Real*. São Paulo: Boitempo,.
- Saffioti, H. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes.
- Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular.
- Salinsky, J. (2008). Como os grupos Balint têm mudado ao longo de 57 anos: Objectivos e expectativas. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 24(4), 526-30.
- Saviani, D. (2000). *Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política Educacional*. Campinas: Autores Associados.
- Saviani, D. (2003). O choque teórico da Politecnia. *Trabalho, Educação e Saúde*, 1(1), 131-152.
- Schvinger, A., Prado, D. & Castro J. (1985). Secretária: uma ambiguidade em feitiço de profissão. *Cad. Pesq.*, 54, 85-97.
- Scott, J. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16 (2), 71-99.
- Segato, R. L. (2003). *Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmas.
- Silva, C. J. R., Vidor, A. M. Pacheco, E. M. & Pereira, L. A. C. (2009). *Institutos Federais. Lei 11.892, de 29/12/2008: Comentários e Reflexões*. Natal: Editora do IFRN.
- Soares, A. M. D. (2010). Ensino técnico e formação profissional: trajetórias, movimentos, contrapontos e perspectivas. *RETTA*, 1(1), 41-59.
- Soler, C. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Souza, A. C. (2016). *Evasão no curso técnico subsequente em secretaria escolar no Campus São Sebastião do Instituto Federal de Brasília: uma questão de gênero?* Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Stoller, R. J. (1974). *Sex and Gender: The Development of Masculinity and Femininity*. London: Karnac Books Ltd.
- Tavares, G.M. (2012). A Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil. *Anais 9ª Reunião Anual Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – Regional Sul*. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>. Acesso em 17/11/2016.

- Tomsic, S. (2015). *The capitalist unconscious: Marx e Lacan*. Londres: Verso.
- Trat, J. (2014). Friedrich Engels: da propriedade privada à sujeição das mulheres. In D. Chabaud-Rychter; V. Descoutures; A. M. Devreux; E. Varikas (Orgs). *O gênero nas ciências sociais*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB.
- Vigotski, L. S. (2000). *Obras Escogidas*. Madrid: Visor. Volume III. (Trabalho original publicado em 1931).
- Vigotski, L. (2008). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934).
- Zafiropoulos, M. (2009). A teoria freudiana da feminilidade: de Freud a Lacan. In: *Reverso, Revista de Psicanálise*, 31(58), 15-24.
- Zizek, S. (1989). *The Sublime Object of Ideology*. London: Verso.
- Zizek, S. (2007). *As metástases do gozo*. Lisboa: Relógio D'água.
- Zizek, S. (1999). Como Marx Inventou o Sintoma?. In S. Zizek. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- Zizek, S. (2008). *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Zizek, S. (2013). *Menos que nada*. São Paulo: Boitempo.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Mulheres mães, trabalhadoras e estudantes da educação profissional: transformações identitárias” de responsabilidade de Cândida Beatriz Alves, aluna de doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de formação técnico-profissional de mulheres mães, trabalhadoras e estudantes da educação profissional, tendo em vista as transformações identitárias envolvidas. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como fitas de gravação, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de grupos Balint (grupos de discussão) e entrevistas semiestruturadas. É para estes procedimentos que você está sendo convidada a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa compreender a vivência subjetiva de mães trabalhadoras e estudantes da educação profissional, analisando as transformações pelas quais ela passa no processo, com a intenção de apresentar possibilidades de mudanças nesse ensino.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99292-3974 ou pelo e-mail candida.alves@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de uma conversa informal, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com a senhora.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____